

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO 2009/2010

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Horácio França Rolim de Freitas
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Manuel Marcos Rodrigues Reino

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
Secretário:	Bernardino Alves dos Reis

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: Albano da Rocha Ferreira
Ângelo Leite Horto
Antonio da Silva Correia

Suplentes: José Gomes da Silva
Eduardo Artur Neves Moreira
Carlos Jorge Airoso Branco

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO
Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA
Prof. Arno Wehling

DIRETORES DA REVISTA *CONFLUÊNCIA*
Prof. Evanildo Bechara e Prof. Ricardo Cavaliere

SUPERINTENDENTE
Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
Presidente: Francisco Gomes da Costa

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS
Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETORIA DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

CONSELHO CONSULTIVO
Adriano da Gama Kury
Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozório Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere
Walmirio Macedo

CONFLUÊNCIA
Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

Comissão de Redação:
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

Produção Gráfica
Lexikon Editora Digital
Rua do Mercado, 17/ 11º andar
CEP 20010-120 – Rio de Janeiro – RJ
www.lexikon.com.br

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Pág.

Apresentação.....	7
-------------------	---

ARTIGOS

Academia Brasileira de Letras: mesa-redonda (CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA).....	9
---	---

Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa.....	17
(EVANILDO BECHARA)	

Dição, vocábulo ou palavra: reflexões para uma teoria da linguagem em Fernão de Oliveira.....	29
(MARIA JOÃO MARÇALO)	

As origens da disciplina “Historiografia Linguística” na Notícia Succinta (1823) de José Vicente Gomes de Moura.....	37
(ROLF KEMMLER)	

O complemento verbal em Rocha Lima	85
(EDILA VIANNA DA SILVA)	

O participípio presente em cartas de Bernardo de Claraval: mudança e conservação na língua portuguesa	99
(JACIARA ORNÉLIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA e MARIANGELA RIOS DE OLIVEIRA)	

Reflexões linguísticas sobre metodologia e prática de ensino de língua portuguesa	129
(TEREZINHA DA CONCEIÇÃO COSTA-HÜBES)	

O português no contexto multilíngue de Angola	147
(LETÍCIA CAO PONSO)	

As representações de família apresentadas nas propagandas da <i>Qualy</i>	163
(SILVANE APARECIDA DE FREITAS)	
Atividades em língua portuguesa/Libras realizadas com crianças surdas no contexto escolar	177
(ANDRÉIA GULIELMIN DIDÓ e CÁTIA DE AZEVEDO FRONZA)	
A linguística e a filologia em Evanildo Bechara.....	193
(RICARDO CAVALIERE)	
Colaboradores	201

APRESENTAÇÃO

Nesta edição dupla, *Confluência* traz a lume dez estudos preciosos sobre a língua portuguesa em variado campo de interesse. O tratamento que se confere ao fato linguístico hoje diversifica-se em múltiplos modelos de investigação, um natural desdobramento da rica vertente de estudo da língua em uso no ambiente da comunicação. A essa vertente aliam-se antigos paradigmas formais, que tratam o sistema *per se* e buscam, segundo de seus fundamentos, contribuir para o enriquecimento do saber sobre o fenômeno da linguagem humana.

Na corrente dessa diversidade fecunda, os textos deste volume cuidam de temário variado, que vão dos estudos historiográficos à linguagem da propaganda, passando pela investigação acurada de fenômenos da sintaxe portuguesa, pela metodologia de ensino da língua em classes especiais, e pela posição do português em contextos multilíngues.

Dois textos, originalmente apresentados em sessão da Academia Brasileira de Letras em 2008, distinguem-se dos demais por trazer uma palavra de apreço e louvor a Evanildo Bechara em face de seus oitenta anos então comemorados. Um terceiro texto nesta mesma linha, escrito por Rosalvo do Valle sob o título *Evanildo Bechara e as fases históricas da língua portuguesa*, foi publicado no número 33-34 de *Confluência*.

Com isso, *Confluência* mantém-se firme na missão de difundir o saber sobre a língua em todas as suas vertentes e manter viva a chama da pesquisa não só entre os que já trilham sendas distantes, como os que se iniciam nos primeiros passos dessa nobre empreitada. Boa leitura.

Ricardo Cavaliere

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS: MESA-REDONDA EM HOMENAGEM AOS 80 ANOS DE EVANILDO BECHARA¹

Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Liceu Literário Português

RESUMO: O pensamento linguístico de Evanildo Bechara. As principais influências recebidas na formação e consolidação de suas ideias. O interesse maior da obra de Bechara: o estudo e o ensino da Língua Portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: pensamento linguístico; Said Ali; Mattoso Câmara; Eugenio Coseriu; Herculano de Carvalho.

ABSTRACT: *Evanildo Bechara's linguistic ideas. The most relevant influences in the construction and consolidation of his ideas. The principal aspect of Bechara's work: the study and teaching of Portuguese language.*

KEYWORDS: *linguistic ideas; Said Ali; Mattoso Câmara; Eugenio Coseriu, Herculano de Carvalho.*

Lisonjeou-me ter recebido o convite, sobremodo honroso, do meu amigo acadêmico Professor Evanildo Bechara para integrar esta mesa a fim de falar de sua obra, em justíssima comemoração aos seus oitenta anos, a que ele chegou esplendidamente, com invejável vitalidade física e não menos invejável amadurecimento intelectual, em seu permanente determinismo de bem viver, de valorizar a nossa humana existência, em meio a perdas e sofrimentos tão variados a que todos, a que toda humana gente está inexoravelmente sujeita nesta trajetória terrena. Sábio, porém, Bechara parece que não deixou de se

¹ Texto apresentado em 12 de junho de 2008 na Academia Brasileira de Letras.

lembrar da voz do “saber de experiência feito” do poeta: “Mas para quê / Tanto sofrimento, / Se lá fora o vento / É um canto da noite”.

Manifestou-me o Professor Bechara o desejo de que eu centrasse minha participação nesta mesa, falando, e brevemente, em razão do tempo limitado de que disporia, sobre o seu pensamento linguístico, as principais influências recebidas por ele na formação e consolidação de suas ideias sobre o maravilhoso mundo da linguagem, que comporta estudos tão diversificados, desde o som, em sua materialidade e função, até os mais intrincados problemas da leitura e da produção textual. Mestre Bechara navegou, às vezes em mares procelosos, nos campos da filologia, da gramática e da linguística.

A influência inicial recebida, sobre a qual tantos já falaram, a começar pelo nosso próprio homenageado em recente obra pelos seus 80 anos, foi a do professor Said Ali, verdadeiramente seu iniciador no estudo da linguagem e da língua portuguesa. Said Ali, conhecedor da dicotomia de Ferdinand de Saussure, que dissociava o estudo da língua em sua evolução no tempo, o diacrônico, prevalente no meio filológico, do estudo descritivo da língua, o sincrônico, é autor de obras, na realidade pioneiras em sua época, nesta última perspectiva, particularmente no campo da sintaxe, que foi justamente a preferência bastante nítida na produção intelectual de Bechara, que não deixou, no entanto, de valorizar as pesquisas diacrônicas.

Reputo Said Ali um dos maiores estudiosos e conhecedores da nossa língua, a quem Mattoso Câmara, considerado consensualmente o iniciador do estudo e do ensino da Linguística no Brasil, identificada a partir do estruturalismo de Saussure, chama, respeitosamente, como “o velho mestre, no seu verdadeiro papel de pioneiro da lingüística propriamente dita” em nosso país, sabendo “encarar os textos clássicos como base e documentação do estudo evolutivo da língua e dar à gramática expositiva sua sistemática lúcida e sagaz”.

Pode-se afirmar que aquele menino de 15 anos, ao procurar Said Ali para um encontro, seu encontro marcado, que viria a construir, a partir dali, a relação entre mestre e discípulo, não poderia vir a ter um melhor iniciador nos estudos do vernáculo, alguém que, com a excelência de sua formação e de seu lastro cultural, e ainda com a sua apurada intuição e com o seu reconhecido senso pedagógico, soube ver naquele jovem a sua especial inclinação e seu indisfarçável prazer em lidar com os desafios da linguagem verbal e particularmente dos da “Última flor do Lácio”. Com toda justiça, pois, Bechara dedica ao seu competente e generoso mestre a primeira edição de sua *Moderna gramática portuguesa*, em 1961. Excepcional o mestre, talentosíssimo o discípulo, como o tempo haveria de comprovar.

O linguista Mattoso Câmara, diria, foi o segundo mestre de Bechara. Iniciador da divulgação dos princípios estruturalistas em língua portuguesa, com os quais mudaria, de maneira significativa, os rumos do estudo e do ensino do vernáculo entre nós, de início particularmente na universidade, Mattoso foi, nas próprias palavras de Bechara, no prefácio da 37ª edição de sua *Gramática*, a rigor, uma nova *Gramática*, “guia seguro desde o lançamento inicial” dela. Muitas noções vão então aparecer, já na 1ª edição de 1961, pela primeira vez em uma gramática da nossa língua, especialmente nos capítulos destinados à Fonologia e à formação de palavras, com o que alcançava um maior rigor na descrição gramatical do sistema da língua. Saliente-se que Mattoso Câmara convidou Bechara para seu assistente da Cadeira de Português, na Universidade Católica de Petrópolis.

É oportuno ressaltar que, tendo adotado certas contribuições de Mattoso Câmara, Bechara jamais esqueceu o seu primeiro mestre. Infelizmente, é muito típico do meio acadêmico brasileiro, já há uns bons anos, pelo menos no meu campo de atuação, a Linguística, que cada nova corrente linguística que lance os seus primeiros fundamentos venha fadada a sobrepujar, não a acrescentar ou a complementar, as correntes linguísticas já sedimentadas. Esta jamais foi posição assumida por Bechara em sua longa trajetória de intelectual e de professor. Nele, a tradição, no que ela nos deixou de consistente, bem fundamentada, permaneceu com as suas lições, o que não foi impeditivo de estar ele aberto às inovações do desenvolvimento científico para uma mais precisa compreensão dos fatos da língua. Assim, Mattoso Câmara, com suas posições, apenas estabelecia, em relação a Said Ali, uma nova perspectiva no tocante ao estudo do mesmo objeto linguagem. Afinal, é por demais simplório, revelador de total despreparo em qualquer estudo científico, conceber uma ciência total apenas no seu estado presente, às vezes até considerada em uma só de suas correntes.

Enfim, neste breve quadro das mais fortes influências que contribuíram para a formação do pensamento linguístico de Evanildo Bechara, o seu encontro, intelectual e pessoal, com Eugenio Coseriu (1921-2002), este extraordinário linguista romeno, que fez seus doutoramentos em Letras e Filosofia na Itália, que passou doze anos no nosso vizinho Uruguai, não tendo o Brasil então como acolhê-lo na década de 50, para depois se fixar na Alemanha, na Universidade de Tübingen, ocupando a cadeira de Filologia Românica e de Linguística Geral até 1991, tornando-se, a seguir, seu Professor Emérito.

O que me pergunto é por que Coseriu a exercer, com o seu ideário linguístico, o peso que passou a ter, como se pode comprovar em inúmeros textos do nosso homenageado, na orientação dos estudos becharianos? Por que

a influência de um linguista pouco mencionado em nosso país, em que seus discípulos se limitam a um número reduzidíssimo, apesar da tradução de cinco de suas obras e de alguns poucos de seus ensaios para a nossa língua? Por que Coseriu? Não me calava a indagação.

A resposta não me parece, de modo algum, poder repousar no pioneirismo coseriano deste ou daquele conceito, como a noção de *norma* por ele firmada em seu texto talvez mais conhecido, distinta da norma tradicional, na verdade, a primeira proposta desenvolvida para introduzir *a norma* nas preocupações da linguística descritiva, que então se desenvolvia, a contrapor-se, portanto, à concepção tradicional em que a norma se confunde com a prescrição gramatical, fundada não no *ser* da língua, mas no *dever ser*, para usar expressões do próprio Coseriu, com que ele deixara clara a necessidade de se considerar o plurilinguismo ou o poliglotismo numa mesma língua.

De modo que, não obstante a importância inegável do conceito de norma linguística firmado por Coseriu, que se tornaria patrimônio de toda a linguística, não foi, evidentemente, tal conceito, e outros mais, do linguista romeno, que tornaram o nosso ilustre acadêmico e mestre um coseriano. A inteligência e o amplo conhecimento de um estudioso da linguagem como Bechara foram seduzidos, estou seguro, por razões de maior alcance, que ele não encontrava em tantos outros linguistas de projeção, muitos deles sendo introduzidos em nosso país, no meio acadêmico, como verdadeiros iniciadores de uma nova ciência da linguagem, a ponto de Saussure e tantos outros passarem a ser tidos como ultrapassados, muito diversamente, enfatize-se, do pensador romeno, que tem, justamente a propósito de Saussure, uma afirmação antológica: “Com tudo isto, por certo, muito me afastei de Ferdinand de Saussure; cheguei até ao pólo oposto do Saussure do saussurianismo “ortodoxo”; porém, conforme creio, também cheguei a isto em contato permanente com Saussure, e não sem Saussure e muito menos contra Saussure”.

Na verdade, penso que um intelectual do porte de Bechara foi atraído pelo Coseriu pensador atilado, pelo Coseriu intelectual excepcionalmente dotado e pelo Coseriu humanista para quem a linguagem é fundamental para a definição do homem (“O homem vive em um mundo lingüístico que ele mesmo criou como ser histórico”, salienta ele). Como linguista, o mestre romeno foi um estudioso permanente, de rara lucidez, constituindo, ao longo dos anos, uma teoria consistente e abrangente do fenômeno linguístico, revelando um conhecimento invejável sobre a história das ideias linguísticas e filosóficas, desde os gregos até seus contemporâneos. Uma das notas características do pensamento e da personalidade de Coseriu é justamente o equilíbrio entre tradição e inovação.

Sustento com convicção que Bechara se aproximou de uma obra científica que se coloca entre as mais importantes do século XX na investigação do fenômeno linguístico, não só porque as suas preocupações teóricas cobrem quase todo o campo da investigação linguística, não faltando nem mesmo o tratamento original que dá à linguagem poética, mas também, diria, porque os estudos que ele consagrou aos princípios responsáveis pela competência do falar uma língua, a verdadeira base de seu arcabouço especulativo sobre a linguagem, vieram a mostrar que o que ele chamou de *saber linguístico* tem um alcance muito mais abrangente do que o saber a língua, ou seja, um conjunto ordenado de regras gramaticais e um acervo de itens lexicais, mas ainda abarca o conhecimento que o sujeito falante tem das coisas, além de seu saber estruturar textos. Portanto, a competência linguística para Coseriu, tema específico de uma de suas mais importantes obras, é uma competência que é sempre e, antes de mais nada, plural, heterogênea. Com este conceito, lança Coseriu os fundamentos de uma linguística integral, que abarca a linguagem (no plano universal), as línguas (em seus planos históricos) e a fala (no seu plano individual ou textual). Não sem razão, pois, Bechara, defende, em seu já clássico *Ensino de gramática: opressão? liberdade?*, que a educação linguística deixe de ser uma educação centrada na língua para centrar-se na linguagem, já que teria também como objetivo não somente um sistema verbal, mas o enriquecimento cultural dos alunos nas áreas do saber e ainda uma adequação maior para traduzir tal saber em diversas situações do convívio social.

Ao escolher o ideário linguístico de Coseriu para fundamentar muitas de suas posições em seus inúmeros estudos, e não simplesmente acolher este ou aquele linguista norte-americano ou europeu, cujas ideias aqui aportavam, Bechara faz uma opção consciente por uma teoria linguística das mais abrangentes e congruentes, sustentada por uma filosofia da linguagem que transparece em seus fundamentos, como deveria acontecer com toda teoria linguística. Bechara não optou por uma orientação linguística simplesmente pela razão de ela representar, em dada época, o “dernier cri”. Como Coseriu, buscou o equilíbrio entre tradição e inovação.

Não poderia fechar esta breve exposição sobre o pensamento linguístico de Evanildo Bechara, sem falar ainda na influência, por ele mesmo confessada, recebida do grande linguista português José G. Herculano de Carvalho, que, no prefácio de sua notável *Teoria da linguagem*, de que, infelizmente, não nos pôde deixar o seu terceiro tomo, destaca como um dos seus mestres justamente a Coseriu, embora pertencentes à mesma faixa etária. Na verdade, Herculano de Carvalho tem, em essência, a mesma ideologia de Coseriu em relação à natureza

do fenômeno linguístico. O texto a ser lido é de Coseriu, mas podemos afirmar que traduz o pensamento de ambos no tocante à essência da linguagem:

(...) como actividad libre, es, asimesmo, el primer fenómeno de la libertad del hombre. Como actividad intersubjectiva, es la base de la sociedad y la forma fundamental de la historicidad del hombre, por lo cual es también instrumento de comunicación y instrumento de la vida práctica. Y como aprehensión del mundo, es supuesto y condición de la interpretación del mundo (COSERIU, 1977:64)

Na formulação de uma teoria linguística, o grande mestre de Coimbra se posiciona em algumas das mesmas linhas do mestre de Tübingen. Assim: “não pode haver”, para ele, “uma lingüística ‘imanente’, isto é, que parta e se oriente a partir de dados ou factos ou postulados exclusivamente lingüísticos; mais, que não há teoria científica que não se assente, implícita ou explicitamente, numa qualquer teoria filosófica”. Herculano de Carvalho também, em outro ponto a ser destacado na sua orientação de cientista da linguagem, procura integrar, como Coseriu, tradição e inovação: “não me interessei pelo novo, mas pelo que é verdadeiro, qualquer que fosse a sua idade”, enfatiza ainda no prefácio de sua *Teoria da linguagem*.

Ao receber o convite do acadêmico e professor Evanildo Bechara para expor hoje aqui sucintamente o seu pensamento linguístico, não poderia deixar de focalizar os quatro notáveis nomes a quem ele, em atitude de justiça, de reconhecimento e também de humildade intelectual, dedica a 37ª edição de sua *Moderna gramática portuguesa*: “À memória de M. Said Ali, mestre e amigo. Aos mestres e amigos Eugenio Coseriu, José G. Herculano de Carvalho, J. Mattoso Câmara Jr. a cujas lições fui colher o que de melhor existe nesta nova versão”.

Acadêmico e Professor Evanildo Bechara: não se pode falar de seu pensamento linguístico, sem se falar das escolhas e do porquê delas, pois nunca são aleatórias, dos mestres em cujas lições se aprofundou e se manteve fiel, em seus fundamentos essenciais, em meio, quase diria, às “várias linguísticas” que, não obstante sua real contribuição ao estudo da linguagem, nem sempre foram sendo introduzidas no meio acadêmico brasileiro com a consistência necessária. O amigo soube escolher o seu “porto seguro”, que lhe ia permitindo, com o passar dos anos, se dar conta do fenômeno linguístico tal qual ele, na verdade, é em suas propriedades essenciais, tão bem destacadas por Coseriu:

a criatividade, a semanticidade, a alteridade, a materialidade e a historicidade. Com o domínio de tal fundamentação, ganhou a língua portuguesa, ganharam os estudiosos da língua portuguesa, que puderam usufruir de tantos excelentes textos de sua autoria, com explicações novas para vários fatos da nossa língua e com novas propostas classificatórias. Afinal, seu interesse maior não foi a teoria em si, mas o estudo e o ensino do nosso vernáculo, em que se notabilizou, tornando-se nome para sempre marcante, sobretudo na história dos estudos gramaticais sobre a língua portuguesa.

Tenho certeza, acadêmico e professor Evanildo Bechara, de que a sua vida, de já diuturna dedicação ao estudo da nossa língua, há de nos proporcionar ainda muitas lições, com a determinação que é a marca tão definidora do seu temperamento e de sua vida. Sabiamente, ante as vicissitudes inevitáveis da existência, continuará se lembrando destas outras palavras do mesmo poeta aqui lembrado de início: “Mas para quê / Tanto sofrimento / Se o meu pensamento / É livre na noite?”

Referências

COSERIU, Eugenio. *El hombre y su lenguaje: estudios de teoría y metodología lingüística*. Madrid: Gredos, 1977.

MACHADO DE ASSIS E O SEU IDEÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Evanildo Bechara

Academia Brasileira de Letras

Liceu Literário Português

RESUMO: Pretende este estudo deixar patente que Machado de Assis, no início de sua atividade literária, tenha presente numa concepção científica da língua, a finalidade maior da gramática, a importância do seu estudo, e o papel consolidador do escritor na construção da língua comum do país e da elaboração da língua literária.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis; língua literária.

ABSTRACT: *This study aims to make clear that Machado de Assis, in the beginning of his literary activity, has in view a scientific conception of the language, the main aim of the grammar, the importance of its study, and the writer consolidator role in building the common language of the country and the development of literary language.*

PALAVRAS-CHAVE: *Machado de Assis; língua literária.*

É opinião corrente afirmar-se que Machado de Assis, se não é o mais correto escritor da literatura brasileira, é dos que melhor a praticaram e mais souberam conciliar a construção clássica e a modalidade espontânea do idioma do seu tempo.

Por tudo isto, vale a pena pesquisar como conseguiu construir o seu ideário linguístico, ainda que não tenhamos informações seguras sobre os passos iniciais dessa construção que, começada muito cedo, como se supõe, continuou por toda a vida do nosso escritor.

Como a mãe é sempre, ou quase sempre, a primeira mestra da linguagem de seus filhos, seguida da colaboração dos demais familiares, o ambiente idiomático de casa deve cedo ter chamado a atenção do menino Machado

diante de uma mãe açoriana, branca, e do pai pintor, mulato, ambos com certa instrução: sabiam ler melhor do que, com toda certeza, os demais moradores do morro do Livramento (atual Providência), próximo à zona portuária, em que nascera o futuro escritor.

Acresce a isto a convivência, como agregados de uma chácara vizinha ao morro, de propriedade de D. Maria José, madrinha do menino, o que favorecia à criança, desde cedo de temperamento solitário, um ambiente cultural diferente daquele frequentado pelos seus vizinhos. A mãe deve ter coberto o filho de atenção e carinho que merecem os primogênitos e, apesar de ter morrido quando Machado mal contava os dez anos, pôde deixar nele profundas marcas de afeto e lhe ter imprimido o gosto pelo estudo, adjuvando o trabalho de escola primária que frequentara, e o empenho de um padre da Igreja da Lampadosa a quem, parece, o menino ajudava nas missas, como coroinha. Cinco anos depois da morte da mãe, casou-se o pai com Maria Inês, madrastra que também cobriu o enteado com amoroso desvelo. Desde cedo deve ter nascido em Machado o gosto da leitura, que também cedo lhe despertou e favoreceu o melhor aprendizado do idioma, o que possivelmente o preparou para, entre os ofícios iniciais a que se dedicaria, exercer as funções de tipógrafo da Imprensa Nacional até 1858, e, mais à frente, revisor e caixeiro da Livraria e Tipografia de Paula Brito, estágio que o aproximou definitivamente da literatura e de ilustres personagens do meio de escritores.

De particular importância para a construção do seu universo linguístico foram sem dúvida as reuniões no Gabinete Português de Leitura com dois dos mais importantes, à época, cultores dos livros e do idioma: Ramos Paz e o filólogo Manuel de Melo. Se o primeiro deve ter sido fundamental para a formação literária do nosso Machado, aproximando-o dos autores nacionais e estrangeiros, Manuel de Melo deve ter exercido nele uma influência seminal sobre a natureza da linguagem, a posição do escritor diante do idioma, sua ação normativa para os leitores do seu tempo. Tal influência favoreceu a propriedade de considerações que Machado, em vários lugares do seu múltiplo fazer literário, emitiu sobre fatos da língua, quer de natureza gramatical, quer de natureza lexical. Manuel de Melo, apesar da sua atuação como homem do comércio, foi dos mais bem apetrechados filólogos do seu tempo; escreveu pouco, pelo menos do que chegou até nós, mas dessas lições sobreviventes, revela-nos uma leitura do que melhor se produzia nos meios mais adiantados no mundo. Riquíssimo acervo bibliográfico existente no Gabinete Português de Leitura sobre filologia e linguística, em alemão, inglês e francês no século XIX, resulta da aquisição de sua biblioteca particular pela instituição, depois de sua morte, a fim de que não se dispersasse. Seus méritos eram conhecidos e apreciados fora do Brasil.

Leite de Vasconcelos nos chamou a atenção para uma nota necrológica de um dos mais conceituados filólogos italianos, Francesco D'Ovidio, acerca de uma resenha de autores latinos editados por Epifânio Dias:

“Mentre corro le bozze, mi sopraggiunge la dolorosa nuova, che uno di loro (referia-se a filólogos portugueses), Manuel de Mello, è morto. Egli era, per verità, un dilettante scrupoloso e coltissimo, che in nulla differiva da un dotto di professione. Ne son prova le *Notas Lexicológicas* (Rio de Janeiro, 1880) ch'egli aveva impresso a pubblicare. Conosceva la letteratura italiana, dalla più antica alla più recente, in modo ammirabile, amava vivamente l'Italia; e in Italia è morto! (In: J. Leite de Vasconcelos, Epiphanyo Dias, p. 59, n.2).

Tão ausente está Manuel de Melo de nossos estudos de historiografia gramatical de filólogos portugueses e brasileiros que desenvolveram suas atividades no Brasil, que o autor merece uma referência, ainda que breve, neste comentário sobre Machado de Assis. Português de nascimento, natural de Aveiro, onde nasceu em 1834. Exercia as funções de guarda-livros e se aplicava no conhecimento dos modernos idiomas da Europa, particularmente do português. Notabilizou-se entre os contemporâneos e a posteridade com o estudo polêmico contra Adolfo Coelho e Teófilo Braga, *maxime* sobre o primeiro, intitulado *Da Glótica em Portugal*. A composição deste trabalho começou em 1873 e só terminou em 1889, cinco anos depois da morte do autor, ocorrida em Milão, na Itália, aos 4 de fevereiro de 1884.

Em contacto com Ramos Paz e Manuel de Melo, nas reuniões aos domingos no Gabinete Português de Leitura, penetrou Machado de Assis não só no terreno idiomático dos clássicos lusitanos, mas ainda na boa conceituação e compreensão da natureza da linguagem e dos usos linguísticos.

Assim é que, em resenha crítica de 1862 ao *Compêndio da Gramática Portuguesa*, por Vergueiro e Pertence, saído em Lisboa em 1861, o nosso escritor justifica por que considera o *Compêndio* “uma obra útil”:

Sempre achei que uma gramática é uma coisa séria. Uma boa gramática é um alto serviço a uma língua e a um país. Se essa língua é a nossa, e o país é este em que vivemos, o serviço cresce ainda e a empresa torna-se mais difícil. (Assis: 1953, p.21).
E logo adianta:

Quando se consegue o resultado alcançado pelos Srs. Pertence e Vergueiro tem-se dado material para a estima e a admiração dos concidadãos.

Há na gramática dos Srs. Pertence e Vergueiro aquilo que é necessário às obras desta natureza, destinadas a estabelecer no espírito do aluno as regras e as bases, sobre as quais se tem de assentar a sua ciência filológica (Ibid., p. 21-22).

Repare-se que Machado de Assis estava com 23 anos ao resenhar o *Compêndio*, e nessa época já ressaltava o papel importante do desenvolvimento reflexivo da competência linguística dos alunos mediante a aplicação das regras e das bases ‘sobre as quais se tem de assentar a sua ciência filológica’ [entenda-se: a sua competência linguística]. Note-se que o resenhador não insiste na célebre lição de que a gramática é “a arte de ensinar a falar e a escrever corretamente a língua”, como fez o compêndio, mas sim “de assentar a sua ciência filológica”.

Essas considerações do nosso jovem escritor, aparentemente tão inocentes, que uma leitura ingênua poderia deixar passar em silêncio uma distinção teórica importantíssima e antiga, que remonta aos primeiros filósofos gregos que trataram de conhecer melhor e com mais profundidade a essência da gramática e temas a ela, gramática, correlatos.

Discutiam esses gregos se a gramática seria “*empeiria*”, isto é, pura e simples experiência em ato, ou se seria uma técnica (em grego ‘*téchne*’), isto é, um saber complexo de “regras”, de noções regidas por um critério e com o propósito de alcançar uma finalidade. A tese vitoriosa foi a de que a gramática seria um técnica, palavra que os romanos traduziram por *arte* (latim *ars*).

Já a aquisição de uma língua resulta de uma atividade no âmbito da “*empeiria*”, porque é um processo que nasce sob o impulso da imitação, não se desprezando um mínimo de reflexão, isto é, como ensina Pagliaro, “de aderência volitiva a determinado sistema expressivo”, e dessa imitação “surge a necessidade de uma norma na qual o ato linguístico possa encontrar a sua plena justificação” (Pagliaro: 1952, p. 295).

Tudo nos leva a acreditar que Machado de Assis entendia a gramática como uma técnica, isto é, um sistema de noções destinadas a conseguir um fim, no seu dizer, “destinadas a estabelecer no espírito do aluno as regras e as bases, sobre as quais se tem de assentar a sua ciência filológica”.

Essas regras e bases no espírito do aluno vão dirigi-lo ao âmbito da ‘*empeiria*’, já que uma imitação reflexiva o leva a buscar uma norma na qual, como diz Pagliaro, “o ato linguístico passa a encontrar a sua plena justificação. Surge assim, por necessidade didática, a gramática, que esclarece a funcionalidade do sistema, fixando-o no esquema ideal, e todavia real, da norma.”

Acompanhando os gregos, Machado também parece deixar patente que a gramática nasceu sob um duplo signo: o lógico – cognoscitivo e o didático-normativo.

Tais considerações, ausentes nos compêndios escolares do seu tempo, Machado não as teria haurido, apesar de toda a sua genial precocidade, sem a

participação de um mentor; e esse mentor, para nós, não poderia ser outro senão Manuel de Melo, dono de uma ciência filológica e linguística comprovada pela exaustividade bibliográfica de livros técnicos relacionados nas notas de rodapé do seu *Da Glótica em Portugal*.

Outro aspecto que se há de ressaltar nas citadas palavras de Machado é a relação desse saber filológico de cada utente ou usuário da língua com o saber dos demais utentes do país na construção de uma unidade idiomática mais ampla, de caráter nacional, unidade que iria construir aquilo a que ele mesmo, em célebre artigo estampado em *O Novo Mundo*, em Nova York, em 1873, chamou *Instinto de Nacionalidade*. Vale a pena recordar o que declara o jovem Machado com apenas 23 anos, em 1862:

Sempre achei que uma gramática é uma coisa séria. Uma boa gramática é um alto serviço a uma língua e a um país. Se essa língua é a nossa, e o país é este em que vivemos, o serviço cresce ainda e a empresa torna-se mais difícil. (Assis: 1953, p.21).

Isto para concluir que uma gramática procura assentar em cada falante da língua de um país a sua ciência filológica [entenda-se: a sua competência linguística], cuja unidade espelha o instinto de nacionalidade, dentro do conjunto de outros saberes nacionais, para se consubstanciar numa futura construção da consciência de nacionalidade mediante a língua.

Quase cem anos depois dessa resenha, o italiano Antonino Pagliaro, um dos cinco mais esclarecidos e geniais linguistas do século XX, repetia com maior profundidade e agudeza, mas com a mesma essência de verdade, do alto de sua excelsa competência:

A língua constitui a imagem mais completa e genuína da fisionomia natural e histórica dos povos. Disse-o, há mais de um século, Guilherme von Humboldt, bom conhecedor de assuntos desta natureza e, pelo que sei, ninguém jamais o contradisse. Acrescentava ele que a índole espiritual de uma comunidade e a estrutura da língua estão intimamente tão ligadas entre si que, conhecida uma, a outra devia com facilidade deduzir-se da primeira. Sobre isso não há controvérsia: a língua, representando por um lado a maneira natural através da qual um povo vê e conhece a realidade, sistematizando-a e organizando-a nos sinais de classificação que são as palavras, encerra em si, por outro, o reflexo de todas as experiências internas e externas, de todas as conquistas e de todos os contrastes, por que esse povo passou na cadeia das gerações.

De resto, observamos o mesmo na fala individual; nada revela melhor a fisionomia interior de cada indivíduo, a sua inteligência ou obtusidade, a sua cultura

ou ignorância, o seu gosto ou tacanhez, do que a sua expressão linguística; mas também as maneiras da sociabilidade, o meio, a ocupação, a companhia que frequenta, o bairro em que habita, dão à fala de cada um indícios que permitem uma identificação fácil e imediata. (Pagliaro: 1983, p. 95-96).

Por tudo o que vimos até aqui, fácil nos é concluir que estas noções correm paralelas ao conceito de “língua comum”, cuja importância linguística, social e histórica tem aguçado o interesse dos linguistas, sociolinguísticos e historiadores da cultura.

Essa consciência de que os homens de uma comunidade constroem e garantem pela língua comum a identidade nacional, um evidente “instinto de nacionalidade”.

O já citado Antonino Pagliaro ressalta magistralmente o que acabamos de dizer:

(...) a língua comum é a expressão de uma consciência unitária comum, que pode ser cultural em sentido lato, como acontecia na Itália do século XIV ou na Alemanha de Lutero, e pode ser política, como é o caso das atuais línguas nacionais; nela temos sempre um fator volitivo que leva as comunidades a superar as diferenças mais ou menos profundas dos falares locais, para aderir pela expressão a uma solidariedade diferente e mais vasta. Por outras palavras, quem, deixando de parte o dialeto nativo, passa a falar a língua comum, exprime através desse ato a sua adesão volitiva a um mundo mais vasto, determinado cultural ou politicamente, ou então, como acontece nos estados nacionais modernos, pelas duas formas. (Pagliaro: 1983, 142-143).

A intuição de Machado de Assis de que o conceito de língua comum cabia perfeitamente à língua portuguesa escrita padrão praticada em Portugal e no Brasil levou-o a não adotar a opção daqueles brasileiros para quem as diferenças de uso entre os dois países justificavam, com nítida pressa e pouca fundamentação teórica, a necessidade de se considerar a existência de dois idiomas distintos, mormente depois de nós nos termos separado da antiga metrópole em 1822, e nos termos constituído como nação independente. Era esta a tese, entre outros, de Macedo Soares e Paranhos da Silva, aí pelo último quartel do século XIX. Machado chega a dizer isto de maneira felicíssima: este princípio é antes “uma exageração de princípios”.

Por essa mesma intuição nosso Machado entendia que a unidade linguística em que se assenta a língua comum não é, em rigor, uma unidade de fato, mas, como ainda mais tarde ensinaria Pagliaro, “um esquema no qual encontram

lugar todas as concordâncias substanciais que se verificam nas variedades dialetais” (Pagliaro: 1983, p. 140).

Doze anos depois da resenha do *Compêndio da Gramática Portuguesa*, de Vergueiro e Pertence, em 1873, no já citado escrito “Instinto de nacionalidade”, Machado implicitamente volta à opinião ali expendida, segundo a qual “uma boa gramática é um alto serviço a uma língua e a um país”, e se essa língua é a nossa, e o país é o nosso, o serviço cresce ainda, e a empresa torna-se mais difícil:

Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalados em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da língua francesa.

Aproveita o escritor o momento para aludir à existência daqueles autores que fogem aos padrões da língua escrita culta pelo propósito de diferenciar o uso brasileiro do português, propósito que ainda não assumirá a opinião iconoclasta de Monteiro Lobato que, muitos anos depois, viria a declarar que, assim como o português saíra dos erros do latim, o brasileiro sairá dos erros do português:

Este ponto é objeto de divergência entre os nossos escritores. Divergência digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam por princípio, ou antes por uma exageração de princípios.

E acertando o passo com a melhor lição acerca de como se há de entender a correta política idiomática na consolidação normativa da língua comum, justifica-se:

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.

Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza de idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este

respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão (Assis: 1953, p. 147).

A resenha ao *Compêndio da Gramática Portuguesa*, de Vergueiro e Perence nos patenteia que desde cedo Machado de Assis, pelas leituras pessoais e pelo contacto com filólogos amigos como Ramos Paz e, principalmente, Manuel de Melo, tinha da linguagem, da língua, da gramática e da ação normativa do escritor na normatização da língua comum, ideias bem avançadas para seu tempo e que hoje poderiam ser repetidas por filólogos e linguistas profissionais.

O que teve a oportunidade de nos deixar nessa resenha de 1862 e no artigo de 1873 acreditamos que foi de capital importância para o ideário da Academia Brasileira de Letras relativamente à sua posição e às suas tarefas sobre a língua portuguesa e a sua unidade superior com Portugal. Esse ideário está bem definido no Art. 1º dos Estatutos da Instituição, quando diz que ela “tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional”, e com o substancioso e programático discurso inaugural de Joaquim Nabuco, na qualidade de Secretário-Geral, quando declara, ao tratar da língua portuguesa no Brasil:

A língua é um instrumento de ideias que pode e deve ter uma fixidez relativa; nesse ponto tudo precisamos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias da sua grande época... Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano, Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira. A língua há de ficar perpetuamente *pro indiviso* entre nós.

Essa vassalagem de que nos fala Nabuco é um aspecto daquela adesão volitiva de que nos fala Pagliaro e que um pouco mais de meio século depois do Secretário-Geral da instituição acadêmica repetiria destacado literato espanhol, Pedro Salinas, imbuído das mesmas convicções acerca da função niveladora da língua comum e do papel dos cientistas e artistas envolvidos nessa ação normativa:

La admisión de la realidad de la norma lingüística no debe entenderse como sometimiento a una autoridad académica inexistente e innecesaria sino a la comprensión del hecho de que en todos los países cultos de Iberoamérica se emplea una lengua general basada en la fidelidad al espíritu profundo del lenguaje y a su tradición literaria. La norma lingüística brota de una realidad evidente. Hay aún algunos filólogos a caballo en su doctrina naturalista de que el lenguaje no tiene

jerarquías de excelencia o bajeza y que todas sus formas, por el simple hecho de existir, son igualmente respetables” [Salinas: 1970, p. 77].

No discurso de encerramento do ano acadêmico de 1897, o primeiro da novel instituição, assinala Machado, entre as tarefas para 1898, colher, “se for possível, alguns elementos do vocabulário crítico dos brasileirismos entrados na língua portuguesa, e das diferenças no modo de falar e escrever dos dois povos, como nos obrigamos por um artigo do regimento interno”. E depois de dizer que essa tarefa deve ser levada com muito critério crítico e paciência, conclui com certas ponderações de um filólogo:

A Academia, trabalhando pelo conhecimento desses fenômenos, buscará ser, com o tempo, a guardiã da nossa língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas, – o povo e os escritores, – não confundindo a moda que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impor; nenhum de nós tem para si que a Academia decrete fórmulas. E depois para guardar uma língua é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas. A autoridade dos mortos não aflige, e é definitiva.

Esse ideário filológico e linguístico está patente não só no seu discurso, mas ainda na sua ação de escritor. Assim é que no seu tempo a caça aos galicismos, praticamente resumia a tarefa dos puristas; Machado criticava o excesso de galicismos, mas o agasalhava, quando necessário ou funcional às necessidades do estilo. Ao ser criticado em nota anônima por ter empregado no conto *O alienista* o francesismo *reproche*, defendeu-se dizendo que, além de não ser galicismo, pois encontrara nos clássicos *reproche* e o verbo *reprochar*, e ainda porque achava foneticamente insuportável o correspondente vernáculo *exprobração*. E conclui: “Daí a minha insistência em preferir o outro, devendo notar-se que não o vou buscar para dar ao estilo um verniz de estranheza, mas quando a ideia o traz consigo” (Assis: 1882, p. 293).

O esforço de cultivar o modelo de sua língua literária fez que Machado acompanhasse a boa lição da normatividade proclamada pelos bons autores. Na última fase de sua produção literária o escritor eliminou solecismos que corriam na língua escrita entre os séculos XVIII e XIX. Assim é que acomodou o verbo *haver* no singular, como impessoal, como sinônimo de *existir*, na última fase dos seus escritos. Essa sintaxe vingou entre bons escritores do século XVIII como Matias Aires e foi agasalhada no século XIX. Machado não fez exceção, e até na resenha ao *Compêndio* de Vergueira e Pertence deixa escapar

“Metódico no plano e claro na definição, não sei que *haja* outros requisitos a desejar ao autor de uma gramática (...)” (p. 22).

Vale lembrar que um gramático do porte de A. G. Ribeiro de Vasconcelos, na p. 254 n. 1 de sua *Gramática Portuguesa* (s/d, mas de 1900), considerava artificial o uso do verbo *haver* no singular, explicando o plural por atração.

Também Machado usou o verbo *fazer* no plural aplicado a tempo (*Fazem três dias*) até a fase dos *Contos fluminenses*, corrigindo-se depois para *Faz três anos*, na última quadra de seus escritos.

Oxalá tenhamos podido, ainda que esboçado, tratar de um tema que está a exigir pesquisa mais aprofundada, fixar os alicerces teóricos e funcionais do ideário linguístico deste grande artista da língua portuguesa, e da influência que, nesta realidade, pelo prestígio patente de sua estatura intelectual, exerceu sobre os escritores do seu tempo e dos que depois, consciente ou inconscientemente, vieram a integrar-lhe a corte e a vassalagem.

Referências

- ASSIS, Machado de. *Crítica Literária*. “Resenha ao Compêndio de Língua Portuguesa”, por Vergueiro e Pertence. “In *Crítica Literária*, Rio de Janeiro, W.M. Jackson. Editores, 1953 [1862].
- _____. “Literatura Brasileira – Instinto de Nacionalidade”. In *Crítica Literária* (1953) [1872].
- _____. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro, Lombaerto & C., 1882.
- _____. Discurso do Sr. Machado de Assis. Inauguração da Academia. In *Discursos Acadêmicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, tomo I 2005 [1897].
- _____. Discurso do Sr. Machado de Assis “Encerramento do 1º ano acadêmico”. In *Discursos Acadêmicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, tomo I 2005 [1897].
- _____. *Discursos Acadêmicos 1897-1919*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, tomo I, volumes I-II-III-IV, 2005.
- MELO, Manuel de. *Da Glottica em Portugal*. Carta ao autor de *Diccionario Bibliographico Português*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1872.
- NABUCO, Joaquim. Discurso do Sr. Joaquim Nabuco. In: *Discursos Acadêmicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, tomo I, 2005.
- PAGLIARO, Antonino. *A Vida do sinal. ensaios sobre a língua e outros símbolos*. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, tradução e prefácio de

Aníbal Pinto de Castro, 1983 [1951].

VASCONCELOS, José Leite de *Epiphanio Dias: sua vida e labor científico*.

Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1922.

VERGUEIRO–PERTENCE. *Compêndio da Gramática Portuguesa*. Lisboa:

Imprensa Nacional, 1861.

DIÇÃO, VOCÁBULO OU PALAVRA: REFLEXÕES PARA UMA TEORIA DA LINGUAGEM EM FERNÃO DE OLIVEIRA

Maria João Marçalo
Universidade de Évora

RESUMO: Publicada em 1536, a *Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira, é um interessante texto que contribui para um conhecimento mais perfeito das reflexões e conceções linguísticas da Europa do século XVI. Embora o autor nos dê uma magnífica descrição de fonética articulatória dos sons do Português, o nosso interesse aqui dirige-se para a classificação das palavras proposta por Oliveira.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Linguagem; Fernão de Oliveira; Palavra, Gramática, Português

ABSTRACT: Published in 1536, the *Gramática da Linguagem Portuguesa* (Grammar of the Portuguese Language) by Fernão de Oliveira, is a very interesting text that contributes to a better understanding of linguistic ideas and linguistic concepts in Europe, of the XVI century. Although he gives us a very good phonetic description on producing Portuguese language sounds, our main interest here is directed to words classification.

KEYWORDS: Theory of Language; Fernão de Oliveira; Word; Grammar; Portuguese

Sabemos hoje que desde muito antes do século XV, encontramos reflexões linguísticas na Ibéria que revelam o interesse por questões seminais de Teoria da Linguagem. São de tal testemunho reflexões como as presentes na obra de Afonso X, o Sábio, sobre o nascente romance castelhano¹. A Gramática de

¹ CE Hans-J. Niederehe, *Alfonso X el Sabia y la lingüística de su tiempo*, Madrid, Sociedad General de Libreria, 1987.

António de Nebrija, redigida em castelhano marcou, contudo, um momento muito importante da tradição filológica europeia.

1 O português Fernão de Oliveira, que viveu ao que se sabe entre 1507 e 1581, certamente inspirado na gramática de António de Nebrija, cujo nome é explicitamente mencionado no capítulo VI² (Oliveira, 1975: 46), publica em 1536 a *Gramática da Linguagem Portuguesa*. A Gramática de Elio António de Nebrija, apesar de ter constituído um fracasso na época por se revelar demasiadamente inovadora, continua a ocupar lugar cimeiro entre as gramáticas impressas das línguas vulgares e redigidas em romance. Acabada de imprimir em 18 de Agosto de 1492 esta gramática é 37 anos anterior à italiana de Trissino, 58 anterior à francesa de Meigret e 44 anos anterior à portuguesa de Fernão de Oliveira. A obra de Oliveira, por seu turno, apresenta aspetos bastante originais que lhe reivindicam um lugar mais destacado na história da linguística, e concretamente da linguística românica do que aquele que na verdade tem ocupado. Eugenio Coseriu considera-o, depois de Nebrija, um dos gramáticos mais originais e “o mais importante foneticista da Renascença na România” (Coseriu, 1991: 47).

Se Fernão de Oliveira se destaca no panorama da linguística portuguesa principalmente pelo seu indispensável contributo para o conhecimento do sistema fonológico do português de quinhentos, não é de desprezar o que nos diz sobre a formação de palavras, matéria da qual aqui nos ocuparemos.

1.1 As ideias apresentadas no capítulo XXX e seguintes da *Gramática da Linguagem Portuguesa*, delineiam a primeira teoria da composição palavras conhecida na história da linguística românica. Não nos permitiria o nosso fraco conhecimento das gramáticas românicas renascentistas fazer uma afirmação tão categórica. Tomámos, pois a liberdade fazer nossas as palavras sempre avisadas do Professor Coseriu “... Oliveira apresenta nos parágrafos sobre o vocabulário, ... um esboço de lexicologia e neste esboço, uma teoria da composição das palavras que constituem o primeiro – e em certo sentido o único – esboço

² Fernão de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Lisboa, 1536, edição fac-similada, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988. Utilizaremos neste trabalho, parcialmente publicado em 1996 em capítulo de livro dedicado à morfologia, a edição com Introdução, leitura actualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu, *A Gramática da Linguagem Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1975. Posteriormente, foi dada à estampa pela Academia das Ciências de Lisboa, a belíssima Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Não fora o prazo apertado de entrega deste artigo, teríamos optado por reformular as citações de acordo com esta edição datada de 2000.

desse tipo e a primeira teoria da composição das palavras que conhecemos na história da linguística românica”. (Coseriu, 1991: 31).

1.1.1 As dições, designação que Oliveira considera sinónima de vocábulos ou palavras³, são classificadas sob perspectivas diferentes, do seguinte modo: ou são nossas próprias, ou alheias, ou comuns; apartadas; ou juntas; velhas, novas ou usadas; próprias ou mudadas; primeiras ou tiradas.

1.1.2 Estes cinco grupos pautam-se por critérios diferentes, a saber:

– O critério etimológico, matizado pela aplicação de uma perspectiva; sincrónica (Coseriu, 1991: 32) permite-lhe a distinção entre dições nossas, alheias ou comuns: “As nossas dições são aquelas que nasceram entre nós ou são já tão antigas que não sabemos se vieram de fora” (Oliveira, 1975: 82-83); “As dições alheias são aquelas que doutras línguas trazemos à nossa por alguma necessidade de costume, trato, arte ou coisa alguma novamente trazida à terra” (*ibidem*: 85); “dições comuns chamamos aquelas que em muitas línguas servem igualmente e o tempo em que se mudaram de uma língua para outra fica tão longe de nós, que não podemos facilmente saber de qual para qual língua se mudaram” (*ibidem*: 87).

– O critério diacrónico matizado por directrizes cronológicas e/ou de frequência de uso levam-no a distinguir dições velhas, novas e usadas: “dições velhas são as que foram usadas, mas agora são esquecidas” (*ibidem*: 93); “as dições novas são aquelas que novamente ou de todo fingimos ou em parte achamos” (*ibidem*: 95); as dições usadas “são próprias do nosso tempo e terra” (*ibidem*: 97).

É-nos assim dada a distinção entre arcaísmos – “antiguidades de falar” e neologismos – vozes novas para nomear aquilo que de novo for achado.

Quanto às dições usadas acrescenta ainda que são as que todos e entendem, e algumas dessas que foram novas não são já assim consideradas “por serem mui frequentadas”.

– O critério da denotação e conotação permite a distinção entre dições próprias, “aquelas que servem na sua primeira e principal significação” e dições mudadas, “aquelas que estão fora de seu próprio significado” (*ibidem*: 99).

1.1.3 Os dois últimos grupos, que deliberadamente deixámos para a última consideração, situam-nos indiscutivelmente na área da formação de palavras. Temos por um lado as dições primitivas e as tiradas derivadas e por outro as dições apartadas ou simples e as juntas ou compostas. Da distinção entre

³ “Dição, vocábulo ou palavra, tudo quer dizer uma coisa. (...) palavra é voz que significa coisa ou acto ou modo” (Oliveira, 1975: 81)

dições primeira e tiradas, diz-nos Oliveira que primeiras são aquelas “cujo nascimento não procede doutra parte mais que da vontade livre daquele que as primeiro pôs” (*ibidem*: 99-100) e tiradas são aquelas “cujos nascimentos vêm de outras algumas dições donde estas são tiradas” (*ibidem*). O primeiro gramático português justifica a formação de palavras derivadas ou tiradas do modo seguinte: “tíramos ou formamos umas dições de outras para abastecer fazer copiosa a nossa língua e para que nos não falem vocábulos nas coisas para as quais todos os primeiros homens não puderam dar vozes em cumprimento” (*ibidem*: 100).

A formação de palavras derivadas tem como base a semelhança entre as coisas, ou seja, este tipo de criação linguística é apontado como extralinguisticamente motivado⁴. Partindo da semelhança dos objectos, faz Fernão de Oliveira a apologia da semelhança das palavras: “é conforme’ boa razão que se guarde a semelhança das coisas nas vozes” (*ibidem*:101). Os exemplos aduzidos são **tinteiro**, palavra derivada de tinta (“pela vizinhança e trato que tem com tinta”), **velhice** de velho (porque é sua própria), etc.

Esta interferência ou relação reflectora do extralinguístico no linguístico é louvada por Oliveira que considera tais dições como mais claras e melhor expressando seus significados (Cf. 101). A formação das “vozes tiradas”, ou seja, a formação de palavras por derivação é de seguida tratada, de acordo com a tradição grega, no capítulo intitulado *Da analogia*.

1.2 O primeiro gramático português trata mais pormenorizadamente do que respeita às palavras simples e compostas nos capítulos XXXIV e XXXV. Como para a presente prelecção essa é também a categoria que mais nos interessa, procederemos de igual modo.

1.2.1 Num primeiro momento Oliveira encara as dições no que concerne às suas partes constituintes. Exceptuando as dições que coincide com uma só letra⁵, todas se dividem em sílabas e letras. Algumas, porém podem ser divididas em dições inteiras. Este é, pois, o primeiro critério tomado para estabelecer a separação entre dições apartadas e dições juntas: citando Oliveira “As dições apartadas, a que os Latinos chamam simples ou singelas, são aquelas cujas partes não podem ser dições inteiras” (*ibidem*: 89); “As dições juntas a que os

⁴ “porque umas coisas ou são ou parecem chegadas a outras, ou também descendentes e espécies delas, assim isso mesmo fazemos umas dições quase como espécies participantes de outras, e em outras fazemos as formas semelhantes e chegadas em voz” (Oliveira, 1975: 100).

⁵ Exemplifica com é, terceira pessoa do Presente do Indicativo do verbo Ser e outros (Cf. Oliveira, 1975: 89).

latinos chamam compostas são cujas partes... são dições por si ou partes de outras dições” (*ibidem*: 90). Como exemplos de dições juntas, Oliveira refere **contrafazer, rezer, desfazer**.

O fundamento basilar para a identificação das palavras compostas é precisamente a possibilidade de distinção de partes diversas que se juntam para fazer uma só palavra: “As dições juntas são aquelas em que se ajuntam diversas dições ou suas partes fazendo uma só dição” (*ibidem*). Diz-nos ainda que o número de constituintes ou partes integrantes das palavras compostas pode ser igualou superior a dois. Na sua maioria as dições juntas são constituídas de duas partes. Quanto à morfologia das partes, diz-nos que elas podem manter a forma que apresentam isoladamente ou vê-la alterada.

1.2.2 A par destas considerações de natureza morfológica, ou se preferirmos, respeitantes ao significante, Oliveira apresenta-nos também critérios de ordem semântica. As partes constituintes destas dições juntas podem ou não ter significado quando consideradas individualmente. Assim em **re + fazer** e **des + fazer, re e des** “apartadas não dizem coisa alguma”. Tais dições manifestam-se sempre junto de outra dição, pois nunca as encontramos como dições inteiras: “têm por ofício servir sempre em ajuntamento e nunca as achamos fora dele” (*ibidem*: 91). Estamos, nada mais, nada menos do que perante as formas presas de Leonard Bloomfield. Para Oliveira o significado destas só se revela nas dições juntas: “esta parte re, no ajuntamento, tem virtude de acrescentar, e estoutra des tem virtude de desfazer ou diminuir ou fazer o contrário” (*ibidem*: 93).

Quanto ao significado da palavra composta, Fernão de Oliveira considera que ele pode ser idêntico ou semelhante à soma dos significados das palavras que a constituem, mas pode também nada ter a ver com o significado das partes individualmente consideradas (*ibidem*: 92-93).

1.3 Oliveira tem já consciência das duas faces do signo, a que ele chama **voz** e **significado**. A relação entre ambas não pode ser comprometida pela operação de identificação dos componentes das palavras compostas, onde ele utiliza um dos instrumentos de análise mais característicos da linguística estrutural, introduzido pela Escola de Praga e baptizado por Hjelmslev. Referimo-nos como é evidente à comutação.

Tomando como exemplo a palavra *amaríamos*, diz-nos que na voz ela pode ser dividida em *ama* + *ríamos*, pois existem em português as palavras *ama* – (“nome de mulher que cria, ou verbo imperativo e também indicativo”) e *ríamos* (“pretérito imperfeito de rir”). Ainda que a palavra *amaríamos* possa ser dividida quanto ao seu significante, o seu significado não permite tal divisão. Diz-nos Fernão de Oliveira a propósito destas palavras: “E posto que se

possam dividir quanto à voz, o seu primeiro principal intento e significado não consentem tal divisão” (Oliveira, 1975: 89). *Amaríamos* não é pois exemplo de palavra composta.

A possibilidade de os constituintes da dição aparecerem isolados não é assim o critério mais determinante para a classificação das palavras compostas. O critério determinante é antes de mais a possibilidade de analisar em segmentos a significação lexical⁶. Consequentemente considera a+correr, a+parecer, a+conselhar, en+carregar, esguardar com dições juntas, e apanhar, arranhar, ensinar, escutar, esperar como dições simples.

1.4 A análise de Fernão de Oliveira debate-se já com os mesmos problemas que encontramos a dificultar a análise praticada pelas diversas escolas estruturalistas, nomeadamente a colisão entre a análise do significante e a análise do significado. Recorde-se simplesmente a dificuldade levantada por formas como *receive*, *deceive*, *conceive*, *retain*, *detain*, *contain*, mencionadas por Blomfield na sua obra *Language*, publica em 1933.⁷

Muito há de pensamento linguístico nas obras gramaticais atuais que se relaciona com o enunciado por Fernão de Oliveira, em 1536. Daí que tenhamos reunido aqui estas breves reflexões como contributo e incentivo para uma teoria da linguagem oliveiriana que urge fazer-se.

Bibliografia

- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1933.
- CARVALHO, José Herculano de. *Teoria da linguagem - natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas*. Coimbra: Coimbra Editora, 2 v., 1983.
- CLAIRIS, Christos. De la Morphologie. *La linguistique*. Paris: P. V.E, n. 21, 1985, p. 177-183.
- COSERIU, Eugénio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1980.
- Coseriu, Eugenio. *Lingua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Niterói: EdUFF, 1991.

⁶ Cf. Coseriu, op. cit., p. 35.

⁷ Veja-se Bloomfield, *Language*, p. 209. Ver ainda Maria João Marçalo, “Aspects of portuguese syntematics - theory and problems”, p. 222.

- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*, Lisboa: Sá da Costa Editora, 1984.
- FERREIRA, José de Azevedo. *Bibliografia selectiva da língua portuguesa*. Lisboa: ICALP, 1989.
- FREI, Henri. L'unité linguistique complexe, *Lingua*. 1962, p. 128-140.
- GUSMANI, Roberto. La Sintematica. *Logos semantikos - Studia linguistica in honorem Eugenio Coseriu*. Madrid: Gredos/Walter de Gruyter, vol. III, 1981, p. 421-427.
- JOLIVET, Rémi. Remarques sur la Morfologie au Sens d' André Martinet. *Linguistique Fonctionnelle - Débat, et perspectives*. Paris: P.V.E, 1979, p. 163.
- KRÁMSKY, Jiri. *The word as a linguistic unit*. Paris: The Hague, Mouton, 1969.
- MARCHANT, Hans. On the Description of Compounds. *Word*. n. 23, 1967, p. 379-387.
- MARÇALO, Maria João. *Introdução à linguística funcional*. Lisboa: Instituto de Cultura e Apoio à Língua Portuguesa, 1992/ 2007. Disponível em www.institutocamoes.pt/cvc/bdc/index_lingua.html.
- MARÇALO, Maria João. *Fundamentos para uma gramática de funções aplicada ao português*. Coleção Linguística. Évora: Centro de Estudos em Letras, 2009.
- MARÇALO, Maria João. O Sintagma Fixo ou Sintema. *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, 1993, p. 279-290.
- MARÇALO, Maria João. Aspects of the Portuguese Synthematics Theory and Problems. *Actas - Jornadas internacionais de lingüística aplicada*. Granada: Instituto de Ciencias de la Educacion, Universidad de Granada, 1993, p. 221-233.
- MARTINET, André. Le Mot. *Diogene*. 51, 1965, p. 39-53.
- MONTEIRO, José de Lemos. As Ideias Linguísticas de Fernão de Oliveira. *Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, n. 15, 1998, p. 98-116.
- NIEDEREHE, Hans-J. *Alfonso X el Sabio y la Lingüística de su Tiempo*. Madrid: Sociedad General de Librería, 1987.
- OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugénio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências, 2000 [1536].
- OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, 1975 [1536].

- RIO-TORTO, Graça Maria. *Formação de palavras em português-aspetos da construção de avaliativos*. Coimbra: mimeo. 1993.
- SCHLIEBEN-LANGES, Brigitte. Letra, Figura und Força bei Fernão de Oliveira. *De orbis hispani linguis, historia, moribus. Festschrift für Dietrich Briesemeister zum 60. Geburtstag*. Frankfurt Main: Domus Editoria Europaea, 1994, p. 17-28.
- TRNKA, Bohumil. Principles of Morphological Analysis. *Philologica pragensia*. v. 4, n. 3, 1961, p. 129-137.
- TRNKA, Bohumil. On the Morphological Classification of Words. *Lingua*. 11, 1962, p. 422-425.
- VILELA, Mário. A Formação de Palavras: Componente Independente ou Apenas Subcomponente? *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. 1986, p. 31-52.
- ZGUSTA, Ladislav . Multiword Lexical Units. *Word*. 23, 1967, p. 57-587.

AS ORIGENS DA DISCIPLINA ‘HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA’ NA NOTICIA SUCCINTA (1823) DE JOSÉ VICENTE GOMES DE MOURA¹

Rolf Kemmler

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

RESUMO: Ao contrário do que se passa com outras disciplinas linguísticas, observa-se que a ‘historiografia linguística’ portuguesa (como disciplina linguística dedicada a obras metalinguísticas publicadas em Portugal e nas suas colónias), independente mas em certa forma também dependente das outras disciplinas linguísticas, não parece ter memória própria da sua história e dos antecedentes que levaram à institucionalização que se observa hoje em dia. O presente artigo visa eliminar esta lacuna através da apresentação da obra intitulada *Noticia Succinta dos Monumentos da Lingua Latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma* de José Vicente Gomes de Moura (1769-1854), professor no Real Colégio das Artes da Universidade de Coimbra.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia linguística, gramática, lexicografia, século XIX

ABSTRACT: *Unlike to what happens with other linguistic disciplines, it can be observed that the Portuguese ‘linguistic historiography’ (as a linguistic discipline devoted to metalinguistic works published in Portugal and its former colonies), independent but also somewhat dependent on other linguistic disciplines, does not seem to have a memory of its own history and background that led to the institutionalization that can be observed today. This article aims to eliminate this gap at least partially by presenting the Noticia Succinta dos Monumentos da Lingua Latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma by José Vicente Gomes de Moura (1769-1854), a professor at the Royal College of Arts at the University of Coimbra.*

KEYWORDS: *Historical Linguistics, Grammar, Lexicography, 19th Century*

¹ O presente artigo é dedicado ao Prof. Doutor Telmo Verdelho, historiador da lexicografia portuguesa e professor emérito catedrático da Universidade de Aveiro.

Introdução

Numa época em que as letras se encontram num declínio geral face às ciências naturais, económicas, jurídicas e outros ramos de investigação que geralmente costumam julgar-se ‘mais úteis’ e, por isso, mais merecedoras de atenção, o advento de uma ‘nova’ disciplina que reúne características linguísticas, históricas e culturais deve ser encarado não com apreensão, mas sim com interesse, pois fornece às investigações tanto sincrónicas como diacrónicas outra perspectiva, nomeadamente a noção de como os nossos antepassados encararam e explicaram os factos linguísticos com que deparavam.

Ao contrário, do que se passa com outras disciplinas linguísticas, observa-se que a ‘historiografia linguística’ portuguesa (como disciplina linguística dedicada a obras metalinguísticas publicadas em Portugal e nos outros países da lusofonia), independente mas em certa forma também dependente das outras disciplinas linguísticas, não parece ter memória própria quer da sua história quer dos antecedentes que levaram à institucionalização que se observa hoje em dia. À primeira vista, parece que a disciplina passou a criar raízes com as pedras miliárias constituídas pelos estudos e pelas edições que Maria Leonor Carvalhão Buescu (1932-1999) dedicou às obras dos gramáticos e tratadistas quinhentistas Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540), Pero de Magalhães de Gandavo (1574) e Duarte Nunes de Leão (1576, 1606).

Se a considerável quantidade de publicações de natureza monográfica e os artigos de especialidade fazem com que Buescu com alguma justiça deva ser encarada como a ‘mãe’ da disciplina da ‘historiografia linguística’ portuguesa, é de notar que não foi a primeira investigadora moderna a dedicar-se a esta área, tendo havido outros autores que anteriormente tentaram relatar a história dos tratados metalinguísticos dedicados ao universo linguístico português e latino-português, entre eles o grande José Leite de Vasconcelos (1858-1941) que nos deixou um esboço historiográfico-linguístico no quarto volume dos seus *Opúsculos* (1929).

Podemos constatar, no entanto, que os antecedentes da ‘historiografia linguística’ em Portugal remontam a tempos bem anteriores aos filólogos do século XX. Por um lado, já se observa alguma preocupação com os antecedentes históricos nos extensos textos introdutórios da gramática latino-portuguesa de Figueiredo (1765) ou das gramáticas portuguesas de Lobato (1770) e de Soares Barbosa (1822), sendo, porém, de constatar que este tipo de observações introdutórias serviu sobretudo para situar as posições ideológicas gramaticográfico-didáticas dos respetivos autores.

Também de ser mencionado o capítulo «Dictionnaires, grammaires et langues étrangères» que pertence à segunda parte do «Appendix à la géographie littéraire» do segundo volume do *Essai statistique sur le royaume de Portugal* (1822) do veneziano Adriano Balbi (1782-1848). Neste capítulo, o autor que se encontrava em Portugal no início dos anos vinte do século XIX, relata a essência das obras e de autores de obras metalinguísticas que estavam em curso em Portugal.² A apresentação de autores e obras é seguida pelos «Tableaux bibliographiques» com informações sobre a publicação de livros desde 1800 até 1820 (Balbi, 1822, p. ccxlj-cccxi). Nota-se, no entanto, que Balbi não mostra nenhuma preocupação de narrar a história da linguisticografia portuguesa (ou mesmo latino-portuguesa), mas sim documentar a situação atual tal como a estava a encontrar.³

Ora é no âmbito do capítulo XXIII da sua obra intitulada *Noticia Succinta dos Monumentos da Lingua Latina, e dos subsidios necesarios para o estudo da mesma* (MOURA, 1823, p. 332-363) que José Vicente Gomes de Moura (1769-1854), professor no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra desde 1803 até 1834, narra não somente as origens e a evolução da gramaticografia latina como base da tradição portuguesa, mas também se dedica pormenorizadamente à evolução da tradição gramatical portuguesa, demonstrando conhecimento íntimo das obras referidas. Para além disso, denota um conhecimento igualmente profundo das obras linguísticas contemporâneas que aconselha aos professores das línguas latina e portuguesa no âmbito do capítulo XXV, intitulado «Methodo de ensinar os principios da grammatica geral, os rudimentos da grammatica latina, a construcção dos auctores, a lingua portugueza com a latina, e a composição do latim» (MOURA, 1823, p. 389; cf. Kemmler 2010).

Pretendemos apresentar o repositório historiográfico-linguístico fornecido por José Vicente Gomes de Moura, relevando a sua importância deveras histórica para a disciplina da 'historiografia linguística'.

² No ano de publicação da *Grammatica Philosophica*, Balbi (1822, p. cxxxvj) refere-se da seguinte maneira a Barbosa (1807), sem, aliás, tornar claro porquê considera que esta gramática ainda não estaria atingir a sua finalidade: «La *Grammatica filosofica da lingua portugueza comparada coma latina para ambos se apresnderem ao mesmo tempo*, de JERONYMO SOARES BARBOZA. C'est un bon ouvrage, mais qui ne remplit pas encore entièrement le but pour lequel il a été fait».

³ Estamos a planear um artigo sobre as obras metalinguísticas referidas em Balbi (1822).

1 O autor José Vicente Gomes de Moura

José Vicente Gomes de Moura nasceu em 22 de Dezembro de 1769 na freguesia de Mouronho (Coja) que hoje se encontra no concelho de Tábua. Aluno do Seminário Episcopal de Coimbra desde 1779 até à ordenação como presbítero em 21 de Dezembro de 1793, passou a servir como substituto de algumas cadeiras nessa instituição desde 1795 até 1798, sendo posteriormente nomeado dono da cadeira de latim em Penacova (1798-1803). Desde 1803 foi professor no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra onde ao longo dos anos chegou a ensinar as cadeiras de latim, grego e história das antiguidades.

Devido à sua vasta experiência didática em várias disciplinas importantes dos estudos humanísticos, Moura estava consciente da falta geral de manuais didáticos adequados, o que o levou, desde 1821, a redigir e publicar as suas obras destinadas para o uso no âmbito do ensino secundário, sendo, portanto, um dos principais responsáveis pela elaboração de novos manuais escolares nos anos vinte e trinta do século XIX. Reforçou este exercício com a atividade de deputado da *Junta da Diretoria Geral dos Estudos* desde 1823, sendo ainda nomeado Diretor e Revisor da *Imprensa da Universidade* em Março de 1831.

Por ter feito parte do partido miguelista durante a Guerra Civil de 1828 até 1834, as atividades académicas e editoriais de José Vicente Gomes de Moura tiveram um fim repentino quando ele foi afastado de todos os seus cargos em 1834.

‘Reformado’ desta maneira para a terra paterna da Póvoa de Abraveia no concelho de Vila Nova de Poiares, Moura somente chegou a ser de alguma forma reabilitado ao ser oficialmente aposentado em 1839, o que lhe permitiu retomar os seus trabalhos interrompidos no *Lexicon Graeco-Latinum Manuale*. Foi a esta tarefa monumental que Moura dedicou os seus últimos anos de vida, pelo que recusou a nomeação para suceder ao Bispo de Viseu em 1842. Pouco depois de terminados os trabalhos na volumosa obra, José Vicente Gomes de Moura faleceu na sua casa em Abraveia a 1 de Março de 1854 pelas 21.30 horas⁴

Para além da *Noticia Succinta dos Monumentos da Lingua Latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma* (Moura 1823), à qual nos dedicaremos mais detalhadamente neste artigo, as principais obras de Moura são o *Compendio de Grammatica Latina e Portuguesa* (1829), as *Taboas de Declinação e Conjugação para aprender as Linguas Hespanhola, Italiana e Franceza, comparando-as com a Portuguesa* (1821), a edição portuguesa (mas greco-latina) do dicionário *Benjamini Hederici Lexicon graeco-latinum*

⁴ Para mais informações sobre a vida e as obras de José Vicente Gomes de Moura, veja-se o segundo capítulo do nosso artigo dedicado às suas ideias didático-linguísticas (Kemmler 2010).

manuale, doctorum virorum curis castigatum et auctum, nunc primum Lusitanis graecae linguae scholis adcommodatum (desde 1845), bem como as seletas latinas *Selecta e veteribus Scriptoribus loca* (1825/1827, 2 vols.), *Selecta ad usum Scholarum Rhetoricas* (1828) e *Selecta e veteribus Scriptoribus Poëmata* (1833, 1 vol.) e a seleta grega *Selecta ex graecae linguae poetis* (1830, 2 vols.).

2 A *Noticia succinta dos monumentos de lingua latina*

A *Noticia succinta* foi publicada em duas partes com a indicação do ano de publicação de 1823⁵ e compreende [VIII], 460 páginas. A única edição publicada saiu do prelo da 'Real Imprensa da Universidade' da Universidade de Coimbra. Após uma breve apresentação da estrutura da obra, pretendemos apresentar as partes da *Noticia succinta* na qual julgamos poder ver uma preocupação do autor como historiador da linguística em Portugal (e não só).

2.1 A Estrutura da *Noticia Succinta*

No que respeita a sua disposição textual, a *Noticia Succinta* apresenta a seguinte estrutura:

Conteúdo	páginas
[rosto] NOTICIA SUCCINTA DOS MONUMENTOS DA LINGUA LATINA E DOS SUBSIDIOS NECESSARIOS PARA O ESTUDO DA MESMA	[I]
[Página em branco]	[II]
[dedicatória:] MICHAELI, OPTIMO IOANNIS VI, ET CARLOTTAE FILIO, SVMMO LVSITANARVM COPIARVM DVCI ET PATRIAE STATORI. EPINICIVM.	[III-VI]
PARTE I. NOTICIA SUCCINTA DOS MONUMENTOS DA LINGUA LATINA.	[VII]-284
[citação] ⁶	[VIII]

⁵ Por constar que a primeira parte com data de 1823 chegou a ser impressa e divulgada em meados daquele ano, tendo a segunda parte somente sido impressa bastante depois sem rosto e sem constituir uma publicação independente, devemos constatar que a história editorial da obra deverá ser reconstruída noutra ocasião com base no considerável fundo de documentos manuscritos que se encontra no espólio do autor.

⁶ A citação completa de Olaus Borrichius encontra-se em WALCH (1716, p. [XI-XII]): «OLAVS BORRICHIVS ait (Orat. de *Studio Latinitatis purae* T. II. Diss. seu orat. Acad. p. 153.): *dulcis censetur Gallica, arguta Britannica, Hispanica & Italica graues, mascula & minax Teutonica, ut ceteras hic praeteram, nulla tamen in his omnibus virtus eminet, quae in latina non sit*

PROLOGO.	1-2
INTRODUCCÃO. OBSERVAÇÕES GERAES SOBRE AS LINGUAS.	2-24
CAPITULO I. IMPORTANCIA E ORIGEM DA LINGUA LATINA.	25-27
CAPITULO II. INTRODUÇÃO, CARACTERES, MATERIA E INSTRUMENTOS DA ESCRIPTURA ROMANA, FORMA E VARIO ARTIFICIO DOS LIVROS.	27-31
CAPITULO III. INSCRIÇÕES LAPIDARES.	31-33
CAPITULO IV. MOEDAS E MEDALHAS.	34-37
CAPITULO V. MANUSCRIPTOS LATINOS.	38-43
ESCRITORES LATINOS E EDIÇÕES DE SUAS OBRAS. [CAPITULOS VI.-XVIII.] ⁷	43-283
ADVERTENCIA.	284
PARTE II. SUBSIDIOS NECESSARIOS PARA O ESTUDO DA LINGUA LATINA.	285-432
[citação] ⁸	286
CAPITULO XIX. ESCOLHA DAS EDIÇÕES.	287-292
CAPITULO XX. ESCOLHA DOS AUCTORES LATINOS.	293-299
CAPITULO XXI. DICCIONARIOS LATINOS.	300-314

eminentior, torosior, conspectior. Pertinet et ad gloriam Latinae Linguae quod eam salutifera CRUX nobilitarit; quas laudes licet participet cum Hebræa et Græca, alia tamen dote easdem superat, quippe universitatem generis humani latius informat instruitque, ut beneficia, a Cruce SALVATORIS pendentia, per orbem terrarum didantur proclivius. Taceo nullam artem, saltem nobiliorem esse, nullam scientiam, nullum philosophandi, **machinandi**, ingeniique elimandi studium, quod ab hac non lumen, non robur, non cultum elogiumque politum accersat.

Jo. GEORGIVS WALCHIVS *Historia Critica Linguae Latinae in Praefatione*». Alterações em relação ao texto original são feitas com negritos.

⁷ Trata-se dos capítulos VI até XVIII que não serão apresentados aqui por apenas dizerem respeito aos escritores das várias épocas da literatura latina.

⁸ «*Semper enim, quacumque de arte aut facultate quaeritur, de absoluta et perfecta quaeri solet . . . Vis enim et natura rei, nisi perfecta ante oculos ponitur, qualis et quanta sit, intellegi non potest.*

CICERO *De Oratore* Lib. III. Cap. XXII».

Plurimum in praecipiendo valet RATIO, quae doctissimo cuique planissima est . . . Nemo sic in maioribus eminet, ut eum minora deficiant: nisi forte Jovem quidem Phidias optime fecit, illa autem, quae in ornamentum operis ejus accedunt, alius melius elaborasset.

QVINTILIANVS *Institutionum Orator.* Lib. II. Cap. III».

Ambas as citações encontraram-se nos referidos lugares das obras citadas. Os três pontos na citação de Moura significam que prescindiu da citação de algumas frases, de maneira como modernamente costumamos indicar com [...].

CAPITULO XXII. ARCHEOLOGIA. ⁹	314-331
CAPITULO XXIII. GRAMMATICA LATINA.	332-363
CAPITULO XXIV. HERMENEUTICA.	363-384
CAPITULO XXV. METHODO DE ENSINAR OS PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL, OS RUDIMENTOS DA GRAMMATICA LATINA, A CONSTRUÇÃO DOS AUCTORES, A LINGUA PORTUGUEZA COM A LATINA, E A COMPOSIÇÃO DO LATIM. ¹⁰	385-418
CAPITULO XXVI. ERUDIÇÃO NECESSARIA AOS PROFESSORES DE LINGUA LATINA. ¹¹	419-432
ERRATAS E ADIÇÕES.	433-440
INDEX DAS MATERIAS.	441-448
INDEX DOS AUCTORES LATINOS, QUE FLORESCÊRAÕ ATÉ O SEculo XIV.	449-457
RELAÇÃO DOS SENHORES SUBSRITORES	458-460

O quadro torna óbvio que Moura chega a dedicar-se à maioria dos assuntos relacionados com a língua latina. Para o nosso estudo interessam mais os capítulos XXI e XXIII, bem como os capítulos XXV e XXVI onde podemos encontrar algumas referências que para o nosso autor devem ser consideradas como sendo de natureza sincrónica.

2.2 A dicionarística histórica latino-portuguesa no capítulo XXI

Logo no início do capítulo relacionado com a lexicografia latina (e vulgar), a definição evidencia a preocupação do nosso autor com a história da lexicografia que aparentemente lhe serve para o melhor entendimento da sua atualidade lexicográfica.

⁹ Para MOURA (1823, p. 315-318), a mitologia faz parte do campo da arqueologia, tal como o fazem a história antiga, a geografia e a cronologia (MOURA, 1823, p. 319-323), bem como a diplomática (MOURA, 1823, p. 323-325) e outros aspetos.

¹⁰ Para além do texto do *Methodo*, o capítulo XXV compreende algo mais de cinco páginas com 'Exemplos' (MOURA, 1823, p. 413-418).

¹¹ MOURA (1823, p. 424-427) também considera a língua portuguesa de entre as línguas dignas de serem objetos de estudos. Este facto leva-o a uma dissertação pormenorizada sobre as origens da linguística portuguesa nos seus ramos tratadistas tradicionais (gramática, ortografia, lexicografia) desde o século XVI. Para além disso, MOURA (1823, p. 427-432) dedica-se aos principais monumentos da literatura portuguesa.

DICCIONARIO, *Dictionarius* (sc. liber), ou *Dictionarium* (sc. volumen); *Lexicon*, λεξικόν; *Glossa*, γλῶσσα; *Glossema*, γλῶσσημα; *Glossario*, *Glossarium*; *Nomenclatura*, ὀνομασικόν; *Vocabulario*, *Prosodia*, *Thesouro da Lingua*, etc. são alem de outros muitos os nomes, com que se tem intitulado em diversos tempos varias collecções de palavras com suas explicações. O uso dos Dicionarios passou dos Gregos para os Latinos; mas nenhuma destas nações nos deixou um Dicionario *universal e completo* de sua lingua, ainda mesmo depois de haverem cada uma elevado á porfia seu idioma á maior perfeição, e abundarem de Classicos, cujas obras offerecião larga materia para compol-o. Se nos restasse um Dicionario tal daquellas duas linguas, he de crer, que elle suppriria, ao menos em parte, a falta, que sentimos, de tantos monumentos perdidos (MOURA, 1823, p. 300).

A seguir a estas palavras introdutórias que esclarecem o estado histórico da lexicografia greco-latina, Moura relata o que sabe sobre os lexicógrafos da antiguidade clássica latina para depois fazer uma referência mais abundante dos lexicógrafos medievais.¹² A seguir a esta informação algo passageira, o autor dedica-se largamente às diferentes espécies de dicionários¹³ e estabelece um catálogo extenso de doze «*Regras para a composição e escolha dos Dicionarios*» (MOURA, 1823, p. 302-306) que se dirigem tanto aos autores como aos utentes de dicionários, encontrando-se a necessidade desta multiplicidade dicionarística justificada logo a seguir (MOURA, 1823, p. 306-308).

Após estes preliminares, é a partir do parágrafo «*Catalogo dos Dicionarios, que começarão a apparecer depois da restauração das Letras; e particularmente os de Calepino, Roberto Estevaõ, Basilio Fabro e Forcellini*» que MOURA (1823, p. 308) começa a dedicar-se à ‘historiografia linguística’ propriamente dita. Se bem que o parágrafo inicie com uma listagem dos principais dicionaristas latinos que afirma estar baseado no quinto capítulo «*De Lexicis latinis eorundemque vsu*» da obra de Walch (1716, p. 223-264), torna-se óbvio no exemplo do exposto sobre o italiano Ambrósio Calepino (ca.

¹² Para esta informação, MOURA (1823, p. 300) refere como fonte o francês Charles du Fresne, sieur du Cange (1610-1688): «CARLOS DU FRESNE faz um largo catalogo dos Dicionarios da *Idade Media* na douda Prefação ao seu *Glossarium Latinitatis mediae et infimae*». Na edição halense desta obra (Du Cange 1772), o prefácio ocupa as páginas 1-80.

¹³ MOURA (1823, p. 301) distingue os seguintes catorze tipos de dicionários: 1) ‘Dicionarios GRANDES’, 2) ‘Pequenos ou MANUAES’, 3) ‘UNIVERSAES’, 4) ‘PARTICULARES’, 5) ‘VULGARES’, 6) ‘TECHNICOS’, 7) ‘ALPHABETICOS’, 8) ‘SYNTHETICOS’, 9) ‘ETYMOLOGICOS’, 10) ‘DAS MATERIAS’, 11) ‘PERFEITOS’, 12) ‘simplesmente LATINOS’, 13) ‘LATINO-VULGARES’, 14) ‘NOMENCLATURAS’.

1435 /1440-1510/1511) que o autor português adiciona a sua apreciação como latinista às informações biobibliográficas da fonte:¹⁴

Diccionario de CALEPINO. Este Diccionario composto por *Ambrosio Calepino*, assim chamado por ser natural de Calepio na Lombardia, impresso pela primeira vez em Regio de Lombardia em 1500. ou 1502., reimpresso muitas vezes em varios lugares, melhorado pelos trabalhos de *Passerat, la Cerda, de Allio e Jacob Facciolati*, passou por um Diccionario dos mais usuaes da Europa. Suas melhores edições são as do dito *Facciolati*, feitas em Padua, de que ha muitas. *João Baptista Gallicciolli* publicou o *Calepino* de *Facciolati* em Veneza 1777. 2. v. fol., promettendo grandes melhoramentos, uns propriamente seus, outros extrahidos do Diccionario de *Forcellini*. A esta edição se seguiu a de Padua de 1779. 2. v. fol. com uma erudita prefacção, em que *Gallicciolli* he convencido de má fé e erros crassos, pela omissão de palavras Latinas, e que vem em *Forcellini*, e de significacões boas; e pela introducção de palavras barbaras, e outros defeitos. Todas as edições de *Facciolati* são boas; as posteriores melhores, e superior a todas a dita de 1779., cujo titulo he *Calepinus septem linguarum, hoc est, Lexicon Latinum variarum linguarum interpretatione adjecta in usum Seminarii Patavini, editio decima . . . Patavii 1779. 2. v. fol.* A interpretação he feita em *Italiano, Hebreo, Grego, Alemão, Francez e Hespanhol*. Traz no principio o catalogo dos Classicos, e no fim um pequeno Diccionario das palavras barbaras, e outro Italiano-Latino. He Diccionario *universal*, e mui proprio para o estudo de Latim, mais para as pessoas adiantadas, que para os principiantes: de *Calepino* seu A. conserva pouco mais, que o nome (MOURA, 1823, p. 309).

Se bem que não partilhe a natureza exaustiva da descrição e do estudo das origens lexicográficas em Portugal de VERDELHO (1995) ou do resumo feito em KEMMLER / SCHÄFER-PRIEß (2003), julgamos poder afirmar que o seguinte trecho representa uma primeira tentativa breve de uma narrativa da história da lexicografia latino-portuguesa, pelo que o reproduzimos na íntegra:

¹⁴ Na verdade, Walch não se limita a referir os nomes, as obras e os anos de edições como parece indicar a referência de MOURA (1823, p. 308). Tomando em consideração a maior extensão das informações da fonte latina, Moura aproveita algumas delas, outras não. Fica evidente que vai bastante para além da fonte, especialmente no que respeita os comentários às edições modernas, rejeitando implicitamente outras informações de WALCH (1716, p. 231) como acontece com a referência à suposta origem nobre do lexicógrafo bergamense: «*Ambrosius de Calepio* in agro Bergomensi, quem quidam filium comitis Calepiensis fuisse, adfirmant, conscripsit lexicon, cuius fama non inter exiguos litterarum fines continetur, prodiit 1500. & Venet. 1509. 1572. Paris 1510. 1525. Basil. 1544. 1560. 1627. Hagan. 1523. Lugdun. 1647. post curam Passeratii & Ludouici de la Cerda, item 1681».

§. 344. *Latinos Portuguezes e Portuguezes-Latinos.*

Não se ha continuado a reimprimir o *Diccionarium Latino-Lusitanum et Lusitano-Latinum* de JERONYMO CARDOSO, Professor de Humanidades na Universidade em Lisboa, e grande Humanista, impresso Conimbr. 1569. 1587. 1695., Olyssip. 1592. 1601. 1619. 1630. 1643. e 1677. 4.º e 1694. fol. Tambem tem cessado de imprimir-se a *Prosodia* de BENTO PEREIRA, em que vem um Diccionario Latino-Portuguez, outro Portuguez- Latino com as phrases portuguezas e adagios explicados em latim, de que ha varias edições successivamente augmentadas, Eborae 1634. 1697. e 1732.; Ulyssip. 1643. e 1647. etc. O mesmo se deve dizer do *Dictionarium Lusitano-Latinum* de AGOSTINHO BARBOSA, impresso Bracharae 1611. fol. Os Diccionarios Latinos-Portuguezes, que hoje correm, são *Lexicon Latinum, Lusitana interpretatione adjecta, ad usum Lusitanorum adolescentium in lucem editum jussu Josephi I. Regis Fidelissimi*, de que ha muitas edições desde 1762. A ultima he a de Lisboa de 1819. 4.º He Diccionario *Manual*, que carece dos nomes proprios; e nas posteriores edições vem muito augmentado, e traz o Diccionario da *Fabula de Chompré*, vertido em portuguez. Seu A. he PEDRO JOSE DA FONSECA, Professor Regio de Rhetorica e Poetica em Lisboa. Do mesmo erudito A. he o *Diccionario Portuguez e Latino*, impresso tres vezes em Lisboa fol., de que a primeira edição he de 1771.: as outras contém o mesmo que a primeira. *Magnum Lexicon Latinum et Lusitanum . . . editio altera, priori longe auctior et emendatior, opera et studio R. P. M. Fr. Emmanuelis Pinii Cabralii*, Olisipone 1802. fol. Este Diccionario foi composto pelos Jesuitas, que o tinham meio impresso, quando sua Ordem foi extincta; e neste estado foi entregue aos Franciscanos da Terceira Ordem, que o acabáão de imprimir, e fizeram a sobre-dita reimpressão. *Diccionario Port.-Lat.* de CARLOS FOLQMAN, Lisb. 1755. 4.º (MOURA, 1823, p. 310-311)¹⁵

Independentemente da sua brevidade, este texto documenta que Gomes de Moura conhecia bem os antecedentes da lexicografia portuguesa que teve o seu início nos monumentos lexicográficos bilíngues do humanista Jerónimo Cardoso (?-1569), cuja obra principal é a publicação póstuma com o título *Dictionarivm latinolvsitanicvm & vice versa lusitanico latinum* (CARDOSO ²1570).¹⁶ É bas-

¹⁵ Nas «Erratas e addições» MOURA (1823, p. 439) acrescenta: «1755. 4.º O *Diccionario Portuguez-Latino-Francez* de JOAQUIM JOSÉ DA COSTA E SA' (§. 391.)». O facto de o título divergir do que se encontra referido pelo nosso autor (trata-se de do *Diccionario portuguez-francez-e-latino*; cf. Sá 1794; Silva, 1860, IV, p. 100; n.º 1683) leva a crer que Moura talvez não tenha tido acesso direto a um exemplar desta obra. Verifica-se, com efeito, que o espólio livreiro de José Vicente Gomes de Moura que foi oferecido à Biblioteca geral da Universidade de Coimbra (BGUC) não apresenta nenhum exemplar deste dicionário trilingue.

¹⁶ Consta que a primeira edição do dicionário português-latim intitulado *Hieronymi Cardosi Lama-censis Dictionarivm ex Lvsitanico in Latinvm Sermonem* foi publicada em Lisboa em 1563.

tante notável que o autor conheça dez das onze edições conhecidas de Cardoso: ¹1569 – ou seja ¹1570 –, ¹⁷ ²1587, ¹⁸ ³1592, ⁴1601, ⁶1619, ⁶1613, ⁷1630, ⁸1643, ⁹1677, ¹⁰1694, ¹¹1695, ficando, no entanto, patente que ele próprio possuía um exemplar da terceira edição.¹⁹ A única edição que Moura parece desconhecer é a de CARDOSO (⁵1613), impressa em Lisboa por Pedro Crasbeeck.²⁰

Algo menos completa é a descrição que faz da história editorial dos complexo lexicográfico constituído pela *Prosodia in Vocabularium Bilingue, Latinum et Lusitanum, digesta, in qua dictionum significatio, et syllabarum quantitas expenditur* de Bento Pereira (1605-1681) de que VERDELHO (1982, p. 361) constata pertinentemente que terá sido o ‘terceiro dicionário português-latino’. Tendo a parte latino-portuguesa *Prosodia in uocabularium trilingue latinum, lusitanicum et castellanicum* sido publicada pela primeira vez em 1634 (Lisboa: António Craesbeeck de Melo), o complemento português-latino *Thesouro da Lingua Portuguesa* foi impresso por Paulo Craesbeeck em Lisboa em 1647. Sem o espanhol como terceira língua, as duas partes do dicionário passaram a ser editadas num só volume desde 1661 (VERDELHO 1982, p. 361), contando com um número ainda não esclarecido de re-edições e reimpressões, cuja história editorial ainda deverá ser estudada.

No que respeita aos dicionários do humanista setecentista Pedro José da Fonseca (1736-1816), as informações de Gomes de Moura estão parcialmente certas. Assim, o dicionário latino português que foi editado desde 1762, tem o

¹⁷ Dado que a licença, o privilégio e a dedicatória do editor alemão Sebastião Stockhamer datam todos de 1569, Telmo Verdelho costuma referenciar a obra como Cardoso (1569/1570). Considerando, porém, que o processo da impressão de uma obra desta envergadura naquele tempo costumava levar bastantes meses e até anos, julgamos mais acertado referir o ano de publicação referido no rosto.

¹⁸ Ainda não tivemos acesso a nenhum exemplar desta edição. Consta, no entanto, que a Universitäts- und Forschungsbibliothek Erfurt/Gotha em Gotha (Alemanha), possui um exemplar com as referências «Conimbricæ. Excussit Ioannes Barrerius Typogr. Vniuersitatis, 1588», tendo a cota Phil 4° 00415/01.

¹⁹ O exemplar de 1592 encontra-se na BGUC e tem a cota Abraceva 9-(1)-2-7-12.

²⁰ Com privilégio de 4 de junho de 1605 a favor do livreiro lisboeta ‘Ieronimo Lopez’ (CARDOSO, 1613, p. [IV]), a produção desta edição do dicionário demorou muitos anos. Assim, a decisão da inquisição, baseada no parecer do censor Fr. Manuel Coelho de 25 de fevereiro de 1607, data de 6 de março de 1607. A licença do ordinário data de 27 de agosto de 1612. Apesar destes pareceres positivos, o referido livreiro aparentemente não terá tentado conseguir a licença real para a impressão antes de 1612, uma vez que o parecer final do Desembargo do Paço reza o seguinte: «Podese imprimir este liuro vista a licença do santo Officio, & do Ordinario: & não correrá sem vir á Mesa para ser taxado. Em Lisboa a 29 de Agosto de 612. Magalhães. Pinto. Barbosa. da Veyga» (CARDOSO, 1613, p. [III]).

título extenso *Petri Josephi a Fonseca Olissiponensis Rhetorices atque Poetices Professoris Regii Parvum Lexicon Latinum Lusitana interpretatione adiecta ad usum lusitanorum adolescentium in lucem editum jussu Iosephi I. Regis Fidelissimi*. A ênfase deve ser colocada obviamente no adjetivo ‘parvum’, por ser precisamente este o termo que caracteriza a obra como sendo um dicionário manual no sentido mencionado por Moura.²¹ Estão certas as informações fornecidas sobre o *Diccionario Portuguez e Latino* do mesmo autor (FONSECA 1771).

São de grande interesse historiográfico as informações que contextualizam a gênese do *Magnum Lexicon* (¹1780, ²1802) como obra que tinha sido composta pelos jesuítas e cuja impressão teria sido levada a cabo pela ‘Congregação da Terceira Ordem da Penitencia de S. Francisco’ que fora incumbida da conclusão dos trabalhos neste dicionário que foi publicado como sendo da autoria do franciscano Manuel Pina Cabral (CABRAL 1802, p. [II]).²² Injustamente esquecido é o *Diccionario Portuguez, e Latino* do lisboeta Carlos Folqman (1702-?) que foi o primeiro dicionário português a aproveitar o dicionário monumental de Bluteau que mencionaremos adiante.

2.3 A dicionarística histórica monolíngue

Em sequência das considerações sobre as origens latino-portuguesas da lexicografia em Portugal no capítulo XXVI, é no âmbito das suas considerações sobre a «Erudição necessaria aos professores de lingua latina» que o nosso autor faz questão de referir as obras pertencentes à lexicografia contemporânea:

DICCIONARIOS PORTUGUEZES. Os Dictionarios Portuguezes-Latinos, proprios para a composição de Latin, deixamos referidos no §. 344. Ha tambem Dictionarios de Portuguez para outras Linguas, cuja noticia não he propria deste lugar. Dos Dictionarios Portuguezes he e será sempre affamado o *Vocabulario Portuguez e Latino* de D. RAFAEL BLUTEAU, Coimbra 1712. e segg. 8. v. fol., e o *Supplemento*, Lisboa 1727. fol., no qual a parte Latina avulta pouco. Este diffuso Dictionario

²¹ É digno de nota que a edição póstuma de 1819 foi editada por Miguel le Bourdieu, professor de latim em Lisboa e autor / tradutor de várias obras de natureza metalinguística. O nosso exemplar do *Parvum Lexicon* de 1819 tem [XXII], 816 páginas, tendo sido encadernado com um exemplar de Chompre (⁸1818). A tradução portuguesa anónima do *Dictionnaire abrégé de la fable* (¹1727) do francês Pierre Chompré (1698-1760) foi publicada em Portugal pela primeira vez em 1779 (cf. FONSECA 1779), tendo havido pelo menos 22 edições portuguesas até 2004!

²² Como testemunhámos em KEMMLER / SCHÄFER-PRIEB (2003, p. 288), as edições posteriores trazem referência de terem sido re-editadas devido aos esforços do franciscano José António Ramalho e desde 1834 por Manuel José Ferreira.

contrahio ANTONIO DE MORAES E SILVA, Lisboa 1789, 2. v. 4.º gr., augmentado, ibid. 1813., e ainda mais, 1823. BERNARDO DE LIMA E MELLO BACELLAR *Diccionario da Lingua Portuguesa*, ibid. 1783. 4.º *Vestigios da Lingua Arabica em Portugal* por Fr. JOÃO DE SOUSA, de ordem da Academia R. das Sciencias. 4.º *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa, composto sobre todos os que até o presente se tem dado ao prêlo*, etc. nova edição, ibid. 1817. 4.º, CANDIDO LUSITANO *Diccionario Poetico*, Lisboa 1794. 4.º, he util aos poetas principiantes e aos oradores, edição II.; e ha já III. *Diccionario da L. Portuguesa*, publicado pela ACADEMIA R. DAS SCIENCIAS de Lisboa, ibid. 1793. 1. v. fol., contém só a letra A. He Diccionario grande, e rico de vozes e phrases, provadas com auctoridades copiosas, de adagios e de vocabulos antigos e antiquados, com bom *prologo*; *planta para se formar o Diccionario*; *Memorias e louvores da Lingua Portuguesa*; e *Catalogo dos AA.. que se lêrão . . . para a composição do Diccionario*. Todos os dictionaristas posteriores se servem delle em quanto á letra A, e se se acabasse competiria com os mais ricos Diccionarios das Linguas vivas da Europa. *Diccionario Geral da Lingua Portuguesa de algibeira*, por TRES LITERATOS Nacionaes, Lisboa 1818-21. 3. v, 8.º Todos os Professores de Latim devem ter algum Diccionario, e de todos o mais vulgar he o dito de *Antonio de Moraes e Silva. Ensaio sobre alguns Synonymos da Lingua Portuguesa* por Fr. FRANCISCO DE S. LUIZ, Monge Benedictino, e depois Bispo e Reformador Reitor da Universidade. He a primeira obra, que temos, deste genero, em que seu A. merece o louvor de abrir um caminho, até agora nunca trilhado. Resta colligir mais vocabulos, e provar as definições e differenças destes por exemplos tirados de nossos Classicos, o que só pode ter lugar em obra mais volumosa, para a qual abriu a porta o dito *Ensaio*, Lisboa 1821. 4.º (MOURA, 1823, p. 426)

É natural que as considerações sobre os dicionários monolíngues tenham o seu início com o monumental *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1728) do teatino francês Rafael Bluteau (1638-1734), pois é verdade que a preocupação principal do lexicógrafo seja a língua portuguesa e não a latina, como Moura constata de maneira convincente. Ao passo, porém, que o *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783) do ponto de vista cronológico seja o primeiro dicionário monolíngue propriamente dito, a verdadeira primazia costuma ser atribuída à obra homónima de António de Morais Silva (1755-1824). Esta opinião da lexicografia histórica moderna²³ parece corroborada em MOURA (1823, p. 426), onde não se encontra qualquer comentário para além da referência bibliográfica, sendo a obra de Morais mencionada como o dicionário de maior divulgação.²⁴

²³ Cf. VERDELHO (1994, p. 676) e KEMMLER / SCHÄFER-PRIESS (2003, p. 288).

²⁴ No espólio de José Vicente Gomes de Moura na BGUC conserva-se um exemplar da quinta edição de 1844 com a cota Abreveia 9-(1)-5-4-8.

O *Novo Dicionario* (1806) do qual Moura refere a segunda edição de 1817 como ‘nova edição’ é um dicionário manual elaborado com base no dicionário de Moraes (cf. VERDELHO, 1994, p. 679) que teve grande divulgação no século XIX. Com menos sucesso editorial do que a obra antecedente, também o *Diccionario Geral da Lingua Portuguesa de algibeira* (1818-1821) somente merece uma referência bibliográfica algo lacônica. O bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva é mais categórico quando discute a qualidade desta obra:

69) *DICCIONARIO GERAL DA LINGUA PORTUGUEZA de algibeira, por tres Litteratos nacionaes*. Lisboa, na Imp. Regia 1818-1821. 8.º 3 tomos.

O tomo I contém 1036 pag.; o II 1013; o III, com o titulo de *Supplemento ao Diccionario*, 304 pag.

Consta que d’elle fôra editor Luis Maigre Restier, estabelecido em Lisboa com casa de educação; ignoro porém ainda os nomes dos tres collaboradores que trabalharam n’esta compilação, a qual não gosa em geral de grande credito. O tomo I começa por um chamado *Catalogo dos Auctores Classicos Portuguezes*, que não merece estimação, nem pôde servir de utilidade a alguem. Parece inexcusável a incuria e falta de conhecimento que presidiu á sua organização! Encontram-se a cada passo errados, trocados e confundidos já os nomes dos auctores, já os titulos das obras citadas, havendo entre estas não poucas que jámais existiram, e apparecendo outras repetidas por vezes com titulos differentes, que as fazem julgar diversas quando são uma só. Finalmente, é um monumento de vergonha para o seu auctor, seja elle quem fôr. Poderia apontar aqui exemplos, porém deixo de fazel-o por evitar maior prolixidade.

Apparecem d’esto *Diccionario* muitos exemplares, trazendo nos rostos a indicação de *Segunda edição*, Lisboa, na Typ. de Nery 1839: examinando-os porém, conhecer-se-ha para logo que são realmente da mesma primeira e unica edição já confrontada, e que só os frontispícios foram substituidos. Creio até que já vi alguns, em caso identico, com a declaração de *Terceira edição*! Felizmente, estas fraudes litterarias eram, ainda ha poucos annos, menos conhecidas entre nós: mas em tempos mais modernos vão-se generalizando, por effeito de especulações industriosas, imitadas dos estrangeiros, que estão habituados a fazer valer este meio para acreditarem melhor as obras, conseguindo assim illudir a credulidade ou boa fé dos inexperientes (SILVA, 1859, III, p. 136-137).

Uma obra que desperta mais interesse no nosso autor é o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, cujo primeiro volume (A-Azurrar) foi publicado em 1793 pela Academia das Ciências de Lisboa (cf. ACL 1993). Trata-se de um ‘dicionário de autoridades’ de grande envergadura que, se fosse completo, provavelmente teria ultrapassado o volume do chamado ‘Diccionario de Autoridades’ da Real Academia Española intitulado *Diccionario de la lengua*

castellana (1726-1739, 6 volumes). Como se sabe, os trabalhos lexicográficos plurisseculares da Academia de Ciências de Lisboa somente foram 'concluídos' com a publicação de um dicionário de A-Z em 2001 (ACL 2001).

Tanto os *Vestígios da Lingua Arabica em Portugal* (1789) de João de Sousa (ca. 1730-1812) como o *Diccionario Poetico* de Francisco José Freire (1719-1773), mais conhecido pelo seu nome arcádico Cândido Lusitano sob o qual o livro foi publicado, são obras de especialidade. O primeiro dedica-se às palavras de origem árabe no português, o segundo oferece um grande número de sinónimos e epítetos para a composição poética. Reflexo de obras congêneres publicadas noutros países europeus, o *Ensaio sobre alguns Synonymos da Lingua Portugueza* (1821, cf. São Luís 1824) do Cardeal Saraiva, Fr. Francisco de São Luís (1766-1845) porém, não é propriamente um dicionário, mas trata-se antes de umas considerações sobre alguns sinónimos, ao longo dos quais são discutidos vários aspetos relacionados com as palavras em questão.

2.4 A gramaticografia histórica latino-portuguesa

Com o subtítulo de «grammatica latina», o capítulo XXIII de MOURA (1823, p. 332-363) dedica-se de maneira bastante detalhada à tradição gramatical latina e vulgar, principiando com a seguinte definição:

§. 354. Necessidade da Grammatica no estudo das Linguas.

A GRAMMATICA, isto he, aquella disciplina, que ensina a expressar correctamente nossos pensamentos em alguma Lingua por meio da linguagem, quer fallada, quer escripta, he um dos subsidios de absoluta necessidade no estudo das Linguas, quer ella se tome em sua accepção a mais estreita, em que abrange as regras da declinação e conjugação, as da construcção das palavras declinaveis e indeclinaveis, e as da Prosodia, quer se tome na accepção mais lata abrangendo não só as ditas regras, cuja collecção se chama *Grammatica Technica*, mas tambem a parte *Critica* e *Exegetica*. A Grammatica tomada na accepção mais estreita he um subsidio para o estudo da Lingua Latina (assim como de todas), em quanto em um bem ordenado systema, formado pela observação da natureza do homem e das linguas, offerece as regras, que ensinão o bom emprego das palavras, e o uso das construcções, constantemente seguidos em qualquer Nação, para exprimir os pensamentos pela linguagem. E por isso fallaremos da *Grammatica Technica*, indicando brevemente sua historia (em quanto á Lingua Latina), e seus mais notaveis Escriptores (MOURA, 1823, p. 332).

Nestas palavras o autor, na sua condição de historiador dos monumentos literários latinos, considera a gramática como um meio indispensável para a aprendizagem da língua latina. A comparação com o seguinte trecho leva-nos a crer que Moura

esteja a basear as suas ideias sobre o conceito da gramática na definição filosófica funcional, tal como foi fornecida por António de Moraes SILVA (1806, p. 9).²⁵

A Grammatica é arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras.

2. A Grammatica Universal ensina os methodos, e principios de falar communs a todas as linguas.

3. A Grammatica particular de qualquer, lingua v. g. da Portugeza, applica os principios communs de todos os idiomas ao nosso, segundo os usos adoptados polos que melhor o fálão.

Ficando manifesto o apego do nosso autor à tradição gramatical filosófica em voga na sua época, veremos que está bem informado quanto às obras históricas e atuais da tradição gramatical que se propõe a estudar. Devido à grande extensão deste importante capítulo, iremos limitar-nos a seguir às considerações que Gomes de Moura apresenta sobre a gramaticografia latino-portuguesa e à gramaticografia portuguesa.²⁶ Antes, porém, convém realçar a atitude marcadamente historiográfico-linguística do autor na última frase do §. 354.

Como não podia deixar de ser, a primeira gramática latino-portuguesa mencionada por MOURA (1823, p. 351-352) é a do jesuíta madeirense Manuel Álvares (1526-1583):

§. 369. *A Grammatica Latina floresce em Portugal no século XVI. A Arte do Padre Manoel Alvares dá ocasião a se estabelecer o systema Alvaristico.*

A NAÇÃO PORTUGUEZA sendo, se não a primeira, ao menos uma das que primeiro se derão ao estudo das Linguas Grega e Latina, e que por essas pulirão sua Lingua vulgar, não podia carecer do subsidio da Grammatica Latina, e bem assim de Professores abalizados de Humanidades. Destes bastaria nomear *Jeronymo Cardoso* na

²⁵ Veja-se também SCHÄFER-PRIEB (2000, p. 106).

²⁶ Por ser um capítulo que se dedica, na verdade, aos principais aspetos da atividade gramatical antiga mas sobretudo moderna e contemporânea do autor, julgamos que será útil publicar este importante documento historiográfico-linguístico na íntegra, o que, aliás, deverá ser feito noutra ocasião. Baste aqui referir o que MOURA (1823, p. 343) diz sobre os gramáticos franceses César Chesneau du Marsais (1676-1756) e Nicolas Beauzée (1717-1789), opinião esta que julgamos que mostra conhecimento pessoal das obras dos dois autores: «Se *Du Marsais* se distingue por sua clareza e simplicidade, *BEAUZÉE* se avantajou aos *Grammaticos* anteriores pela maior compreensão de doutrinas, exactidão de ideas e solidez de suas discussões, que às vezes degenerão em sobejas e enfadonhas. – *Grammaire Générale, ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage, pour servir de fondement à l'étude de toutes les Langues*, Paris 1767. 2. v. 8.º He obra classica neste genero».

Universidade, quando esta estava em Lisboa, *Lopo Gallego*, e os outros Professores seus collegas no Collegio das Artes, nomeados pelo Senhor D. João III., quando mudou a Universidade de Lisboa para Coimbra em 1537. Vid. §. 294.

Havendo porém sido entregue em 1555. aos Jesuitas o ensino das Humanidades, usava-se da Arte da Grammatica Latina do Padre *Manoel Alvares*, da qual se fallou no §. 368., então e com razão mui acreditada, até que foi excluída do Ensino Publico pelas Instrucções Regias de 1759. He boa Arte practica, mas carece, assim como todas as daquelle tempo, dos Principios da Grammatica Geral. Havendo de applicar-se para o Ensino Publico, deverão os Jesuitas vertel-a em Portuguez, e não ensinar aos meninos a Lingua Latina, que ignorão, por um livro, escripto em Latim; juntar-lhe os principios Geraes das Linguas, e a comparação da Latina e Portugueza; e enfim dar-lhe os melhoramentos, que resultão do maior estudo das *Fontes de Grammatica*, de que se fallou nos §§. 361. e seg.

Ora, com rigor, não se pode falar propriamente de uma gramática latino-portuguesa, uma vez que a gramática de Manuel Álvares, que, como se sabe passou desde 1598 a ser a gramática latina oficial do ensino linguístico da Companhia de Jesus através da sua adoção pela *Ratio Studiorum* (cf. KEMMLER 2007, p. 15-16) é uma obra quase inteiramente escrita em latim. Neste contexto gramaticográfico, são ainda de considerar os comentários mais ou menos extensos em língua portuguesa que eram conhecidos por *cartapácios*, tendo sido publicados ao longo dos séculos XVII e XVIII até serem proibidos em 1759. Reproduzindo um largo trecho de Verney, Moura aproveita para manifestar a sua opinião sobre essas obras.

§. 371. *Commentadores de Alvares.*

Reputada porém esta Arte como texto, devia ter seus Commentadores e Expositores. = “Sei (diz o judicioso *Vernei* no *Verdadeiro Methodo de estudar Carta* I.), que em outras partes, onde se explica a Grammatica de *Manoel Alvares*, tambem lhe accrescentão algum livrinho; mas tantos como em Portugal, nunca vi. As declinações dos nomes e verbos, estudão pela Grammatica Latina; a esta se segue um *Cartapacio* Portuguez de Rudimentos; depois outro para Generos e Preteritos, muito bem comprido; a este um de Syntaxe bem grande (por *José Soares*, Lisboa 1689. 4.º); depois um livro, a que chamão *Chorro*, e outro a que chamão *Promptuario*, pelo qual se apprendem os escholios dos nomes e verbos; e não sei que mais livro ha.”²⁷ = E logo accrescenta: = “Tudo aquillo se póde

²⁷ O texto original em VERNEY (1746, p. 59) reza: «Sei, que em outras partes, onde se explica a Gramatica de Manoel Alvares, tambem lhe-acrescentam algum livrinho: mas tantos como em Portugal, nunca vi. As declinações dos-Nomes e Verbos estudam, pola Gramatica Latina, a esta se-segue um Cartapacio Portuguez de *Rudimentos*, despois outro, para *Ge-*

compreender em um livrinho em 12.º, e não mui grande. = Um dos mais aplaudidos Expositores da Arte do P. Alvares foi JOÃO DE MORAES DE MADUREIRA FEIJÓ, de quem são *Explicatio in omnes partes Artis P. Alvaris*, Ulyssip. 1724. 4.º; *Arte Explicada*, ibid. 1730-35. 4. v. 4.º Estas obras, que acabamos de indicar, mostram, que a Grammatica, que então vogava nas Escolas dos Jesuitas, era uma Grammatica *Sectaria*; e estranhar-se-hia a qualquer, se quizesse alterar, ou contradizer a doutrina de *Alvares*, ou desviar-se do methodo adoptado, e quando o ousasse, era havido por temerario, e devia aguardar asperas respostas apologeticas a favor da doutrina de *Alvares*, como aquella, que vem no fim do Tom. II. da *Arte Explicada*, e outras, de que logo se fará menção. Assim em quanto as Nações Estrangeiras aplanavão o estudo da Lingua Latina; examinando as doutrinas, e propondo os melhores methodos, jazia esta disciplina entre nós em grande desmazelo, reduzida a um methodo servil, embaraçoso e prolongado até o meado do seculo XVIII (MOURA, 1823, p. 354).

No comentário que faz sobre os cartapácios, torna-se óbvio que José Vicente Gomes de Moura assumia uma atitude francamente negativa perante o método alvarístico do ensino linguístico. Em vez de nos debruçar sobre a interessantíssima questão bibliográfica relacionada com os cartapácios, remetemos para o resumo deste género textual de PONCE DE LEÓN (2001) e KEMMLER (2007, p. 13-17). A questão bastante confusa da génese da *Arte explicada* de João de Moraes de Madureira Feijó (1688?-1741) foi por nós estudada (em KEMMLER 2007, p. 17-28), sendo o primeiro volume da primeira edição das *Explicationes in omnes partes totius artis. R. P. Emmanuelis Alvarez è Societate Jesu* sido publicada em 1729 e não em 1724 como afirma Moura no trecho citado.

Mais acertada do que o enquadramento da gramática de Álvares entre as gramáticas latino-portuguesas é, no entanto, a afirmação de que a tradição latino-portuguesa em vernáculo teve o seu início formal com Amaro de Roboredo:

§. 370. *Antes de Bacon tiverão a Portuguezes a idea da Grammatica Comparada.*

neros, e Preteritos, muito bem comprido; a este um de *Sintaxe* bem grande; depois um livro, a que chamam *Chorro*: e outro a que chamam *Promptuario*, polo qual se-aprendem os escolios de Nomes e Verbos. e nam sei que mais livro á». No confronto entre a citação de Gomes de Moura e o original verneiano torna-se óbvio que o primeiro aproveitou do texto original, modernizando tudo que era próprio do sistema ortográfico verneiano para corresponder ao sistema atual da *ortografia usual*. Para além disso, introduziu a referência à obra *Explicationes in praecipuam partem totius artis P. Emmanuelis Alvari* (Lisboa, 1670) de José Soares. Esta obra teve grande número de edições, sendo a questão editorial por estudar. Veja-se CARDOSO (1994, p. 164).

Roboredo quer, que as Artes sejam escriptas em Portuguez. Inculca a Grammatica Portugueza; e porque? Persuade o ensino da Grammatica Comparada, e dos Principios da Grammatica Geral. Reconhece a utilidade de reunir no mesmo Compendio as Grammaticas Latina e Portugueza. Roboredo não foi attendido pela preponderancia do systema Alvaristico.

Este descuido he tanto mais notavel, quanto he certo, que João de Barros teve idea da Grammatica Comparada (§. 364.), e Amaro de Roboredo, Grammatico mui practico, e com o qual a Nação se póde honrar, publicava, antes da morte de Bacon, em Lingua Portugueza *Verdadeira Grammatica Latina*, Lisboa 1615. 8.º; *Grammatica Latina mais breve*, ibid. 1625. 8.º; *Raizes da Lingua Latina* em Latim e Portuguez, 1621. 4.º; *Porta de Linguas*, ibid. 1623. 4.º; *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, ibid. 1619. 4.º em 3. partes. A Prefação desta ultima obra he mui notavel pelas noções, que contêm, tão sans, como oppostas ás que então vogavão. 1.º Insiste em que a Grammatica Latina deve ser escripta em Portuguez, e por isso chama a seu methodo *novo estilo, novo modo, novo caminho*, e nota a pouca razão, *que tãe os que ainda perfão que as Grammaticas se hão de escrever em Latim*. 2.º Reconhece a necessidade, *que há, de se reduzir primeira a Arte a Lingua materna: e logo a Latina, Grega e Hebréa, e as mais, que quizerem aprender, mui correspondentes no mesmo methodo* (MOURA, 1823, p. 352).

Reiterando que terá sido o gramático português João de Barros (1496-1570) quem, anos antes do inglês Francis Bacon (1561-1626) se manifestou a favor da comparação das gramáticas latina e grega,²⁸ Moura apresenta as obras linguísticas comparadas de Amaro de Roboredo,²⁹ o primeiro gramático português a orientar-se pelas considerações da *Minerva* (1587; cf. SÁNCHEZ DE LAS BROZAS 1760) de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600) da qual se costuma considerar que tenha servido como estímulo para as obras dos gramáticos gerais franceses. Como a segunda gramática latina escrita em língua portuguesa, a *Verdadeira Grammatica Latina* (1615, 2007) é a primeira obra de Roboredo a exigir o ensino do latim da língua materna.³⁰ Esta orientação

²⁸ Veja-se MOURA (1823, p. 341): «4.º Que não sendo possivel colligir doutrinas communs a todas as Linguas, basta expor a theoria do que só he commum ás Linguas *cultas*, cujo conhecimento nos póde *ajudar* no estudo das Sciencias. Esta idea teve o nosso João de Barros, approvando o ensino da Grammatica Comparada das Linguas *Portugueza, Latina e Grega* na prefção á sua Grammatica Portugueza, publicada em 1540, e 86 annos antes da morte de *Bacon*».

²⁹ Segundo ASSUNÇÃO / FERNANDES (2007, p. XII), não se sabem as datas de nascimento e de óbito do gramático. Podendo ter nascido nos anos oitenta do século XVI, parece, no entanto, que ainda estaria vivo em 1653.

³⁰ A obra anterior de Pedro Sanches somente é referenciada de uma forma algo lacónica em MOURA (1823, p. 358-359): «PEDRO SANCHES DE PAREDES *Arte de Grammatica pera em breve se saber Latim*, Lisboa 1610».

pedagógico-linguística vê-se ainda reforçada no *Methodo Grammatical para todas as Linguas* (1619, ³2007), que costuma ser contado entre as gramáticas portuguesas, sendo na verdade a terceira gramática da tradição latino-portuguesa.³¹ A *Porta das Linguas* (1623) é igualmente uma obra didática que visa a aprendizagem comparativa do latim, sendo baseada na *Ianua Linguarum sive Modus maxime accomodatus, quo patefit aditus ad omnes linguas intelligendas* (Salamanca, 1611).³² Provavelmente por não se enquadrar na orientação didática que visava para o ensino linguístico, neste contexto Moura não faz nenhuma referência à *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda latino idiomate proponitur* (1672) do jesuíta Bento Pereira – isto apesar de o próprio José Vicente Gomes de Moura possuir um exemplar da segunda edição de 1806.³³

Dedicada somente à língua portuguesa, segue-se a referência da primeira gramática da língua portuguesa que teve mais do que uma edição no mesmo século. Trata-se das *Regras da Lingua Portuguesa* (1725) de Jerónimo Contador de Argote (1676-1749) que já tinham sido publicadas em 1721 sob o pseudónimo de ‘Padre Caetano Maldonado da Gama’ (cf. SCHÄFER-PRIEB, 2000, p. 18)

A mesma ideia de reduzir a princípios a Grammatica Portuguesa foi reproduzida por D. *Jeronymo Contador de Argote*, nas suas *Regras da Lingua Portuguesa*, etc., e por *Antonio José dos Reis Lobato Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*: veja-se porém o §. 407 (MOURA, 1823, p. 353-354).

³¹ Uma breve sùmula das regras da gramática portuguesa encontra-se na «Recopilaçam da grãmatica portugueza, e latina, pela qual com as 1141 sentenças insertas na arte se podem entender ambas as línguas», um suplemento de três páginas que foi inserido entre as páginas 78 e 79 do *Methodo Grammatical* (ROBOREDO 2007, p. 110-111). Dado que este importante documento não faz parte de todos os exemplares de Roboredo (1619), somente foi trazido do esquecimento por Gonçalo Fernandes no âmbito dos trabalhos na sua tese de doutoramento na UTAD.

³² ASSUNÇÃO / FERNANDES (2007, p. XI) constatarem que a obra de Roboredo (1623) terá sido uma «[...] tradução portuguesa da *Ianua Linguarum* dos Jesuítas irlandeses [...]». Veja-se sobre esta obra os dois estudos recentes de SCHÄFER-PRIEB (2006) e FERNANDES (2004). Datando a respetiva comunicação de setembro de 2001, o artigo de Barbara Schäfer-Prieb chegou somente a ser publicado em 2006. O artigo de Gonçalo Fernandes foi elaborado em 2004 sem que o autor tivesse notícia do trabalho da colega alemã.

³³ A obra intitulada *Grammatica Lusitana. Latino Idiomate Proposita, et in quinque classes, instructas, subsellis recto ordine distributis, diuisa, ut ab omnibus, tum domesticis tum exteris frequentari possint* foi impressa na Imprensa Regia em Lisboa em 1806. O exemplar do nosso autor na BGUC tem a cota Abraveia 9-(1)-5-8-10. Veja-se CARDOSO (1994, p. 160).

Se bem que a gramaticografia monolíngue da língua portuguesa não tenha tido seguimento imediato, a atividade dos autores foi continuando nos anos posteriores. Atribuindo a fecundidade em obras dedicadas ao ensino do latim no vernáculo a Luís António Verney (1713-1792), MOURA (1823, p. 355-356) menciona a seguinte atividade gramaticográfica:

A reforma da Philosophia, produzindo em Grammatica estes dois efeitos, devia por isso atacar o *Methodo Alvaristico*, tal qual então se achava, patenteando seus defeitos. Para este fim concorrerão notavelmente os escriptos de LUIZ ANTONIO VERNEI, um dos maiores ornamentos da Igreja e da Nação Portuguesa, insigne Philosopho, Philologo e Latinista, Varão distincto por seus solidos conhecimentos, e por aquella critica util, que não se contenta de indicar os erros, mas passa a mostrar, como as cousas se devem melhorar com acerto. Os antigos Methodos atacou elle solida e engraçadamente no *Verdadeiro Methodo de estudar*, Valença 1747. 2. v. 4.º, obra, que excitou tal commoção nos partidarios das opiniões antigas, que contra ella se publicarão as *Reflexões Apologeticas* de Fr. Arsenio da Piedade, ibid. 1748. Estas forão replicadas pela *Resposta ás Reflexões de P. Fr. Arsenio*, publicada a favor de Vernei, ibid. 1748.; e a esta se seguiu a *Conversação familiar e Exame critico* em defeza das *Reflexões Apologeticas*, pelo Padre Severino de S. Modesto, ibid. 1750. 4.º, etc. São suppostos os nomes dos AA. destas obras, e dos lugares de sua impressão; e nellas Vernei se encobre sob o nome de Frade Barbadinho. He escusado dizer, que o merecimento destas obras, nas quaes he atacado o methodo de Vernei, he o mesmo, que o daquellas, em que se tracta de sustentar absurdos e eclipsar a luz da verdade. O mesmo Vernei nos mostrou e inculcou os melhores Methodos, publicando sua *Logica*, Romae 1751. 1757. e 1769.; *Metaphysica*, ibid. 1753.; *Apparatus ad Philosophiam et Theologiam*, ibid, 1751.; e *Grammatica Latina*, Lisboa 1775. 4.º ed. III. *De orthographia Latina* (§. 366.), *Physica*, ibid. 1769. 3. v. 4.º

Os esforços de Vernei em desfazer a preocupação, que reinava a favor do Systema Alvaristico, forão acompanhados pelos dos Congregados do Oratorio de Lisboa, entre os quaes havia eruditos, e muito bons Latinistas, taes como o Padre Antonio dos Reis, bom Poeta Latino, o Padre MANOEL MONTEIRO, Auctor do *Novo Methodo para se apprender a Lingua Latina*, Lisboa 1751. 8.º; e o Padre ANTONIO PEREIRA DE FIGUEIREDO (§. 394.).³⁴ O *Novo Methodo de Grammatica Latina*, que este publicára, Lisboa 1752, 8.º e a Part. II. 1753. muitas vezes repetido, v. g. 1765. ediç. V., em cujo Prologo seu Auctor fazia cargo ao Padre Alvares de erros e de omissões; commoveu tão fortemente a bile dos Alvaristas, que debaixo do nome de Manoel Mendes Moniz publicarão o *Anti-prologo Critico e Apologetico*, Lisboa 1753., em

³⁴ Nas «Erratas e addições» MOURA (1823, p. 440) emenda: «(§ 294)». No § 294., o nome de António Pereira de Figueiredo é mencionado meramente como fazendo parte dos 'Latinistas Portuguezes', cf. MOURA (1823, p. 248).

que defendem a doutrina de *Alvares*, e accusão, por uma especie de reconvenção, os erros do dito *Novo Methodo*. Estas controversias entre os Oratorianos e os Alvaristas, como versavão sobre materias de Grammatica Latina, levarão ambos os partidos ao exame mais serio dos monumentos da Lingua, para provarem suas asserções; e puzerão os Leitores em circumstancias de julgar da bondade, ou imperfeição dos dois methodos e das doutrinas de ambas as Escolas. Já no §. 369. indicámos os defeitos do systema Alvaristico; porém seus antagonistas não tinham razão em menoscabarem uma Arte, que orna a Literatura Portuguesa, mereceu a maior estima dos Estrangeiros, e em que se acha um systema practico de Grammatica Latina o mais accommodado para uso da mocidade; e bem assim em fazer cargo a seu A. de defeitos, que 2 falta de monumentos ou de boas edições daquelle Seculo tornava inevitaveis (§. 359.).

Tal como constata Moura, Verney como estrangeirado e estudioso do sistema educativo português não se limita a criticar aquilo que julga negativo na gramática de Álvares, mas faz propostas concretas que se baseiam sobretudo na máxima do ensino vernáculo. Esta ideia é igualmente posta em prática pelo oratoriano António Pereira de Figueiredo (1725-1797). Como se pode ver em ANDRADE (1964) e ANDRADE (1966), a polémica verneiana foi-se arrastando pelos anos quarenta e cinquenta do século XVIII, sendo acompanhada e seguida pela polémica alvarística que teve o seu apogeu após a publicação do *Novo Methodo de Grammatica Latina* (1752-1753, cf. ⁵1765).³⁵ Uma vez que o Alvará régio de 28 de junho de 1759 (cf. KEMMLER 2007, p. 504-508) proibiu expressamente o uso e a posse de qualquer uma das obras relacionadas com o ensino linguístico da Companhia de Jesus, tornando obrigatórias as gramáticas de António Pereira de Figueiredo e de António Félix Mendes na verdade estava aberto o caminho para a publicação de novos manuais linguísticos que Moura (358-360) testemunha de forma muito extensa:

§. 375. *Grammaticos Latinos em Portugal, mórmente depois do meado do Seculo XVIII.*

Passando aos Compendios de Grammatica Latina, ou de suas partes, feitos entre nós, já se indicarão alguns nos §§. 367. e segg. Aos AA publicados antes do meado do Seculo passado, se podem juntar: PEDRO SANCHES DE PAREDES *Arte de Grammatica pera em breve se saber Latim*, Lisboa 1610. 8.º Fr. FRUCTUOSO PEREIRA *Arte de Grammatica Latina*, Lisboa 1636. 4.º e 1652.

³⁵ Estando presente até à quinta edição (FIGUEIREDO 1765), o extenso prólogo de XCVII páginas foi suprimido nas edições posteriores. Tanto a obra como a sua história editorial está por ser estudada.

8.º Fr. JACOME DA CONCEIÇÃO *Methodo facilissimo de apprendre Grammatica*, ibid. 1743. 4.º

Depois do meado do Seculo passado attrahirão a attenção publica a *Grammatica de Vernei*, e o *Novo Methodo de Ant. Pereira de Figueiredo*, o qual, e a *Grammatica da Lingua Latina* de Antonio Felix Mendes, (Lisboa 1759. 8.º ediç. IV.) forão adoptados para uso das Escolas pelas *Instrucções Regias para os Professores de Grammatica Latina* §. IV. A estes se seguirão outros Escriptores, que porfiarão, quanto estava de sua parte, por illustrar a mocidade. MANOEL RODRIGUES MAIA publicou sua *Arte de Grammatica Latina*, Lisboa em 8.º, e o *Diccionario das Ellipses*, ibid. 1780. 8.º A do P. ANTONIO RODRIGUES DANTAS, saíu, ibid. 1773. 8.º; e sua *Explicação da Syntaxe*, ibid. 1799. 8.º, ed. II. e 1731. ed. III. A de ANT. PEREIRA XAVIER, ibid. 1784, 8.º, ed. III., e *Nova explicação da Syntaxe*, ibid, 1788. 8.º DOMINGOS NUNES DE OLIVEIRA deu *Methodo novissimo para apprendre a Grammatica Latina*, ibid. 1786, 4.º FRANCISCO LUIZ DE MAGALHAENS *Compendio da Elipse*, ibid. 1805. ANTONIO DE PINA DE ANDRADE *Observações sobre as virtudes da boa Latinidade*, etc., ibid. 1782. EMYGDIO JOSE' DAVID LEITAÔ *Novo Compendio da Grammatica Latina*, Coimbra 1796 8.º THOMAZ ANTONIO DA SILVA *Grammatica Latina*, Lisboa em 8.º *Syntaxe Latina, explicada segundo o moderno systema filosofico . . .* por ***, *Professor da L. Latina*, Lisboa 1785. 8.º MIGUEL LE BOURDIEC *Grammatica Latina*, Lisboa em 8.º JOAQ. JOSÉ' DA COSTA E SA' *Dissertação sobre os exercidos da eloquencia ou pura Latinidade, e verdadeira imitação de Cicero*, ibid. 1791. 8.º CANDIDO ANTONIO DE OLIVEIRA E SILVA *Avisos aos Estudantes da Grammatica Latina sobre o modo mais facil de entender e analysar os periodos*, ibid. 1780, 8.º SEBASTIÃO JOSE' GUEDES E ALBUQUERQUE *Arte de traduzir de Latim para Portuguez, reduzida a principios*, ibid. Fr. DIOGO DE MELLO E MENEZES *Novo Epitome de Grammatica Latina moderna*, Lisboa 1795. 8.º, que foi vertido em Hespanhol em 1797. e depois em Madrid 1803, com um supplemento de *Orthographia, Arte metrica, Trópos e Figuras de Rhetorica*. Repetio-se com o titulo *Arte Grammatico-Filosofica*, Lisboa 1803.; e com o titulo *Grammatica Filosofica da Lingua Latina, reduzida a Compendio, ou Methodo suave*, etc., ibid. 1823. No fim vem este elogio, tirado da *Gazette Littéraire*, Juillet 1805.: *Le P. Mello Menezes a publié une Grammaire philosophique de la Langue Latine, que Dumarsais n'aurait pas désavouée. La traduction de ce petit ouvrage en d'autres Langues ne nuirait pas à la réputation de son auteur, que y déploie autant de gout, que de philosophie.* JOAQUIM JOSE' DE CAMPOS ABREU E LEMOS *Grammatica Elementar da Lingua Latina por systema philosophico com um Appendix de tres Tractados: 1.º Analyse Grammatical: 2.º Regras para traduzir de Latim para Portuguez: 3.º Regras para a composição do Latim*, ANTONIO MARIA DO COUTO *Juizo imparcial sobre varios pontos de Grammatica, em que não concordarão dous Professores de Gram. Latina*, Lisboa 1808., nelle se discutem varias doutrinas com assás discernimento. JOSÉ' DE LEMOS PINTO FARIA *Breve Tractado da medição dos versos*, ibid. 1823. 8.º JERON, SUARES (§. 373.).

A atividade editorial no campo das gramáticas monolíngues portuguesas foi retomada em 1770 com a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* de António José dos Reis Lobato (¹1770), da qual se sabe que foi tornada a primeira gramática escolar oficial em Portugal e colónias através do Alvará de 30 de setembro de 1770 (cf. KEMMLER, 2007, p. 521-522 e ASSUNÇÃO, 2000). Esta gramática encontra-se referenciada numa citação da parte histórica na «Introdução» de BARBOSA (1822, p. XI).³⁶

GRAMMATICAS PORTUGUEZAS. Sobre este artigo diz o eruditissimo Jeronymo Soares Barbosa na prefacção da *Grammatica Filosofica da Lingua Portuguesa* pag. XI: “Portugal conheceu Grammaticas Portuguezas ainda antes que outras nações civilizadas tivessem uma na sua lingua. Quando Ramos em 1572 publicou a primeira Grammatica Franceza (*Grammere de P. de la Ramée*, Paris. 1572. 8.º e 1587., e vertida em Latim, Francof. 1583. 8.º), já Portugal tinha a de JOÃO DE BARROS, dada á luz em 1540., e 1785 8.º, e a de FERNAO DE OLIVEIRA em 1536. (Todavia cita-se a *Grammaire française* de Jacq. Dubois, chamado Sylvius. Paris 1537. 12.). Estas forão seguidas do Methodo Grammatical de AMARO DE ROBOREDO, impresso em Lisboa em 1619. (Vid. §. 370.), da Grammatica do Padre BENTO PEREIRA em Londres 1692. (*Ars Grammaticae pro Lingua Lusitana addiscenda*, Lugd. 1672. 8.º e Olisipone 1803. 8.º); da de D. JERONYMO CONTADOR DE ARGOTE em Lisboa 1721. (e 1725. 8.º); e finalmente da de ANT. JOSE’ DOS REIS LOBATO em 1770. (Lisboa 8.º, repetida muitas vezes). Mas todas estas Grammaticas alem de muitos erros e defeitos particulares, que nos seus lugares notarei, tem o commum de serem uns systemas meramente analogicos, e fundidos todos pela

³⁶ O texto original de BARBOSA (1822, p. XI-XII) reza: «Portugal conheceu Grammaticas Portuguezas ainda antes que outras nações civilizadas tivessem huma na sua Lingua. Quando Ramos em 1572 publicou a primeira Grammatica da Lingua Franceza, ja Portugal tinha a de João de Barros, dada á luz em 1539, e a de Fernão de Oliveira em 1552. Estas forão seguidas do *Methodo Grammatical* de Amaro de Roboredo, impresso em Lisboa em 1619, da Grammatica do P. Bento Pereira, em Londres no de 1672, da de D. Jeronymo Contador d’Argote em Lisboa 1721, e finalmente da de Antonio José dos Reis Lobato em 1761.

Mas todas estas Grammaticas, além de muitos erros e defeitos particulares, que nos seus lugares notarei, tem o commum de serem huns systemas meramente analogicos, e fundidos todos pela mesma fôrma das Grammaticas Latinas; e nesta mesma consideração ainda mui imperfeitos por falta de muitas observações necessarias sobre o genio particular e caracter da Lingua Portuguesa. Grande parte destes defeitos emendou ja o auctor dos *Rudimentos da Grammatica Portuguesa*, impressos em Lisboa em 1799, tomando por guia quasi em tudo a *Grammatica da Lingua Castellhana composta pela Real Academia Hespanhola*, a qual entre as das Linguas vulgares tem merecido hum distincto louvor».

Para além das alterações de natureza ortográfica, nota-se que Moura aumentou as referências bibliográficas de Soares Barbosa, corrigindo todas as referências que não estivessem certas.

mesma forma das Grammaticas Latinas, e nesta mesma consideração ainda mui imperfeitos por falta de muitas observações necessarias sobre o genio particular e character da Lingua Portugueza. Grande parte destes defeitos emendou já o A. dos *Rudimentos da Grammatica Portugueza*, impressos em Lisboa em 1799., tomando por guia, quasi em tudo, a *Grammatica da Lingua Castelhana*, composta pela R. *Academia Hespanhola* (Madrid. 1796. 8.º), a qual entre as das Linguas vulgares tem merecido um distincto louvor. Esta Grammatica porém he mais um systema analogico de regras e exemplos, do que logico: e posto que reforme muitos abusos das antigas Grammaticas, segue com tudo a mesma trilha; e desamparando os principios luminosos da Grammatica geral e rasoada, multiplica em demasia as regias, que podia abbreviar mais, reduzindo-as a ideas mais simples e geraes.º He digna de ser lida toda aquella douda prefacção.

A estes Escriptores accrescentaremos outros, que tractarão da Grammatica Portugueza, ou de alguma parte della: DUARTE NUNES DE LEAÕ *Orthographia da Lingua Portugueza*, Lisboa 1576. 4.º, e *Origem da Lingua Portugueza*, ibid. 1606. 4.º; e ambas estas obras, ibid. 1784. 8.º PERO DE MAGALHAENS DE GANDAVO *Regras, que ensinão a escrever a Orthographia da Lingua Portugueza*, etc., Lisboa 1574. e 1590. 4.º ALVARO FERREIRA DE VERA *Orthographia ou methodo para escrever certo na Lingua Portugueza*, ibid. 1631. 4.º O P. BENTO PEREIRA *Regras geraes. . . da Orthographia, com que se podem evitar erros no escrever da Lingua Latina e Portugueza*, Lisboa 1666. 8.º JOAÕ FRANCO BARRETO *Orthographia da Lingua Portugueza*, ibid. 1671. 4.º JOAÕ DE MORAES DE MADUREIRA FEIJÓ *Orthographia*, Lisboa 1734. 4.º e 1818., e Coimbra 1739. Fr. LUIZ DO MONTE CARMELLO *Compendio de Orthographia com sufficientes catalogos e novas regras . . . e explicação de muitos vocabulos antigos e antiquados*, etc. Lisboa 1767. 4.º ANTONIO DE MELLO DA FONSECA *Antidoto da Lingua Portugueza*, Amsterdam 4.º *Tractado da versificação Portugueza, em que se contém um compendio das regras da metrifcação, um amplissimo dictionario de consoantes, e instrucções para a perfeita poetica*, por MIGUEL DO COUTO GUERREIRO, Lisboa 1784 8.º JOAÕ PINHEIRO FREIRE DA CUNHA *Breve Tractado da Orthographia Portugueza*, Lisboa 1788. 8.º e 1815. edição IX. MANOEL DIAS DE SOUSA *Grammatica Portugueza*, Coimbra 1804. 12.º ANTONIO DE MORAES E SILVA *Epitome da Grammatica Portugueza*, impresso á parte, e depois com o *Diccionario da Lingua P*, do mesmo. ANONYMO *Compendio da Grammatica Portugueza*, Lisboa 1804. 8.º JOAÕ CRISOSTOMO DO COUTO E MELLO *Gramatica Filosofica da Linguagem Portugueza*, ibid. 1818. 4.º JERONYMO SUARES BARBOSA *As duas Linguas, e Grammatica philosophica da L. P. ou Principios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem* (§. 365.). He esta a ultima obra impressa, com que este, nunca assas louvado, Humanista illustrou nossa Literatura, e seria para desejar, que a impressão fosse feita antes de sua morte. MANOEL BORGES CARNEIRO *Grammatica, Orthographia e Arithmetica Portugueza*, ibid. 1820. 8.º (MOURA, 1823, p. 424-426)

O segundo parágrafo que visa listar os restantes gramáticos portugueses menciona com bastante exatidão os principais ortógrafos portugueses desde os seus inícios como tradição independente da gramaticografia propriamente dita que teve o seu início em 1574 com as duas obras de GANDAVO (1574) e LEÃO (1576)³⁷ até FEIJÓ (1734)³⁸ e MONTE CARMELO (1767). O único tratado metaortográfico propriamente dito que falta nesta listagem é o de LIMA (1736). As informações sobre as restantes obras metalinguísticas de finais do século XVIII até 1820 não são, como se sabe, completas mas relatam obviamente a essência das obras ‘atuais’ desde a perspectiva do nosso autor que já no capítulo anterior tinha estabelecido uma lista das obras cujo conhecimento MOURA (1823, p. 389) considerava essencial:

10.º Em fim ajudará muito aos Professores a lição dos Philologos modernos, que por seus escriptos aplanarão e facilitarão o estudo da Lingua Latina, dos quaes vem muitos declarados nesta obra. *Noltenio*, citado no §. 39., dá no Tom. II. um longo catalogo delles, classificados segundo o genero de materias, que tractarão. Há porém alguns, que aos Professores são necesarios, ou mui uteis, que julgamos dever indicar neste lugar, sem excluir outros excellentes, nomeados nesta obra. Em GRAMMATICA GERAL: *As duas Linguas, Beauzée, Sicard e Lanjuinais* (§. 365.). Em GRAMMATICA LATINA: *Porto Real* (§-365.), *Minerva de Sanches* (§. 359.), *Vernei e Antonio Pereira* (§. 372.).

Em GRAMMATICA PORTUGUEZA: *Moraes e Silva* (§. 407.), *Jeronymo Suares Barbosa* (§. 365.).

DICIONARIOS LATINOS: *Forcellini*, e *Calepino* (§.343.), *Magnum Lexicon*, e o de *Pedro José da Fonseca* (§. 344.).

DICIONARIOS PORTUGUEZES: *Bluteau*, *Moraes e Silva*, o *Dicccionario d'algibeira*, o da Academia R. das Sciencias (§. 407.).

DICIONARIOS DE COMPOSIÇÃO: os indicados no §. 344., e as *Nomenclaturas* do §. 346., o *Portuguez Latino e Francez* de *Joaquim José da Costa e Sá*, Lisboa fol.³⁹

³⁷ Em KEMMLER (2001, p. 176), já chamámos a atenção para o facto de os pareceres iniciais da inquirição para a impressão das duas obras datarem do mesmo ano de 1574. Sendo a obra de Gandavo licenciada em 9 de outubro de 1574 e supostamente impressa ainda no mesmo ano, a licença final para a *Orthographia* de Leão somente foi concedida em 18 de setembro de 1576. Devendo os manuscritos para a submissão ao exame pela censura ser claramente contemporâneos por terem sido entregues à censura no mesmo ano, concluímos por ora que as duas obras impresas se devem julgar igualmente contemporâneas.

³⁸ Para informações sobre as edições em geral bem como sobre a questão confusa das edições clandestinas deste tratado metaortográfico importantíssimo com data de 1739, veja-se KEMMLER (2001, p. 205-208; 300-307).

³⁹ Esta lista contém ainda os autores nos seguintes campos que não reproduzimos: ‘ANTIGUIDADES Romanas, Gregas e Hebraicas’, ‘ESTYLO’, ‘HISTORIA CRITICA DA LINGUA LATINA’, ‘HERMENEUTICA

Como se vê, trata-se em grande medida de autores cujas obras já foram mencionadas noutros contextos de MOURA (1823).⁴⁰ Através desta lista de autores, José Vicente Gomes de Moura chega, na realidade, a estabelecer um catálogo das principais obras de consulta que na sua atualidade estavam ao alcance dos professores de latim.

Dado que considera indispensável a aproximação comparativa no ensino linguístico segundo postulava a *Grammaire générale* francesa, MOURA (1823, p. 345) identifica uma seleção de representantes da escola francesa, destacando alguns gramáticos portugueses aderentes a esta corrente:

Occupárão-se tambem de Grammatica Geral ou Comparada os Escriptoires tanto de Logica e de Ideologia, como de Grammatica particular de alguma Lingua. Entre os primeiros devem mencionar-se LOCKE na obra sobre o entendimento humano; CONDILLAC em varios de seus opusculos; DE TRACY em sua Ideologia, Paris 1803-05. 3. v. 8.º; obra de reconhecido merecimento; Agostinho FR. D'ESTERAC na *Grammaire Générale*, ibid. 1811. 2. v. 8.º, que contém um tractado de Ideologia, ou formação das ideas, uma Grammatica Geral uma Grammatica Franceza, e a arte de raciocinar; DEGERANDO *Des signes et de l'art de penser considéré dans leurs rapports mutuels*, ibid. 1800. 4. v. 8.º; ANTONIO LEITE RIBEIRO *Theoria do discurso, applicado á Lingua Portugueza, em que se mostra a estreita relação e mutua dependencia das quatro sciencias intellectuaes, a saber: Ideologia, Grammatica, Logica e Rhetorica*, Lisboa 1819 8.º; MONGIN e outros. Dos segundos bastará indicar o Padre BUFFIER, o Abbade GIRARD, Mr. DUÇARCQ, LEVIZAC, PIERRE ANTOINE LE MARE, JERONYMO SUARES BARBOSA nas *Duas Linguas* (§ 374), e na *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral, applicados á nossa linguagem*, Lisboa 1822. 4.º; e todos os outros, que tractarão a Grammatica de alguma Lingua, comparando-a com a geral.

Ao passo que se apresenta uma panorâmica tão incompleta como pouco ordenada da *Grammaire générale* nas suas subcorrentes, merecem destaque desde o nosso ponto de vista as obras dos portugueses António Leite Ribeiro

e METHODO' e 'PROSODIA e VERSIFICAÇÃO'.

⁴⁰ As obras de Beauzée (*Grammaire générale, ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage*, 1767) e Sicard (*Éléments de grammaire générale appliqués à la langue française* 1799, 1808) encontram-se referidas nas referências bibliográficas. A obra atribuída a Jean-Denis Lanjuinais (1723-1827) não é outra coisa senão a segunda edição da *Histoire naturelle de la parole, ou Grammaire universelle a l'usage des jeunes gens* (1776, 1816) de Antoine Court de Gébelin (1719-1784) que contém uma introdução biobibliográfica sobre Court de Gébelin, elaborada por Lanjuinais.

(1785-1829) e Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), costumando a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822) ser considerada um ponto alto da gramaticografia portuguesa.

3 O enquadramento da ‘historiografia linguística’

A projeção que a ‘historiografia linguística’ da língua portuguesa foi adquirindo tanto do ponto de vista nacional como ainda mais do ponto de vista internacional ao longo das últimas décadas motiva umas considerações sobre o estatuto dela face às outras disciplinas linguísticas.

3.1 A linguística como disciplina

Como se sabe, a linguística como disciplina filológica chegou a ser estabelecida em Portugal com *A Lingua Portuguesa* (1868) do jovem Adolfo Coelho (1847-1919), primeira obra que introduziu os frutos do método histórico-comparativo em Portugal. Sendo manifesto que José Vicente Gomes de Moura (1823) contava a gramática entre as ‘Disciplinas, que aperfeiçoão a Linguagem’, a filologia foi-se cada vez mais ramificando nas disciplinas da linguística e da literatura, com o acréscimo moderno da ‘cultura’.

Também a própria linguística sofreu grandes mudanças desde 1868, vindas sobretudo desde o estrangeiro. Modernamente, encontramos em Portugal todas as disciplinas linguísticas, tais como a fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática, dialetologia, análise do discurso, etc., derivadas quer da gramática ‘tradicional’, quer da gramática ‘estruturalista’ ou ‘pós-estruturalista’.

E a ‘historiografia linguística’? Tal como a ‘história da língua’ que em princípio deveria ser considerada a disciplina linguística *par excellence* por remontar até às origens da linguística científica com Adolfo Coelho, a ‘historiografia linguística’ ainda não chegou a adquirir qualquer estatuto digno de referência em Portugal. Mas vejamos a origem do termo ‘historiografia linguística’.

3.2 O termo da ‘historiografia linguística’ na tradição portuguesa

No que respeita à introdução do termo da historiografia, GONÇALVES (2006, p. 733) constata que este teria sido introduzido em Portugal por BUESCU (1984):

El uso de “historiografia” para dar nombre a “la historia de lo escrito sobre el portugués”, que se sepa, aparece por la primera vez en el título *Historiografia*

da *Língua Portuguesa*, publicado por Maria Leonor Carvalhão Buescu, em 1984, época que coincide com a circulação de uma revista especializada em cujo título também figura esta expressão, *Historiographia Linguistica* (o primeiro número sale em 1974).

É inegável que a obra de Buescu seja a primeira obra de cariz monográfico ou miscelâneo em Portugal que estabeleça uma relação entre os conceitos da 'historiografia' e da 'linguística' como 'história das obras e ideias metalinguísticas'. Do mesmo modo não pode ser questionado o facto de Buescu ter sido a principal impulsionadora destes estudos desde os anos sessenta do século XX, a investigadora eborense engana-se ao atribuir a primazia terminológica a Maria Leonor Carvalhão Buescu.

Verifica-se, porém, que dois anos antes da publicação de BUESCU (1984) o historiador da lexicografia Telmo VERDELHO publicou o seu artigo intitulado «Historiografia linguística e reforma do ensino: A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal» (1982). Neste artigo, Telmo Verdelho introduz a terminologia proposta por E. F. K Koerner através do título da revista *Historiographia Linguistica* por ele editada desde 1974,⁴¹ quer no título quer ao longo do texto. Também na sua recolha bibliográfica *Historiografia gramatical* (1994), Simão Cardoso aproveita o termo principal de 'historiografia'. Apesar de considerar as obras linguísticas mais variadas, Cardoso usa o termo de forma algo restrita para exposição da tradição gramatical portuguesa. De forma semelhante, Carlos ASSUNÇÃO (1997a, 1997b) costumava utilizar o termo igualmente restritivo 'gramatologia' para o estudo da história das gramáticas, parecendo basear-se no termo introduzido pelo filósofo francês Jacques DERRIDA (Paris, 1976; tradução portuguesa São Paulo, 1973). No seu artigo *Das fronteiras sem gramática à gramática sem fronteiras: Contributo para a gramatologia franco-portuguesa* que data do ano de 1983, Amadeu TORRES (1998) usa o termo 'gramatologia'. Poucos anos depois, tanto Carlos ASSUNÇÃO (2004) como Maria do Céu FONSECA (2004) testemunharam terem adotado definitivamente o termo 'historiografia linguística', termo este que até se encontra referenciado no respetivo volume de atas intitulado *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa* (BRITO / FIGUEIREDO / BARROS 2004).

⁴¹ Não podemos deixar de achar estranho que GONÇALVES (2006, p. 750) chegue a mencionar o artigo nas referências bibliográficas sem conseguir estabelecer que Telmo Verdelho efetivamente terá sido o primeiro investigador português a utilizar o termo 'historiografia linguística' numa publicação científica em Portugal.

3.3 A ‘historiografia linguística’ como disciplina linguística

Do ponto de vista formal, a ‘historiografia linguística’ teve o seu início com a criação da série *Studies in the History of the Language Sciences*, editada desde 1973 pela John Benjamins Publishing Co. (Amsterdam / Philadelphia),⁴² seguido logo pela já referida *Historiographia Linguistica* (1974). Quatro anos depois, teve início a primeira Conferência Internacional sobre a História das Ciências Linguísticas (ICHoLS = *International Conference on the History of the Language Sciences*) (1978). O 13.º evento destes encontros trienais vai ter lugar em São Petersburgo em 2011. Trata-se do encontro internacional mais conceituado que se dedica à ‘historiografia linguística’, quer do ponto de vista teórico quer do ponto de vista prático-descritivo, reunindo especialistas de todo o mundo. No mesmo ano de 1978 foi fundada em Paris a *Société d’Histoire et d’Épistémologie des Sciences du Langage* que entre outras atividades edita a revista semestral *Histoire Epistémologie Langage* que desde logo adquiriu grande renome internacional.

No mundo ibérico, a *Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (SEHL) foi fundada em Espanha em 1995 e dedica-se igualmente à investigação e divulgação de resultados da investigação nesta área, organizando congressos internacionais bienais (o VII congresso da SEHL teve lugar em Vila Real em 2009) e editando uma revista intitulada *Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* que passou a operar desde 2010 segundo o sistema moderno do *peer review*.

Numa espécie de resumo da essência do passado e o presente da ‘historiografia linguística’ face às outras disciplinas linguísticas, um dos maiores promotores da historiografia, o editor da *Historiographia Linguistica* Konrad E. F. Koerner faz as seguintes constatações:

During the early 1970s, in the earlier stages of the organization and institutionalization effort of linguistic historiography as a *bona fide* field of instruction within linguistics proper, it seemed natural to make a strong appeal to the methodological soundness of the subject in order to render it respectable in the eyes of ‘real’ linguists for whom linguistics meant ‘theory’ (cf. Koerner 1972, 1976 as examples of this approach). This original attitude to matters historical might, at least initially, have had something to do with the success of Chomsky’s *Cartesian Linguistics* (1966), given that Chomsky was in a way combining theory

⁴² A série teve início com o livrinho intitulado *The Importance of Techmer’s ‘Internationale Zeitschrift für Allgemeine Sprachwissenschaft’ in the Development of General Linguistics*, um estudo da autoria do próprio KOERNER (1973).

with an Interest in finding antecedents to what he was doing. Even though this type of ancestor hunt, an essentially presentist approach, was soon discredited, Chomsky's incursions into the linguistic past made an engagement in this kind of activity appear legitimate for a number of North Americans during the late 1960s and early 1970s.

[...]

From the late 1970s onwards, the History of Linguistics has become a recognized subject of serious scholarly endeavour, notably in Europe but also elsewhere, and it appears to many in the field that a discussion of the subject's *raison d'être* is no longer required (KOERNER, 2004, p. 4).

Devido aos trabalhos teóricos de muitos investigadores desde os inícios dos estudos nesta área, acompanhados pela quantia enorme de trabalhos que se dedicaram à história da tradição linguística, em Espanha, Klaus ZIMMERMANN (2009, p. 7) conclui de maneira pertinente: «La historiografía de la lingüística es una disciplina que goza de buena vida en el ámbito hispánico, sobre todo en España».

E é precisamente o que é a **historiografia linguística** (e agora sem aspas): costumando ser tida por uma das áreas mais recentes da linguística, ela é na verdade uma **disciplina linguística** com longa história, remontando em Portugal pelo menos até 1823.⁴³ Sabe-se que historiografia linguística portuguesa conta já com um número considerável de publicações. Para não falar das publicações avulsas em forma de artigos em atas e em revistas, existem várias monografias derivadas de teses de Doutoramento. Ora, se as obras dos gramáticos e ortógrafos do século XVI já foram devidamente estudadas em toda uma série de publicações de carácter multifacetado, o mesmo não se pode afirmar para os séculos XVII, XVIII e XIX. Existindo trabalhos que se debruçam sobre alguns aspetos importantes ou mesmo algumas edições fac-similadas de algumas obras raras como de ROBOREDO (2007a, 2007b), estamos ainda muito longe de alcançar a documentação e a descrição completa e exaustiva dos monumentos que fazem parte da história da linguística em Portugal e nas suas antigas colónias.

Sendo inegável que uma parte considerável dos investigadores de historiografia linguística na Alemanha e em França se dedicam a questões

⁴³ Como pertinentemente recorda Klaus Zimmermann, as origens da historiografia linguística em França remontam até ao texto introdutório «Discours préliminaire» com que François Thurot prefaciou a sua tradução de HARRIS (1796, p. IX-CXIX) que modernamente é conhecido como «Tableau des progrès de la science grammaticale» (ZIMMERMANN, 2009, p. 7).

teóricas relacionadas com a abordagem de textos metalinguísticos de tempos passados, a atividade historiográfico-linguística lusófona, devido às lacunas existentes, tem sido maioritariamente *narrativa* no sentido de SCHMITTER (1991), SCHLIEBEN-LANGE (1991) e SCHÄFER-PRIEB (2000, p. 4-5), visando ser *reconstrutiva* no sentido de SCHLIEBEN-LANGE (1989, p. 12) e KEMMLER (2007, p. 291-292). Para além dos aderentes à subdisciplina que se dedica à ‘Linguística Missionária’ e que são oriundos de todo o mundo, há, no mundo lusófono, dois núcleos institucionais dedicados a esta disciplina. No Brasil, a USP (São Paulo) conta com o *Grupo de Estudos em Historiografia Linguística* (1994), observando-se que as atividades em Portugal são concentradas à historiografia linguística no *Centro de Estudos em Letras* (uma parceria entre a UTAD, a Universidade de Évora e o ISMAI em Maia), bem como no núcleo historiográfico-linguístico do Centro de Linguística da Universidade do Porto sob a orientação de Rogelio Ponce de León Romeo.

Conclusão

O presente artigo visou apresentar a natureza historiográfico-linguística da *Noticia Succinta dos Monumentos da Lingua Latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma* (1823). Através da apresentação dos trechos que se dedicam à apresentação da história da linguística em Portugal conseguimos comprovar que José Vicente Gomes de Moura conhecia muito bem a produção metalinguística quer anterior quer contemporânea, demonstrando em alguns casos conhecimento pessoal comprovado pela existência das obras referidas na sua biblioteca particular. Sendo óbvio que Moura não se encara como precursor duma disciplina que se possa chamar ‘historiografia linguística’, fica, contudo, manifesto que o autor tem uma preocupação de apresentar tanto os monumentos relativos à história da linguística como os autores e as obras que considera contemporâneas, tendo uma marcada consciência de ser o historiador das coisas narradas, como vimos em 2.4.

Partilhando com as restantes disciplinas linguísticas a aproximação séria e científica, o exposto torna evidente que a historiografia linguística deve ser considerada uma disciplina linguística própria, independente das outras disciplinas linguísticas, partilhando, porém, os métodos de análise linguística. Julgamos ter comprovado que a disciplina em Portugal remonta pelo menos até 1823 devido aos esforços de documentação realizados por José Vicente Gomes de Moura.

Perante um passado tão 'glorioso', convém, no entanto, constatar que no presente da nossa disciplina nem tudo está cor-de-rosa. Como se vê, por exemplo, na constante participação (entre muitos eventos) de investigadores lusófonos nos congressos da SEHL, nos Congressos Internacionais de Linguística e Filologia Românicas (CILFR) ou mesmo nos congressos bienais da Associação Alemã de Lusitanistas ao longo das últimas décadas, observa-se que a historiografia linguística portuguesa é tão aceite como bem vista nos mais variados encontros internacionais. Infelizmente, o mesmo não se pode afirmar quanto à panorâmica científica em Portugal. Verifica-se, para finalizar, que boa parte dos investigadores que se dedicam à historiografia linguística em Portugal têm passado a evitar os encontros nacionais da Associação Portuguesa de Linguística (APL). No que respeita ao encontro de 2010, podemos constatar que as comunicações aceites para serem apresentadas no encontro foram somente três, sendo rejeitadas cerca de **setenta por cento** das propostas apresentadas por representantes da historiografia linguística. Sem querermos comentar mais esta questão, seja-nos permitida a variação do lema da Ordem da Jarreteira – *honi soit qui bien y pense!*⁴⁴

Referências

Bibliografia ativa

- ARGOTE, JERÓNIMO CONTADOR DE (21725): *REGRAS / DA LINGUA / PORTUGUEZA, / ESPELHO DA LINGUA / LATINA / COM DISPOSIÇÃO PARA FACILITAR O ENSINO DA LINGUA LATINA PELAS / REGRAS DA PORTUGUEZA, / DEDICADA / AO PRINCIPE / DE PORTUGAL / NOSSO SENHOR, / PELO PADRE / DOM JERONYMO / CONTADOR DE ARGOTE, CLERIGO REGULAR, E ACADEMICO / DA ACADEMIA REAL DA HISTORIA PORTUGUEZA. / MUYTO ACCRESCENTADA, E CORRECTA. / SEGUNDA IMPRESSÃO. // LISBOA OCCIDENTAL, / NA OFFICINA DA MUSICA / M. DCC. XXV. / COM TODAS AS LICENÇAS NECESSARIAS.*
- BACELAR, Bernardo de Lima e Melo (1783): *DICCIONARIO / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / EM QUE SE ACHARÁ'O DOBRADAS PALAVRAS DO / que traz Bluteau, e todos os mais Dictionaristas juntos: a sua / propria*

⁴⁴ O lema original reza «Honi soit qui mal y pense» e significa 'Envergonhe-se quem pensa mal sobre isso' (tradução nossa).

significação: as raizes de todas ellas: a accentua- / ção: e a selecção das mais usadas, e polidas: a Gram- / matica Philosophica, e a Orthographia Racional / no principio, e as explicaçoens das abbreviaturas / no fim desta Obra. / OBRA DA PRIMEIRA NECESSIDADE PARA TODO / aquelle, que quizer falar, e escrever com acerto a lingua / Portugueza; por ser impossivel, que pelos Livros atégô- / ra impréssos possa algum saber a terça parte do idiô- / ma Portuguez. / COMPOSTO / POR / BERNARDO DE LIMA, / E ME'LO BACELLAR, / PRIOR NO ALENTEJO &c. / Lisboa: Na Offic. DE JOZE' DE AQUINO BULHOENS. / ANNO DE MDCCLXXXIII / Com licença da Real Meza Censoria.

BALBI, Adriano (1822): *ESSAI STATISTIQUE / SUR / LE ROYAUME DE PORTUGAL / ET D'ALGARVE, / COMPARE AUX AUTRES ETATS DE L'EUROPE, / ET SUIVI / D'UN COUP D'OEIL SUR L'ETAT ACTUEL DES SCIENCES, DES / LETTRES ET DES BEAUX-ARTS PARMI LES PORTUGAIS DES / DEUX HEMISPHERES. / DÉDIÉ / A SA MAJESTE TRES-FIDELE, / PAR ADRIEN BALBI, / ANCIEN PROFESSEUR DE GHÉOGRAPHIE, DE PHYSIQUE ET DE MATHÉMATIQUES, / MEMBRE CORRESPONDANT DE L'ATHÉNÉE DE TRÉVISE, ETC. ETC. / TOME SECOND. // PARIS, / CHEZ REY ET GRAVIER, LIVRAIRES, / QUAI DES AUGUSTINS, N° 55 / 1822.*

BARBOSA, Jerónimo Soares (1807): *AS DUAS LINGUAS, / OU / GRAMMÁTICA / PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / COMPARADA / COM A / LATINA, / Para / Ambas se aprenderem ao / mesmo tempo. / POR / JERONYMO SOARES BARBOZA, / Deputado da Junta da Directoria Geral dos / Estudos, e Escolas do Reino na / Universidade de Coimbra // COIMBRA. / NA REAL IMPRESSÃO DA UNIVERSIDADE.*

B[Arbosa], J[erónimo] S[oares] (1822): *GRAMMÁTICA / PHILOSOPHICA / da / LINGUA PORTUGUEZA, / ou / PRINCIPIOS DA GRAMMÁTICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM. / Por J. S. B. / Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e Es- / colas do Reino em a Universidade de Coimbra // Lisboa: / Na Typographia da Academia das Sciencias. / 1822.*

BARROS, João de (1971): *Gramática da Língua Portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*, reprodução facsimilada, leitura, introdução e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BEAUZÉE, Nicolas (1767): *GRAMMAIRE / GÉNÉRALE, / OU / EXPOSITION RAISONNÉE / DES ÉLÉMENTS NÉCESSAIRES / DU LANGAGE, / Pour*

servir de fondement à l'étude de toutes les langues. / Par M. BEAUZÉE de la Société royale des sciences / et arts de Metz, des Sociétés littéraires d'Arras / et d'Auxerre, professeur de Grammaire à l'Ecole / royale militaire / TOME PREMIER // A PARIS, / De l'imprimerie de J. BARBOU, rue & vis-à-vis / la grille des Mathurins. / M DCC LXVII. [TOME SECOND com as mesmas referências bibliográficas]

CABRAL, Manuel Pina (²1802): *MAGNUM LEXICON / LATINUM, ET LUSITANUM, / EX DIUTURNIS / CELEBERRIMORUM, ERUDITISSIMOURUMQUE / PHILOLOGORUM / OBSERVANTIBUS / DE PROMPTUM, / AD / PLENISSIMAM / SCRIPTORUM LATINORUM / INTERPRETATIONEM / ACCOMMODATUM. / EDITIO ALTERA / PRIORI LONGE AUCTION, ET EMENDATION / OPERA, ET STUDIO / R. P. M. Fr. EMMANUELIS PINII CABRALII, / TERTII ORDINIS S. FRANCISCI. // OLYSSIPONE, MDCCCII. / TYPIS SIMONIS THADDÆI FERREIRA. / Senatûs Palatini permissu.*

CARDOSO, Jerónimo (²1570): *DICTIONARIUM / LATINOLVSITANICVM / & vice versa Lusitanico latinũ, cum adagiorum / ferè omnium iuxta seriem alphabeticam, perutili / expositione: Ecclesiasticorum etiam vocabulorum / interpretatione. Item de monetis, ponderibus, & / mensuris, ad præsentem vsum accommodatis. / Nouè omnia per Hieronymũ Cardosum / Lusitanum congesta. / RECOGNITA VERO OMNIA PER SEBAST. / Stokhamerum Germanum. Qui libellum etiam de proprijs nominibus / regionũ, populorum, illustrium virorum, fluuiorum, montium, ac aliorum / complurium nominum & rerum scitu dignarum, historijs & fabulis / poëticis refertum, in vsum & gratiam Lusitanicæ pubis concinnauit & ex integrò adiecit. / Cũ sanctæ Inquisitionis Magistratus approbatione. // Excussit Ioan. Barrerius Conimbricæ. 12. kal. Iulij 1570. / Com priuilegio Real. Em papel taxado a rs.*

CARDOSO, Jerónimo (²1613): *DICTIONARIUM / LATINOLVSITANICVM ET VICE / VERSA LVSITANICO LATINVM, CVM / adagiorum ferè omnium iuxta seriem alphabeti- / cam, perutili expositione. / Ecclesiasticarum Vocabulorũ interpretatione. Item de monetis, / ponderibus, & mensuris, ad presentem vsum accommodatis. / Per Hieronymum Cardosum Lusitanum congesta. / Recognita vero omnia per Sebastianum Stokhamerum Germanum. Qui libellum / etiam de proprijs nominibus regionum, populorum, illustrium virorum, fluuior- / um, montium, ac aliorum complurium nominum & rerum scitu dig- / narum, historijs & fabulis poeticis refertum, in vsum & gra- / tiam Lusitanicæ pubis concinnauit & ex / integro adiecit. / Adhuc noui huic vltimæ impressioni adjuncti sunt varii loquẽdi modi ex præ- / cipuis auctoribus decerpti, præsertim ex Marco Tullio Ciceroni. / Nunc de-*

nuo, amendarum colluie, qua scatebat dili- / genti lucubratione defæcatum. / Cum facultare S. Inquisitionis, Ordinarii, & Regis. // VLYSSIPONE. Ex Officina Petri Crasbeeck. / Anno M. DC. XIII. / Està taixado na mesa do Paço a trezentos e vinte reis em papel.

DU CANGE, Charles du Fresne (1772): GLOSSARIUM / MANVALE / AD / SCRIPTORES / *MEDIAE ET INFIMAE / LATINITATIS*, / EX MAGNIS GLOSSARIIS / CAROLI DV FRESNE, / DOMINI DV CANGE, / *ET CARPENTARII / IN / COMPENDIUM REDACTUM*, / *MVLTIQUE VERBIS / ET DICENDI FORMVLIS AVCTUM. / TOMVS PRIMVS. // HALAE, / APUD IO. IUST. GEBAVERI VIDVAM ET FILIVM. / M D C C L X X I I.*

FOLQMAN, Carlos (1755): *Diccionario / PORTUGUEZ, E LATINO, / No qual / AS DICÇÕES, E FRAZES DA LINGUA PORTUGUEZA, / e as suas variantes significações, genuinas, e metaforicas, se / achão clara, e distinctamente vertidas na latina, e autho- / rizadas com exemplos dos Autores classicos, / Compilado do Vocabulario do Reverendo Padre D. Rafael Bluteau, e dos / melhores Diccionarios de varias linguas, / A todos, que estudão a lingua Latina, não só utilissimo, mas summamente necessario, / Offerecido / AO REI FIDELISSIMO / D. JOSÉ I / NOSSO SENHOR / POR / CARLOS FOLQMAN, / Presbytero do habito de S. Pedro, Capellão mór de S. Bartholomeu dos Alemães / na Parochial Igreja de S. Julião desta Cidade. / LISBOA: / Na Officina de MIGUEL MANESCAL DA COSTA, / Impressor do Santo Officio. Anno 1755. / Com todas as liceças necessarias.*

FEIJÓ, João de Moraes Madureira (1729): *EXPLICATIONES / IN OMNES PARTES / Totius Artis. / R. P. EMMANUELIS ALVAREZ / è Societate JESU, / AD USUM / EXCELLENTISSIMI / DUCIS ALLAFONENSIS*, / *Expositæ à Magistro suo / JOANNE DE MORAES MADUREYRA FEYJO, / Ex Ordine Divi Petri Sacerdote Philosopho, / ac Theologo, / Et olim in præclarissima Societate JESU / Rhetorices Præceptore. // ULYSSIPONE OCCIDENTALI, / Ex Prælo MICHAELIS RODRIGUES. / M. DCC. XXIX. / Cum facultate Superiorum.*

FEIJÓ, João de Moraes Madureira (1734): *ORTHOGRAPHIA, / OU / ARTE DE ESCREVER, E / Pronunciar com acerto / A LINGUA PORTUGUEZA. / PARA USO / DO EXCELLENTISSIMO / DUQUE DE LAFOENS. / PELO SEU MESTRE / JOAÕ DE MORAES / MADUREYRA FEYJO, / Presbytero do habito de S. Pedro, Bacharel em Theolo- / gia, e Prégador. / Divide-se em tres Partes, a primeira de cada hua das letras, e / da sua pronunciação. Das vogaes, e Dithongos. Dos accentos, / ou tons da pronunciação. A segunda*

de como se dividem as pa- / lavras. Da pontuação, alguas abbreviaturas, conta dos Roma- / nos, e Latinos, Calendas, Nonas, e Idos. A terceira dos erros / do vulgo, e emendas da Orthografia, no escrever, e pronunciar / toda a lingua Portugueza, verbos irregulares, palavras du- / bias, e as suas significações. Hua breve instrução para os Mestres das Eschólas. // LISBOA OCCIDENTAL / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES / Impressor do Senhor Patriarca. / M. DCC. XXXIV. / *Com todas as licenças necessarias, e privilegio Real.*

[FIGUEIREDO], António Pereira [de] (1765): *NOVO / METHODO / DA / GRAMMATICA LATINA; / DIVIDIDO EM DUAS PARTES; / Para o uso dos Mestres das Escolas da Con- / gregação do Oratorio, / SEU AUTHOR / ANTONIO PEREIRA, / Padre da mesma Congregação de Lisboa. / QUINTA IMPRESSÃO. // LISBOA, / Na Officina de Miguel Manescal da Costa, / Impressor do Santo Officio. / Anno M. DCC. LXV. / Com as licenças necessarias, e Privilegio Real.*

FONSECA, Pedro José da (1771): *DICCIONARIO / PORTUGUEZ, / E / LATINO / IMPRESSO POR ORDEM / DELREI FIDELISSIMO / DOM JOSÉ I. / NOSSO SENHOR, / PARA USO DAS ESCHOLAS / DE TODOS OS SEUS REINOS, / E SENHORIOS, / AUTHOR / PEDRO JOSÉ DA FONSECA / PROFESSOR REGIO DE RHETORICA, E POETICA / EM LISBOA, // LISBOA: / NA REGIA OFFICINA TYPOGRAPHICA. / ANNO DE M.DCC.LXXI. / Com Licença da Real Meza Censoria, E Privilegio de Sua Magestade.*

[FONSECA, José Pedro da] (TRADUTOR) (1779): *DICCIONARIO / ABBREVIADO / DA FABULA / PARA INTELLIGENCIA / DOS POETAS, DOS PAINEIS, / E DAS ESTATUAS / CUJOS ARGUMENTOS SÃO TIRADOS / DA HISTORIA POETICA, / POR MR. CHOMPRÉ, / LICENCIADO EM DIREITO, / AGORA TRADUZIDO DO FRANCEZ EM PORTUGUEZ. // LISBOA / NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA. / ANNO M. DCC. LXXIX. / Com licença da Real Meza Censoria.*

[FONSECA, José Pedro da] (tradutor) (1818): *DICCIONARIO / ABBREVIADO / DA / FABULA / PARA INTELLIGENCIA / DOS POETAS, DOS PAINEIS, / E DAS ESTATUAS / CUJOS ARGUMENTOS SÃO TIRADOS / DA HISTORIA POETICA, / POR MR. CHOMPRÉ, / LICENCIADO EM DIREITO, / AGORA TRADUZIDO DO FRANCEZ EM PORTUGUEZ. // LISBOA: M. DCCC. XVII / NA TYPOGRAFIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. / Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.*

FONSECA, Pedro José da (1819): *PETRI JOSEPHI A FONSECA / OLISSIPONENSIS / RHETORICES ATQUE POETICES / PROFESSORIS REGII*

/ *PARVUM* / *LEXICON* / *LATINUM* / *LUSITANA INTERPRETATIONE ADIECTA* / *AD USUM* / *LUSITANORUM ADOLESCENTIUM* / *IN LUCEM EDITUM* / *JUSSU* / *IOSEPHI I.* / *REGIS FIDELISSIMI.* / Quod munus reipublicæ adferre majus melius-ve possumus, quàm si docemus atque / erudimus juventutem? / *Cicero de Divinat. Lib. II. 2* / Editio auctior atque emendatioe studio & operâ / *MICHAELIS LE BOURDIEC.* // OLISIPONE. M. DCCCXIX. / EX TYPOGRAPHIA ROLLANDIANA. / *Permissu Regiæ XCuriae Palatinæ.* / Vende-se em casa de Borel, Borel e Companhia, às Portas de Santa Ca- / tharina aos Martyres, na esquina da Travessa de Estevão Galhardo, N. 14.

FREIRE, Francisco José (¹1794): *DICCIONARIO* / *POETICO*, / *PARA O USO DOS QUE PRINICIPIAO* / *A EXERCITAR-SE NA POESIA PORTUGUEZA:* / *OBRA IGUALMENTE UTIL* / *AO ORADOR PRINCIPIANTE:* / *SEU AUTHOR* / *CANDIDO LUSITANO* / Segunda Impressão correcta, e augmentada com mais / de mil frases, cujas vão em letra diferente. / *Floriferis ut apert in saltibus omnia libant,* / *Omnia nos itidem despacimur aurea dicta,* / *Aurea perpetua semper dignissima vitâ.* / *Lucret. 3.* / *TOMO I.* / LISBOA. MDCCXCIV. / NA OF. DE SIMÃO THADDEO FERREIRA. / *Com Licença da Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros, e Privilegio Real.*

GANDAVO, Pero de Magalhães de (1981): *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa: Com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*, Edição fac-similada da 1.ª Edição, Introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Biblioteca Nacional.

GÉBELIN, Antoine Court de (²1816): *HISTOIRE NATURELLE* / *DE LA PAROLE*, / *OU* / *GRAMMAIRE UNIVERSELLE* / *A L'USAGE DES JEUNES GENS;* / *PAR COURT DE GÉBELIN:* / *AYEC UN DISCOURS PRÉLIMINAIRE, ET DES NOTES,* / *PAR M. LE COMTE LANJUNAIS,* / Pair de France, Commandant de la Légion d'Honneur / Membre de l'Institut, / *Avec trois Planches, dont une augmentée par M. REMUSAT,* / Professeur de Chinois au Collège de France. // A PARIS, / Chez PLANCHER, Éditeur, rue Serpente, n.º. 14; / EYMERY, Libraire, rue Mazarine, n.º. 30; / DELAUNAY, Libraire, au Palais-Royal. / 1816.

HARRIS, James (¹1796): *HERMÈS* / *OU* / *RECHERCHES PHILOSOPHIQUES* / *SUR LA* / *GRAMMAIRE UNIVERSELLE* / *Ouvrage traduit de l'anglois,* / *de JACQUES HARRIS* / *AVEC DES REMARQUES ET DES ADDITIONS* / *PAR FRANÇOIS THUROT.* / *Hermès (ou Mercure) forma le premier une langue exacte / et réglée des dialectes grossiers dont on se servoit... / Il inventa les premiers*

- caractères, &c.* / DIODORE de Sicile, l. I // A PARIS, / DE L'IMPRIMERIE DE LA RÉPUBLIQUE / MESSIDOR, AN IV.
- LEÃO, Duarte Nunes de (¹1576): *ORTHOGRAPHIA / DA / LINGOA / PORTVGUESA.* / *Obra vtil, & necessaria, assi pera bem screuer a lingoa / Hespanhol, como a Latina, & quaesquer outras, / que da Latina teem origem.* / Item hum tractado dos pontos das clausulas. / *Pelo Licenciado Duarte Nunes do Lião.* // EM LISBOA, / Per João de Barreira impressor delRei N.S. / M.D.LXXVI.
- LEÃO, Duarte Nunes de (¹1606): *ORIGEM / DA / LINGOA / PORTVGUESA.* / *PER DVARTE NUNEZ DE / LIÃO, DESEMBARGADOR DA / CASA DA SVP-PLICACÃO, NATV- / RAL DA INCLYTA CIDADE DE EVO- / ra: Dirigida a el Rei Dom Phi- / lippe o II de Portugal nos- / so Senhor.* // EM LISBOA: / Impresso por Pedro Crasbeeck. / ANNO MDCVI.
- LEÃO, Duarte Nunes de (²1784): *ORIGEM, / E / ORTHOGRAPHIA / DA / LINGUA PORTUGUEZA,* / *POR DUARTE NUNES DE LIAÔ,* / Desembargador da Casa da Suppli- / cação, &c. / *Obra util, e necessaria, assim para bem es- / crever a lingua Portugueza, como a Latina, / e quaesquer outras que da Latina / tem origem:* / Com hum Tractado dos Pontos das Clausulas. / NOVA EDIÇÃO / Correcta, e emendada. // LISBOA, / NA TYPOGRAFIA ROLLANDIANA. / 1784. / *Com Licença da Real Meza Censoria.*
- LEÃO, Duarte Nunes de (⁴1983): *Orthographia e Origem da Língua Portuguesa,* Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (temas portugueses).
- LIMA, Luís Caetano de (1736): *ORTHOGRAPHIA / DA LINGUA / PORTUGUEZA,* / *POR / D. LUIS CAETANO / DE LIMA.* / Clerigo Regular, Examinador das tres / Ordens Militares. // LISBOA OCCIDENTAL; / Na Officina de ANTONIO ISIDORO / da Fonseca. / M. DCC. XXXVI. / *Com todas as licenças necessarias.* / Vende-se na Rua larga de S. Roque, em casa / de João Bautista Lerzo.
- LOBATO, António José dos Reis (¹1770): *ARTE / DA GRAMMATICA / DA LINGUA / PORTUGUEZA.* / *COMPOSTA, E OFFERECIDA / AO ILL.^{MO} E EXC.^{MO} SENHOR / SEBASTIÃO JOSÉ / DE CARVALHO E MELLO,* / Ministro, e Secretario de Estado da Sua Magestade Fidelissima da / Repartição dos Negocios do Reino, Alcaide Mór da Cidade de / Lamego, e Senhor Donatario das Villas de Oeyras, Pombal, / Carvalho, e Cercosa, e dos Reguengos, e Direitos Reaes da / de Oeyras, e de Apar de Oeyras, Commendador das Com- / mendas de Santa Marinha de Mata de Lobos, e de S. / Miguel das tres Minas na Ordem de Christo, &c. / *PELO BACHA-*

REL / ANTONIO JOSE' DOS REIS / LOBATO. // LISBOA. / Na REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA / Anno MDCCLXX. / Com licença da Real Meza Censoria.

MONTE CARMELO, Frei Luís do (1767): *COMPENDIO / DE / ORTHOGRAFIA, / COM SUFFICIENTES CATALOGOS E NOVAS / Regras, paraque em todas as Provincias, e Dominios de / Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a / Orthologã e Prosódia, isto he, a Recta Pronun- / ciaçam, e Accentos proprios da Lingua / Portuguesa: / ACCRESCENTADO / COM OUTROS NOVOS CATALOGOS, E EXPLICAÇAM / de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos / antigos Escritores Portuguezes; de todos os Termos Vulgares me- / nos cultos, e mais ordinarios, que sem algũa necessidade nam se- / devem usar em Discursos eruditos; das Frases, e Dicçoens Cómicas / de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam / se devem introduzir em Discursos graves, ou sérios; e finalmente / dos Vocabulos, e diversos Abusos da Plebe, mais conhecidos, e / contrarios ao nosso Idioma, os quaes sempre se-devem corrigir, ou / evitar: / COMPOSTO / PELO R. P. M. / Fr. LUIS DO MONTE CARMELO, / Religioso Carmelita Descalço, Escriitor da sua Ordem, Consultor / do Santo Officio, e Examinador das tres Ordens Militares: / Impresso á custa de hum amigo do R. Auctor. // Lisboa: Na OFFICINA DE ANTONIO RODRIGUES GALHARDO. / Anno de 1767. / Com as licenças necessarias.*

MOURA, José Vicente Gomes de (1823): *NOTICIA SUCCINTA / DOS / MONUMENTOS DA LINGUA LATINA, / E / DOS SUBSIDIOS NECESSARIOS PARA O ESTUDO / DA MESMA: / POR / JOSÉ VICENTE GOMES DE MOURA / Professor de Lingua Grega no R. Collegio das Artes da Universidade. // Coimbra: / NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE / 1823.*

MOURA, José Vicente Gomes de (⁶1850): *COMPENDIO / DE / GRAMMATICA LATINA E PORTUGUEZA / POR / José Vicente Gomes de Moura, / Professor Jubilado na Cadeira de Historia Universal / e Portuguesa do Real Collegio das Artes, / hoje Lyceu de Coimbra, / SEXTA EDIÇÃO, / CONFORME À 5.^a DE 1847. // Coimbra, / Na Imprensa da Universidade. / 1850.*

Novo Diccionario (1806) = NOVO DICCIONARIO / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / COMPOSTO / Sobre os que até o presente se tem dado ao prelo, / e / Accrescentado de varios Vocabulos extrahidos dos Classi- / cos Antigos, e dos Modernos de melhor nota, que se / achão universalmente recebidos. / LISBOA, / NA TYPOGRAPHIA ROLLANDIANA / 1806. / Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

- RIBEIRO, Antonio Leite (1819) *THEORIA DO DISCURSO* / Applicada á Lingoa Portuguesa; em que se / mostra a estreita relação, e mutua dependência das quatro Sciencias intellectuaes, a / saber Ideologia, Grammatica, Logica, e Rhetorica. / OFFERECIDA / A SUA ALTEZA / O SERENISSIMO SENHOR / D. PEDRO D'ALCANTARA, / PRINCEPE R. DO REINO-UNIDO / DE / PORTUGAL, BRAZIL, E ALGARVES, / POR / ANTONIO LEITE RIBEIRO, / Professor de Philosophia Racional, e Moral, / de Historia Universal, e de Geografia / do Real Collegio Militar. // LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1819. / *Com Licença*.
- ROBOREDO, Amaro de (2007a): *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, Edição Facsimilada, com prefácio e estudio introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes, Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 1).
- ROBOREDO, Amaro de (2007b): *Verdadeira Grammatica Latina, para se bem saber em breve tempo, scritta na lingua portuguesa com exemplos na latina*, Edição Facsimilada, com prefácio de Amadeu Torres e estudio introdutório de Gonçalo Fernandes, Rogelio Ponce de León e Carlos Assunção, Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 2).
- SÁ, Joaquim José da Costa e (1794): *DICCIONARIO / PORTUGUEZ-FRANCEZ-E-LATINO / NOVAMENTE COMPILADO / QUE / À / AUGUSTISSIMA SENHORA / D. CARLOTA JOAQUINA / PRINCEZA DO BRAZIL / OFFERECE, E CONSAGRA / JOAQUIM JOSÉ DA COSTA E SÁ* / Professor Régio de Lingua Latina, e Socio da Academia Real das Sciencias / de Lisboa // Lisboa. M DCC. LXXXIV / Na OFFICINA DE SIMÃO THADDEO FERREIRA / *Com Licença da Real Meza, da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura / dos Livros; e com Privilegio Real. / Vende-se na loja da Viuva Bertrand, e Filhos aos Martyres. / Foi taxado este Livro em papel a 4800 reis*.
- SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco (1760): *FRANC. SANCTII. / BRO-CENSIS, / IN INCLYTA SALMANTICENSI ACADEMIA PRIMARI / RHETORICES & GRÆCÆ LINGUÆ DOCTORIS, / MINERVA, / seu / DE CAUSIS LINGUÆ / LATINÆ / COMMENTARIUS, / CUI INSERTA SUNT, UNCIS INCLUSA, / QUÆ ADDIDIT / GASP. SCIOPPIUS; / ET SUBJECTÆ SUI PAGINIS NOTÆ / JAC. PERIZONII. / EDITIO NOVA, / Jussu Regis fidelissimimi Josephi I. // ULYSSIPONE. / M. DCC. LX.*
- SÁNCHEZ, Pedro (2008): *Arte de Grammatica pera em breve saber Latim*, Edição Facsimilada, com prefácio de Amadeu Torres e estudo introdutório de Rogelio Ponce de León, Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes, Vila

Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 3).

São Luís, Francisco de (²1824): *ENSAIO / SOBRE ALGUNS SYNONYMOS / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / POR / D. FR. FRANCISCO DE S. LUIZ. / Socio effectivo da Academia Real das Sciencias, &c. &c. / SEGUNDA EDIÇÃO. // LISBOA / NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA R. DAS SCIENCIAS. / 1824. / Com Licença de SUA Magestade.*

SICARD, Roch-Ambroise Cucurron (³1808): *ÉLÉMENTS / DE GRAMMAIRE / GÉNÉRALE, / APPLIQUÉS A LA LANGUE FRANÇAISE, / PAR M. L'ABBÉ SICARD, / DIRECTEUR de l'Institution Impériale des Sourds-Muets, / Membre de l'Institut de France, de la Commission du / DICTIONNAIRE DE L'ACADÉMIE FRANÇAISE, et de plusieurs / Sociétés littéraires de France, et étrangères; / OUVRAGE ADOPTÉE POUR LES LYCÉES. / TROISIEME EDITION, / Revue, corrigée et augmentée. / TOME PREMIER. / A PARIS / Chez DETERVILLE, Libraire, rue Haute-Feuille, n° 8. / 1808. [TOME SECOND com as mesmas referências bibliográficas].*

SILVA, António de Morais (¹1806): *EPITOME / da / GRAMMATICA / da / LINGUA / PORTUGUEZA, / COMPOSTA / por / ANTONIO DE MORAES SILVA, / NATURAL DO RIO DE JANEIRO. // LISBOA. M. DCCCVI. / NA OFF. DE SIMÃO THADDEO FERREIRA. / COM LICENÇA DA MEZA DO DESEMBARGO DO PAÇO. / VENDE-SE NA LOJA DE BOREL BOREL, E COMPANHIA.*

SOUSA, João de (1789): *VESTIGIOS / DA / LINGUA ARABICA EM PORTUGAL, / OU / LEXICON ETYMOLOGICO / DAS PALAVRAS, E NOMES PORTUGUEZES, / QUE TEM ORIGEM ARABICA, / COMPOSTO POR ORDEM / DA / ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS / DE LISBOA, / POR / FR. JOAÕ DE SOUSA, / Correspondente de Numero da mesma Sociedade, e in- / terprete de S. Magestade para a lingua Arabica. // LISBOA / NA OFFICINA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. / ANNO M.DCC.LXXXIX. / Com licença da Real Meza da Commissão Geral, sobre o / Exame, e Censura dos Livros.*

[VERNEY, Luís António] (²1746): *VERDADEIRO / METODO / DE ESTUDAR, / PARA / Ser util à Republica, e à Igreja: / PROPORCIONADO / Ao estilo, e necessidade de Portugal, / EXPOSTO / Em varias cartas, escritas polo R. P. *** Barbadinho / da Congregasam de Italia, ao R. P. *** / Doutor na Universidade de Coimbra, / TOMO PRIMEIRO. / VALENÇA / NA OFICINA DE ANTONIO BALLE. / ANO MDCCXLVI. / Com todas as licensas necesarias, &c. [= Nápoles: Gennaro e Vincenzo Muzio, s.d].*

WALCH, Johann Georg (1716): *IO. GEORGII WALCHII / HISTORIA / CRITICA / LATINAE LINGVAE. // LIPSIAE, / Sumtu IO. FRIDERICI GLEDITSCHII & FILII / cIo Io cc XVI.*

Bibliografia passiva

- ACL (1993) = *Dicionário da Língua Portuguesa: Tomo Primeiro A, Reprodução fac-similada assinalando o II Centenário da Edição [de 1793]*. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1993.
- ACL (2001) = Academia das Ciências de Lisboa: *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. 2 volumes. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.
- ANDRADE, António Alberto [Banha] de, «a Polémica Verneiana». In: Anselmo, Artur (1964), 1964, p. 279-331.
- ANDRADE, António Alberto [Banha] de, *Vernei e a Cultura do seu Tempo*. Coimbra: Por ordem da Universidade (Acta Universitatis Conimbrigenensis), 1966.
- ANSELMO, Artur (direcção literária). *As Grandes Polémicas Portuguesas: Vol. I*. Lisboa: Editorial Verbo, 1964.
- ASSUNÇÃO, Carlos da Costa. *Gramática e Gramatologia*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1997a.
- ASSUNÇÃO, Carlos da Costa. *Para uma Gramatologia Portuguesa: Dos Primórdios do Gramaticalismo em Portugal a Reis Lobato*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1997b.
- ASSUNÇÃO, Carlos da Costa. *A Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa de António José dos Reis Lobato: Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.
- ASSUNÇÃO, Carlos [da Costa]: «O Nome na historiografia linguística portuguesa: Do primeiro período da linguística portuguesa ao final do séc. XIX». In: BRITO; FIGUEIREDO; BARROS, 2004, p. 29-50.
- BRITO, Ana Maria; FIGUEIREDO, Olívia; BARROS, Clara (Orgs.). *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa: Actas do Encontro em Homenagem a Maria Helena Paiva, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 5-6 de Novembro de 2003*. Porto: Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da Língua Portuguesa: Século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora (Colecção "Nova Universidade"; Linguística 11), 1984.

- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação (Biblioteca Breve, Série Pensamento e Ciência; 18), 1978.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Babel ou a Ruptura do Signo: A Gramática e os Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (temas portugueses), 1983.
- CARDOSO, Simão. *Historiografia Gramatical (1500-1920): Língua Portuguesa - Autores Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras do Porto (Revista da Faculdade de Letras, Série Línguas e Literaturas; Anexo 7), 1994.
- CASTELEIRO, João Malaca. «Jerónimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do século XVIII». In: *Boletim de Filologia* 26, 1980, p. 101-110.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- FERNANDES, Gonçalo. «A *Ianua Linguarum* dos Jesuítas Irlandeses (Salamanca, 1611) e a *Porta de Linguas* de Amaro de Roboredo (Lisboa, 1623)». In: *Boletim de Estudos Clássicos* 42, 2004, p. 165-181.
- FERNANDES, Gonçalo. «A *Arte para en breve saber Latin* (Salamanca 1595) de Francisco Sánchez de las Brozas e a *Arte de Grammatica, pera em breve saber Latim* (Lisboa 1610) de Pedro Sánchez». In: Casanova, Emili (ed.). *Actes du XXVI^e Congrès Internationale de Linguistique et Philologie Romanes*, no prelo.
- FONSECA, Maria do Céu. «Historiografia linguística portuguesa: o contributo do século XVII». In: BRITO; FIGUEIREDO; BARROS (2004), p. 89-105.
- FONSECA, Maria do Céu. *Historiografia Linguística Portuguesa e Missionária: Preposições e Posposições no Séc. XVII*. Lisboa: Edições Colibri (Estudos e Ensaio; 1), 2006.
- FREIRE, António. «a ‘Gramática Latina’ do padre Manuel Álvares e os seus impugnadores». In: Anselmo, Artur (1964), p. 333-389.
- GONÇALVES, Maria Filomena. «Treinta años de Historiografía Lingüística del portugués». In: Villayandre Llamazares, Milka (ed.). *Actas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística*, León: Universidad de León, Dpto. de Filología Hispánica y Clásica, 2006, p. 732-753. In: <http://www3.unileon.es/dp/dfh/SEL/actas/Goncalves.pdf> (última consulta: 29 de outubro de 2010).
- KEMMLER, Rolf; SCHÄFER-PRIESS, Barbara: «25. Geschichte der Reflexion über die romanischen Sprachen: Portugiesisch / Histoire de la réflexion sur les langues romanes: le portugais». In: ERNST, Gerhard; GLESSGEN,

- Martin-Dietrich; SCHMITT, Christian; SCHWEICKARD, Wolfgang (Hrsg.). *Romanische Sprachgeschichte / Histoire linguistique de la Romania, 1. Teilband*. Berlin; New York: Walter de Gruyter (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft; 23.1), 2003, p. 280-297.
- KEMMLER, Rolf: José Vicente Gomes de Mouras Vorstellungen eines lateinisch-portugiesischen Sprachunterrichts. In: *Romanistik in Geschichte und Gegenwart* 16,1, 2010, p. 65-87.
- KOERNER, E[rnst] F[rideryk] K[onrad]. *The Importance of Techmer's, Internationale Zeitschrift für Allgemeine Sprachwissenschaft 'in the Development of General Linguistics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Co. (Studies in the History of the Language Sciences; 1), 1973.
- KOERNER, E[rnst] F[rideryk] K[onrad]. On the Place of Linguistic Historiography within the Sciences of Language, again. In: Koerner, E[rnst] F[rideryk] K[onrad]: *Essays in the History of Linguistics*, Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Co. (Studies in the History of the Language Sciences, Series III; 104), 2004, p. 3-18.
- PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. «El Álvarez en vernáculo: las exégesis de los *De Institutione Grammatica Libri Tres* en Portugal durante el siglo XVII». In: *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas XVIII*, 2001, p. 317-338.
- PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. *Aproximación a la obra de Manuel Álvares: edición crítica de sus De institutione grammatica libri tres*. Tesis de la Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Filología, Departamento de Filología Latina, leída el 20-04-2001, 2004. In: <http://eprints.ucm.es/tesis/fl/ucm-t25106.pdf> (última consulta: 29 de outubro de 2010).
- SANTOS, Maria Helena Pessoa. *As Ideias linguísticas Portuguesas na Centúria de Oitocentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas), 2010.
- SCHÄFER-PRIESS, Barbara. *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300), 2000.
- SCHÄFER-PRIESS, Barbara. *A Porta das línguas (1623) de Amaro de Roboredo*. In: KEMMLER, Rolf; SCHÄFER-PRIESS, Barbara; SCHÖNBERGER, Axel (Hrsg.). *Portugiesische Sprachgeschichte und Sprachgeschichtsschreibung*.

- Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu *Lusorama*; 1. Reihe, 11. Band), 2006, p. 73-91.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. «Überlegungen zur Sprachwissenschaftsgeschichtsschreibung». In: SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte; DRÄXLER, Hans Dieter; KNAPSTEIN, Franz-Josef; VOLCK-DUFFY, Elisabeth; ZOLLNA, Isabel: *Europäische Sprachwissenschaft um 1800: Methodologische und historiographische Beiträge zum Umkreis der "idéologie"*. Band 1. Münster: Nodus Publikationen, 1989, p. 11-23.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. «Hermeneutik und Serie». In: SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte; BERNECKER, Roland; BROCH, Ilona; DRÄXLER, Hans Dieter; VOLCK-DUFFY, Elisabeth. *Europäische Sprachwissenschaft um 1800: Methodologische und historiographische Beiträge zum Umkreis der "idéologie"*. Band 2, Münster: Nodus Publikationen, 1991, p. 308-318.
- SCHMITTER, PETER. «'Narrativität' als metahistorischer Begriff». In: SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte; BERNECKER, Roland; BROCH, Ilona; DRÄXLER, Hans Dieter; VOLCK-DUFFY, Elisabeth. *Europäische Sprachwissenschaft um 1800: Methodologische und historiographische Beiträge zum Umkreis der "idéologie"*. Band 3, Münster: Nodus Publikationen, 1992, p. 41-61.
- SILVA, Inocência Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil* [a partir do vol. IX: *continuado e ampliado por Brito Aranha*]. 23 vols., Lisboa: Na Imprensa Nacional, Obra re-editada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1858-1958.
- TORRES, Amadeu (1998): «Das fronteiras sem gramática à gramática sem fronteiras: Contributo para a gramaticologia franco-portuguesa». In: TORRES, Amadeu. *Gramática e Linguística: Ensaio e outros estudos*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia - Instituto de Letras e Ciências Humanas, Centro de Estudos Linguísticos, 1998, p. 102-124.
- VASCONCELOS, José Leite de. *Opúsculos: Volume IV, Filologia (Parte II)*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.
- VERDELHO, Telmo (1982): «Historiografia linguística e reforma do ensino: A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal». In: *Brigantia: Revista de Cultura* 2/4, p. 347-383.
- VERDELHO, Telmo. «457. Portugiesisch: Lexikographie». In: HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian (eds.) (1994): *Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL): vol. 6, 2, Galegisch/Portugiesisch*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994, p. 673-692.

VERDELHO, Telmo. *As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*, Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica (Linguística; 18), 1995.

Zimmermann, Klaus. «Algunos aspectos teóricos y epistemológicos de la Historiografía de las ciencias del lenguaje en ámbitos y tradiciones específicos (a manera de introducción)». In: *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana* 13 (7, 1), 2009, p. 7-10.

O COMPLEMENTO VERBAL EM ROCHA LIMA

Edila Vianna da Silva
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: O tema deste trabalho é a contribuição de Rocha Lima aos estudos da sintaxe do Português, em sua *Gramática normativa da língua portuguesa*, especialmente na classificação dos complementos verbais. Publicada em 1957, a obra desempenhou papel relevante no ensino da língua na segunda metade do século XX, posição que ainda mantém na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Rocha Lima; sintaxe; complementos verbais.

ABSTRACT: *This work analyzes the contribution of Rocha Lima to the studies of the Portuguese syntax in his Normative grammar of the portuguese language (Gramática normativa da língua portuguesa), especially regarding the classification of the verbal complements. Published in 1957, this book played a very important role in the teaching of the Portuguese language in the second half of the past century, position that it still maintains at the present time.*

KEYWORDS: *Rocha Lima; syntax; verbal complements.*

1. Introdução

Este trabalho expõe algumas reflexões sobre a contribuição de Rocha Lima para os estudos da sintaxe do Português, em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (46.^a edição, de 2007), especialmente na classificação dos complementos verbais.

Antes de entrar propriamente no cerne da questão e até para melhor compreender o posicionamento do gramático, vamos fazer algumas observações

sobre a inserção da obra em seu contexto historiográfico e sobre a base teórica que norteou a composição da Gramática Normativa da Língua Portuguesa, doravante GNLP.

Publicada em 1957, a obra desempenhou papel relevante no ensino da língua na segunda metade do século XX, e com sucessivas edições em que o autor a “retocou e enriqueceu” com novos conceitos, ainda se mantém como um dos manuais didáticos mais consultados por aqueles que se interessam pelos estudos vernáculos.

A época em que surgiu a primeira edição da GNLP caracterizou-se por significativo crescimento demográfico, propiciado pelo fim da Segunda Guerra, e por forte impacto causado pela revolução nas comunicações, especialmente pelo fortalecimento da TV e o declínio do rádio, o que gerou alterações nos hábitos e relações sociais e familiares.

O aumento populacional foi acompanhado de extraordinária expansão nos sistemas de ensino, fato que se iniciou na década de 1950, mas em paralelo com um fenômeno negativo, qual seja, o aumento, em nível mundial, do número de analfabetos adultos, de forma que “a educação não acompanha o grande desenvolvimento que se constata em outros setores da sociedade” (Palma e Mendes, 2006: 143).

Também no Brasil, “a partir dos anos 1940, vive-se um movimento de ampliação da educação, decorrente da democratização do pós-guerra, e que atinge, nas palavras das citadas autoras (2006: 144) não só o âmbito político, mas se estende também ao acesso às conquistas educacionais por segmentos mais amplos da sociedade.

É nesse período, classificado como *linguístico* (Cavaliere, 2002: 102-120) que surge a GNLP, cuja primeira edição precede a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), estabelecida por portaria do MEC, em 28 de janeiro de 1959.

Ainda de acordo com o autor da *Proposta de Periodização dos estudos linguísticos no Brasil*, Rocha Lima se inscreve entre os membros de um grupo de excelentes pesquisadores, fiéis às bases da Filologia Românica, mas suscetíveis a novas influências, ainda que de maneira superficial. Não se pode dizer que tivessem adotado completamente os preceitos trazidos pela Linguística Geral, mas não os rejeitavam tampouco, o que torna indevida a inclusão de suas obras no que hoje se denomina, até pejorativamente, de “tradição gramatical brasileira”. É bem verdade que, de acordo com as concepções linguísticas de sua época, Rocha Lima demonstra em sua *Gramática* a preocupação com a fixação de uma norma padrão, calcada apenas em abonações de textos literários, ainda que, além dos portugueses, sejam também citados exemplos de autores

brasileiros. Mantém, igualmente, do período anterior, denominado *científico*, e limitado entre os anos de 1881 e 1941 (Cavaliere, 2002: 111), a preocupação em descrever a gramática com vista ao ensino da língua.

Na visão de Serafim da Silva Neto, prefaciador da GNLP, na obra, “perpassam (ainda que discretamente dosadas) as ideias da Linguística moderna, ideias fecundas que renovaram muitas das teorias gramaticais.” (GNLP, Prefácio da primeira edição, XVII). Referia-se o linguista a importantes traços da GNLP, que a diferenciavam de outras gramáticas de seu tempo, como, por exemplo, o fato de que, embora houvesse uma clara preocupação em impor a língua culta escrita, por meio da leitura dos clássicos, o gramático não desconsiderava os autores modernistas, cuja língua se afastava das características do Português europeu. Dessa forma, encontram-se, na GNLP, exemplos do padrão brasileiro na língua literária de textos de Monteiro Lobato, Manuel Bandeira, Menotti Del Picchia, Graciliano Ramos, entre outros.

O gramático, conforme autores seus contemporâneos, atribui importância à visão diacrônica dos fatos linguísticos, mas não faz do latim a sua única fonte de esclarecimento dos fenômenos do português, bem como não se ocupa, predominantemente, em comparar as estruturas portuguesas com as de outras línguas românicas.

O suporte de suas escolhas teóricas manifesta-se nos conceitos de gramática, língua e linguagem, que se esclarecem na *Introdução* da GNLP. Antes de comentá-los, entretanto, deve-se ressaltar que, até a 14.^a edição, o autor não apresentava as definições de língua e linguagem e atinha-se somente à conceitualização de gramática. Na p. 3 da referida *Introdução*, o autor, comprovando sua crença de que linguagem e língua não se confundem, afirma que “em sentido amplo, pode-se entender por *linguagem* qualquer processo de comunicação, mas que, para a Linguística, só apresenta interesse aquele tipo de linguagem que se exterioriza pela palavra humana, fruto de uma atividade mental superior e criadora”, no que está em consonância com os teóricos estruturalistas.

Ao longo do texto introdutório (p. 4) são, ainda, elencadas definições de *língua* que materializam a visão do gramático sobre o conceito que baseia sua gramática. Estabelece que “A LÍNGUA é um sistema: um conjunto organizado e opositivo de relações, adotado por determinada sociedade para permitir o exercício da linguagem entre os homens.”

No parágrafo seguinte, dá continuidade às suas observações: “Fato social por excelência, (a língua) é aquele acervo de sons, estruturas vocabulares e processos sintáticos que a sociedade põe à disposição dos membros de uma comunidade linguística.” Constrói, então, sua concepção de língua com base

em uma definição estruturalista, pois esse sistema organizado de relações remete-nos à noção de relações sintagmáticas de Saussure, quando o linguista argumenta que, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. (Saussure, 1995: 142)

Leva em consideração, por outro lado, a noção de sistema opositivo de relações, o que remete à ideia de paradigma, das relações que as palavras ligadas por características comuns mantêm fora do discurso, assim formando grupos por associação mental dentro dos quais imperam relações muito diversas (associação por compartilharem o mesmo sufixo; o mesmo radical, o mesmo papel sintático etc.) (Saussure, 1995: 145).

Mais importante ainda, ao referir-se ao caráter social da língua, retoma a noção de mutabilidade e imutabilidade previstas por Saussure, que, ao discorrer sobre o caráter imutável do signo, afirma que a língua é um produto herdado de gerações anteriores, que o único objeto real da Linguística é a vida normal e regular de um idioma já constituído e que os falantes de um idioma geralmente não têm consciência das leis da língua (cada povo está satisfeito com a língua que recebeu). Dado seu caráter arbitrário, o signo é então imposto à massa falante que tem de aceitá-lo e dar-lhe continuidade, pela lei da tradição. Por outro lado, o signo também caracteriza-se por ser mutável. “O tempo, que assegura a continuidade da língua, também é o responsável pelas alterações dos signos. “ (Saussure, 1995: 89). É também a posição de R. Lima, conforme se pode deduzir do recorte feito na página 4 da Introdução:

“Sem embargo de se prestar à floração de mil estilos individuais, a língua não se desfigura: seu sistema permanece uno e íntegro. É a variedade na unidade – a preservação histórica do seu gênio, da sua índole, à qual se hão de adaptar todas as particularizações. (ROCHA LIMA, 2007: 5)”

Ressoam, assim, na GNLP, as noções saussureanas de *mutabilidade* e *imutabilidade* do signo e, em consequência, as de *unidade* na *variedade*, quando o gramático continua sua exposição sobre a LÍNGUA:

Do equilíbrio de duas tendências resulta sua estabilidade pelos tempos fora: de um lado, a diferenciação, força natural, espontânea, desagregadora; de outro, a unificação, força coercitiva, disciplinante, conservadora. (ROCHA LIMA, 2007: 5)

Quanto ao conceito de gramática, para o autor

“gramática é uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dele induzindo, por classificação e sistematização, as *normas* que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta” (ROCHA LIMA, 2007: 7)

Mostra-se nessa definição o ponto de vista de que a gramática é produzida para o ensino e, ao considerar as normas como ideal de expressão correta em determinada época, delimita-se sua intenção normativa, mas se reconhece que as normas mudam de uma época para outra.

Importa dizer que o autor distingue a gramática *normativa* da gramática *descritiva*, que, no seu entender, “examina a língua como “sistema de meios de expressão”, sem levar em conta a sua utilização imediata como código de bem falar e escrever.” (2007: 6) Considera-as disciplinas interdependentes, porém com finalidades distintas.

Partindo dessas observações, não se pode negar a hipótese de que o estruturalismo (enquanto corrente de pensamento) repercute na GNLP. Embora não se possam descartar as ressonâncias de um processo anterior que remete ao período gramatical ligado à Filologia, percebe-se, acompanhando o movimento do início da segunda metade do século XX, a entrada, na *Gramática*, dos saberes próprios à Ciência Linguística.

É verdade que o trabalho de Rocha Lima, no que concerne à sua fundamentação teórica, não significa uma ruptura em relação aos estudos da linguagem encetados no Brasil na década de 1950, o que leva Palma e Mendes (2006: 154) a asseverarem que a modernidade linguística – seguida por Rocha Lima e apontada por Serafim da Silva Neto no prefácio da *Gramática* – é predominantemente filológica.

2. A sintaxe na GNLP

Deve-se inscrever a Gramática Normativa da Língua Portuguesa no que se entende por “gramática da frase”, na qual os autores fazem um estudo das estruturas frásicas e proposicionais como construções abstratas e modelos a aplicar em instâncias enunciativas. Imbuído da atmosfera gramatical da época, em os estudos sintáticos prevaleciam sobre os demais, a obra dedica 257 páginas à sintaxe, distribui outras 208 entre a fonética e a morfologia e deixa 72 para tratar da estilística.

Apesar de, na terceira edição (1959), obedecendo à legislação, adequar sua obra à NGB, Rocha Lima não seguiu integralmente a Nomenclatura, uma vez que na *Advertência* dessa edição, assevera que

“como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de DOCTRINA; e então, não é lícito a ninguém renunciar – por mais que sejam dignos de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino.”

Tendo em vista o propósito de simplificação e unificação da norma, recomendada, na época, pelo MEC, o autor relacionou à parte, num apêndice, os pontos em que não havia coincidência entre a posição de sua gramática e a teoria implícita na NGB, entre os quais menciona aspectos da sintaxe, aí incluída a classificação dos complementos verbais. Na dita segunda fase de sua gramática, já não aparece essa relação de pontos.

Em sua primeira edição, Rocha Lima divide a Gramática em três partes, de acordo com a concepção clássica, em Fonética, Morfologia e Sintaxe. A partir da 15.^a edição, refeita pelo autor e editada pela Livraria José Olympio, considerada a segunda fase da GNLP, acrescenta a Fonologia à primeira parte, diferenciando os dois ramos da ciência linguística, que, no seu entender “não se opõem: antes se coordenam e completam” (2007: 14). Explicita como objetivo da Sintaxe, – à qual dedica quase metade da Gramática, conforme já se salientou – o “estudo da construção da frase”, cujo foco reside na análise sintática.

Baseia a análise dos fatos sintáticos na frase e não na oração, como se conclui do título do capítulo 17, *Teoria geral da frase e sua análise*, que inicia a descrição da sintaxe portuguesa. E conceitua *frase* com apoio em princípios do estruturalismo (unidade verbal), em noções semânticas (sentido completo) e da fonologia (entoação típica, que dá à frase unidade de sentido, demarcando-lhe o começo e o fim). Assim, a frase é para ele “uma unidade verbal com sentido completo e caracterizada por entoação típica”. (2007: 232)

Vincula também o conceito de oração à frase, quando descreve “oração é a frase – ou membro de frase – que se biparte normalmente em sujeito e predicado” e ressalta que a diferença entre frase e oração reside na *forma*, de modo que o grito “Socorro! é uma frase, mas não é uma oração, pois carece dos elementos de estrutura característicos da oração; não está partida em *sujeito* e *predicado*”.

Em nenhum momento chama a atenção para o fato de que o verbo é a palavra essencial para a existência da oração, diferentemente do que afirma

Bechara, ao estabelecer que “aos enunciados completos sem verbo, a gramática lhes dá o nome de *frase*. Àqueles enunciados com verbo a gramática chama *oração*” (Bechara, 2003: 3).

Não salienta igualmente que é por meio do verbo que se realiza a predicação, “associação de um atributo a um objeto, limitando essa associação a alguma fase da linha do tempo, atual, anterior ou posterior ao momento da fala” (Azeredo, 2008: 199).

Uma das dificuldades com que se defrontam os que procuram entender a estrutura da oração, com base nas gramáticas seguidoras da NGB, é a distribuição dos termos da oração. A divisão desses termos em três classes, *essenciais*, *integrantes* e *acessórios*, não favorece uma clara visão das relações entre os constituintes oracionais.

Em termos gerais, Rocha Lima concorda com a Nomenclatura, quando classifica os termos da oração em *integrantes* e *acessórios*. Não consagra, no entanto, a rubrica de *essenciais*, atribuídos ao sujeito e ao predicado pela NGB, e sim classifica-os como *básicos*. Hoje é pacífica a noção de que o *sujeito* não pode ser considerado termo *essencial*, pela existência de orações sem sujeito ou com sujeito indeterminado. Considerar o sujeito como *essencial* criaria, nesses casos, uma situação em que à oração faltaria um termo *essencial* tornando-a, então, uma NÃO-ORAÇÃO, de acordo com Carone (1986: 61). Essencial mesmo na oração, enfatizam vários linguistas (Duarte, Carone, Azeredo, entre outros) é o verbo, garantia formal da existência do predicado e, portanto, da própria oração. Empregar o adjetivo *básico*, que aparece na GNLP, para denominar o termo *sujeito* pode ser uma forma de demonstrar o entendimento do fato.

Na definição de *sujeito* e *predicado*, Rocha Lima acompanha outros gramáticos, que misturam critérios semânticos e sintáticos. As conceituações de *sujeito* como “o ser de quem se diz algo” e predicado como “aquilo que se diz do sujeito” (2007: 234) são válidas para as noções textuais de *tópico/comentário*, que nem sempre coincidem, respectivamente, com o sujeito e o predicado. Em, por exemplo, “O vinho tinto, ninguém bebeu”, o SN *O vinho tinto* é o tema da declaração, o termo de quem se diz algo, mas não é o sujeito, e sim o objeto direto do verbo *beber*; o sujeito, na presente oração, integra a declaração feita a respeito do tópico, *o vinho tinto*, e seu lugar está preenchido pelo pronome *ninguém*, que aparece no *comentário*.

No tratamento de algumas questões sintáticas, entretanto, prevalece a formação filológica do autor. Por exemplo, quando enumera as situações propícias à INVERSÃO NORMAL DO SUJEITO faz a seguinte afirmação: “Nas condições a seguir enumeradas, **a índole do idioma** inclina, de maneira notória,

para a inversão verbo + sujeito: ...” (2007: 236, grifo nosso). O emprego da expressão grifada indica a posição do autor, esposada por linguistas do período anterior, de que as mudanças linguísticas não seriam casuais nem desconexas, mas seguiriam uma diretriz; dito de outro modo, que o próprio sistema determinaria as estruturas linguísticas, concepção de *deriva*, de Edward Sapir.

Por outro lado, observa-se uma preocupação característica de estudiosos modernos de que as estruturas linguísticas devem ser analisadas como são construídas pelos falantes. É o que se pode concluir da citação de Said Ali, sobre o predicado verbo-nominal, em nota na página 239, que adota como princípio:

À análise do gramático ou linguista não compete, claro é, volver a essa operação psicológica nem decompor em muitas palavras o que a linguagem se limita a expressar em dois vocábulos.

Ao sistematizar a descrição do complemento nominal, observa-se sua preocupação com o ensino elementar, preocupação característica dos gramáticos do período anterior – o científico. Pelas dificuldades dos estudantes na diferenciação entre complemento e adjunto adnominal expresso por expressão preposicionada, especialmente com a preposição DE, Rocha Lima alerta em longa *Observação*, à p.242:

“Esta tentativa de sistematização didática parece-me satisfatória para orientar os estudantes. Se bem que, do ponto de vista do ensino elementar, a distinção entre “complemento nominal” e “adjunto adnominal” se afigure algo perturbadora e, até, supérflua – o certo é que esteja em conceitos linguísticos que não podem deixar de levar-se em conta numa descrição fiel da estrutura da frase.”

3. Classificação dos complementos verbais

Variados têm sido os questionamentos e estudos acerca da transitividade verbal, e, em consequência, sobre os complementos do verbo. Variadas soluções, ainda que incipientes, são apresentadas, comprovando a insatisfação com a posição tradicional, adotada como oficial a partir de 1959, com a NGB. Uma das críticas mais frequentes à posição dos autores que se apoiam na Nomenclatura é a de que a concepção de transitividade verbal nas gramáticas tradicionais mistura conceitos semânticos e formais, além de se utilizarem de uma abordagem recorrentemente histórica dos fatos sintáticos.

No que concerne ao tema, classificação dos complementos verbais, Rocha Lima não segue completamente a Nomenclatura, o que informa explicitamente no *Apêndice* da 3.^a edição da GNLP. De acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, os complementos verbais são o *objeto direto* e o *objeto indireto*, aos quais o gramático, apoiado em razões de natureza morfossintática, acrescenta o complemento relativo e o complemento circunstancial. Vamos examinar suas conceituações desses complementos na GNLP.

Para definir o *objeto direto*, Rocha Lima usa um critério semântico, pois o apresenta como “o complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal” e, ao mesmo tempo, sintático ao indicar-lhe as formas de identificação, isto é, suas características sintáticas de a) poder ser o sujeito da voz passiva e b) corresponder, na 3.^a pessoa, às formas pronominais átonas *o*, *a*, *os*, *as*. Acrescenta os valores semânticos do objeto direto, que indica “o ser sobre o qual recai a ação (Castigar o filho)”; “o resultado da ação (Criar um poema)”; “o conteúdo da ação (Discutir política)”. (2007: 243).

O objeto direto aparece subdividido em objeto direto preposicional e objeto direto interno, esta última classificação, hoje, restrita a algumas gramáticas.

No caso do objeto direto preposicional, percebem-se alguns traços da visão de R. Lima sobre o papel da Gramática. Vale comentar, em primeiro lugar, que é um dos momentos em que a obra se mostra explicitamente prescritiva, pela noção de obrigatoriedade que o gramático confere ao uso da preposição com o complemento em pauta, ao afirmar que “É OBRIGATÓRIO, na linguagem moderna, o emprego da preposição em determinadas estruturas.” Também aí, apesar do caráter sincrônico que dá à sua obra, fornece noções da sintaxe de outras línguas neolatinas, recorrendo à gramática comparada para ilustrar o emprego do objeto direto preposicional. Ainda quanto a esse complemento, causa uma certa estranheza, depois de apresentar minuciosamente as condições de uso, obrigatório e facultativo, do objeto direto preposicional, seu comentário absolutamente vago para explicar que a preposição pode ser empregada também “por fatores não bem caracterizados” (2007: 246).

No que se refere ao objeto indireto, seguindo a orientação da NGB, as gramáticas que servem de base ao ensino de português apresentam-no como “o complemento encabeçado por preposição necessária”. (Bechara, 1992: 205-206). Tal simplificação descritiva trouxe confusões quanto ao conceito desse complemento, uma vez que existem complementos verbais regidos por preposição obrigatória, mas de valores semânticos distintos: beneficiário, paciente, locativo etc.

Por essa razão, Mattoso Câmara (1997: 285) propõe uma distinção entre o objeto indireto *stricto sensu* e o *lato sensu*, sendo o primeiro aquele que, na terceira pessoa, admite ser substituído pelo clítico dativo correspondente: nesse caso, o clítico *lhe*. Tal distinção se aproxima da descrição de Rocha Lima, que propõe o termo *complemento relativo* para designar o argumento do verbo encabeçado por preposição necessária que não pode ser convertido, na terceira pessoa, em clítico dativo. Assim, o termo *objeto indireto* fica reservado para o argumento do verbo que apresentar essa possibilidade de conversão.

Rocha Lima, ao relacionar os complementos verbais, no início do capítulo sobre o tema, de certa forma seguindo Said Ali, em Dificuldades da Língua Portuguesa (1966: 95), esclarece em nota sobre o objeto indireto que

Nem sempre (como adiante veremos) o objeto indireto é ‘complemento verbal’, mas sim ‘termo integrante do predicado – verbal, nominal, ou verbo-nominal –’ independentemente da natureza do verbo. (op. cit. p. 243)

Adotando um critério de ordem semântica, adiante, afirma que “O *objeto indireto* representa o SER ANIMADO a que se dirige ou destina a ação ou estado que o processo verbal expressa.” (p. 248). E acrescenta, em nota, na mesma página que “quando substantivos referentes a ‘coisas’ (*lato sensu*) se usam como objeto indireto, devem considerar-se como se fossem capazes de receber tratamento igual ao de pessoas.”

Logo a seguir em uma lúcida e clara exposição, Rocha Lima demonstra que o objeto indireto comporta-se mais como um complemento da oração do que propriamente como um complemento verbal, de cujo regime, enfatiza o autor, na maioria das vezes, independe, “já que pode figurar em qualquer tipo de predicado, perfilando-se, até, ao lado de verbos intransitivos e de verbos na voz passiva”.

Salienta também que o objeto indireto caracteriza-se por vir encabeçado pela preposição *a* (às vezes *para*) e corresponder, na terceira pessoa, às formas pronominais átonas *lhe*, *lhes*. Acrescenta ainda a característica sintática de não aceitar passagem à função de sujeito na voz passiva e, por apresentar o traço + PESSOA, não *lhe* ser possível manifestar-se sob forma de oração subordinada, o que altera o quadro de classificação de orações consagrado pela NGB.

Ponto de vista semelhante aparece na 37.^a edição, revista e ampliada, da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (1999). Nessa obra, o autor estabelece os seguintes critérios de identificação do objeto indireto: é

encabeçado pela preposição *a* (raramente *para*); refere-se a ser animado; indica beneficiário ou destinatário da ação e é comutável pelo pronome pessoal objetivo *lhe(s)*.

Ressalta ainda o autor o fato de ser o objeto indireto um termo mais periférico com relação ao verbo, o que corresponde à noção de *complemento de oração*, de Rocha Lima, anteriormente comentada.

Após nos ter apresentado os verbos que, via de regra, selecionam objeto indireto, tais como, *dar, oferecer, entregar, doar, dedicar, negar, recusar, dizer, perguntar, contar, narrar, pedir, rogar, pagar, dever*, o autor inclui, entre os casos incontestados de objeto indireto, expressões com verbo suporte, tais como “ter amor a”, “fazer guerra a”, “pôr freio a”, as quais equivalem aos verbos simples “amar”, “guerrear”, “frear”, respectivamente. Tais expressões regiam dativo em latim, mas discordamos de seu ponto de vista, porque não consideramos os complementos de nomes (substantivos e adjetivos) como objeto indireto. Nesses casos, o termo regente é o substantivo, e não o verbo; o objeto indireto é, para nós, um argumento do verbo. A possibilidade de emprego do pronome “*lhe*”, em muitos desses casos, permite-nos dizer tratar-se de casos de dativo. Vale lembrar, entretanto, que a função dativa apresenta-se não só sob forma de complemento de verbo (objeto indireto), mas também de complemento de nome (complemento nominal) e, em alguns casos, de adjuntos adverbiais (de fim e de direção). Vê-se, pois, que a NGB cunhou três nomenclaturas que recobrem casos de dativo na sintaxe portuguesa.

R. Lima termina sua exposição sobre o objeto indireto com uma nota de esclarecimento sobre propriedades sintáticas dos verbos *gostar de, depender de, precisar de, carecer de, lembrar-se de, fugir de, consentir em, assistir a, proceder a*. Segundo o autor, esses verbos não se constroem com objeto indireto, mas com um complemento que se filia ora ao ablativo, ora ao genitivo – e aí, recorre à diacronia da língua – e se denomina *complemento relativo*.”

Esse tipo de complemento não integra o elenco da NGB, conforme já se informou no decorrer deste trabalho e sua inserção na GNLP representa a grande convicção do autor de suas crenças doutrinárias, ainda mais considerando-se que Rocha Lima foi um dos signatários da NGB.

Denominação inspirada na generalização do conceito de *régime relatif*, proposto por Meyer-Lübke para regências semelhantes a esta do português, o complemento relativo, na definição do gramático é aquele “que, ligado ao verbo por uma preposição determinada (*a, com, de, em, etc.*), integra *com o valor de objeto direto*, a predicação de um verbo de significação relativa” (Rocha Lima, 2007, p. 251). Ex.: Antônio gosta *de* Maria./ Antônio gosta *de* sorvete.

Consideramos que a inserção de mais um termo integrante à lista da NGB representa uma exigência da clareza e precisão na análise de termos que, embora preposicionados, apresentam traços sintáticos e semânticos diversos. Assim é que o complemento relativo, diferentemente do objeto indireto:

- Não representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, mas denota, como o objeto direto, o ser sobre o qual recai a ação.
- Não corresponde, na 3.^a pessoa, às formas pronominais átonas *lhe*, *lhes*, mas às formas tônicas *ele*, *ela*, *eles*, *elas*, precedidas de preposição, como nos exemplos “assistir ao programa” – “assistir *a ele*”; “gostar de pêssegos” – “gostar *deles*”.

Alguns importantes gramáticos, como Evanildo Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, edição de 1999, e José Carlos Azeredo, na *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, classificam entre os *relativos* os complementos de verbos locativos, situativos e/ou direcionais, como nos exemplos

Sua mãe mora [em Petrópolis.] e Acompanhei minha filha [ao cinema].

Seus pontos de vista coincidem com o de Rocha Lima no que tange a considerar termos tais como [*em Petrópolis*] e [*ao cinema*] como complementares, por não poderem ser dispensados. Para Rocha Lima, no entanto, esses complementos, tão indispensáveis à construção do verbo quanto os demais comentados, por serem de natureza adverbial, constituem o que denominou de *complemento circunstancial*.

Entram nessa classificação de *complemento circunstancial* não só termos preposicionados como também termos construídos sem preposição que indicam peso, medida, preço, distância, tempo, os quais, para Evanildo Bechara, devem ser classificados como objetos diretos.

A guerra durou cem anos. / Esta tortura durará até a apresentação do trabalho./

Pesar dois quilos etc. (exemplos do autor).

Maria Eugênia Duarte, (2007: 191), trabalhando com a noção de *sintagma* e de *argumento*, da teoria estruturalista, segue na descrição dos complementos aqui analisados a lição de Rocha Lima, atestando a modernidade das análises do gramático, que são igualmente retomadas por Azeredo na *Gramática Houaiss* (2008, p. 212 e seg.), no capítulo dedicado à *Tipologia sintática dos verbos*, especialmente, no item *O verbo transitivo e seus tipos*.

Para concluir esta breve análise, expomos, respeitosamente, nossa discordância à posição de alguns historiógrafos por certas críticas feitas à *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima. A obra não pretende ser uma gramática do texto, “que estuda as formas mais ou menos reais de concretização

da língua em atos comunicativos concretos e que aborda linguagem e ação”. Conforme declara seu autor, trata-se de uma gramática normativa; logo parece-nos óbvio que deva privilegiar a norma de prestígio de sua época, o que de fato empreende. Também não concordamos com afirmação de que o autor não levou em conta princípios da linguística moderna. Pensamos ter demonstrado que a obra, embora preserve a tradição dos estudos gramaticais, manifesta, igualmente, a presença de princípios do estruturalismo linguístico.

Referências

- AZEREDO, José C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. 4. ed. rev.aum. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1997, p. 285.
- CARONE, Flávia de B. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.
- CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Confluência*. Rio de Janeiro: Lucerna/ Liceu Literário Português, n. 23, 2002, p. 102-120.
- DUARTE, Maria E. Termos da oração. In: VIEIRA, S. e BRANDÃO, S. *Ensino de gramática; descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 185-203.
- PALMA, Dieli e MENDES, Maria de Fátima. A gramática normativa da língua portuguesa de Rocha Lima: a continuidade nos estudos gramaticais. In: BASTOS, Neusa e PALMA, D. (orgs.) *História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino da língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 142-156.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 46. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ltda, 2007.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 9. ed. São Paulo: Cultrix [s.d.]
- SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966.

O PARTICÍPIO PRESENTE EM CARTAS DE BERNARDO DE CLARAVAL: MUDANÇA E CONSERVAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA¹

Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira
Universidade do Estado da Bahia

Mariangela Rios de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Investigação das formas do particípio presente no texto original latino de 23 cartas escritas por Bernardo de Claraval, no século XII, com foco na conservação e na mudança dessa forma verbo-nominal na trajetória da língua portuguesa. Oitenta e nove particípios constituem o *corpus* coletado. Os dados foram interpretados à luz do funcionalismo linguístico, considerando-se os processos de gramaticalização, em sua derivação semântica e categorial, e a teoria dos protótipos. Detectaram-se casos de mudança funcional e de conservação de usos, que vão desde a Idade Média até o português contemporâneo, na demonstração de tendências de continuidade e de mudança linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Bernardo de Claraval; particípio presente; funcionalismo; gramaticalização.

ABSTRACT : *Investigation of the present participle forms of the verbs present on 23 letters, written by Bernardo de Claraval, in the twelfth century, in the original Latin text, focusing both on conservation and change of this structure in the trajectory of the Portuguese language. Eighty-nine participle forms constitute the corpus collected. The data were interpreted according to the functionalism theory, taking into account the processes of grammaticalization in its categorical and semantic derivation, as well as the prototype theory. Cases of functional change and conservation of usage were detected, ranging from the Middle Age to the contemporary Portuguese, in the demonstration of the continuity and linguistics change trends.*

¹ Este artigo é fruto do estágio pós-doutoral da pesquisadora Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFF, sob a supervisão da pesquisadora Mariangela Rios de Oliveira, em 2009.

KEYWORDS: *Bernardo de Claraval; present participle; functionalism; grammaticalization.*

Introdução

Neste artigo, dedicamo-nos, com base em pressupostos funcionalistas, na linha de Heine e Kuteva (2007) Traugott e Dasher (2005), Givón (2001), entre outros, à pesquisa da mudança e da conservação categorial do particípio presente (doravante PP) no latim tardio e seus reflexos no português contemporâneo. Para tanto, tomamos como *corpus* 23 cartas escritas em latim por Bernardo de Claraval e datadas do século XII, bem como a sua respectiva tradução². Essas cartas, que compõem o epistolário de Bernardo de Claraval, foram dirigidas a monjas e senhoras da nobreza da época, entre as quais a Imperatriz dos romanos e a rainha de Jerusalém. Na versão latina das cartas, recolhemos todas as sentenças com PP e realizamos um estudo da conservação e da mudança no latim tardio, detectando e analisando esses usos à luz da teoria funcionalista, tendo em vista os processos de gramaticalização e lexicalização em sua derivação semântica e categorial.

Nosso objetivo é o de contribuir, a partir de dados empíricos de fontes históricas, para o maior conhecimento dos aspectos funcionais do PP na trajetória do latim ao português, fornecendo também subsídios consistentes para a pesquisa da unidirecionalidade e da estabilidade na perspectiva do funcionalismo linguístico, que fundamenta esta investigação.

Iniciamos o artigo fazendo uma breve abordagem sobre o PP no latim e no português com base em gramáticos e linguistas que tratam do tema. Em seguida, apresentamos e discutimos os pressupostos funcionalistas que nos orientam, com ênfase no processo de gramaticalização. Na seção posterior, procedemos à descrição e análise do *corpus*, com foco nos padrões funcionais do PP levantados e na trajetória destes usos no português, em termos de mudança e de continuidade. A seguir tratamos da derivação PP > preposição, não detectada nas cartas de Bernardo, porém relevante como processo de gramaticalização. Por fim, tecemos alguns comentários acerca da contribuição de estudos empíricos, como o aqui apresentado, como suporte

² A tradução das cartas de Bernardo foi realizada pela pesquisadora Jacira Ornélia Nogueira de Oliveira, na primeira etapa de seu estágio de pós-doutoramento, e se encontram atualmente em fase de editoração para publicação.

aos estudos da mudança e da estabilidade dos usos linguísticos, notadamente em língua portuguesa.

1. O PP em latim

No latim, o PP era formado do tema do *infectum*, ao qual se acrescentava o sufixo modo-temporal *-nt-* e as desinências nominais próprias dos adjetivos uniformes de segunda classe. No segundo grupo da terceira conjugação e na quarta o participípio, era formado pelo radical do presente acrescido da vogal *-i* (sufixal ou temática) e de uma vogal *-e*, analógica com a dos participípios da segunda conjugação e do primeiro grupo da terceira. Assim formado, declinou-se como um nome, perdendo o *-t* do sufixo no nominativo/vocativo masculino e feminino e nominativo/vocativo/acusativo neutro. Por outro lado, o *-n* do participípio podia emudecer foneticamente diante de *-s*, daí formas como *libes* = *libens*, assinala Ernout (1989, p.172).

O PP era inteiramente declinável como um adjetivo de segunda classe, tendo, segundo Ravizza (1925, p. 60) e Almeida (1992a, p. 204), o ablativo em *-e*, quando participípio e substantivo, e em *-i*, quando adjetivo: *a sapiente*, por ‘um sábio’; *a sapienti viro*, por ‘um homem sábio’. Esses mesmos participípios, no genitivo plural, terminam em *-um*, se forem usados como substantivos, e em *-ium*, quando participípios e adjetivos.

O PP do verbo *esse*: *s-nt-s* > *sens, sentis*, segundo Laurand (1918, p. 718-719), além de outros autores, só subsiste nos derivados a exemplo de *absens, consens, praesens*. Já Ernout e Meillet (1985) observam que *praesens* era semanticamente diferente de *praesum*. A forma *ens, entis* (de *es, est*), criada através da analogia, é utilizada por César no *De Analogia* e teve uso frequente no latim escolástico da Idade Média, porém, como substantivo na linguagem filosófica: *o ente, aquilo que é*, observa Zenoni (1946, p.166) como, aliás, se conserva na língua portuguesa: “o ente querido”.

Ao tratar do participípio, Väänänen (1968, p. 224) ressalta que o PP assinala uma relação de concomitância, seja temporal, seja modal, e ocupa o lugar de oração circunstancial. Ernout e Thomas (1953, p. 273) também explicam que o PP não marca o tempo em si mesmo, mas designa a ação concomitante, isto é, que se desenvolve ao mesmo tempo em que a do verbo da proposição na qual ele se encontra.

Ravizza (1925, p. 284) também considera que o PP latino dizia respeito a um acontecimento incompleto, contemporâneo ao fato que exprimia o verbo da oração principal, e exemplifica com a oração *Monstro viam erranti*

(= *Indico o caminho a quem erra* (ao errante). O PP, usado com o sujeito ou o complemento do verbo, servia para referir, mais brevemente do que com auxílio das conjunções, as diversas circunstâncias de tempo, causa, condição, fim, concessão, podendo traduzir-se em português por uma proposição adverbial.

É unânime entre os gramáticos a afirmação de que muitos participípios latinos tornaram-se verdadeiros adjetivos, a exemplo de *diligens, -entis; prudens, -entis e sapiens, -entis* e outros, como substantivo: *parens, -entis*; a esse respeito, observa Faria (1995, p. 409):

A natureza adjetiva do participípio se manifesta em poder ele desempenhar a função de epíteto, caso em que freqüentemente admite o grau de comparação. Aliás, em latim há uma série de adjetivos que são antigos participípios, alguns dos quais só se encontram como tais por se terem deixado de usar os verbos de que se derivam. Enfim como verdadeiros adjetivos podem, ainda, ser usados substantivamente sendo de se notar que isto é mais frequente no plural do que no singular.

Também Maurer Jr. (1951, p. 99) assinala que já em latim se percebia a tendência para reduzir o PP a adjetivo ou substantivo, acrescentando que esta tendência se evidenciava pelo fato de tal forma admitir frequentemente um complemento genitivo.

Como adjetivo e substantivo, o PP ocorre frequentemente em Gregório Magno e outros escritores cristãos. De Gregório notem-se os adjetivos: *fluctuans, peccans, subsequens, competens, incessans, insufficiens, deprimens*. Alguns substantivos encontrados em Beda são: *credentes, legentibus, dormientis, audientibus, venientem, viventem*. (MAURER Jr, 1951, p.100)

Ainda referindo-se à natureza de adjetivo do PP, Riemann (1942, p. 521) aponta duas características desta categoria: a primeira, de admitir o grau comparativo e superlativo; a segunda, o fato de o PP do verbo transitivo abandonar sua construção verbal, para se construir com genitivo, como nos seguintes exemplos: *alieni appetens; religionum colens; sui negotii bene gerens*. Ressalta também que o emprego dos participípios como substantivo era menos livre do que no grego e que seu emprego como substantivo no nominativo singular constituía-se em procedimento extremamente raro na língua latina. A esse respeito, Ragon (1909, p. 218) explica que o uso do PP substantivado era mais raro porque o latim não possuía artigo. Em decorrência do valor adjetivo do participípio, o PP frequentemente substituíra uma oração adjetiva relativa. Era comum, também, a substituição de uma oração adverbial por PP.

2. O PP em português

Os participípios figuram entre as formas verbo-nominais sobreviventes no latim coloquial da decadência e, conseqüentemente, na língua portuguesa. São definidos por Camara Jr. (1979, p. 187) como “formas verbais, comuns às línguas indo-europeias em que a natureza do adjetivo se complementa de uma significação dinâmica, que faz delas um processo verbal [...] enquanto servem de adjunto a um substantivo”.

Sabemos ainda que, na evolução para a língua portuguesa, cristaliza-se o participípio futuro ativo, em substantivos do tipo *armadura*, *ventura*, *escritura*, *ancoradouro*, *nascituro*, *morredouro*, *sorvedouro*, *matadouro*, *abatedouro*, e a própria palavra *futuro*, que é, nessa ordem, o participípio futuro do verbo *esse*. O mesmo ocorreu com o participípio futuro passivo, também chamado *gerundivo*, donde *agenda*, *merenda*, *prebenda*, *legenda*.

Já tratando dos participípios passado e presente, Melo (1967, p. 148) afirma que se mantiveram na linguagem dos povos romanizados. Porém Camara Jr. (1986, p. 187) observa que, na morfologia da língua portuguesa moderna, apenas o participípio passado é conservado, e, por isso mesmo, é denominado na NGB simplesmente como *participípio*.

No percurso para a língua portuguesa, o PP conservou a forma do acusativo singular *-nte(m)* e do plural *-ntes*. Segundo Williams (1961, p.191), as terminações do PP no latim clássico, com a vogal temática correspondente a cada conjugação, evoluíram para o português em *-ante* (*amante*), para a primeira conjugação; *-ente* (*movente*), para a segunda e *-inte* (*pedinte*), para a terceira. A terminação *-iente* dos poucos verbos irregulares da terceira conjugação (verbos em *io*) foi substituída por *-ente* e a terminação *-iente*, da quarta conjugação, foi substituída por *-inte*, forma nova oriunda da vogal característica da conjugação; perdeu-se, ainda, o *-e-* que havia antes do sufixo *-nte* nos verbos da quarta conjugação latina (*vestientem*, *venientem*), por analogia com os das outras conjugações, que juntavam *-nte* diretamente ao tema. A terminação *-iente* da terceira e quarta latinas tem sido preservada em formas eruditas como *oriente*, *conveniente*, *proveniente*, *emoliente*, *percuciente*, *subserviente*, registradas tanto no período arcaico como no moderno. As palavras *dormiente* e *servente*, participípios de *dormir* e *servir*, são, provavelmente, de um período anterior ao advento da terminação *-inte*.

A confusão estabelecida em português entre o gerúndio e o PP latinos levou os modernos escritores a empregar, frequentemente, o gerúndio pelo PP, em frases como: *Recebi uma caixa, **contendo** doces gostosos*. Segundo Bueno

(1967, p. 321), os gramáticos estão divididos, nesse particular, considerando os mais antigos que tal emprego constitui galicismo, e, portanto, erro da sintaxe portuguesa. Eles sugerem a substituição por oração adjetiva ou preposição mais substantivo: *Recebi uma caixa **que continha** doces gostosos* ou ainda: *Recebi uma caixa **com** doces gostosos*. Há ainda casos em que a tradição gramatical preconiza o uso do particípio e a comunidade linguística registra o uso do gerúndio: *bolsa **transbordando** de dinheiro*, por *bolsa **transbordante** de dinheiro*; *cor **tirando** a vermelho* por *cor **tirante** a vermelho* (ALMEIDA 1992a, p. 559).

O fato de, já no próprio latim, alguns particípios passarem a ser empregados como adjetivos, a exemplo de *prudens*, *sapiens*, *diligens* e *potens*, justifica o duplo papel que o particípio desempenhou no período arcaico do português. Já nessa fase, o PP é usado como verbo e como adjetivo, em concordância com o nome ao qual se referia, como observamos nos seguintes exemplos listados por Veiga (1959, p.76), nos quais fica patente a concordância em gênero e número: *Eva **riyente** e **enganante***; *Maria **chorante** e Humilde he hua **strella** muy **luzente** luz ...**mostrante** Deos*.

Williams (1961, p. 191) e Melo (1967, p. 148), entre outros, remontam ao século XVI o emprego do PP com valor verbal; por sua vez, Ali (1964, p. 146) afirma que esse uso se deve mais a latinismos do que à linguagem espontânea e natural própria da época, e acrescenta que o mesmo se deve entender dos profusos exemplos de PPs existentes na *Regra de São Bento* e dos que se encontram nos documentos oficiais e legislação da Idade Média.

Após declarar que muitos particípios ocorrem como substantivos no próprio latim, Coelho (1873, p. 95) acrescenta que em português conservam-se todos e, ao lado de *oriente* e *ocidente*, aparecem *nascente* e *poente*; cita ainda outros substantivos de idêntica formação, como *lente* de *legente*, particípio de *lego*; *escrevente* (homem que escreve) *caminhante* e *tirante* (correia de tração do carro) de *tirar*; *sargento* de *sergente* – lat. *serviente*, modificado pelo francês *servent* –. Pertence ainda a essa espécie *marchante* – antigo francês *marchand* (mod. fr. *marchant* de *mercant* – particípio de *merc*); o português tem a forma divergente *mercante*, empregada como adjetivo.

Coelho (1873, p. 95) considera que algumas formas de PP eram empregadas como adjetivos, outras como substantivos; isto é, já não eram construídas com os mesmos complementos que os verbos de que provinham. O autor acrescenta, porém, que no antigo português encontravam-se ainda formas com valor participial e cita os alguns exemplos, entre os quais mencionamos *cegou **entrante** à lida*. (L-Linh I, 165) e *os quaes **tementes** Nostro Señor*. (Reg. P. 251).

Também Gamarski (2002, p. 402), tratando dos adjetivos deverbais em *-nte*, chama atenção para o fato de que, entre os adjetivos estativos, ocorrem formações que são exclusivas dos adjetivos em *-nte*, não valorativas e não descritivas, de interpretação eminentemente verbal. E exemplifica, entre outros, com fragmentos como: *em relação aos elementos novos existentes no mediastino e pessoas integrantes daquela sociedade*.

Essas formações, diz Gamarski, são regulares, mas não funcionam como atributos ou especificações do substantivo, como os demais adjetivos. Trata-se de predicadores aos quais está vinculado um argumento interno indireto, herdado do verbo derivante; têm constituição temporal interna. São, pois, elementos situados em interseção categorial, no trânsito entre verbo e adjetivo, portanto, trata-se de formas nitidamente verbo-nominais. Essas formas são entendidas como não-catóricas ou em posição marginal face à classe dos verbos e dos nomes adjetivos, uma vez que partilham traços de ambas e são, de outra parte, desprovidas de outras marcas categoriais, nos termos de Taylor (1995).

A respeito da instabilidade ou hibridização categorial do PP, Melo (1967, p. 148) afirma que esta forma se manteve como adjetivo, substantivando-se em muitos casos e, em outros, tornando-se preposição. A esse respeito, observa-se que o número das preposições aumentou na língua portuguesa, em decorrência do emprego de adjetivos, de participios passados e de PPs com esse valor, a exemplo de *passante*, *mediante*, *durante*. Dias (1970, p. 165,6) também assinala que *salvante* e *tirante* são participios que passaram a ser empregados como puros advérbios de exclusão. Em *não obstante* e *não embargante* há também PPs. Nesses casos, estamos diante de efetivos fenômenos de gramaticalização (HEINE; KUTEVA, 2007), no entendimento que se registra mudança de classe mais lexical (verbo ou nome adjetivo) para outra mais gramatical (preposição ou conectores em geral).

A esse respeito, Neves (2000) afirma que a NGB denomina como *preposições acidentais* certos elementos que se estão gramaticalizando como preposições e que se empregam em contextos restritos. Ainda segundo a autora, as preposições acidentais funcionam fora do sistema de transitividade, isto é, não introduzem complemento, mas estabelecem relação semântica adverbial: *durante* (de tempo); *mediante* (de meio); *não obstante* (de concessão); *tirante* (de exclusão); *consoante* (de conformidade).

Ao afirmar a recategorização dos PPs em adjetivos, substantivos, preposições e advérbios, a unanimidade dos gramáticos cita a expressão *temente a Deus* como vestígio do uso verbal do PP em tempos modernos. Podem ser acrescentados outros tantos desses usos, como *tirante isso*, *dependente de*, *aderente a*,

mal soante, bem falante e a palavra *tenente* no nome composto *lugar-tenente* e o seu representante popular *tente* (que ocorre em *a mão tente*).

Por esses testemunhos, devemos entender que o PP tem vitalidade com valor verbal no período arcaico, mas, no português moderno e contemporâneo, vem se recategorizando como adjetivo, substantivo, em processos próximos à lexicalização (BRINTON; TRAUGOTT, 2006) e, de outra parte, como preposição, advérbio e conjunção, rumo à gramaticalização (HEINE; KUTEVA, 2007; TRAUGOTT; DASHER, 2005). A par desses usos mais inovadores, constatamos ainda a permanência, no português, do uso como forma verbo-nominal, conforme ocorria em latim; trata-se de formações seguidas de complemento indireto, como no fragmento apresentado por Bechara (2006, p. 50): *Eram questões referentes à lição dada*, em que, segundo o autor, temos um caso de regência nominal, considerando, pois, *referentes* como simples nome. Nesse caso, nossa interpretação é distinta, uma vez que entendemos que *referente* está construído com o mesmo complemento que teria o verbo (*referir-se a/ referentes a*), fato que pode recuperar o caráter fundante de verbo do PP e situá-lo na fronteira entre a classe dos nomes e dos verbos, como forma híbrida da língua.

3. Funcionalismo e gramaticalização

Segundo a hipótese funcionalista, a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua, ou seja, a forma é motivada pela situação comunicativa. “Nesse sentido, a estrutura é uma variável dependente, pois os usos da língua, ao longo do tempo, é que dão forma ao sistema”. (CUNHA; COSTA ; CEZARIO 2003, p. 29). O funcionalismo tem, pois, como componente central o uso linguístico. Qualquer abordagem funcionalista de uma língua, na verdade, tem como questão básica a verificação do modo como os usuários se comunicam eficientemente. O que importa nesse caso é a competência comunicativa (NEVES, 1997, p. 2)

De acordo com os funcionalistas, uma teoria da gramática deve tentar explicar as regras da língua, em termos de sua funcionalidade, ou seja, em relação aos seus usos e à finalidade destes. Assim, entendemos *gramática* como o conjunto de práticas rotinizadas e sistemáticas com que a comunidade linguística interage cotidianamente (OLIVEIRA; VOTRE, 2009). Ao estabelecer como hipótese fundamental a existência de relação não-arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (a função) e a sistematicidade da estrutura da língua (a gramática), o funcionalismo situa-se em posição intermediária em relação às abordagens eminentemente formalistas e aquelas com foco exclusivo em aspectos discursivos.

Segundo Neves (1997, p. 15), podemos entender por gramática funcional “uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social”. Essa concepção teórica concebe a gramática como resultante de pressões do uso. Completa, ainda, Neves (1997, p. 9):

Quando se diz que a gramática funcional considera a competência comunicativa, diz-se exatamente que o que ela considera é a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória. Lembre-se que a expressão competência comunicativa é geralmente relacionada a Hymes (1974), que justamente propunha acrescentar ao processo tradicional de descrição gramatical a descrição das regras para o uso social apropriado da linguagem.

A abordagem funcionalista levanta, descreve e interpreta o uso das expressões linguísticas em situações de comunicação, o que requer uma certa *pragmatização* do componente sintático-semântico, conforme postulam Traugott e Dasher (2005). Segundo os autores referidos, os rituais da interação, em que atuam negociações de sentido e ações sobre o interlocutor, são o *locus* para o desencadeamento de processos de *inferência sugerida*, por intermédio dos quais os emissores veiculam crenças e valores, no nível da subjetivação, para atingir propósitos comunicativos e atuar sobre seus interlocutores, no nível da intersubjetivação. Tais estratégias, em muitos aspectos, são interpretadas como motivadoras de mudança categorial, ou gramaticalização.

Desse modo, apoiados também em Heine e Kuteva (2007), consideramos que o traço característico da concepção de linguagem no funcionalismo é seu caráter não apenas funcional, mas também dinâmico. Tal dinamismo se verifica na inseparabilidade entre o sistema linguístico e as funções cumpridas na interação, reconhecendo-se, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força movente que subjaz à trajetória dos usos da língua.

Nas pesquisas funcionalistas, destacam-se os estudos sobre gramaticalização. Embora as pesquisas nessa área remontem a períodos mais antigos, é no século XX que Meillet (1933) cunha o termo *gramaticalização* para a mudança linguística que afeta a gramática, definindo-o como a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma. Observa Meillet que, em todos os casos em que se podia conhecer a fonte primária de uma forma gramatical, essa fonte era uma palavra lexical, e que a transição é sempre uma espécie de *continuum*.

Heine e Kuteva (2007) afirmam que a gramaticalização é a manifestação do aspecto não estático da gramática, uma vez que confirma que as línguas estão em mudança, como consequência da busca da expressão de outros sentidos. Esses novos sentidos, motivados por fatores de ordem comunicativa e cognitiva, são expressos por antigas formas, alçadas, recrutadas, assim, para novas funções. Toda essa mobilidade pode derivar em fenômenos como polissemia, variação e mudança linguística.

Hopper e Traugott (2003, p.104), quando tratam da gramaticalização, propõem três classes de palavras e indicam haver entre as mesmas transição gradual. Os autores crescentam que, na recategorização de categorias lexicais, tem-se observado o seguinte *continuum*: categoria maior (nome, verbo) > categoria mediana (adjetivo, advérbio) > categoria menor (pronome, preposição, conjunção). Outros, como Neves (1997, p. 125), reforçam que, ao sofrer gramaticalização, as formas tendem a perder ou neutralizar os marcadores morfológicos e as características próprias das categorias plenas de nome e verbo, e a assumir atributos característicos de categorias secundárias, como adjetivo e preposição.

Sabemos que, como originalmente concebida, a gramaticalização se instaura no momento em que uma unidade linguística começa a adquirir propriedades de formas gramaticais ou, se já possui estatuto gramatical, tem sua gramaticalidade aumentada. Nessa mudança, o princípio da unidirecionalidade é posto como condição *sine qua non* para a gramaticalização. Em estudos mais recentes, porém constatou-se que “modelos podem surgir, estruturas podem ser modificadas, aumentando ou reduzindo o alcance, ou mesmo desaparecer, mas é muito maior do que se pensava o volume de estruturas e construções que se mantêm, e de sentidos que se conservam” (VOTRE; OLIVEIRA, 2007, p. 155). Todas as mudanças propostas, que se identificam como casos de gramaticalização, costumam enfatizar a diferença entre lexical e gramatical. Muitas vezes, entretanto, nos parece extremamente complexo classificar as palavras da língua, colocando de um lado palavras lexicais e, de outro, palavras gramaticais.

Tal dificuldade se acentua quando tratamos de classificar o PP como verbo, como adjetivo, como substantivo, como preposição ou ainda como substituto do gerúndio. Assim, alinhando-nos com Brinton e Traugott (2006), optamos por considerar lexicalização e gramaticalização processos de mudança linguística, como pólos de um *continuum*, com pontos distintos e correspondentes. Portanto, podemos entender que as formas verbo-nominais em análise passam tanto por processo de gramaticalização, na derivação, por exemplo, para funções de

conexão, quanto por processo de lexicalização, ao se aproximarem de classes nominais. Essa trajetória distinta ocorre em virtude de serem formas de limites imprecisos: nem claramente verbais, nem claramente nominais.

No próprio latim já se encontravam casos, embora discretos, segundo Oliveira (2004), de nominalização dos PPs bem como a sua substituição pelo gerúndio (*ablativus modi*). Quanto ao percurso do latim às línguas românicas atuais, especialmente o português, podemos entender a gramaticalização dos participípios no âmbito de um dos processos essenciais de gramaticalização – a sintaticização, que envolve a recategorização em preposição e em gerúndio, além das relações intersentenciais (a substituição do PP em orações subordinadas).

Ao propormos a análise dos PPs no latim tardio tendo em vista a observação da conservação e da mudança linguística no próprio latim e em referência à língua portuguesa contemporânea com base no funcionalismo, partimos das cartas escritas por Bernardo de Claraval e sua respectiva tradução. Nossos dados contrariam em muitos pontos as afirmações de gramáticos e linguistas. Quanto ao latim tardio, por exemplo, Bassols de Climent (1956) afirmam que o PP desaparecera a partir do século III, substituído pelo *ablativus modi* (OLIVEIRA, 2004, p. 206). Quanto à língua portuguesa contemporânea, as gramáticas, desconhecendo a funcionalidade dessa forma no percurso da língua portuguesa e em tempos modernos, comprovado por Oliveira (2004), não o identificam como categoria vigente na língua atual.

4. Tratamento e análise do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa é constituído por 89 formas de PP constantes no texto latino das 23 cartas escritas por Bernardo de Claraval e dirigidas a monjas e outras nobres senhoras da sociedade da época. Essas cartas estão divididas em dois blocos: a “série perfeita” com nove cartas sequenciais –113 a 121– e a *extra corpus* “série antiga” com 14 cartas não sequenciais. Na apresentação dos dados, os fragmentos das cartas latinas encontram-se com numeração romana, seguidos pelos respectivos trechos de tradução para o português.

4.1. Ocorrências participais no texto latino

Ao longo das cartas, foram destacadas 89 ocorrências de PP, assim distribuídas:

Cartas	Número	Porcentagem
BLOCO 1	62	70 %
BLOCO 2	27	30 %

Tabela 1- Ocorrência de participios no texto latino

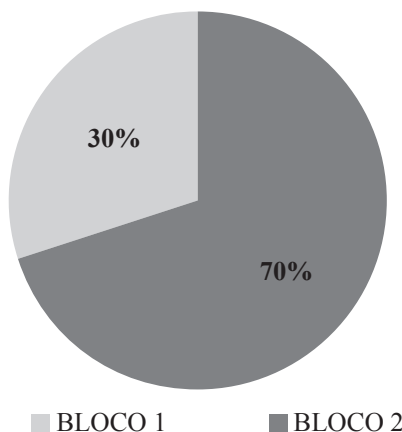


Gráfico 1: Ocorrência de participios no texto latino

Esses participios, que constituem o *corpus* analisado, são de 68 diferentes verbos, distribuídos nas quatro conjugações latinas, como se segue:

Conjugação	Infinitivo	Participio	Número	Porcentagem
1. ^a conjugação	are	-ans,-antis	22	32%
2. ^a conjugação	ere	-ens,-entis	12	18%
3. ^a conjugação	ěre	-(i)ens,-entis	26	38%
4. ^a conjugação	ire	-iens,-ientis	08	12%

Tabela 2 – distribuição dos participios nas conjugações

Distribuição dos participípios nas conjugações

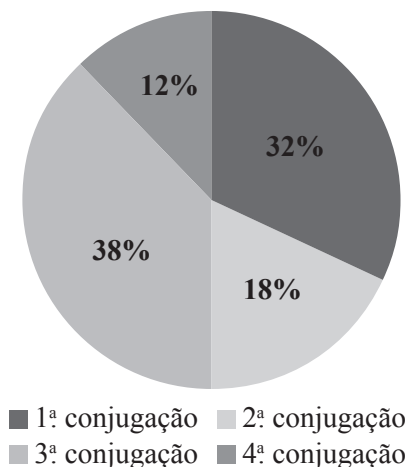


Gráfico 2 - Distribuição dos participípios nas conjugações

A seguir, apresentamos, por conjugação, dados ilustrativos do PP, com a respectiva tradução:

a) 1.ª conjugação :

[...] *et laetificabis civitatem Dei, **cantans** et **cursitans** et **sequens** agnum quocumque ierit.* (CXIII)

[...] *e alegrarás a cidade de Deus, **cantando**, **correndo** e **seguindo** o cordeiro aonde quer que ele vá.*

b) 2.ª conjugação :

[...] *mulier **timens** Deum ipsa laudabitur.* (CXIII)

[...] *a mulher **temente** a Deus, essa sim será louvada.* (113)

c) 3.ª conjugação:

***Scibentem** ergo ad te non multum ista revereri oportunt.* [...] (CCCLIV)

*Por isso não convém **a quem te escreve** apreciar muito estes bens.* (354)

d) 4.ª conjugação :

[...] *ut scribitis conqueruntur; nec **audientes** Salomonem, qui ait: [...]* (CCI)

[...] *segundo me escrevestes, se queixam, não **ouvindo** os conselhos de Salomão que lhes diz: [...]* (301)

Alguns verbos são repetidos ao longo das cartas, como *vivens*, *-entis* (*vivere*); *presens*, *-ntis* (*praesens*) e *volens*, *-entis* (*velle*), que ocorrem quatro

vezes, a maioria das vezes, no nominativo, seguindo-se *absens*, *-entis* (*abesse*) e *sapiens*, *-entis* (*sapere*) que ocorrem três vezes e *prudens*, *-entis* (*providere*); *habens*, *entis* (*habere*); *sciens*, *entis* (*scire*); *miserans*, *-antis* (*misereor*); *iuvans*, *-ante* (*iuvare*); *coveniens*, *-entis* (*convenire*) e *audiens*, *-ientis*, com duas ocorrências.

Entre esses 68 verbos, incluímos os depoentes³, *conversor -ari*; *malignor -ari*, *mercor -ari*; *misereor, -ari*; *peregrinor, -ari* e *sequor, -eris* já que, sabemos, apesar de terem forma passiva e significação ativa, possuem as formas exclusivamente ativas como o PP e o gerúndio, como em: *et laetificabis civitatem Dei, cantans et cursitans et sequens agnum quocumque ierit* (CXIII), traduzido por [...] e alegrará a cidade de Deus, cantando, correndo e seguindo o cordeiro aonde quer que ele vá.

Nas cartas, encontramos ocorrências de formas de participios de verbos derivados de *-ire*: *adire* (*adiens, -euntis*); *exire* (*exiens, euntis*) e *transire* (*transiens, -transeuntis*)

Ainda a respeito da morfologia do PP, em latim, comprovamos o que está referido na bibliografia consultada: o participio latino era intuitivamente declinável como um adjetivo de 2ª classe, tendo o ablativo singular em *-e*, quando participio e substantivo, e em *-i*, quando adjetivo. Ainda registramos o genitivo plural *-ium*, quando participios e adjetivos, como em: *Tu ergo noli aemulari in malignantibus et mendicantibus pulchritudinem alienam, ubi perdiderint suam*. (CXIII), traduzido por *Tu, portanto, não te irrites por causa dos malvados e dos que mendigam a formosura alheia quando perdem a sua*.

Dos 89 participios recolhidos nas epístolas, apenas seis são empregados como nomes (substantivos/adjetivos): *decens, -entis* e *praesens, -entis*, que fazem o ablativo em *-i* (*decenti rubore/presenti instatantia*); *prasens, -entis*, na construção *praesentem chartam*; *prudens, -entis* em correlação com o adjetivo *fatuis* (*de fatuis/de prudentibus*) e *sapiens, -entis* em *multi sapientes* e *sapiens probata*. Assim, podemos constatar que a recategorização do PP em nome (subst./adj.) já ocorria no latim tardio, porém de forma muito discreta.

Observamos ainda que, para o sentido verbal de *saber*, Bernardo emprega *scire* (*scientes*). Segundo Väänänen, (1968, p.129) *scire* foi substituído por *sapere* que, inicialmente, tinha a conotação de *ter gosto, ter sabor de* e que estende a significação para *ter discernimento, saber*. Nominalizado o PP

³ Os verbos chamados **depoentes** embora tenham forma passiva, por haverem deposto ou abandonado a forma ativa, quanto ao significado são verdadeiramente ativos. É o caso, por exemplo de *sequor*, que significa ‘sigo’ e não ‘sou seguido’.

sapiens, Bernardo, apropriadamente, emprega *scientes*, para a função verbal: *sed Christo, **sciens** quia et saeculo vivere mors est*, [...] (CXIV), traduzido por [...] *mas para Cristo, **ciente de** que viver para o mundo é morrer* [...]

4.2. Correspondência do PP latino na tradução em língua portuguesa

A partir do confronto dos contextos em que o PP se encontra no latim e como foi traduzido para o português, levantamos as seguintes correspondências:

Correspondência Latim/Português	Dados	Percentual
Participio	13	15%
Gerúndio	26	29%
Nome (adj/subs)	23	26%
Oração Relativa	14	16%
Circunstância	10	11%
Infinitivo	3	3%
TOTAL	89	100%

Tabela 3 - Correspondência participio latino x tradução portuguesa

Correspondência participio latino x tradução portuguesa

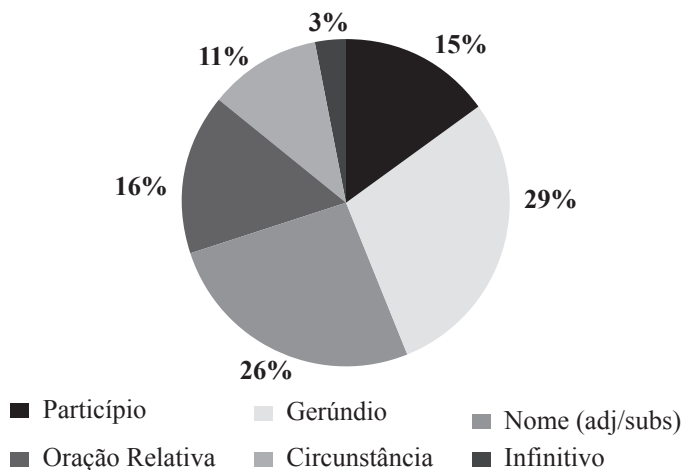


Gráfico 3 - Correspondência participio latino x tradução portuguesa

Ao analisarmos os dados do *corpus*, com base na Tabela e no Gráfico 3, verificamos que, das mudanças morfossintáticas ocorridas com o PP na passagem para a língua portuguesa, a mais frequente foi a sua recategorização em gerúndio (29%), seguida pela nominalização (26%), com as demais subseqüentes. Nas seções a seguir, tratamos de cada um dos usos levantados nas fontes pesquisadas.

4.3. Recategorização: *particípio* > *gerúndio*

Das mudanças morfossintáticas ocorridas com o PP, a mais frequente no *corpus* analisado é a sua recategorização em gerúndio. Foram coletadas 26 ocorrências (29%) de gerúndio correspondentes a PP latino.

É importante ressaltar que essas formas de *particípio* estão geralmente no nominativo, o que pode ser explicado pelo fato de que o gerúndio do *ablativus-modi* designa uma ação secundária operada pelo sujeito simultaneamente com a ação principal; corresponde a um adjetivo predicativo-comitativo do sujeito, assumindo, portanto, a função do PP no nominativo, como em:

a) [...] *sed non parum, febre redeunte, ita ut mori timerem, aggravatus fui.* (CXVIII)

[...] porém, **voltando** a febre, eu fiquei tão mal que acreditei que iria morrer.

b) [...] *ex quo cognitum habui, cogitans atque recogitans quo quidem spiritu conceperis, facile iudicare non audeo.* (CXV)

Desde que fiquei a par desse teu desejo, **pensando** e **repensando** qual o motivo que te move não me atrevi a julgá-lo precipitadamente.

c) *Deum ergo repellens et a saeculo repulsa, inter duas, ut dicitur sellas corrueras.* (CXIV)

Rejeitando, pois, a Deus e repelida pelo mundo ficastes entre dois senhores, como se costuma dizer.

A mudança *particípio* > *gerúndio* é fato singular na trajetória linguística. Sendo o *particípio* uma forma híbrida, de limites imprecisos, que detém, ao mesmo tempo, valores verbais e nominais, vai, aos poucos, enfraquecendo as suas características verbais e enfatizando as de adjetivo. Essa mudança, por semelhança de família, mantém o valor verbal e amplia as suas funções, passando a assumir também aquelas próprias ao *particípio*. A afirmação de que a mudança *particípio* > *gerúndio* constitui-se em processo de gramaticalização confirma-se

por duas assertivas fundamentais: a primeira diz respeito ao enfraquecimento do valor verbal do PP, propiciando a sua substituição pelo gerúndio; a segunda postula ser o gerúndio mais gramatical do que o particípio, embora ambos admitam classificação entre as formas chamadas verbo-nominais. A primeira assertiva já está largamente comprovada pelos exemplos que remontam ao latim e que continuam presentes nas línguas românicas.

A segunda requer reflexão, uma vez que leva em conta o trânsito entre as classes gramaticais, a assunção de que a gramaticalização lida com o *continuum* de três macro-classes de palavras, prevendo-se entre as mesmas transição gradual ou recategorização. Brinton e Traugott (2006, p. 1), tratando da lexicalização e gramaticalização no inglês, usam como exemplo a frase *We are celebrating a fascinating Holiday today*⁴, na qual as duas formas terminadas em *-ing* correspondem uma ao adjetivo de PP (*fascinating* / *fascinante*), como denominam, e a outra ao gerúndio (*celebrating* / *celebrando*), considerado esta última como elemento mais gramatical do que aquela.

Acreditamos que uma alternativa relevante para se interpretar a gramaticalização particípio > gerúndio na derivação latim > português é aplicação da teoria dos protótipos, como se encontra em Taylor (1995). De acordo com tal pressuposto, categorias são classes fluidas, de contornos pouco nítidos, cujos membros ostentam, via de regra, traços mais ou menos comuns. No eixo categorial central, situam-se os mais representativos e modelares dos membros, nas margens, localizam-se os desprovidos de quantidade maior de traços, já no trânsito ou migração para outra categoria.

Assim, o PP e o gerúndio, por semelhança de família, pertencem à mesma classe de palavras: as formas verbo-nominais. Além disso, não podemos esquecer que a tradição gramatical oscilou entre a denominação de particípio e gerúndio para as formas em *-ndo*. Dias (1970) registra ambas, como particípios. Esse fato histórico, sem dúvida, corrobora ainda mais a pouca delimitação entre as aludidas formas.

Por outro lado, observamos que, entre as formas verbo-nominais, embora empregado com valor de substantivo e ampliando depois suas funções para assumir os valores antes próprios do PP, em nenhum momento, o gerúndio é usado com valor exclusivamente nominal. A forma com valor exclusivamente de substantivo fica repassada para o gerundivo, forma similar ao gerúndio, (na verdade o particípio futuro passivo) que se gramaticaliza em substantivo. As demais formas verbo-nominais também, muitas vezes, se gramaticalizam em

⁴ Estamos comemorando um feriado fascinante hoje. (tradução nossa)

nome, inclusive o infinitivo e o particípio passado. O PP já pode ser encontrado nominalizado no próprio latim. Assim, o gerúndio, que, em todos os usos continua guardando valores de verbo e de nome, termina por absorver o uso do PP, assumindo, também as funções de verbo-adjetivo. É compreensível, pois, que, quanto mais o PP se afasta de suas funções verbais, mais o gerúndio vai adentrando e ocupando esse espaço. O gerúndio deve, pois, ser pensado como uma forma verbo-nominal propriamente dita, cuja prototipicidade consiste, exatamente, em pertencer ao mesmo tempo a duas categorias distintas, sem, no entanto, perder características de nenhuma delas. Esse fato justifica o desenvolvimento e ampliação das diversas aplicações sintáticas que o gerúndio vem recebendo nas línguas modernas da família neolatina, especificamente o português.

4.4. Nominalização

Dentre os particípios presentes latinos analisados, 23 (26%) correspondem em português a nomes (adjetivos e substantivos). Trata-se do segundo grupo de frequência, reunindo dados como:

a) [...] *sed quia multi aliter **sapientes** in eius aestimatione desipiunt*, [...] (CXIII)
[...] mas como muitos **sábios** perdem o juízo aceitando-as [...] (113)

b) [...] *unde oculis **insipientium** appareant speciosae*. (CXIII)
[...] para parecerem formosas aos olhos dos **ignorantes**.

c) [...] *et sub velo **petulans** oculus exhibebat impudentiam* ? (CXIV)
[...] e sob o velo o olho **irreverente** exibia o seu descaramento

d) *Invenientur, nisi fallor, viri consilii, spiritu **ferventes**, in tribulationes **patientes**, **potentes** in opere et sermone*. (CCCLV)

Se não me engano, eles se apresentam como homens de grande sabedoria, **fervorosos** de espírito, **pacientes** na tribulação, **poderosos** em obras e palavras.

Já dissemos que a recategorização dos particípios não se inicia nas línguas românicas, mas ocorre desde o latim. É unânime entre os gramáticos a afirmação de que muitos particípios latinos tornam-se verdadeiros adjetivos, a exemplo de *prudens*, *-entis*; *sapiens*, *-entis*; *potens*, *-entis*. Outros PPs se firmam ainda como substantivos: *parens*, *-ntis*; *oriens*, *-entis*. Nesse caso vale lembrar que o particípio *parens*, *-ntis*, na *Epistula Ad Sophiam virginem* aparece com valor nitidamente verbal. (v. p. 19)

Nas línguas indo-europeias, em especial no latim, e nas línguas românicas, os substantivos e os adjetivos praticamente se identificam no plano morfológico. Assim, no latim, ambos eram afetados pelas categorias do gênero, do número e do caso, sendo a concordância entre ambos obrigatória, quer estivessem associados dentro do sintagma nominal, quer estivessem ligados através de cópula.

A mudança ocorrida com o PP na passagem do latim para as línguas românicas e, até mesmo, no próprio latim, se constitui, na verdade, na ênfase das características nominais e enfraquecimento do valor verbal. A mudança, portanto não se deu de forma brusca, mas gradual, envolvendo antes o reforço das características nominais e, depois, a sua recategorização. Também o trânsito adjetivo > substantivo se registra: participípios se tornam adjetivos, depois assumem também o espaço de substantivo e vice-versa. Em muitos casos também, o PP não apresenta limites nítidos de sentido, deixando dúvida sobre seu caráter verbal ou nominal.

Essa situação resultou em formas nas quais predominam a característica nominal, ou seja, o traço categorial de substantivo como em *dente*, quando o grau de cristalização se acentua, perdendo-se para o usuário a noção de *o que come*, *o que mastiga*. Registram-se casos que mantêm a relação nominal substantivo/adjetivo como *os ignorantes* (*homens ignorantes*) ao lado de outros que preservam a relação verbo/adjetivo como em *murmurantes e mercantes*.

Vale ressaltar que, a partir de processo de reanálise, ao sofrer recategorização como adjetivo ou substantivo, o particípio perde propriedades inerentes ao verbo, como a transitividade, por outro lado, adquire propriedades novas, essenciais aos nomes, como as privativas flexões de número e gênero desta categoria. Tal recategorização do particípio em nome enseja a reflexão acerca dos limites e correspondências dos casos de lexicalização e de gramaticalização.

Brinton e Traugott (2006, p. 115) analisando o PP na língua inglesa, argumentam que o desenvolvimento dos *adjetivos do PP* foi um caso de lexicalização. Em se tratando da língua portuguesa, preferimos não generalizar essa posição, já que acreditamos que, na maioria dos casos, em primeira instância o particípio se recategoriza em adjetivo, classe mais gramatical do que o verbo, só posteriormente ocupando o lugar de substantivo. Postulamos como casos de lexicalização aqueles em que, tomando-se o morfema *-nte* do PP, formam-se novos substantivos, não necessariamente com radical verbal, que passam a integrar o inventário da língua. Nesse caso estariam, por exemplo, *feirante* (o que trabalha na feira) e *cadeirante* (o que anda em cadeira de rodas) e ainda as inovações mais recentemente na língua, tais como *ficante*, *engordante*, *pedalante*, *beijante*, *casante*, *rodante*, entre tantos outros. Nesses casos, não se

trata simplesmente de exemplos de formação de palavras por derivação, mas de lexicalização a partir do morfema característico do PP *-nte*.

4.5. *Conservação do participio*

Com valor efetivo de participio, na tradução das cartas Bernardo para a língua portuguesa, encontramos 13 ocorrências (15%), das quais apresentamos alguns exemplos a seguir. Vale salientar que algumas dessas formas são bastante comuns no uso da língua, outras se devem ao estilo especial do autor, Bernardo de Claraval. Como a tradição gramatical do português não considera o PP como forma existente na fase contemporânea da língua, remontando seu uso ao século XVI, convém uma explicação mais detalhada dessas ocorrências.

Quatro das ocorrências são nitidamente empregadas como participios, já que estão construídos com o mesmo regime dos verbos dos quais proveem: *temente a*; *ciente de*; *consciente de que*; *confiante em*, como em:

a) [...] *mulier **timens** Deum ipsa laudabitur. (CXIII)*

[...] *a mulher **temente a** Deus, essa sim será louvada*

b) [...] *sed Christo, **sciens** quia et saeculo vivere mors est*

[...] *mas para Cristo, **ciente de** que viver para o mundo é morrer*

c) *Et ut eam tamquam gratiam habeas et Toto ei humanitatis et devotionis affectu studeas respondere, **sciens** quod Deus superbis resistit, humilibus autem dat gratiam [...]* (CCCLXVI)

*E para que a consideres como graça e procures responder a ela com toda humildade e devoção, **consciente** de que Deus opõe-se aos arrogantes, porém, aos humildes concede a graça [...]* (366^o)

d) [...] *sed de vestra notissima liberalitate atque benignitate **confidentes**, preces ad te deferimus. (DXI)*

*Encaminho a vós as minhas súplicas [...] mas **confiante em** vossa conhecida generosidade e benevolência (511)*

Quanto a *presente* e *ausente*, nos exemplos que se seguem, podemos observar que o PP não tem nenhuma ligação direta com qualquer substantivo, traduzindo somente a ideia de estar pessoalmente ou estar afastado, remetendo ao caráter fundante de verbo. Observemos que, no primeiro exemplo, os PPS estão seguidos de preposição, nas formações *ausente de* e *presente com*:

a) *Et nunc quidem praesens Sum spiritu, licet corpore absens;* (CXVI)
Quanto a mim, embora **ausente** de corpo, estou **presente** com o meu espírito.

b) *O quam libentius ista praesens colloquerer quam scribo absens!* (CXVII)
Oh! como eu estaria feliz de, **presente**⁵, te falar o que, **ausente**, te escrevo

c) [...] *utpote absentem et ignorantem quid fieret.* (CCCI)
[...] já que me achava **ausente** e, portanto, **ignorante** do que aconteceu.
(301)

Por vezes, o PP pode ser traduzido por particípio ou gerúndio. Trata-se de casos como o da forma *vivente*, quando, na mesma frase, ora é traduzido pelo gerúndio, ora conserva-se como particípio:

[...] *tua vivens non Dei lege, vivens mortua eras: vivens mundo, mortua Deo, sive, ut verius loquar, Nec mundo vivens, nec Deo.* (CX)

[...] *vivendo na tua lei e não na lei de Deus e, embora vivente estavas morta, vivente para o mundo, morta para Deus, melhor dizendo não vivendo para o mundo nem para Deus.*

Em favor da conservação do PP em tempos modernos, contrariando os postulados da tradição gramatical do português, que registra apenas o particípio passado, ou, quando muito, as gramáticas históricas que remontam o seu uso ao século XVI, podemos trazer, além dos estudos de Oliveira (2004, p. 98-106), os estudos de Votre e Oliveira (2007, p. 156) quando afirmam:

Nosso objetivo no estudo dos adjetivos é ilustrar parte dos postulados, e verificar como o português se comporta no processo de recategorização e cristalização no uso das formas reduzidas, na trajetória da fase arcaica à contemporânea, no que se relaciona a construções terminadas em -nte, em princípio correspondentes a estruturas latinas de PP. Procuramos oferecer evidências **em favor da continuidade de sentido, da persistência do valor verbal/adjetival na maioria dessas formas**, sem descurar as tendências de variação e mudança no domínio funcional reduzido do português. (grifo nosso)

Ainda para os referidos autores, verbo e adjetivo muitas vezes compartilham traços básicos, de predicados ou de atributos de nome a que se associam,

⁵ Praesens neste caso também deve ser entendido como pessoalmente.

e são percebidos, em bloco, como membros de uma mesma categoria, sendo, às vezes, pouco plausível a delimitação entre adjetivo e verbo.

4.6. *Sintaticização: relações intersentenciais*

4.6.1. De participio para oração relativa

Ao PP latino corresponde, muitas vezes, uma oração adjetiva relativa em português, fato que destaca o valor adjetivo que lhe cabe como forma verbo-nominal, não enfraquecendo, porém, o valor verbal, já que corresponde à oração com verbo finito. No *corpus* analisado, encontramos 14 ocorrências desse tipo, o que representa 16% das formas participiais coletadas, como em:

a) *Nam **volenti** perperam agere, et desertum abundantiam habet, [...]* (CXV)
Pois, para aquele **que deseja** agir mal mesmo o deserto oferece oportunidades em abundância.

b) *Quippe iamdudum a timore Dei **concupiens**, parturisti tandem spiritum salutis, foras utique mittente caritate timorem.* (CXVII)

Porque faz tempo **que concebestes** no temor de Deus e, ao final, destes à luz o espírito da salvação substituindo o temor pelo amor.

4.6.2. De participio a orações adverbiais

Nesse grupo, analisamos 10 ocorrências, que correspondem a 11% do total de PPs. A explicação de Väänänen (1968, p. 24), de que essa forma assinala uma relação de concomitância seja temporal, seja modal e ocupa o lugar de oração circunstancial, justifica a evolução do participio para orações adverbiais nas línguas românicas.

O PP latino serve, muitas vezes, para exprimir, mais brevemente do que com o auxílio das conjunções, as diversas circunstâncias. Em português esse participio é traduzido por uma proposição adverbial. São orações construídas com *sem*, *sem que*, que denotam simplesmente que tal ou qual circunstância não se deu, aproximando-se da idéia de modo (adverbial de modo). Embora a NGB não mencione as orações modais, elas são registradas no uso linguístico. Bechara (2006, p.152) também as menciona e registra alguns exemplos.

É importante ressaltar que essas proposições adverbiais iniciadas por *sem* e *sem que* provêm do PP latino, antecedido de partícula negativa, como em:

a) [...] *non **habentem** maculam aut rugam aut aliquid huiusmodi* (CXIII)
[...] **sem** mácula nem ruga, nem coisa semelhante.

b) *Ille est verus propiusque cuisuque rei decor qui nulla **interiacente** materia, per se inest.* (CXIII)

O genuíno e autêntico encanto de qualquer coisa é a naturalidade, **sem interferência** de nenhuma espécie.

Em virtude do seu valor nominal, o PP latino pode resultar nas línguas românicas em orações adjetivas, pode, também, ser substituído por orações adverbiais e substantivas. Quando o particípio se gramaticaliza em orações adverbiais, substantivas completivas e subordinadas adjetivas, ocorre a mudança de um modelo mais pragmático (o uso do simples particípio) para um modelo menos pragmático, resultando em relações intersentenciais que modificam o período: a sentença simples é reanalisada numa sentença complexa. Substituindo o particípio simples por uma oração, temos como resultado uma estrutura complexa com orações dependentes que altera o estatuto do particípio, na sua posição sintática. Essas relações intersentenciais nos permitem identificar mudança, com envolvimento de reanálise e sintaticização.

5. Preposições acidentais oriundas de PP

Embora a mudança em preposição se constitua nas instâncias prototípicas de gramaticalização (NEVES, 1997), não encontramos no *corpus* nenhum caso deste tipo. Consideramos que a ausência de dados ilustrativos desse fenômeno se deva à natureza dos textos que nos servem de fonte, uma vez que estamos lidando com cartas escritas por um remetente culto, que, em estilo cuidado, se dirige também a destinatárias letradas, em tom formal; contextos discursivos assim definidos, conforme Barbosa (2007), motivam usos mais formais, e, portanto, menos permeáveis a inovações linguísticas, como as atinentes aos fenômenos de gramaticalização. De todo modo, ainda que sem dados das cartas de Claraval, julgamos conveniente explicitar como essa gramaticalização do PP em preposição se processou no percurso do latim à língua portuguesa, já que essas preposições são comumente empregadas na língua.

Quando Neves (1997, p. 120) declara que a existência de palavras funcionais originadas em palavras de conteúdo lexical constitui o que se poderia classificar como “as instâncias prototípicas da gramaticalização”, ela exemplifica esse fato justamente com a mudança de particípio em preposição. Os gramáticos, em geral, classificam como *essenciais* as preposições que só desempenham essa função, e *acidentais* as oriundas de outras classes, eventualmente empregadas como preposição.

No caso específico em que o PP se recategoriza em preposição, fica evidente a mudança do nível lexical para o gramatical, já que a preposição é uma categoria prototípica. Sua função é a de organizar, no discurso, os elementos de conteúdo lexical, relacionando palavras, orações e partes do texto, marcando estratégias interativas, expressando noções como tempo, aspecto, modo, entre outras. Como exemplos de preposições oriundas de PP, podemos citar no português: *durante*, *mediante*, *salvante*, *tirante*, *não obstante*, *não embarcante* (arcaico). Essas preposições “acidentais” funcionam fora do sistema de transitividade, isto é, não introduzem complemento, mas estabelecem relação semântico-adverbial: *durante* (de tempo); *mediante* (de meio); *não obstante* (de concessão); *tirante* (de exclusão); *consoante* (de conformidade).

Como ressalta Maurer Jr. (1951, p.164), além das preposições vindas do chamado latim vulgar, as línguas românicas criaram mais tarde outras preposições pela cristalização de participios usados em expressões absolutas (ablativo absoluto). Com o correr do tempo, em alguns casos, o participio acaba por tornar-se invariável na expressão, esvaziando-se do seu valor de participio absoluto. A tendência para reduzir participios a formas cristalizadas nota-se já em latim, em que se encontram, desde a época arcaica, expressões como *absente nobis*, *praesente nobis* e *astante civibus*. A mesma tendência se observa nas demais línguas românicas desde a Idade Média.

Dessas formações consagradas, muitas se reduzem a meras preposições, outras assumem funções prepositivas apenas em certas circunstâncias, sugerindo mudança em processo. Algumas delas já vêm formadas, desde o latim, em que se usavam em expressões jurídicas. *Mediante* e *excepto*, por exemplo, se tornam invariáveis no latim da decadência. *Excepto* ocorre primeiramente como ablativo absoluto, sem concordar com o seu sujeito *excepto filiabus*, provavelmente por analogia com *praesente nobis* (DIAS, 1970, p.165). Desse modo, muitos participios antigos se tornaram invariáveis durante o romance medieval.

A análise das preposições oriundas de PP permite-nos tratar de fenômenos interessantes. *Durante* e *mediante*, por exemplo, são, na sua origem, antigos PPs, empregados oracionalmente com sujeito, que passaram a ser tidos na conta de preposições. *Mediante*, sempre em construção de ablativo absoluto, corresponde normalmente em português à preposição *mediante*, ou à locução prepositiva *por intermédio de*. Tem sua origem em: *medians*, *-antis*, PP de *mediare*, cuja significação inicial é *localizar-se no meio de*, portanto, tratava-se de forma de base semântica espacial, de significado concreto, que passa a significar *por intermédio de*, com sentido virtual e lógico. Essa mudança semântica representa

abstração do uso espacial, aquilo que se conserva fisicamente no espaço (no meio de duas coisas) assume o significado de *através de*. É, pois, um fenómeno ligado ao processo cognitivo de metaforização e consequente gramaticalização. Quanto ao desgaste sintático-categorial, temos um adjetivo deverbal que se torna preposição, envolvendo a metáfora orientacional *localizar-se no meio é interferir*.

O mesmo acontece com *durante*, oriundo de *durans*, *-antis*, de *durare*, com significado inicial de *tornar duro, conservar-se em determinado estado, solidificar*, como se verifica em *tum **durare** solum coepit* (FERREIRA, 1998 s.v. *duro*), que se traduz por *então, o solo começa a endurecer*.

Não obstante é também uma locução prepositiva, formada a partir do PP *obstans*, *-antis* do verbo latino *obstare* de: *ob* (*em frente de*) + *stare* (*estar em pé*) e que se encontra dicionarizado com o sentido próprio de *por-se diante de, fazer obstáculo, impedir a passagem*. Dados históricos permitem-nos detectar essa trajetória de mudança; da concepção inicial de sentido claramente espacial, como em: ***Obstando** potius quam pugnando* (TORRINHA, 1942 s.v. *obsto*), traduzido por *Preferindo impedir a passagem a combater e ainda non humana ulla neque divina **obstant** quin [...]*” (TORRINHA, 1942 s.v. *obsto*), traduzido por *nem as coisas humanas nem as divinas servem de obstáculo a que...*, decorre, no próprio período latino, a acepção abstrata de *prejudicar, contrariar*, verificada em *Cur meis commodis **obstas**?* (FERREIRA, 1998, s.v. *obsto*), cuja tradução é *Por que contrarias os meus interesses?*; e daí passa, figurativamente, a compor, na língua portuguesa, a locução prepositiva “*não obstante*”, com a ideia de *apesar de, contudo* ou *se bem que*, como em *Aberta a porta, foi absoluta a sua surpresa, custava-lhe a crer; **não obstante** o testemunho dos próprios olhos.*” (AULETE, 1964 v. 4, s.v. *obstante*).

Através dessa amostra, podemos observar que a passagem do PP a preposição confirma os critérios arrolados por Givón (2001) para identificar essa mudança gramatical: o semântico, com base na derivação de sentidos físicos ou concretos para sentidos abstratos ou lógicos; o morfológico, pela trajetória gramatical PP > preposição; o sintático, com a fixação de ordem na estrutura oracional. O PP que se gramaticaliza em preposição apresenta-se, no latim, em *ablativo absoluto*. Tal construção sintática especial da língua latina correspondia a várias orações circunstanciais, segundo o contexto, e que passaram a traduzir, na língua portuguesa, certas orações adverbiais. Consideramos que essa condição deve ter motivado também a mudança referida.

Conclusão

A pesquisa dos usos de PP nas cartas de Bernardo de Claraval, à luz dos pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico, aponta para tendências de estabilidade, na manutenção de usos participais, por exemplo, e de mudança linguística, como na derivação para gerúndio. Trata-se de trajetórias não incompatíveis na história do português. Usos contemporâneos apresentam traços inovadores e conservadores em relação ao PP, tanto em relação ao latim quanto ao período arcaico, o que ratifica a interface manutenção/mudança nos padrões funcionais desta categoria.

Outro aspecto relevante que os dados do *corpus* permitem atestar é a identificação, no viés da mudança linguística, de duas trajetórias – uma de lexicalização e outra de gramaticalização, não necessariamente contraditórias. Nesse quesito, os resultados obtidos ratificam a proposta de Brinton e Traugott (2006), acerca dos pontos correspondentes entre os dois trajetos referidos, que estão a merecer maior atenção por parte das pesquisas em funcionalismo.

Destarte, esperamos que as questões aqui levantadas ensejem novas investigações, nesse campo tão vasto e instigante da complexidade dos usos linguísticos. Nos dias de hoje, com a revalorização das fontes históricas como base de pesquisa, há um vasto campo a percorrer e a descobrir para os que se aventuram por essas páginas documentais.

Referências

- ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. aum. Revisão, notas e índices por Maximiano de Carvalho e Silva. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 1992a.
- ALMEIDA, N. M. *Gramática latina*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1992b.
- AULETE, C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 2. ed. brasileira. Rio de Janeiro: Delta, 1964.
- BARBOSA, A. Normas cultas e normas vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro. In: CASTILHO, A. T et alii (ed). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP; Campinas: Pontes, 2007, p. 483-498.

- BASSOLS DE CLIMENT, M. *Sintaxis latina*. Madrid: Garcia Norato, 1956.
- BECHARA, E. *Lições de português pela análise sintática*. 18. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BYBEE, J. *Morphology*. Cambridge: CUP, 1985.
- BRINTON, L; TRAUGOTT, E. C. *Lexicalization and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006
- BUENO, S. *A formação histórica da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1967.
- CAMARA JR, J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979 .
- CAMARA JR. J. M. *Dicionário de linguística e gramática*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- COELHO, F. A. *Sobre a língua portuguesa*. Porto, 1873.
- COUTINHO, I. L. *Gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1982.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. revisão de Ana Lúcia Kronenberg. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CUNHA, M. A. F; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: Cunha, M. A. F; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTA, M. E. (ed) *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 29-55.
- DIAS, A. E. S. *Syntaxe histórica portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Clássica, 1970.
- ERNOUT, A. *Morphologie historique du latin*. Avec avant-propos par A. Meillet. 4.^{ème} éd. revue et corrigée. Paris: Klincksieck, 1989.
- ERNOUT, A.; THOMAS, F. *Syntaxe latine*. 2. ed. revue et augmentée. Paris: Klincksieck, 1953.
- ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire étimologique de la langue latine: histoire des mots*. 4.^{ème} éd. augmentée d'additions et de corrections nouvelles par Jacques André. Paris: Klincksieck, 1985.
- FARIA, E. *Gramática da língua latina*. 2. ed. revista e aumentada. Revisão de Ruth Junqueira de Faria. Brasília: MEC-FAE, 1995.
- FERREIRA, A. G. *Dicionário latim-português*. Porto: Porto, 1998.
- GAMARSKI, L. Efeitos da morfologia sobre a estrutura argumental: adjetivos deverbais em -nte. In: KOCH, I. G. (ed) *Gramática do português falado*. São Paulo: EDUNICAMP, 2002. p. 397-415.
- GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Vol. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

- HEINE, B.; KUTEVA, T. *The genesis of grammar: A reconstruction*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Gramaticalización: a conceptual framework*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- KLEIBER, G. *La sémantique du prototype*. Paris: Preses Universitaires de France. 1990.
- LAURAND, L. *Manuel des études grecques et latines: grammaire historique du latin*. Paris: Auguste Picard, 1918.
- MACÊDO, J. *Aspectos da tradução latina sob a ótica da análise do discurso*. In: SANTANA NETO, J. A. (ed). *Discursos e análises*. Salvador: UCSAL, 2001.
- MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (ed). *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.
- MAURER Jr., T. H. *A unidade da România Ocidental*. São Paulo: SBD-FFLCH-USP, 1951.
- MEILLET, A. *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. 3. ed. Paris: Hachette, 1933.
- MELO, G. C. *Iniciação à filologia portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.
- NEVES, M. H. M. N. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, M. H. M. N. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- OLIVEIRA, J. O. N. *Enlaces e desenlaces entre participiops e gerúndios*. 2004. Tese (Doutorado em Letras e Linguística. Instituto de Letras). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- OLIVEIRA, M. R.; VOTRE, S. A. trajetória das concepções de “discurso” e de “gramática” na perspectiva funcionalista. *Matraga*, nº 24, vol. 16, 2009, p. 97-114.
- PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva: curso superior*. Adaptada à ortografia oficial por Laudelino Freire. 59. ed. São Paulo: Nacional, 1942.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- PINKSTER, H. *Sintaxis y semântica del latin*. Trad. M. Esperanza Torrego Jesus de la Villa. Madrid: Clássica, 1995.
- POGGIO, R. M. G. F. *Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim*. 1999. 3v Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- POGGIO, R. M. G. F. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- RAGON, E. *Grammaire latine: a l'usage des classes superieures*. 10. ed. Paris: Poussielgue, 1909.
- RAVIZZA, P. *Gramática elementar da língua latina*. 4. ed. Niterói: Salesianas, 1925.
- RIEMANN, O. *Syntaxe latine: d'après les principes de la grammaire historique*. 7. ed. revue par Ernout. Paris: Klincksieck, 1942.
- STRECKER, K. *Introduction a l'étude du latin medieval*. Traduite de allemand par Paul Van de Woestijne. 3. ed. revue et augmentée. Lille: Giard, 1948.
- TARALLO, F. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.
- TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- TORRINHA, F. *Dicionário latino-português*. 2. ed. Porto: Gráficos Reunidos LDA, 1942.
- VÄÄNÄNEN, V. *Introducción al latin vulgar*. Versión española de Manuel Carrion. Madrid: Gredos, 1968.
- VEIGA, A. B. *Virgeu de Consolaçon*: edição crítica de um texto arcaico inédito. Introdução, gramática, notas e glossário. Bahia: Globo, 1959.
- VOTRE, S.; OLIVEIRA, M. R. Para uma teoria pancrônica das atividades linguísticas. In: FÁVERO, L.; BASTOS, N. B.; MARQUESI, S. (ed). *Língua portuguesa – pesquisa e ensino*. vol. 1. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2007, p. 153-164.
- WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Trad. por Antonio Houaiss. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1961.
- ZENONI, G. *Gramática latina*. 2. ed. tradução e adaptação da 20. ed. original autorizada pelo autor. Cucujães: Missões, 1946.

REFLEXÕES LINGÜÍSTICAS SOBRE METODOLOGIA E PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Terezinha da Conceição Costa-Hübes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO: Neste ensaio pretendemos revisar conceitos teóricos sobre metodologia de ensino, tema bastante presente nas licenciaturas. Sendo assim, o objetivo é refletir teoricamente sobre diferentes pressupostos epistemológicos que subjazem, direta ou indiretamente, o(s) encaminhamento(s) metodológico(s) para trabalhar com a leitura, a oralidade ou a escrita no ensino da Língua Portuguesa. Para tanto, adotamos a metodologia dialética uma vez que, relacionando o binômio teoria/prática, provocamos reflexões quanto ao conhecimento teórico do professor e sua ação pedagógica no ensino da Língua Portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: metodologia de ensino, língua portuguesa, relação teoria-prática

ABSTRACT: *On this paper we intend to review theoretical concepts about teaching methodology, since it is a constant subject on the teaching area. The goal of this research then is reflecting theoretically about different epistemological presumptions which undergo directly or indirectly the methodological guiding to work with reading, speaking, or writing on Portuguese teaching. In order to do so, we have adopted the dialectic methodology because by relating the binomial theory/practice, we have provided reflections about the teacher theoretical knowledge and his actions on Portuguese teaching.*

KEYWORDS: *Teaching methodology, Portuguese language, theory-practice relation.*

Introdução

Refletir sobre a metodologia de ensino implica pensar em roteiros didáticos para diferentes situações de aprendizagens, levando em consideração a disciplina trabalhada, os alunos, o ano/série da turma, os conteúdos, enfim, o contexto, tendo em vista os objetivos que se pretende alcançar.

No entanto, todo e qualquer procedimento metodológico é orientado, direta ou indiretamente, por tendências pedagógicas que, de uma forma ou de outra, atravessam os encaminhamentos didáticos, direcionando para o quê e para como ensinar.

Em se tratando da disciplina de Língua Portuguesa também não é diferente. Ao adotar determinado encaminhamento para trabalhar com a leitura, a oralidade ou a escrita, o professor revela suas compreensões de língua(gem), de texto, de leitura, enfim, sua maneira de conceber o ensino dessa disciplina.

Na verdade, a metodologia de ensino de Língua Portuguesa sustenta-se num saber historicamente construído, impregnado de ideologias reveladas no fazer pedagógico, definindo, assim, as diferentes concepções de linguagem. Portanto, para falar do assunto, entendemos que é necessário relacionar os encaminhamentos didático-metodológicos com diferentes momentos históricos, investigando como o ensino da Língua Portuguesa se constituiu historicamente, para chegarmos ao lugar em que ela ocupa hoje (pelo menos teoricamente).

1. Ensino de língua portuguesa

Para compreender como o ensino da Língua Portuguesa se constituiu/constitui nas escolas, é necessário entender, antes de tudo, os pressupostos epistemológicos implícitos à compreensão de linguagem e, consequentemente, de língua. Esse é o ponto de partida para se chegar a ações de ensino-aprendizagem que, de certa forma, respondiam/respondem a estas indagações: por que escrever? Por que ler? A quais objetivos se atende o ensino de língua nas escolas?

Buscaremos respostas a tais perguntas no tempo e na história, recuperando diferentes maneiras de ensinar, conforme as orientações teóricas de cada momento.

1.1 Concepção de linguagem como representação do pensamento: subjetivismo idealista

Quando o professor concebe a linguagem como representação do pensamento, ou conforme Bakhtin (2004), como subjetiva idealista, significa que

suas ações metodológicas irão contribuir para disseminar uma compreensão de linguagem como um dom individual, produzida no interior da mente dos indivíduos. Por isso, ela está sempre a serviço do pensamento, já que a considera como sua forma de tradução. Ou seja, para o aluno ter uma linguagem articulada, precisa desenvolver a capacidade de organizar logicamente o pensamento. Como explica Bakhtin (2004), trata-se de uma maneira de compreender a fala como criação individual, totalmente determinada pelo psiquismo que, por sua vez, constitui a fonte da língua.

Compreendida de tal forma, cabe ao professor ensinar ao aluno a *falar bem e corretamente*. E, para isso, os eixos básicos orientadores das ações pedagógicas são: ouvir / falar / ler e escrever, pois se entende que a fala correta é adquirida ao se ouvir palavras, frases bem construídas, repetindo-as quantas vezes forem necessárias para se efetivar o exercício da memorização. Somente a partir da leitura orienta-se para o exercício da escrita por meio de cópias.

Assim, a compreensão que se tem da aprendizagem da língua é a de que ela acontece por meio da repetição mecânica (oral e escrita) de letras, sílabas e palavras, visto entender que o ser humano adquire comportamentos verbais não só pela observação e percepção de sons, mas também pelos comportamentos motores; isto é, aprende por meio de ações sobre o ambiente, fazendo, praticando, o que significa, no ensino da Língua Portuguesa, ler e escrever.

Para isso, os princípios gerais e racionais a serem seguidos, metodologicamente, para a organização do pensamento e, nesse sentido, da linguagem, são as normas do *bem falar e do bem escrever*, o que pressupõe a ênfase ao ensino da gramática teórico-normativa por meio de atividades que exijam, do aluno, o ato de conceituar, classificar, para, sobretudo, entender e seguir as prescrições – em relação à concordância, à regência, à acentuação, à pontuação, ao uso ortográfico. Acredita-se, dessa forma, que pensar bem, de acordo com os princípios gramaticais, significa falar bem a fim de transpor tais construções verbais para a produção escrita.

Trata-se de uma metodologia, conforme Perfeito “sustentada pela tradição gramatical grega, passando pelos latinos, pela Idade Média e Moderna e, teoricamente, só rompida no início do século XX, de forma efetiva, por Saussure (1969)” (PERFEITO, 2005, p. 28), mas que se encontra bastante presente nas aulas de Língua Portuguesa. Muitos professores acreditam e organizam suas aulas sustentadas no pressuposto de que ensinar língua portuguesa é ensinar a falar e a escrever corretamente. Para isso, usam e abusam dos exercícios gramaticais que, conforme sua compreensão, subsidiarão os alunos nessa tarefa.

Talvez inconscientemente (pois muitos reproduzem mecanicamente suas ações, sem terem consciência plena da teoria que as subsidia), essa maneira de ensinar a língua “parte da hipótese de que a natureza da linguagem é racional, por entender que os homens pensam conforme regras universais (de classificação, divisão, segmentação do universo)” (PERFEITO, 2005, p. 28). Compreendida dessa forma, as línguas obedecem a princípios racionais, lógicos e, por isso, podem ser orientadas igualmente, o que justifica exigir, dos falantes, clareza e precisão no uso da língua, organizada por uma gramática capaz de distinguir formas válidas das inválidas.

Implicitamente, acredita-se que, quando se propõe (ou adota) tal abordagem metodológica, “se atingirá a *língua-ideal* – língua universal, lógica, sem equívocos, sem ambigüidades, capaz de assegurar a unidade da comunicação do gênero humano” (ORLANDI, 1999, p. 12).

Da mesma forma, em se tratando da leitura, compreende-se que esta poderá auxiliar na formação de um falante “correto” se oferecer, aos alunos, textos-modelo, reveladores do emprego “adequado” da linguagem. Assim, ler é decodificar e praticar o exercício da oratória, na maioria das vezes, e, quando não, é extrair sentidos do texto, no caso, por um leitor melhor instruído, ou seja, o professor. O exercício da interpretação, conforme Orlandi (1993), é entendido como fórmula única, dada pelo *mestre* ou pelas *respostas* colocadas pelo autor dos livros didáticos no Manual do Professor. O que ocorre, na verdade, é o silenciamento dos sentidos possíveis revelados em um texto.

Entendemos, portanto, que ensinar a língua portuguesa sustentada por essa concepção de linguagem, significa adotar uma metodologia de ensino que tenha o professor como a autoridade do saber, a quem compete ensinar os alunos a ler, a escrever e, principalmente, a dominar uma fala ideal, pois esse é o principal enfoque do ensino. Para isso, tomará como base palavras, frases e/ou textos-modelos (literários), os quais serão ouvidos (pois primeiramente o professor lê), repetidos conforme orientações (o professor lê e os alunos repetem em seguida, exercitando, assim, a fala correta), decodificados (por meio de uma leitura oral que reconheça letras, sílabas, palavras, frases e textos) e, por fim, copiados (como forma de fixação da estrutura bem construída).

Podemos dizer que tal metodologia de ensino esteja extinta das salas de aula? A resposta a essa indagação está nas atitudes, na maneira de trabalhar com a leitura, a oralidade e a escrita, reveladora, muitas vezes, de uma prática considerada “tradicional” que insiste em se manter nas aulas de Língua Portuguesa.

1.2 Concepção de linguagem como estrutura ou instrumento de comunicação: objetivismo abstrato

Outra orientação teórica que conduz as ações nas salas de aula de Língua Portuguesa é denominada de *Linguagem como estrutura ou instrumento de comunicação* e definida por Bakhtin (2004) como *objetivismo abstrato*. Difere-se da anterior pelo fato de, enquanto aquela adota a fala como objeto de ensino, nesta o foco recai para a escrita, objeto de estudos e investigações; enquanto aquela vê a linguagem como subjetiva, esta a vê como objetiva e materializada na língua escrita.

Pautada em Saussure, adota-se a compreensão de que a língua é “um sistema abstrato, homogêneo, social e supra-segmental, ao passo que a fala seria a realização concreta e individual da língua” (SUASSUNA, 1995, p. 64). Compreendida dessa forma, parte-se do pressuposto de que a linguagem é representada por um sistema de signos, e que a língua é um dos meios utilizados pelos homens para operar com os signos. Mesmo reconhecendo a língua como social, adquirida num dado momento e numa dada sociedade, trata-a como sistema, sem estabelecer analogias com as relações de uso.

Como explica Bakhtin (2004) ao tecer sua crítica ao objetivismo abstrato, o mais importante, em se tratando da língua, é reconhecer seu *sistema linguístico*, a saber, o *sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais* da língua, pois o que interessa é ensinar a falar e a escrever,

[...] a língua é um arco-íris imóvel que domina este fluxo. Cada enunciação, cada ato de criação individual é único e não reiterável, mas em cada enunciação encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de um determinado grupo de interlocutores. São esses traços idênticos que garantem a unicidade de uma determinada língua e sua compreensão para todos os locutores de uma mesma comunidade. (BAKHTIN, 2004, p. 77)

Nesse caso, basta ensinar ao aluno as estruturas que compõem a língua para que ele saiba escrever corretamente e isso se torna mais fácil, haja vista que a língua é um sistema já constituído, o qual deverá ser tomado e assimilado no seu conjunto, tal como ele é. “Na verdade, só existe um critério linguístico: está certo ou errado; além do mais, por correção linguística deve-se entender apenas a conformidade a uma dada norma do sistema normativo da língua” (BAKHTIN, 2004, p. 79).

Assim, ensinar língua portuguesa, da mesma forma que a orientação teórica anterior, significa adotar um comportamento metodológico que propicie o ensino

prescritivo da gramática normativa, explorada sob o método da memorização, estrategicamente organizado por atividades de cópia e repetição. Como explica Perfeito: “focaliza-se o estudo dos fatos linguísticos por intermédio de exercícios estruturais morfossintáticos, na busca da internalização inconsciente de hábitos linguísticos, próprios da norma *culta*” (PERFEITO, 2005, p. 10). Os exercícios de *siga o modelo* são os mais aplicados na perspectiva do aluno decorar estruturas bem construídas e transpô-las para a produção de textos escritos.

Os textos, por sua vez, reduzem-se a modelos narrativos, descritivos e dissertativos, apresentados, pelo professor, antes do exercício de redação, sem qualquer relação com o contexto de produção. Assim, eles são categorizados conforme a sua tipologia, para as quais se apresentam técnicas que orientarão na produção de “bons” textos, pois o que importa é o reconhecimento da estrutura tipológica. Por conseguinte, segundo Mendonça (2001), propiciam, ao professor, a adoção indiscriminada do modelo e a consequente anulação da palavra do aluno, quando este é “submetido” ao preenchimento de estruturas modelares.

Se escrever reduz-se a seguir modelos de frases e textos bem estruturados, ler significa buscar o sentido nas obras literárias, pois a leitura, à luz dessa concepção, é entendida como extração de sentidos do texto. O texto produzido pelo poeta, pelos grandes autores de obras literárias é considerado o portador de sentidos e o indivíduo deve partir do específico para o geral, ao proceder à leitura, isto é, é preciso entender o que o poeta/autor quer dizer. Para isso, segundo Kato (1987), parte-se das unidades menores, fazendo uso linear e indutivo das informações ao construir o significado, via análise-síntese das partes do texto. É a leitura-decodificação.

A despeito dessa compreensão de leitura, listam-se as melhores obras que devem ser lidas e “ensinadas”, relacionadas, cada qual, com determinado período histórico (Barroco, Classicismo, Romantismo etc.) “privilegiando-se, assim, a leitura do texto literário concomitante ao estudo da história da literatura” (FARIA, 2009, p. 4).

Como foi explicitado, o agir metodológico do professor, quando orientado por tal concepção, limita-se a ensinar gramática por meio de exercícios estruturais (*siga o modelo*, complete as lacunas, marque X e outros), a ler decodificando as informações que se encontram no texto (exploradas por questionários com perguntas e respostas, por resumos e fichamentos de obras) e a escrever textos, conforme as estruturas tipológicas (narrativos, descritivos ou dissertativos).

Também nesse caso o professor é detentor do saber e ao aluno cabe apenas receber os conhecimentos por ele repassados. Predomina uma relação monológica e uma metodologia homogeneizadora, já que os alunos são trata-

dos como iguais, com as mesmas capacidades de aprendizagem e, portanto, com os mesmos interesses e necessidades. Sendo assim, podem ser atendidos igualmente com exercícios e atividades preparados para todos.

Essa metodologia está muito presente nas aulas de Língua Portuguesa, mesmo quando há todo um movimento teórico, divulgado em documentos pedagógicos (Currículos, Diretrizes Curriculares, Parâmetros Curriculares), orientando para outra perspectiva metodológica: a do dialogismo, que requer o reconhecimento da língua(gem) como forma de interação, como exporemos e seguida.

1.3 Linguagem como forma de interação

A concepção de linguagem teorizada a partir de meados da década de 1980 e documentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997/1998), conhecida como interacionista ou sociointeracionista, é a que orienta nosso fazer-pedagógico. Ela se sustenta em outra maneira de compreender a linguagem, interpretada por correntes de estudos da língua, reunidas, conforme Geraldi (1984) e Travaglia (1996), sob o rótulo da *Linguística da Enunciação* ou, segundo Morato (2004), como *Linguística Interacional*.

Trata-se de uma corrente teórica que ganhou força no âmbito da Filosofia ou da Sociologia, a partir da influência e prestígio da obra de Mikhail Bakhtin (1895-1975) no campo da Linguística. Tais reflexões se acentuam:

(...) com a introdução de uma concepção histórico-discursiva de sujeito e da afirmação de uma ordem social na qual se inscreve a linguagem, vista a partir de uma perspectiva dialógica. (...) Uma boa expressão de uma teoria social forte aplicada ao entendimento de noção de interação, com influência decisiva em vários domínios e tendências teóricas da Linguística, é sem dúvida representada por Bakhtin e seu Círculo (MORATO, 2004, p.330).

Nesta concepção, a língua(gem) não é compreendida como monológica, mas sim, como dialógica e como atividade constitutiva do conhecimento humano, pois é “ao mesmo tempo estruturante do nosso conhecimento e extensão (simbólica) de nossa ação sobre o mundo” (MORATO, 2004, p. 317).

A língua(gem), em vez de forma e estrutura, é interpretada como ação humana mediadora entre o homem e a sociedade, por ajudá-lo a entender, interpretar, representar, influenciar, modificar, transformar a realidade. Assim, no contexto da interação entre o homem e o meio, as relações de mediação ocorrem na e pela linguagem.

Essa compreensão se sustenta, além de Bakhtin, em Vygotsky (1896-1934), considerado o maior expoente nos estudos da cognição relacionados às atividades socioculturais, para quem a gênese e o desenvolvimento cognitivo são facultados à linguagem e às interações sociais.

Quando se focaliza hoje o estudo da cognição em meio às atividades socioculturais dos sujeitos e na presença de uma ordem da linguagem que não reduz ao sistema linguístico *stricto sensu*, o fato não deixa de representar, de alguma forma, um legado da abordagem levada a cabo inicialmente por autores como Vygotsky (MORATO, 2004, p. 324).

Leontiev compartilhou das ideias de Vygotsky, ao afirmar que “as aptidões e caracteres especificamente humanos não se transmite de modo algum por hereditariedade biológica; mas adquirem-se no decurso da vida por um processo de apropriação da cultura criada pelas gerações precedentes” (LEONTIEV, 1954, p. 267). Em outras palavras, o conhecimento, sob o ponto de vista da psicologia social, se constrói mediado pelas relações histórico-culturais que determinam o meio.

A linguagem, sob tal perspectiva teórica, deixa de ser interpretada somente como resultado do pensamento organizado ou como estrutura cognitiva e linguística e é reconhecida como símbolo sócio-historicamente construído a partir de necessidades reais de interação do homem, geradas pelo trabalho para atender às práticas sociais com a linguagem.

Para dialogar com tal pressuposto teórico, metodologicamente, não basta mais centrar o ensino da língua apenas no falar e escrever corretamente, no exercício da apropriação das estruturas linguística e no ler, extraindo informações do texto. Importa sim compreender a língua, conforme postula Bakhtin (2004), como instrumento mediador das necessidades enunciativas concretas. Portanto, ensiná-la significa considerar o seu uso prático, inseparável de seu conteúdo ideológico. A fala, nessa perspectiva, é língua viva, dinâmica, social e histórica, concretizada em enunciados constitutivos do querer dizer do falante.

Trabalhar com a língua numa perspectiva sociointeracionista é, como afirma Gonçalves (2004), uma forma mais adequada de ver a linguagem, já que possibilita ao aluno refletir sobre sua própria fala e/ou escrita e sobre outras situações com as quais interage no seu dia a dia.

A interação tende a provocar mudanças tanto no sujeito quanto no destinatário, porque agimos sobre os outros e os outros sobre nós. A língua não se separa do indivíduo. Aprendê-la significa, a nosso ver, criar situações sociais idênticas às

que vivenciamos no cotidiano. Em outros termos, o ato interlocutivo não deve se isolar das atividades cotidianas, visto que a linguagem não está dissociada de nossas ações e, portanto, aprender uma língua significa participar de situações concretas de comunicação (GONÇALVES, 2004, p. 2)

Portanto, o ensino da língua portuguesa pautado apenas em sílabas, em palavras e em frases não garante essa compreensão. É preciso considerar a língua em contextos reais de uso, sócio-históricos e ideologicamente determinados, pois, como afirma Bakhtin:

A forma linguística (a língua) sempre se apresenta no contexto de enunciações precisas que implica sempre o contexto ideológico preciso (...) para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma linguística figure num determinado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada (BAKHTIN, 2004, p. 93, 95).

Orientar-se metodologicamente a partir desse pressuposto significa trabalhar com textos, materialização de diferentes gêneros discursivos. Estes organizam as interações efetuadas por meio da língua e, portanto, ficam disponíveis na sociedade, constituídos pelas diferentes esferas de atividade humana, apresentando-se em “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2000, p. 279). Compreendidos dessa forma, os gêneros fazem parte de nosso dia a dia, pois, ao interagirmos com o outro, utilizamo-nos de enunciados já existentes na sociedade, selecionados conforme as necessidades de interação e moldados de acordo com o ato interlocutivo em que os indivíduos falantes estão inseridos.

Trabalhar a língua partindo desse elemento concreto – o gênero discursivo – é criar situações de reflexão que permitam aos alunos reconhecê-lo quanto a seus aspectos contextuais, temáticos, composicionais e estilísticos; significa adotar um método dialético de ensino que propicia, como afirma Marx (1975), um concreto pensado.

O que importa, sob essa ótica, é criar momentos de aprendizagem das diferentes formas de enunciados disponíveis na sociedade por meio dos gêneros, pois se cada esfera social possui seus enunciados próprios, diferenciando-se daqueles utilizados em outras esferas, significa dizer que em cada uma delas encontramos diferentes repertórios de gêneros que precisam ser reconhecidos.

Para isso, a metodologia adotada deve favorecer o reconhecimento dos enunciados como uma “unidade real da comunicação verbal” (BAKHTIN, 2000, p. 293), organizadores dos gêneros que, por sua vez, podem ser definidos

como mais ou menos estáveis, já que, quando selecionados por alguém, será por este reorganizados (ou não), tendo em vista o(s) interlocutor(es), a situação, o momento e o lugar de interação.

Compreendidos dessa forma, os usos da língua não se dão por orações isoladas, mas, sim, por meio de gêneros discursivos que atuam no interior da linguagem, definindo seu caráter dialógico. Para falar, “utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, ou seja, todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo” (BAKHTIN, 2000, p. 301).

Nessa perspectiva, leitura, produção de texto e análise linguística constituem eixos indissociáveis no ensino da Língua Portuguesa, pois, como afirma Neves,

(...) todas elas práticas discursivas, todas elas usos da língua, nenhuma delas secundária em relação a qualquer outra, e cada uma delas particularmente configurada em cada espaço em que seja posta como objeto de reflexão (NEVES, 2003, p. 89).

Assim, ensinar o aluno a interagir por meio da língua é ensinar o aluno a produzir textos, orais e escritos, que atendam à necessidade de interlocução proposta naquela situação de uso da linguagem. Mas significa, também, ensinar o aluno a buscar referências em textos do gênero que já se encontram prontos na sociedade, reconhecendo sua funcionalidade, suas marcas discursivas, bem como sua estrutura composicional. Tais compreensões são garantidas pela leitura atenta e responsiva do leitor que sabe o que está buscando. A partir desse conhecimento prévio, o aluno terá melhores condições de produzir o seu texto, garantindo, assim, maior domínio do gênero e da linguagem. Como afirma Bakhtin (1999),

Texto, então, envolve não apenas a formalização do discurso oral ou escrito, mas o evento que abrange o *antes*, isto é, as condições de produção e elaboração; e o *depois*, ou seja, a leitura ou a resposta ativa. Todo texto é, assim, articulação de discursos, vozes que se materializam, ato humano, é linguagem em uso efetivo. O texto ocorre em interação e, por isso mesmo, não é compreendido apenas em seus limites formais (*apud* PARANÁ, 2008, p. 17).

Trabalhar metodologicamente com a língua, compreendendo a completude dos gêneros, significa romper com paradigmas, principalmente no que diz respeito às ações de ensino da gramática (priorizando apenas a normatização), da leitura decodificação e extração de sentidos e da produção de texto. Para tanto, é necessário adotar uma metodologia que garanta, com maior eficiência, um ensino pautado em ações reais de uso da linguagem.

No entanto, há diferentes objetivos que orientam o trabalho com o texto na sala de aula. Dentre eles, vale destacar a reprodução de situações reais de uso da língua por meio de textos orais e escritos. Para a concretização desse objetivo, vale destacar uma metodologia que pode proporcionar tais reflexões, permitindo relacionar leitura, análise linguística, produção e reescrita de texto em função do mesmo gênero: é a da sequência didática, conforme propõem Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) e adaptações dessa proposta apresentada por Costa-Hübes (*apud* AMOP, 2007a) e Costa-Hübes (2008). Apresentaremos, brevemente, esse encaminhamento metodológico.

1.3.1 Metodologia da Sequência Didática (SD)

A metodologia da SD é uma proposta de trabalho com a língua a partir dos gêneros discursivos, divulgada pelos pesquisadores de Genebra: Doz, Noverraz e Schneuwly (2004), os quais, orientados por uma concepção pautada no interacionismo sociodiscursivo que compartilha das teorias bakhtinianas, defendem a tese de gênero como megainstrumento para o trabalho com a linguagem na escola.

A ação discursiva é, portanto, ao menos parcialmente, prefigurada pelos meios. O conhecimento e a concepção da realidade estão parcialmente contidos nos meios para agir sobre ela. Tínhamos dito que o instrumento é um meio de conhecimento: eis a concretização da minha tese (SCHNEUWLY, 2004, p. 28).

Como explica Costa-Hübes (2008), a proposta de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) envolve estudos partindo de um determinado gênero discursivo (oral ou escrito), sobre o qual se organiza, de maneira sistemática, um conjunto de atividades com a finalidade de conhecer melhor o gênero, de acordo com as necessidades sociocomunicativas estabelecidas inicialmente. A esta atividade os autores dão o nome de sequência didática, organizada em quatro eventos distintos:

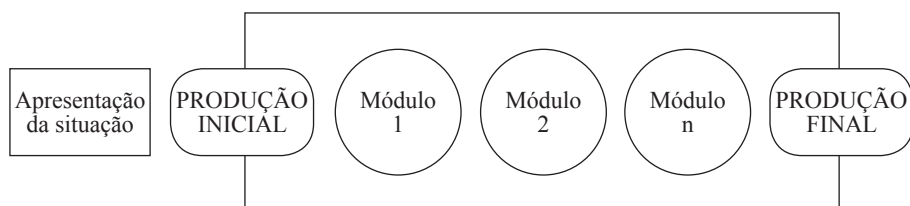


Figura 1 – Esquema da sequência didática

Fonte: Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 98).

A partir dessa orientação teórica, a atividade com determinado gênero, segundo os autores, tem início com a *apresentação de uma situação de interação* sociocomunicativa real, que visa fundamentar a necessidade de produção e aprendizagem relacionada a um gênero discursivo, oral e/ou escrito. Em seguida, solicita-se uma *produção inicial* do gênero selecionado, momento em que o aluno elabora um texto (oral ou escrito), na tentativa de responder à situação de interlocução, proposta anteriormente. Essa produção inicial, conforme os autores, oferecerá ao professor subsídios para diagnosticar a compreensão (ou não) que o aluno tem do referido gênero discursivo. Enfim, trata-se de um instrumento por meio do qual se pode encontrar elementos para analisar as capacidades e potencialidades de linguagem que o aluno tem, naquele momento.

A apresentação da situação não desemboca necessariamente em uma produção inicial completa. Somente a produção final constitui, bem frequentemente, a situação real, em toda sua riqueza e complexidade. A produção inicial pode ser simplificada, ou somente dirigida à turma, ou, ainda, a um destinatário fictício. (DOLZ, NOVERRAZ E SCHNEUWLY, 2004, p. 101)

Depois, com base na avaliação diagnóstica, define-se o ponto de intervenção do processo ensino-aprendizagem, ou seja, a análise servirá para orientar as atividades a serem trabalhadas nos *módulos*, de forma a adaptá-los às necessidades reais dos estudantes envolvidos. Logo, o trabalho com os módulos consiste em abordar, de forma didática, os problemas que foram revelados pela análise da produção inicial.

Segundo Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), os problemas específicos de cada gênero são avaliados sobre quatro níveis: representação da situação de comunicação; elaboração do conteúdo; planejamento do texto; realização do texto. E são trabalhados didaticamente em três categorias: observação e análise de textos; tarefas simplificadas de produção de textos; e elaboração de uma linguagem comum. Esse método de avaliar a produção inicial para, a partir daí, propor atividades em função das dificuldades elencadas no diagnóstico, possibilita a construção progressiva de conhecimento sobre o gênero em foco. Somente após um trabalho consistente com o gênero chega-se ao momento de colocar novamente o aluno na situação de produção de texto (oral ou escrito), delimitada no início da SD. De acordo com os autores, este momento revela o que foi apreendido ou não com os procedimentos adotados nos módulos, bem como, possibilita, ao professor, a realização de uma avaliação somativa acerca do processo ensino-aprendizagem.

Com base nesta proposta teórico-metodológica, produzida para o contexto sociocultural dos pesquisadores de Genebra, Costa-Hübes (AMOP, 2007a) e Costa-Hübes (2008) procuraram adaptá-la à realidade dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa proposta vem se materializando na publicação dos Cadernos Pedagógicos 01 e 02 (AMOP, 2007a; AMOP, 2007b) e no Caderno Pedagógico 03 (Costa-Hübes e Baumgärtner, 2009).

Segundo Swiderski e Costa-Hübes (2009), a proposta de adaptação consiste na **inserção de um módulo de reconhecimento do gênero**, com atividades e exercícios que contemplem a leitura, a pesquisa e a análise linguística com textos (já publicados) do gênero, antes da etapa da produção inicial, conforme podemos observar na figura 2:

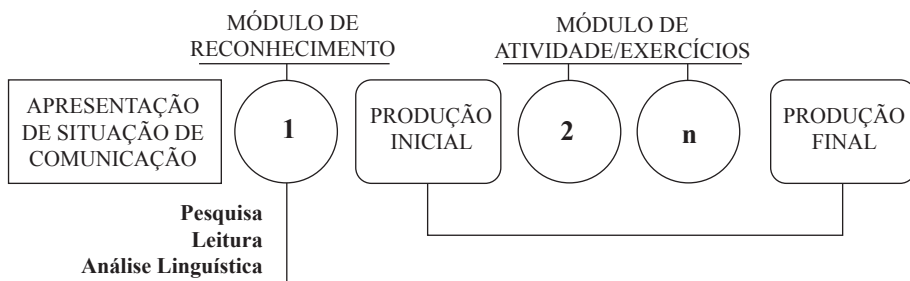


Figura 2: Esquema da SD adaptada por Costa-Hübes

Fonte: Swiderski e Costa-Hübes (2009)

As condições de práticas de leituras, criadas pela SD, envolvem não apenas o contexto de produção e a relação autor-texto, mas a este se soma o conhecimento do leitor e o contexto de uso que, conforme Orlandi (1993), são fatores determinantes na produção de sentidos. Desse modo, ao propormos uma adaptação à proposta metodológica de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), entendemos que, antes mesmo de se chegar à produção inicial, o professor tem a oportunidade de criar, para o aluno, várias situações que envolvam a prática de leitura de textos do gênero, já prontos, que circulem na sociedade. O contato com esses textos pode mobilizar estratégias diferentes frente aos diversos objetivos que implicam o ato de ler. Além disso, trabalhar com a leitura não implica ignorar os outros eixos do processo ensino-aprendizagem de língua portuguesa.

Outro detalhe que salientamos sobre o trabalho de reconhecimento do gênero, refere-se ao fato de que as informações sobre o gênero selecionado não são dadas gratuitamente, já que o mesmo não é tratado como uma forma pronta

e acabada, mas como um instrumento relativamente estável. Entendido assim, a prática de ensino-aprendizagem precisa incentivar o processo de pesquisa. Nessa perspectiva, o aluno tem dois problemas a resolver antes de iniciar sua produção: um abarca a pesquisa para conhecer os elementos que determinam, num dado contexto sócio-histórico e cultural, a produção e a circulação das amostras do gênero a ser abordado didaticamente; e, em segundo, a leitura e a análise dessas amostras, novamente buscando reforçar o conhecimento acerca dos elementos que as constituem.

Para Lopes-Rossi (2006), um módulo de leitura, antes da produção de textos, pode possibilitar o conhecimento das características típicas do gênero que responde à situação de comunicação. Todavia, salientamos que esse conhecimento só pode ser construído quando há um trabalho de leitura que não se limita apenas ao conteúdo temático, mas que amplia essa prática, abrangendo outros elementos que circundam um texto, tais como: seu contexto de produção, sua função social, sua construção composicional e seu estilo linguístico. Tais critérios são abordados no módulo de reconhecimento proposto por Costa-Hübes (AMOP, 2007a) e Costa-Hübes (2008) e que correspondem à metodologia sugerida por Bakhtin/Volochínov:

A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes.

Disso decorre que a ordem metodológica para o estudo da língua deve ser o seguinte:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual. (BAKHTIN, 2004, p. 128-129)

Conforme podemos inferir do exposto, a metodologia de um trabalho didático no viés sociointeracionista compreende as condições de produção de enunciados; propicia um exercício de reflexão acerca dos elementos que possibilitam reconhecer um gênero discursivo e a sua função social; e provoca reflexões sobre as normas linguísticas utilizadas na situação de uso da língua(gem). Desse modo, defendemos que tal proposta metodológica cor-

responde às prescrições vigentes de um ensino de língua que estabeleceria condições para um trabalho articulado entre oralidade, leitura e escrita, numa perspectiva reflexiva.

Considerações Finais

O resultado positivo no processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa depende muito da definição e implementação de uma metodologia apropriada à teoria adotada como orientadora para o ato de ensinar. Isso significa clareza teórica, objetivos definidos e um planejamento de ensino que contemple todas as etapas e agentes nesse processo de ensinar, bem como as diferentes estratégias de avaliação.

Em outras palavras, poderíamos dizer que as escolhas de atividades didáticas (a metodologia de ensino) estão relacionadas, diretamente, com os objetivos que se pretende alcançar, com a experiência didática do professor diante das ações que se pretende implementar, com o tempo disponível para o planejamento e implementação da ação, com a estrutura física e didático-pedagógica que atuará como suporte ao professor e, finalmente, com a aceitação e conhecimento prévio tanto do professor como do aluno.

Com esses elementos orientando e dando suporte, a metodologia adotada tende a funcionar como guia e facilitadora no processo de ensinar. Assim, adotar uma postura metodológica condizente com a base teórica que orienta o ensino é vital para o sucesso no processo ensino-aprendizagem.

Referências

- AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. *Sequência didática*: uma proposta de ensino da Língua Portuguesa para as séries iniciais. Organizadoras: Carmem Teresinha Baumgärtner e Terezinha da Conceição Costa-Hübes. Cascavel-PR: Assoeste, 2008. Caderno Pedagógico 02.
- _____. _____. *Sequência didática*: uma proposta de ensino da Língua Portuguesa para as séries iniciais. Organizadora: Terezinha da Conceição Costa-Hübes. Cascavel-PR: Assoeste, 2007. Caderno Pedagógico 01.
- BAKHITIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Maria E. Galvão e revisão por Marina Appenzeller. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

- BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. _____. *Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa. Primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- COSTA-HÜBES, T. da C. *O processo de formação continuada dos professores do Oeste do Paraná: um resgate histórico-reflexivo da formação em língua portuguesa*. Londrina, PR: UEL, 2008 (Tese do doutorado em Estudos da Linguagem).
- _____. BAUMGÄRTNER, C. T. *Sequência didática: uma proposta para o ensino da Língua Portuguesa no ensino fundamental – anos iniciais*. Cascavel, PR: Assoeste, 2009.
- DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B.; e colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. p. 95-147
- FARIA, V. F. S. de. O ensino da literatura e a formação do leitor literário: entre saberes, trajetórias de uma disciplina e suas relações com os documentos oficiais. *Revista Iberoamericana de Educacion*. N. 49/7, junho de 2009.
- GONÇALVES, A. V. O fazer significar por escrito. *Selisigno – IV Seminário de Estudos sobre Linguagem e Significação*, v. único, p. 01-10, 2004.
- KATO, M. *O aprendizado de leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizontes, 1954.
- LOPES-ROSSI, M. A. G. Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.) *Gêneros textuais: reflexão e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- MARX, K. O método dialético. In.: MARX & ENGELS. *Ludwing Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã e outros textos filosóficos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- MENDONÇA, M. C. Língua e ensino: políticas de fechamento. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001. p. 233-264.
- MORATO, E. M. O interacionismo no campo lingüístico. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. V. 3, São Paulo: Cortez, 2004.

- NEVES, M. H. M. *Que gramática estudar na escola?* Norma e uso na Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003.
- ORLANDI, E. P. *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1993.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. *Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para os anos final do ensino fundamental*. Curitiba: SEED, 2008.
- PERFEITO, Alba Maria. Concepções de linguagem, teorias subjacentes e ensino de língua portuguesa. In: *Concepções de linguagem e ensino de língua portuguesa (Formação de professores EAD 18)*. V.1. ed. 1. Maringá: EDUEM, 2005. p. 27-79.
- SHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B.; e colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- SWIDERSKI, R. M. da S.; COSTA-HÜBES, T. da C. Abordagem sociointeracionista & sequência didática: relato de uma experiência. *Línguas & Letras*, vol. 10, n.18, 1º sem. 2009.
- SUASSUNA, L. *Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 3 ed. São Paulo : Cortez, 1996.

O PORTUGUÊS NO CONTEXTO MULTILÍNGUE DE ANGOLA

Letícia Cao Ponso

Universidade Federal Fluminense

RESUMO: O presente trabalho, valendo-se dos pressupostos teórico-metodológicos da Dialetoлогия e da Sociolinguística, pretende apresentar os resultados preliminares de um mapeamento panorâmico da diversidade linguística que caracteriza Angola no contexto pós-colonial. Tem-se como objetivo delinear a complexa situação de contato linguístico entre as mais de quarenta línguas autóctones do país – línguas de substrato – e a variedade nacional do português – língua de superestrato, transcontinental e pluricêntrica. Assim, pretende-se contribuir para um diagnóstico da expansão da língua portuguesa nos países em que ela é adotada como língua oficial.

PALAVRAS-CHAVE: multilinguismo, línguas em contato, português, línguas africanas, Angola

ABSTRACT: *Having Dialectology and Sociolinguistic's theoretical and methodological suppositions as an initial framework, this paper intends to present some preliminary data concerning Angola's linguistic diversity in a post-colonial context. Our aim is to delineate the complex linguistic relation between more than forty aboriginal languages - substrate languages - and portuguese national variety - superstrate, transcontinental and pluricentric language. Therefore, we wish to contribute to a diagnostic of the portuguese language expansion where it is adopted as an official language.*

KEYWORDS: *multilingualism, languages in contact, portuguese, african languages, Angola*

1. A difusão da língua portuguesa no mundo atual

1.1. O português, língua pluricêntrica

Sexto idioma mais falado no mundo, o português é a língua nacional ou oficial em sete países – Portugal e Brasil, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Timor Leste – além de ser língua de comunicação em tantos outros – Cingapura, Macau, Málaca, Goa, Sri-Lanka, Damão e Diu. A partir das rotas coloniais portuguesas do séc. XVI, a língua portuguesa difundiu-se por quatro continentes, e hoje abrange cerca de 178 milhões de falantes¹. Devido a essa dimensão transcontinental e à heterogeneidade na constituição de diferentes identidades linguísticas nos países em que é falada, cada variedade nacional do português é única e apresenta características muito particulares.

A língua portuguesa, portanto, pode ser considerada uma *língua pluricêntrica*, termo primeiramente empregado por Kloss (1978, *apud* Clyne, 2004) para referir-se a línguas com diversos centros de interação, geograficamente contíguos ou não, cada qual estipulando uma variedade nacional com norma própria. Segundo o autor, as razões da pluricentricidade de determinada língua podem incluir a colonização, a imigração, a delimitação de fronteiras e a divisão política dos países.

O fato é que cada uma das variedades nacionais de uma língua pluricêntrica é potencialmente uma língua separada e desenvolve uma identidade própria, devido a seu percurso na história de cada nação, a fatores demográficos e à configuração sócio-político-econômica do país. O contato/contraste de uma variedade nacional com outras línguas – por exemplo, as línguas indígenas ou africanas – é determinante para diferenciá-la das outras variedades nacionais, como aconteceu com o português brasileiro ou africano em relação ao português europeu.

Em geral, o *status* de diferentes variedades nacionais de uma língua pluricêntrica é assimétrico. No caso da língua portuguesa, Portugal é a pátria-mãe

¹ Segundo dados do site www.ethnologue.com, do Summer's Institute of Linguistics, a língua mais falada no mundo é o chinês, com 1.213 milhões de falantes, seguida do espanhol, com 329 milhões, o inglês, com 329 milhões, o árabe, com 221 milhões, e o hindu, com 182 milhões. O português, em sexto lugar, tem atualmente 178 milhões de falantes no mundo inteiro. Este número é confirmado pelo site http://www.tlq.ulaval.ca/axl/langues/1div_inegal_tablo1.htm, da Faculdade de Letras da Universidade Laval, de Quebec, Canadá. Acesso em 28.10.2010.

desse idioma, enquanto que o Brasil tem um território e uma população muito maiores e, atualmente, maior poder econômico. Essas características podem levar a uma relação simétrica das variedades nacionais do português brasileiro e do português europeu em termos de *status*, apesar de suas diferenças. Não obstante, tal simetria não se aplica em países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Timor Leste, nos quais o processo de colonização envolveu a imposição violenta da língua europeia. Em tais lugares, permanece ainda nos dias de hoje um imaginário de deficiência e subserviência produzido no período colonial. Os efeitos de controle, exclusão e violência simbólica a que foram submetidos os povos africanos deixaram consequências que se veem ainda hoje no período pós-colonial, herdeiro da ideia de que as línguas não europeias são difíceis, defeituosas, sem racionalidade (Mariani, 2004, 2007a e 2007b).

Em relação a isso, as variedades nacionais que têm mais visibilidade e representatividade – como o português europeu e o brasileiro – apresentam características como a noção de que elas é que são o *standard*, enquanto as outras são *não-standard*, exóticas ou arcaicas; além disso, sustenta-se a crença de que têm normas mais rígidas, maior uniformidade na escrita, melhores recursos para exportar sua variedade em programas de ensino de língua, bem como para publicar gramáticas, dicionários e livros didáticos (Clyne, 2004).

Justamente por essa assimetria, os países africanos de língua oficial portuguesa, cujos processos de independência são recentes (meados da década de 70), têm chamado especial atenção, devido a certa escassez de estudos sociolinguísticos sobre eles, apesar de sua multidiversidade étnica, sociocultural e linguística. As centenas de línguas autóctones africanas, bem como as variedades nacionais das línguas europeias em contato com elas, permaneceram no período colonial, em sua imensa maioria, sem estudos descritivos mais aprofundados.

A partir dessa realidade, constituíram-se nas últimas décadas órgãos e associações de estudo, divulgação e promoção das variedades europeia, brasileira e africanas do português. Há hoje grandes investimentos nas políticas de difusão do idioma, tanto por entidades governamentais como por educadores e pesquisadores nas universidades onde o idioma é ensinado, num movimento de reconhecimento e pesquisa sem precedentes na história da língua portuguesa.

Em 1989, por exemplo, criou-se a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), órgão de cooperação internacional que reúne Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste e “assume-se como um novo projeto político, cujo fundamento é

a língua portuguesa”². Sete anos depois, houve a criação dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), grupo formado com o intuito de firmar protocolos de cooperação com outros países e instituições nos campos da cultura, educação e fomento.

No campo da investigação linguística, foi criada em 2001 a AILP (Associação Internacional de Linguística do Português), numa ação conjunta da APL (Associação Portuguesa de Linguística) e da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), a que se associaram ainda alguns investigadores de Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Tal instituição define seu objetivo como “promover a defesa da língua portuguesa num plano internacional, por meio da divulgação de informações e materiais para o seu ensino, contemplando a enorme diversidade que apresentam as variedades nacionais da língua”³. Isabel Hub Faria, a primeira presidente da AILP, em conferência sobre a língua portuguesa no ano europeu das línguas, ressaltou “a importância de se assumir a dimensão transcontinental do português como um patrimônio a preservar, o que torna a definição de uma política linguística entre países que têm o português como língua oficial uma tarefa internacionalmente inadiável”⁴.

Porém, a fim de que se estabeleça o diálogo entre os países de língua portuguesa, é importante que um conheça a realidade sociolinguística do outro. Em países como Portugal e Brasil (que fazem parte com seus países vizinhos de dois importantes blocos econômicos, o Mercosul e a União Europeia), a descrição das variedades nacionais do português encontra respaldo no grande acervo legado pela pesquisa linguística empreendida nas últimas cinco décadas. Todavia, o debruçar-se cientificamente sobre a língua portuguesa ganha cada vez mais relevância em outras comunidades em que ela ainda se consolida em termos políticos e sociais, como os países africanos.

1. 2. O português na África

Na atualidade, das 6.909 línguas que existem no mundo⁵, 2.110 estão na África, e as línguas locais (todas subdivididas em dialetos) convivem com as línguas europeias colonizadoras⁶. Em geral, sobre o multilinguismo e o multi-

² Conferir o site: www.cplp.org

³ Disponível em <http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/>. Acesso em 30.08.2010.

⁴ Disponível em <http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/>. Acesso em 30.08.2010.

⁵ Disponível em www.ethnologue.com. Acesso em 30.08.2010.

⁶ A Tanzânia, por exemplo, tem 22.400 milhões de habitantes e 113 línguas, Angola tem 14.700 milhões e 42 línguas, Moçambique tem 19.440 milhões e 20 línguas, a Nigéria tem 95.19 milhões de habitantes e 400 línguas (Patel, 2006).

culturalismo que caracterizam os países africanos, há duas posições, que refletem o dilema da questão linguística da África. Por um lado, há a concepção de que as línguas coloniais afastariam os africanos de sua “identidade autêntica”, aumentando a dependência em relação ao mundo ocidental. Por outro, há os que defendem que as línguas coloniais promoveram uma renacionalização dos países pós-coloniais em associação (e não em oposição) às línguas autóctones (Firmino, 2002, p. 21). O fato é que as identidades linguísticas dos tempos pós-coloniais têm como traços principais justamente a mescla, a mestiçagem, o contato de línguas, a instabilidade e a diversidade. Conforme afirma o linguista Kanavillil Rajagopalan, “o multilinguismo está se tornando cada vez mais a norma e não a exceção em nosso mundo” (2003, p. 27).

Enquanto na América Latina apenas o Brasil e na Europa apenas Portugal falam a língua portuguesa, cinco países da África a têm como língua oficial. Também na Ásia o português está presente em pelo menos mais seis países. Dentre eles, Guiné Bissau proclamou a independência em 1973 e Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor Leste em 1975. Tais países vivenciam, portanto, uma política pós-colonialista de reconstrução da identidade nacional e, ao mesmo tempo, um encurtamento da distância em relação a outros povos, por meio tanto de migrações quanto da livre circulação de informações. Ou seja: o mundo globalizado trouxe por um lado a quebra e, por outro, a reconfiguração de barreiras econômicas, culturais e também linguísticas. Todavia, a mesma globalização que aproxima as realidades centrais e periféricas no acesso à informação também faz perceber os desníveis e desigualdades gerados pela dominação linguística dos governos coloniais.

Historicamente, nos países africanos colonizados por Portugal, o português foi a língua de subjugação cultural de dezenas de línguas faladas pelos povos nativos. Porém, a partir dos movimentos de libertação das colônias e da consequente formação de países independentes, a situação do português na África teria se tornado paradoxal, uma vez que a língua teria passado a ser uma opção política de luta pela sobrevivência dos países independentes, de comunicação com o exterior, de confronto com as línguas dos países limítrofes, de unificação política (Canêdo, 1986; Firmino, 2002, Mateus, 2008).

Vendo desde essa perspectiva, as nações multiculturais e multilíngues no contexto pós-colonial apresentam uma riqueza que merece especial consideração. No caso específico dos países africanos colonizados por Portugal, há um quadro de dialeção diatópica e diastrática muito vivo e relações ainda muito recentes de mescla, dominação, preconceitos, lutas políticas, etc. que certamente

têm implicações linguísticas. Não obstante, apesar da grande importância dos estudos sobre o português nos países africanos e asiáticos, ressalta uma certa escassez de levantamentos dialetológicos e sociolinguísticos sobre a língua portuguesa em contato com as línguas nativas em tais lugares.

2. O contexto sociolinguístico de Angola

A parte sub-sahariana do continente africano é dominada pelas línguas da família Niger-Congo, que se destaca através das línguas bantu, as quais ocupam um terço do continente e têm perto de 200 milhões de falantes, representando o conjunto de línguas mais importante da África Negra do ponto de vista geográfico e demográfico.

Nos países da África em que o português é língua da administração, ele convive com dezenas de línguas autóctones – que por sua vez desmembram-se em dezenas de dialetos – e a característica predominante de seus falantes é a alternância entre uma língua e outra de acordo com domínios específicos. Vatomene Kukanda, presidente do Instituto Nacional das Línguas de Angola, afirma sobre a África sub-sahariana: “a situação linguística dos países da zona bantu é essencialmente multilíngue.(...) Essa situação obriga a uma complementaridade das línguas. Não há saída com uma só língua, e tal complementaridade encontra-se a níveis diferentes e é ditada pelo contexto linguístico.” (2000, p. 110).

Nessa conjuntura, Angola chama especialmente a atenção: por sua história de contato com o Brasil, pelo recente processo de independência de Portugal seguido de uma cruenta e duradoura guerra civil, pela emergência em meio a tudo isso de uma literatura nacional de autorrepresentação, pelo multilinguismo que nunca foi contemplado pelo governo colonialista, pela vitalidade de dezenas de línguas nacionais do grupo bantu e, principalmente, pelos minguados estudos existentes sobre a situação sociolinguística do país, apesar da heterogeneidade linguística que a constitui.

Angola localiza-se na costa ocidental do Sul da África, tem uma superfície de 1.246.700 km² divididos em 18 províncias, com 173 municípios e 618 comunas. Pela vastidão territorial, Angola é o segundo maior país de língua oficial portuguesa (Inverno, 2004). De acordo com dados do Portal Oficial do Governo Angolano⁷, a população em 2004 era de 14.767.655 habitantes, dos quais 7.842.923 constituem a população urbana e 6.924.732, a população rural.

⁷ Disponível em: <http://www.info-angola.ao/governo/>. Acesso: 30.08.2010

Devido ao conflito militar e às consequentes deslocações das pessoas, a maioria da população (22,6%) vive em Luanda, que tem uma densidade populacional de 1.094,2 hab/km². Mais de 5 milhões de habitantes, ou seja, mais de 1/3 da população são crianças com idade inferior a dez anos, a taxa de mortalidade infanto-juvenil é de 250 por 1000 nascidos-vivos, e a taxa de fecundidade por mulher é de 7,2 filhos. A expectativa de vida ao nascer é de 41,5 anos para mulheres e 38,8 anos para os homens.

O país esteve em guerra desde 1961 até 2002, primeiro em virtude da luta contra o domínio colonial português, depois como consequência da guerra civil que eclodiu em 1975 entre os principais partidos do país, que anteriormente constituíram os movimentos de libertação. O poder político manteve-se na posse do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA, apoiado pela União Soviética) desde 1975, embora o partido da oposição, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA, apoiado pela África do Sul e, consequentemente, pelos Estados Unidos) tenha dominado parte do território até ao fim da última guerra civil. Com o reforço de um numeroso e bem armado exército cubano, que forçou o recuo das tropas sul-africanas, a luta entre esses dois partidos devastaria Angola pelos 25 anos subsequentes à independência (Boavida, 1967, Lentin, 1977, Fituni, 1985, Silva, 2007, Loss, 2010).

Depois da independência, com a guerra civil que se sucedeu a ela, de 1975 a 2002, paralelamente a uma brusca diminuição da população branca com a emigração de milhares de portugueses para a metrópole⁸, houve um grande êxodo rural de angolanos – principalmente para Luanda – que gerou um desenraizamento cultural e a adoção em massa do português. Assim, em tal contexto de mobilidade geográfica e social, o português foi-se tornando a língua majoritária do país e perdendo o estatuto de língua de colonização para ganhar cada vez mais contornos de língua nacional. No entanto, a ausência de pressões normativas fora da região de Luanda somada aos altos índices de analfabetismo são fatores que contribuem para a heteroneidade linguística e a manutenção das línguas autóctones angolanas. Ainda hoje, é comum as crianças chegarem à escola aos sete anos de idade sem saber falar o idioma oficial de seu país (Patel, 2006); ou seja, a língua oficial funciona para eles como uma segunda língua.

A exemplo da maioria dos povos africanos, Angola vive uma situação

⁸ Fituni (1985, p. 49) afirma que “este fato causou grande prejuízo à economia. Deu-se a maior fuga de capitais de toda a história do país: os colonos levavam consigo valores, o equipamento mais dispendioso; o que era impossível de levar, destruía-se ou inutilizava-se”.

de plurilinguismo na qual coabitam três grandes grupos linguísticos que se distinguem genética e estruturalmente: (a) as línguas africanas de origem não bantu; (b) as línguas africanas de origem bantu; (c) a língua portuguesa, de origem neolatina.

2.1. As línguas autóctones de Angola

2.1.1. Línguas não bantu

Estudos arqueológicos mostram que o povoamento do território angolano data de pelo menos 12.000 anos. Os primeiros povos a habitá-lo foram os Khoisan e os Vátwa.

Os Khoisan, remanescentes das populações mais remotas das savanas do extremo sul do continente, hoje constituem uma população de mais de 50.000 pessoas, das quais 8.000 estão em Angola.

As línguas khoisanas (Kamusekele, Kazama, Kede, Kuissi, Kwepe) são faladas na província de Cuando-Cubando e Cunene.

2.1.2 Línguas bantu

O maior compêndio de línguas bantu (grupo etnolinguístico do sul da África) foi escrito por Malcom Guthrie em quatro volumes, de 1967 a 1971.

De acordo com Kukanda (2000, p. 112) em Angola, as línguas bantu são em número de 41, divididas nos seguintes grupos:

- a) **Kikongo**: Ocupa principalmente as províncias de Cabinda, Zaire, Uige e Bengo, e apresenta quatorze variantes;
- b) **Kimbundo**: Falado nas províncias de Malanje, Kuanza-Norte, Luanda, Bengo e Kuanza-Sul;
- c) **Umbundo**: Sua área estende-se às províncias de Bié, Huambo, Kuanza-Sul e Benguela, apresentando quinze variantes;
- d) **Tchokwe**: Ocupa as províncias de Kuanza-Norte, Kuanza-Sul, Moxico e Cuando-Cubando, apresentando sete variantes;
- e) **Nganguela**: Falado nas províncias de Bié, Moxico e Cuando-Cubando e Huila, tem vinte e duas variantes;
- f) **Nyaneka-Humbi**: Falada em toda a província da Huila e parte do Cunene, tem onze variantes;
- g) **Ambo**: falado no Cuando-Cubando e Cunene, tem seis variantes;
- h) **Herero**: Falado no Nabibe e no Cunene, tem seis variantes;
- i) **Oxindonga**: Está presente no Cuando-Cubando e tem três variantes;

2.2. *O português em Angola*

Implantada em Angola há mais de cinco séculos, a língua portuguesa cobre hoje toda a extensão do território angolano e tem o estatuto de língua oficial. Durante muito tempo, foi a língua de subjugação cultural de dezenas de línguas faladas pelos povos nativos. A partir da guerra pela libertação nacional, porém, o português, língua de colonização que desde o século XVI esteve em contato com as dezenas de línguas autóctones desse país, passaria a fazer parte do projeto de construção da nova Nação-Estado.

Em meados do século XX, o português proporcionou a veiculação de ideias de emancipação e liberdade em certos setores da sociedade angolana. Durante os anos 60 e 70, facilitou o contato entre pessoas de diferentes origens étnicas, principalmente no período da guerra colonial, que foi o momento fundamental da “expansão da consciência nacional angolana”, para usar palavras do Movimento Popular de Libertação de Angola. O angolano, assim, usou o português como uma arma de combate contra o inimigo, utilizando-se da língua trazida por ele.

Em 10 de dezembro de 1975, um mês após a independência, foi fundada a União dos Escritores Angolanos, encabeçada por Agostinho Neto, com a intenção de levar os escritores angolanos a participarem coletiva e ativamente do processo revolucionário. Nessa época, a indústria tipográfica era pouco desenvolvida, e muitos estrangeiros, especialistas na área, abandonaram o país; portanto, uma parte significativa das obras dos escritores angolanos teve de ser publicada no exterior.

A ação política passou então por uma elaboração estratégica de desenvolvimento da cultura e da educação na nova Nação-Estado. Por isso, no 1º Congresso do MPLA – Partido do Trabalho, realizado em Luanda em 1977, congresso em que o Movimento de Libertação passou a Partido e criou uma “nova cultura socialista” em ajuste com os ideais de revolução, propôs-se uma série de medidas no domínio da cultura: fundação de escolas de arte; incentivo ao estudo das línguas nacionais; criação e fomento da arte cinematográfica; desenvolvimento da música e da coreografia; apoio a escritores, atores, artistas, cineastas, etc.

Nesses últimos cinquenta anos, a literatura em língua portuguesa produzida em Angola cedeu um espaço a vozes e demandas que durante o longo processo de colonização estiveram silenciadas ou abafadas pelo jugo colonial. Ela trouxe à tona um português enriquecido pelos sotaques e falares do povo, um português mesclado às línguas de sua tradição cultural, através da voz manifesta dos

personagens que retratavam a vida das camadas populares dos musseques⁹, os sonhos de liberdade dos guerrilheiros, as frustrações dos ideais e das utopias, a luta dos intelectuais angolanos por, libertos da metrópole, tornarem-se sujeitos da sua própria história.

Assim, o surgimento de uma literatura e de uma expressão cultural nacional, a partir de uma Angola reafricanizada, representa a construção não apenas de um novo país, mas também de uma nova “angolanidade”. E a um projeto político desta angolanidade tão sonhada e pretendida alia-se um projeto linguístico-literário. O português, língua europeia e colonial, torna-se um dos instrumentos que permite aos diferentes grupos étnico-sociais formadores da nação participarem da luta pela libertação, daí a importância que se dá no projeto nacional dessa época à instrução e à escolarização dos angolanos nesse idioma.

Conforme Bethania Mariani afirma sobre um contexto semelhante, em Moçambique,

a historicização da língua portuguesa, nesse momento em que a luta pela colonização inicia, ganha um outro contorno: à imagem de língua do colonizador agrega-se a imagem de língua pela independência. Ou seja: dois sentidos para língua portuguesa entram em circulação: de um lado, mantém-se a memória do colonizador como língua da opressão, de outro, o acontecimento (futuro) da revolução aponta para uma língua de revolução, que não se realiza sem as línguas da terra. (MARIANI, 2007b)

Assim, o português tornou-se a língua oficial de Angola, exercendo o papel de língua de unidade nacional, e os cidadãos a consideram a língua de prestígio, de mobilidade social e econômica e, por conseguinte, de poder. Falar português é sinônimo de ascensão social, enquanto que falar uma língua angolana, num dado contexto comunicacional, pode influenciar, negativamente, o processo de aceitação, ou não, por parte da sociedade (Quino, 2005). Ao contrário do português brasileiro ou europeu, quando se fala em português angolano, fala-se “não da língua de todo um país, mas de uma língua falada por classes sociais específicas (i.e., elites instruídas e camadas jovens), em regiões

⁹ A palavra originariamente significava areia vermelha, comum nesta região. E os agrupamentos de cubatas, no centro da cidade, eram designados por bairros ou sanzalas. A um momento dado, os conjuntos de palhotas ou casebres no alto das barrocas ganham o nome da areia sobre o qual são construídos e musseque passa a designar um espaço social, o dos colonizados, vítimas colocadas à margem do processo urbano.

geográficas determinadas (i.e., centros urbanos costeiros), numa situação de nítida diglossia” (Inverno, 2004).

3. O estatuto das línguas em Angola na atualidade

Nos países africanos de língua portuguesa, os índices de baixo aproveitamento escolar, as reprovações e o abandono são um reflexo, entre outras coisas, de uma falta de interesse político em mudar um quadro educacional que não contempla muitas vezes tal multilinguismo como característica cultural dessas nações. Apenas muito recentemente, mais de três décadas depois da independência das colônias, os governos de tais países reconheceram a importância do ensino bilíngue e do desenvolvimento de políticas públicas que valorizem as línguas nacionais nas escolas. Entretanto, nem sempre as declarações constitucionais a respeito das línguas oficiais e minoritárias são seguidas à risca.

Tanto Moçambique quanto Angola passaram pelo mesmo processo de subjugação colonial e guerras civis, contudo os planos de desenvolvimento educativo estão mais acelerados naquele país do que neste. Há em Moçambique uma iniciativa por parte do governo para o ensino bilíngue: o Ministério da Educação e Cultura introduziu oficialmente a educação bilíngue em línguas moçambicanas e português, em todo o país a partir de 2002 (Patel, 2006). Por uma pressão social e exigência da sociedade civil, a partir de 2004 as escolas moçambicanas passaram a ter um currículo do ensino primário que inclui um modelo monolíngue só em português destinado a crianças que têm o português como língua materna e um modelo bilíngue em línguas moçambicanas e português para crianças de zonas rurais que não têm o português como língua materna.

Isso também ocorre em Angola, com o português e algumas línguas do grupo bantu. Todavia, o conflito prolongado deixou sérias cicatrizes no ensino angolano. Só entre 1992 e 1996, a guerra destruiu mais de 1500 salas de aula¹⁰. O país enfrenta o enorme desafio de fazer subir o número de crianças no ensino primário dos 2,1 milhões estimados em 2003 até 5 milhões em 2015. Embora a escolarização venha mudando nas últimas duas décadas (o número de alunos matriculados no ensino médio passou de 20.310 em 1990 para 151.696 em 2004, e o número de alunos matriculados no ensino superior passou de 6.534 em 1990 para 24.582 em 2004), a taxa de analfabetismo ainda é elevadíssima: 58%¹¹.

¹⁰ Segundo dados da UNICEF.

¹¹ Na Guiné-Bissau, a taxa é de 63% da população; Angola, 58%; Moçambique, 52%; Timor Leste, 40%; Cabo Verde, 25%; São Tomé e Príncipe, 20%. A Pesquisa Nacional por Amos-

Um perfil bastante comum de educandos em Angola, por exemplo, é o daqueles alunos que, não dominando nem a língua portuguesa, nem uma língua angolana, têm a primeira como língua materna. Eles recebem as primeiras noções da língua portuguesa de tutores que têm como língua materna uma língua angolana e em muitos casos não são escolarizados. Assim, transmitem aos seus tutorandos ensinamentos de um português possível, carregado de interferências da língua angolana. Esse português que os alunos têm como língua materna é uma variedade que tem suas próprias regras e normas (Quino, 2005).

Além disso, a educação foi gravemente afetada nas últimas décadas por fatores como baixo orçamento para o setor; falta de infra-estrutura escolar adequada, incluindo água, saneamento e material escolar; insuficiente corpo docente, quer em qualidade quer em quantidade; turmas muito grandes e com alunos de várias idades, monolíngues em línguas bantu, principalmente nas zonas rurais e remotas; programas inadequados, condições de trabalho degradadas e inadequadas para o exercício da atividade docente. Esse conjunto de fatores contribui para as altas taxas de abandono, de repetência e baixa taxa de promoção discente.

Com o estabelecimento da paz, o governo desenvolveu muitos planos de reconstrução econômica e estrutural do país, entre eles, o Plano de Acção Nacional de Educação Para Todos (PAN/EPT) e o Plano-quadro Nacional da Reconstrução do Sistema Educativo da República de Angola. Por outro lado, além das iniciativas oficiais do governo, há dezenas de ONGs do mundo todo que ajudam na “reconstrução do país”, atuando no desenvolvimento comunitário, no acolhimento de crianças órfãs, na promoção dos direitos da mulher, nos serviços médicos e hospitalares, nos trabalhos de desminagem e assistência a mutilados de guerra.¹²

O propósito inicial desses modelos de desenvolvimento educacional e comunitário seria a busca da hegemonização de traços comuns que uniriam os angolanos. Um dos meios principais por parte do governo para se alcançar esse propósito é o reconhecimento de uma única língua como oficial ou nacional. A própria implantação do novo Estado nacional reforçou a presença do português, usado no exército, no sistema administrativo, no sistema escolar, nos meios de

tra de Domicílio (Pnad) de 2006, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que a taxa de analfabetismo no Brasil é de 10,2% da população com 15 anos ou mais.

¹² O site oficial do governo de Angola lista mais de 90 ONG's legalizadas no país, atuantes no processo de reconstrução pós-guerra: <http://www.info-angola.com/images/documentos/pdf/ong.pdf>

comunicação, no estado, etc. Dessa forma, como a educação tradicional dos povos bantu nunca foi oficializada nem pelo governo colonialista português, tampouco pelo governo pós-independência, a educação angolana ainda faz-se nos moldes ocidentais, segundo o modelo europeu colonial, que nunca teve interesse em que os angolanos estudassem e pudessem questionar o poder do Estado (Quino, 2005).

Não obstante, a partir do ano letivo de 2006 o ensino de línguas nacionais como disciplina curricular passou a fazer parte de algumas escolas do ensino primário, em fase experimental. O estudo e a descrição das línguas angolanas ainda está em um nível incipiente. Quino (2005) declara que “as línguas pertencentes à família de línguas africanas de Angola (LAA), oficiosamente consideradas nacionais, não gozam de um estatuto definido, servindo somente de línguas de comunicação em situações e espaços restritos. Já o português “exerce um papel plurifuncional, de uso nos domínios da vida sócio-político-econômica e cultural, e veicular no país”. O autor ainda ressalta que a língua portuguesa “é a língua oficial (LO) e de escolaridade, constituindo um dos fatores de unidade entre os angolanos”. Segundo o autor, desde a conquista da independência nacional, o governo angolano prepara condições para que as LAA tenham o mesmo estatuto que o português. Para tal, foi criado, em 1979, Instituto Nacional de Línguas, que levou o governo a atribuir “o estatuto oficioso de línguas nacionais às LAA e o de língua oficial à LP.

Seis línguas escritas tiveram seu alfabeto desenvolvido pelo Instituto de Línguas Nacionais (com a cooperação das firmas sul-africanas Maskew Miller Longman e a Associação para a Educação EBA): o Tchokwe, Kimbundu, Kikongo, Nganguela, Oshikwanyama e Umbundu¹³. Segundo o diretor do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), David Chivela, a primeira fase do projeto de implementação do ensino bilíngue em Angola teve o intuito de elaborar materiais pedagógicos para professores e alunos, e a segunda fase, formar professores, ensaiar e assegurar a supervisão da aplicação da metodologia de ensino de línguas nacionais.

Tais planos para a educação mostram, por um lado, o esforço do Ministério da Educação pelo melhoramento do processo de ensino e aprendizagem em língua portuguesa, e, por outro, pelo reconhecimento das línguas nacionais. Em outras palavras, embora a língua portuguesa tenha sido em certa altura importante para a edificação da unidade nacional, a realidade do país demonstra que

¹³ Site oficial do Ministério da Educação da República de Angola: http://www.inide.angoladigital.net/noticias/noticia_d.htm

tal unidade também pode ser construída na diversidade, ou seja, o reconhecimento da diversidade étnica, cultural e linguística não pode ser visto como um impedimento para o desenvolvimento de programas e ações educacionais que incluam essa mesma diversidade.

Considerações finais

A situação linguística dos países africanos em processo de descolonização podem ser reveladora dos papéis que as variedades dialetais e socioletais desempenham no separatismo linguístico, na segregação de minorias linguísticas, na política e planificação do governo para a educação, da relação existente entre o português como língua majoritária em relação às línguas autóctones com que convive.

Ao tentar estabelecer uma identidade linguística nacional, qual é a preocupação, por parte dos agentes envolvidos no processo de educação e de políticas linguísticas de Angola de dar à população o acesso a oportunidades de adquirir as variedades de prestígio? Existe uma política explícita e clara no país para o estabelecimento da variedade considerada padrão? Como se configuram na fala do mesmo indivíduo a lealdade e a identidade linguísticas em relação às línguas maternas e nacionais de seus ancestrais, aprendidas e formadas desde a mais tenra infância, e a língua majoritária de reconstrução do país? Como gestores públicos, pais, alunos e professores lidam com os preconceitos linguísticos e sociais que envolvem as línguas autóctones angolanas? Há movimentos de resistência das línguas autóctones?

Essas são perguntas ainda a serem respondidas nas tarefas de melhor compreender uma das variedades nacionais do português menos conhecidas da comunidade científica internacional e de se pensar a complexidade das redes culturais dos países emergentes e suas relações com os países colonizadores, bem como de analisar o papel que as línguas desempenham como veículos de identidade e de cultura na reconstrução dessas nações no período pós-colonial..

Referências

BAMGBOSE, A. *Language and the Nation: The Language Question in Sub-Saharan Africa*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1991.

- BOAVIDA, Américo. *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística – uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. *A descolonização da África e da Ásia: processo de ocupação colonial, transformações sociais nas colônias, os movimentos de libertação*. Campinas, SP: Atual, 1986.
- CLYNE, Michael. “Pluricentric Languages”. In: AMMON, H. V. U.; DITTMAR, N. & MATTHEIR, K. J. *Sociolinguistics: An International Handbook of the Science of Language and Society*, Vol. 1. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2004.
- FARIA, Isabel Hub. *A língua portuguesa no Ano Europeu das Línguas*. I Encontro Internacional da AILP, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, outubro de 2001. Mimeografado.
- FITUNI, L. L. *Angola: natureza, população, economia*. Moscou: Edições Progresso, 1985.
- FOSS, Clive. Cuba’s African Adventures. *History Today*, março de 2010.
- INVERNO, Liliana. Português Vernáculo do Brasil e Português Vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística, in: Fernández, Mauro/Fernández-Ferreiro, Mauro/Vázquez Veiga, Nancy (eds): *Los Criollos de Base Ibérica: ACBLPE*. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert, (2004).
- ZANIEWSKI, Kazimierz . Diversidade linguística do Mundo. In: *Confinns* [online], 9 | 2010. Disponível em: <http://confinns.revues.org/6529> Acesso em 15.10.2010.
- KUKANDA, Vatomene. Diversidade Linguística em África. In: *Africana Studia* número 3. CEAUP: Porto, 2000.
- LENTIN, Albert-Paul. De Bandung a Havana In: SANTIAGO, Théo (org.). *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- MARIANI, Bethania. *Colonização Linguística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. Quando as línguas eram corpos. In: ORLANDI, Eni. *Política Linguística*. Campinas, SP: Pontes, 2007a.
- _____. Língua Portuguesa, política de línguas e formação dos Estados nacionais: notas sobre a lusofonia. In: PONTES, Geraldo Jr; ALMEIDA, Cláudia (orgs.). *Relações Internacionais I*. Rio de Janeiro: Ed De Letras & Eduff, 2007b.
- MATEUS, Maria Helena Mira. *Difusão da Língua Portuguesa no Mundo. Mesa-redonda do I SIMELP*. São Paulo: Anais do I SIMELP, 2008.

- PATEL, Samima Amade. *Olhares sobre a educação bilingue e seus professores em uma região de Moçambique*. (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: 2006.
- QUINO, Antônio. *A importância das Línguas Africanas de Angola no processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa*. (Monografia para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências da Educação na especialidade de Linguística / Português), Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda da Universidade Agostinho Neto, 2005.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo, Parábola, 2003.
- SHILLINGTON, Kevin. *Causes and consequences of independence in África*. London: Evans, 1997.
- SILVA, Márcia Maro da Silva. *A Independência de Angola*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

AS REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA APRESENTADAS NAS PROPAGANDAS DA *QUALY*

Silvane Aparecida de Freitas
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

RESUMO: Ancorada nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), pretendo neste exercício de leitura, refletir sobre as representações de família que as propagandas da margarina *Qualy* repassam à sociedade, uma vez que a linguagem da propaganda é reflexo e expressão da ideologia dominante, dos valores em que se acredita, ela manifesta a maneira de ver o mundo de uma sociedade em certo espaço da história e de um determinado lugar social, representa uma dada realidade social, num certo contexto sócio-histórico-ideológico.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Representações. Propaganda. Família.

ABSTRACT: *Anchored on the theoretical analysis of the discourse of the French line (AD), I intend this exercise of reading, reflecting on representations of family that advertisements for margarine Qualy passes to society, since the language of advertising is a reflection and expression of ideology dominant values in what is believed, it expresses the way you see the world in a certain space in society and history of a particular social place, represents a particular social reality, in a socio-historical-ideological.*

KEYWORDS: *Discourse. Representations. Advertising. Family.*

Introdução

Todo texto encena uma interlocução: nele fala um locutor que pode fazer-se menos ou mais presente no texto. As diferentes formas de representação estão a serviço da expressão de pontos de vista da enunciação. Para uma boa leitura é importante perceber quem está falando e com que objetivos. Há várias vozes que dialoga entre si, um texto é sempre dirigido para o outro e composto de diversos outros.

Dentre os diversos tipos de textos circulados socialmente, temos o texto propagandístico, cujo objetivo principal seria o de vender um produto. No entanto, juntamente com determinado produto, esses textos vendem também idéias, repassam-nos as crenças, os valores dominantes em uma sociedade em uma dada época ou de determinado segmento social. Nesse sentido, Marafiotti (1989, p. 97) argumenta que a mídia é uma das instituições que, “junto com outras existentes na sociedade, são destinadas a criar a ilusão de crer que a plena satisfação do consumo pode ser realizada. Para isso, as instituições organizam um discurso na tentativa de satisfazer as necessidades que surgem, mas que poderiam ser contidas. Daí surge a novidade e o interesse”. (tradução da autora). Dada esta definição, segundo Barzotto (1992), cria-se o efeito “cascata”, ou seja, de que há uma criação constante de necessidades a serem satisfeitas, o que pode produzir a noção de sociedade de consumo.

É importante ressaltar que o conceito de marketing não descreve o que é nem o que faz o marketing, pois se trata de uma forma de pensar, uma filosofia que direciona como se deve entender a relação de troca de produtos e serviços de uma organização com o mercado. O conceito atual do marketing parte das necessidades do consumidor, o usuário, e são estas que orientam a produção.

A margarina *Qualy*, ao elaborar seus textos propagandísticos, para vender melhor o seu produto, explora imagens de família, para criar a ilusão da necessidade de consumo, apresenta-nos uma família degustando a referida margarina. Diante destas imagens, pretendo fazer uma leitura de duas propagandas veiculadas na mídia impressa e falada sobre a margarina *Qualy*, uma vez que a Sadia, ao divulgar a referida margarina, repassa a seus interlocutores suas representações, crenças, ideologias. Diante disso, questiono: que imagens ou representações de família essa empresa tem repassado à sociedade?

Partindo dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), pretendo refletir sobre as imagens veiculadas nessas propagandas, mais especificamente, verificar as representações que esses textos propagandísticos veiculam sobre família.

1. A linguagem da propaganda

Entendo que a linguagem é elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade, uma forma de engajá-lo na própria realidade, por isso a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. (BRANDÃO, 1995, p.12).

Nesta mesma perspectiva, entendemos que o discurso é linguagem em movimento, é ação entre as pessoas, é carregado de ideologias. Todo discurso se materializa em forma de textos verbais ou não verbais. Assim, consideramos que o texto publicitário também é carregado de ideologias, que segundo Fiorin (1998, p. 9), “é uma visão de mundo e há tantas visões de mundo numa dada formação social quantas forem as classes sociais, sendo que cada uma das visões de mundo apresenta-se num discurso próprio”.

Segundo Orlandi (1998, p. 175), “numa sociedade complexa, como é a brasileira, cada fato é objeto de interpretações diversas, não raro antagônicas”. Isso vem reforçar a tese de que o signo reveste-se de uma carga semântica conforme a situação. Nesse sentido, Bakhtin (1992, p. 32) afirma que um signo não existe apenas como parte de uma realidade, ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se for verdadeiro, falso, correto, justificado, bom etc.).

No que se refere à mensagem publicitária, os signos, os ícones vêm dispostos de forma a convencer alguém a comprar, a mudar de opinião, a se interessar pelo produto que está em foco. Portanto, essa mensagem para ser eficiente tem a necessidade de difundir determinada marca criando-lhe uma imagem clara e duradoura. Conforme podemos constatar no site da margarina *Qualy* (<http://www.qualysadia.com.br>), ao se explorar a marca da margarina *Qualy*, as letras apresentam-se sempre no mesmo formato, letras grandes em itálico e de cor vermelha. Logo abaixo à palavra *Qualy*, temos a palavra “cremosa” em verde. No centro da logomarca os dizeres “A marca *qualy*” em letras grandes e marrom, logo abaixo em tamanho menor na cor verde, os dizeres: “Conheça a história da marca preferida dos brasileiros.”

Analisando o sentido das cores dessa logomarca, buscamos no dicionário de significado das cores que o vermelho simboliza o poder, é a cor que se associa com a vitalidade e a ambição, contribui também para a confiança em si mesmo, a coragem e uma atitude otimista ante a vida. É uma cor que significa força, poder, virilidade, masculinidade, dinamismo. É uma cor exaltante e até enervante. Impõe-se sem discrição. É uma cor essencialmente quente, transbordante de vida e de agitação, chama a atenção de todos, é a cor do coração, do sangue, do amor, da maçã, símbolo do pecado. Portanto, utilizar o vermelho como marca é uma forma de se impor no mercado e demonstrar a segurança na qualidade do produto *Qualy*.

Logo abaixo à marca *Qualy*, temos a palavra “cremosa” escrita em verde, que tem o significado de vigor, juventude, frescor, esperança e calma. Portanto,

após uma cor forte e de poder, traz-se a cor da esperança, da calma, objetivando mais vigor para o produto. Verifica-se também que no cartaz aparece o termo “A marca *Qualy*” em marrom. Essa é a cor da Terra e significa maturidade, consciência e responsabilidade. Está ainda associada ao conforto, estabilidade, resistência e simplicidade. O determinante “A” antes da marca vem qualificar esta marca como a melhor entre todas, afinal não é uma marca qualquer é “A marca *Qualy*”.

Não poderíamos deixar de mencionar que tanto o pote da margarina como o fundo do cartaz oscila entre as cores amarela e dourada e estas cores estão simbolicamente associadas ao ouro, à riqueza, a algo majestoso, prosperidade, transmite calor, luz e descontração. É também uma cor energética, ativa que transmite otimismo e margarina *Qualy* só pode transmitir energia a seus consumidores. Portanto, quando se escolhe as cores para um texto propagandístico, não se escolhe de forma aleatória, tudo é muito bem estudado, planejado, pois as cores significam. Há toda uma historicidade do sentido das cores em nossa cultura que não pode ser menosprezada, ao produzir esse tipo de texto, já que objetiva sempre difundir, persuadir e motivar o consumidor.

Para Citelli (1985), a mensagem do texto propagandístico precisa persuadir o consumidor a preferir uma marca em detrimento de outra, motivando-o a comprar o produto pela marca. Despertar a atenção, o interesse, o desejo de compra, levando o interlocutor a comprar o produto é o objetivo principal desse tipo de texto. Para isso, a propaganda para produzir resultados eficientes, leva em consideração os seguintes aspectos: se causou impacto e despertou o interesse (difundiu); se despertou o desejo de possuir o produto ou serviço (persuadiu); se incutiu credibilidade e levou à compra (motivou).

Tendo em vista que o destinatário da mensagem propagandística, o comunicatário, principalmente o urbano, vive num universo saturado de estímulos, que não consegue dar atenção e assimilar todas as mensagens que lhe chegam via rádio, televisão, jornal, revista, *outdoors*, a linguagem da propaganda enfrenta o maior dos desafios, prender como primeira, a atenção desse destinatário. Tendo conseguido que o comunicatário se ocupe com determinado texto, convencê-lo ou levá-lo à ação, possivelmente, são tarefas ou desafios menores. Prender a atenção do leitor ou ouvinte parece ser a porfia maior. Por isso, a criatividade incansável do propagandista ou publicitário na busca incessante de meios estilísticos que façam com que o leitor ou ouvinte preste a atenção ao seu texto, chocando-o até se for necessário. (SANDMANN, 1997, p. 12-13).

Para isso, é preciso levar em consideração o que o interlocutor gostaria de ouvir, considerar o outro, como consumidor em potencial. Como afirma Bakhtin (1979), é o outro que dá a medida do que sou. A identidade se constrói

nessa relação com a alteridade. O evento comunicativo do texto entrevê ações linguísticas, cognitivas e sociais. O fato de todo enunciado ter um valor modal, de ser modalizado pelo enunciador, mostra que a palavra só pode representar o mundo se o enunciador, direta ou indiretamente, marcar sua presença por meio do que diz. (MAINGUENEAU, 2001).

A linguagem utilizada na propaganda até certo ponto é reflexo e expressão da ideologia dominante, dos valores em que se acredita. (SANDMANN, 1997). Abordando a questão sobre outro ângulo, poderíamos perguntar que aspirações humanas a linguagem da propaganda procura alimentar, satisfazer, ou que aspirações humanas ela procura suscitar no outro, sabendo-se que seu objetivo sempre foi e será o de vender uma idéia, um produto ou serviço.

Sabemos que esse gênero textual é um dos mais acessíveis à população, não compramos o texto publicitário, ele chega até nós a todo momento, a mídia escrita e falada se encarrega de disseminá-lo, de colocar-nos em contato direto com esse gênero, mesmo que não o desejemos, ele é introjetado em nossa cultura e inconscientemente seguimos o que esse gênero determina que façamos. Segundo Cardoso (1999), há uma estreita ligação entre a propaganda, valores sociais e o seu papel ideológico, é um tipo de discurso proeminente nas sociedades contemporâneas e pode revelar muito sobre a nossa sociedade e nossa psicologia, constitui um tipo de discurso exortativo/persuasivo, pois tenta manipular as pessoas a comprarem um estilo de vida além da venda de produtos.

Produzir sentidos do texto propagandístico a partir dessa perspectiva é analisar como os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo por meio da linguagem e estão construindo a sua realidade social e a si mesmos. Os dizeres, segundo Orlandi (1999), são efeitos de sentidos que são produzidos por um determinado sujeito, em condições determinadas e estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios para que o analista do discurso possa produzir significados. Podemos então afirmar que a ideologia é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos.

Assim, dependendo do lugar social que o sujeito ocupa, da imagem que ele faz de seu interlocutor, será a interação estabelecida entre ambos, o jogo de imagem que se estabelece no momento da interação verbal é fundamental na produção de sentidos. Essas imagens também incluem o referente (o “contexto”, a “situação” na qual aparece o discurso), uma vez que se trata de um “objeto imaginário” e não da realidade física. (CARDOSO, 1999).

Pêcheux (1990) apresenta-nos um quadro do jogo de imagens, descrevendo-o da seguinte forma:

IA(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A: “Quem sou eu para que eu lhe fale assim?”

IA(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A: “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”

IB(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B: “Quem sou eu para que ele me fale assim?”

IB(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B: “Quem é ele para que ele me fale assim?”

IA(R): Ponto de vista de A sobre o R: “De que lhe falo assim?”

IB(R): Ponto de vista de B sobre o R: “De que ele me fala assim?” (PÊCHEUX, 1990, p.83-84).

Esse autor afirma que as formações imaginárias fazem parte das condições de produção do discurso e são responsáveis pelas “antecipações das representações” que possibilitam a construção das estratégias discursivas.

Investigar as representações que as propagandas da Margarina *Qualy* veicula sobre família na sociedade atual passa pela análise da formação discursiva dos sujeitos envolvidos nesse processo de interlocução, pelos discursos do sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico.

2. A propaganda da Margarina *Qualy* e as representações sobre família

Traremos para esta pesquisa duas propagandas da Margarina *Qualy*, a primeira veiculada na imprensa oral e escrita no ano de 2009, a segunda veiculada também na mídia em geral, em 2010. Ambas extraídas do site (<http://www.qualysadia.com.br/>).

A primeira propaganda apresenta uma família sorridente em volta de uma mesa em um farto café da manhã, oportunidade em que todos saboreiam a margarina *Qualy*. Esta família é composta por três gerações: o casal de avós; de pais (o pai, a mãe) e os filhos. O estereótipo de família perfeita, unida, em que todos convivem harmonicamente para tomar o café da manhã, saboreando a Margarina *Qualy*. Apresenta, ainda, após a figura propagandística, os seguintes dizeres: “Bom dia, família! Torne sua família mais unida e mais disposta”. Com isso, podemos ler que família, para este enunciador, é a aquela patriarcal, formada por pai, mãe, filhos e netos. O texto se refere ao termo família como modelo único, ainda usa a palavra no singular “sua família”. Descartando qualquer possibilidade dos arranjos familiares que temos em na sociedade contemporânea.

Um dos aspectos que possivelmente mais distingue os textos da propaganda é o que chamamos de simplicidade estrutural, principalmente, a parte primeira dos textos de propaganda, chamada manchete, ficando muitos elementos subentendidos ou recuperáveis pelas condições de produção do discurso. Nesse sentido, um “bom dia” se inicia com a família unida, como se todo dia fosse feriado, ou como se todo dia, tivéssemos como ter esse “bom dia”. É essa a imagem de família transmitida/vendida junto com a margarina. Tal pressuposto é ratificado nos dizeres: “Torne sua família mais unida e bem disposta”, agora perguntamos e quem não tem esse modelo, não tem família? Então como degustar os produtos da *Qualy*? O que entendemos por família hoje?

Para entendermos melhor a significação de família, buscamos os argumentos de Bolognini et AL. (2009), pois precisamos considerar que os vocábulos são definidos de acordo com determinadas escolhas histórico-ideológicas. No que se refere ao termo família, segundo esses autores, teremos diferentes sentidos produzidos em diferentes períodos históricos ou por dicionários elaborados por autores diferentes, mas contemporâneos. No Dicionário Universal de educação e ensino (CAMPAGNE, 1886), por exemplo, “a humanidade, em toda a sua extensão, é uma mesma família, embalada no mesmo berço no mesmo berço e filha de um mesmo pai”, e, ainda, “a palavra família resume o complexo das virtudes sociais e nobres instintos, que engrandecem o homem, e lhe dão ao espírito esses maravilhosos atributos, que a história do christianismo nos faz admirar nos seus lances heróicos, na sua majestosa filosofia”.

Numa perspectiva marxista, de acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista (BOTTOMORE et AL., 2001), a família é aquilo que “tem seu fundamento material na desigualdade entre o marido e a mulher, com esta produzindo legítimos herdeiros para a transmissão da propriedade em troca da cama e mesa”. Já o Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa (Caldas Aulete, 1958), define família como “o conjunto de todas as pessoas, parentes ou não, dono e servo que vivem sob o mesmo teto, sob a proteção ou dependência do dono da casa ou chefe da família. As pessoas do mesmo sangue vivendo em comum, e particularmente o pai, mãe e filhos”. Mais recentemente, o Dicionário de Língua Portuguesa (Academia de Ciências de Lisboa, apud BOLOGNINI, 2009), tem no verbete família um “conjunto de pessoas ligadas por laços de consaguinidade, que vivem na mesma casa, especialmente, o casal e os filhos; agregado familiar”.

Portanto, vemos em cada uma dessas definições, as marcas na língua e da relação com o sócio-histórico-ideológico. Objetivando finalizar essas definições, e comprovando que em épocas diferentes, os conceitos vão se transformando

de acordo com as condições de produção da época, busco nas palavras da Professora Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka o seguinte conceito:

[...] a família é uma entidade histórica, ancestral como a história, interligada com os rumos e desvios da história ela mesma, mutável na exata medida em que mudam as estruturas e a arquitetura da própria história através dos tempos [...]; a história da família se confunde com a história da própria humanidade. (2008, p. 121).

Além desses conceitos, para aprofundarmos os significados dessa conceitualização, teríamos de buscar a origem da monogamia, a partir de quando esses valores foram trazidos para nossa sociedade e como as famílias são estruturadas em outras culturas, na antiguidade, na pré-história. As famílias sempre foram estruturadas da forma que a concebemos hoje?

Atualmente, na legislação temos transformações no conceito de família, na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006), em seu artigo 5º, temos uma conceitualização de família de forma mais aberta, ampla, mas que ainda não foi muito bem assimilada pela maioria da sociedade,

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa [...].

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

No campo específico do Direito de Família, verifica-se que a entidade familiar passa a ser encarada como uma verdadeira comunidade de afeto e entreajuda e não mais como uma fonte de produção de riqueza como a sociedade burguesa nos impôs. Não podemos negar que é o âmbito familiar o local mais propício para que o indivíduo venha a obter a sua realização enquanto ser humano. Na perspectiva atual, o elo que une as famílias não é mais de conotação patrimonial, envolve, sobretudo, o afeto, o carinho, amor e a ajuda mútua. A estrutura familiar não é vista mais somente como o relacionamento entre o pai, a mãe e os filhos do mesmo sangue. Segundo o ECA, temos a família também substituta. Conclui-se que as modificações ocorridas ao longo dos anos sejam elas políticas, culturais, sociais ou econômicas levaram a superação do antigo modelo, daquele conceito de família que era principalmente de caráter patriarcal e hierarquizado dando lugar à família moderna em que a importância maior é dada ao afeto, ao solidarismo e a cooperação.

Devido ao fato de as famílias, na sociedade contemporânea, não terem mais aquela estrutura patriarcal, ancestral que a história, a mídia e outras instituições cristalizaram em nossas mentes, essa propaganda foi muito criticada pelos setores mais modernos da sociedade, pelas instituições que se dizem acompanhar as mudanças dos tempos, da história. Assim, na tentativa de dar respostas às críticas feitas a essa propaganda, os responsáveis pela divulgação da *Margarina Qualy*, no ano de 2010, trazem-nos outra propaganda com uma estrutura familiar diferenciada daquela, objetivando acompanhar as mudanças de conceitos, tentando acompanhar o paradigma da época. Assim criam “A família *Qualy*”, que dialoga com a propaganda anterior, uma resposta às críticas ao modelo de família veiculado na propaganda de 2009.

Segundo Bakhtin (1992), a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, pois sua natureza é social. A enunciação não existe fora de um contexto sócio-ideológico, em que cada locutor tem um “horizonte social” bem definido, pensado e dirigido a um auditório social também definido. Portanto, a enunciação procede de alguém e se destina a alguém. Qualquer enunciação propõe uma réplica, uma reação. Esse autor defende que o sentido de uma enunciação é construído na compreensão ativa e responsiva e estabelece a ligação entre os interlocutores. O sentido da enunciação não está no indivíduo, nem na palavra e nem nos interlocutores; é o efeito da interação entre o locutor e o receptor, produzido por meio de signos linguísticos.

Na segunda propaganda, temos uma réplica ao texto do ano anterior, o de 2009. Em que é apresentado um arranjo familiar bem diferente com os dizeres: “Sobre a família *Qualy*: uma mãe apaixonada, um namorado gente fina, um filho esperto e uma avó moderna. Conheça os novos personagens da família *Qualy*.” Oportunidade em que é apresentada a imagem e a descrição de cada um dos membros, como modelo de família contemporânea de classe média, todos bem vestidos, ótimo visual, de forma sorridente. (cf. <http://www.qualysadia.com.br>).

De início, temos a topicalização da frase “Sobre a família *Qualy*”, uma forma de enfatizar uma resposta. Quanto se traz esta frase como subtítulo, temos como implícito que havia algum comentário anterior sobre a família *Qualy*, subtende-se, então, que a empresa resolve descrever quem é essa família, dar uma resposta, demonstrando a sua composição, o que cada um faz, por isso apresenta “os novos personagens” da família *Qualy*, o novo modelo de família.

É importante ressaltar que essa família é apresentada por meio de paralelismos sintáticos, um esquema formal em que temos a repetição próxima da mesma estrutura sintática ou de sequências de unidades sintáticas, como no exemplo: “Uma mãe apaixonada, um namorado gente fina, um filho esperto,

uma avó moderna”, o que provoca, empatia, identidade, automaticidade, simplicidade, atraindo a atenção/adesão do leitor.

No processo discursivo de leitura, a palavra, a estrutura sintática em que ela é apresentada é tida como seu principal meio de desenvolvimento, pois é o objeto fundamental do estudo da ideologia, ela está presente em todos os atos de interpretação. Qualquer instrumento pode ser convertido em signo ideológico. Assim, os signos, as palavras, os textos, os discursos são utilizados para representar os diversos símbolos ideológicos. Para Bakhtin, “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade de toda palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”. (BAKHTIN, 1992, p. 36).

Esse autor ainda ressalta que “é precisamente na palavra, no ato da enunciação, que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica.” (BAKHTIN, 1992, p. 36). Com isso, pode-se evidenciar que, no ato comunicativo, a palavra preenche qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa, pois para o autor todas as manifestações da criação ideológica – todos os signos não verbais – banham-se no discurso e não podem ser nem totalmente isoladas e nem totalmente separadas dele.

Para o enunciador, a imagem que o interlocutor terá do texto propagandístico é fundamental. Nesse caso, a imagem que os interlocutores formarem de família estará relacionada ao consumo do produto à venda. Mediante esta figurativização de família, perguntamos, assim como Pêcheux (1990): “IA(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A: “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”” Ou seja, quem será o interlocutor imaginário deste texto? Dependendo das representações de interlocutor que se tem, será a construção do texto da propaganda, uma vez que o interesse primeiro é o mercadológico, é despertar o desejo de aquisição do produto. Sobre o desejo, Maria Teresa Guimarães de Lemos (2007), busca em Lacan (1993, p. 93) a seguinte definição;

O desejo é profundamente modificado em sua ênfase, tornando ambíguo ele mesmo por sua passagem por bias do significante. Vamos entender o que isso quer dizer. Toda satisfação é permitida em nome de um certo registro que faz intervir o Outro para além daquele que demanda e é exatamente isso que perverte profundamente o sistema da demanda e da resposta à demanda [...]. O que começou como necessidade irá chamar-se de demanda, ao passo que o significante se fechará sobre aquilo que consuma, de maneira tão aproximativa quanto quiserem, o sentido da demanda e que constitui a mensagem evocada pelo Outro, digamos, a mãe, para de vez em quando admitir a existência de boas mães. A instituição do Outro coexiste assim com a consumação da mensagem. Ambos se determinam ao mesmo tempo, um como mensagem, o outro como Outro. (LACAN, 1999, p. 93, apud LEMOS, 2007, p. 82).

Dada esta estrutura, segundo Lemos (2007), a demanda será sempre promotora de insatisfação. Aquilo que é demandado pelo sujeito, transvestindo-se dos significantes do Outro e instalando a este como potência capaz de satisfazê-la ou não, instala uma defasagem entre o que é demandado e o acesso a uma satisfação. Satisfação que, nesse passo, já não poderia ser outra que a de seu reconhecimento pelo Outro.

Portanto, a partir do tipo de família que este produto quer atingir, modificar os desejos, as necessidades que quer provocar, serão as estratégias discursivas a utilizar. Ao se escolher determinadas estratégias para motivar o Outro, podemos perceber que ideologias defendem, com que classe social esse produto dialoga, quem é o seu interlocutor imaginário e como pretende modificar os desejos do interlocutor. Partindo desses pressupostos, passemos à descrição que a *Qualy* faz de cada um dos integrantes da família apresentada para melhor entendermos o tipo de interlocutor que este texto pretende atingir.

A avó. Idade não divulgada, Viúva, Aposentada e faz trabalhos de divulgação de ONGs através de redes sociais. A avó é o braço direito de todo mundo na casa, ajuda a Ana a cuidar do Rafa, ajuda o Rafa a dar uma chance pro Beto, ajuda o Beto a conquistar o Rafa e cuidar da Ana. Tudo isso com muito bom humor e muita disposição. (In: <http://www.qualysadia.com.br/familiaqualy/avo.htm>, acessado em 07/06/2010).

Ana, de 34 anos, divorciada, trabalha como RH em uma agência de recolocação profissional. Ana é uma filha moderna, uma mãe presente e uma namorada fiel. Apaixonada e mãezona, Ana consegue organizar tudo e todos e ainda sobra tempo para curtir com a família o que a vida tem a oferecer de melhor. (In: <http://www.qualysadia.com.br/familiaqualy/ana.htm>, acessado em 07/06/2010).

Beto, de 37 anos, divorciado, dono de uma livraria e, segundo seus amigos, tem um grande talento para a música. Beto é um daqueles homens que sabem cuidar de uma mulher, mas que também adora quando a Ana cuida dele. Gosta tanto de crianças que sua livraria se tornou uma das melhores do Brasil em literatura infantil. (In: <http://www.qualysadia.com.br/familiaqualy/beto.htm>, acessado em 07/06/2010).

Rafa, 7 anos, estudante, solteiro (mas rolam boatos que ele gosta da Marianinha da turma B). O Rafa é diversão garantida em qualquer lugar onde esteja. Sempre atento, às vezes deixa todo mundo de queixo caído pela forma madura que vê o mundo. Vive grudado na mãe, mas corre para a avó sempre que a coisa aperta pro seu lado. (In: <http://www.qualysadia.com.br/familiaqualy/rafa.htm>, acessado em 07/06/2010).

Analisando o imaginário de família apresentada pela *Qualy*, verifica-se a ausência da figura paterna, temos uma família de classe média, matriarcal – o que difere da anterior –, composta da avó, da mãe, do namorado e do filho. Mesmo com essa estrutura familiar – uma família dirigida por mulheres –,

verifica-se a imagem de uma família perfeita, onde a harmonia reina sempre, a entreatajuda está muito presente, todos desempenham seus papéis sociais com perfeição, há presença marcante da mãe e da avó na educação de Rafa.

Temos uma avó “imaculada”, a mulher perfeita, com um visual moderno, mas nem nome tem, é aposentada, por isso é simplesmente a avó que cumpre bem seu papel social, o de pessoa ociosa, por isso tem tempo para doar-se ao outro, seus familiares e os mais necessitados. Desenvolve trabalhos sociais, cuida da harmonia de todos, é a provedora da família, o braço direito de todos na casa.

Temos também nessa propaganda uma mãe perfeita, trabalha fora, como chefe de RH, mas tem tempo pra tudo, pro namorado, pro filho, para os afazeres domésticos, está sempre de bem com a vida. Tem tempo de dar toda atenção ao filho, fazer bolo (com a margarina *Qualy*) para o filho e o namorado, tempo de preparar o lanche com margarina *Qualy* para o filho.

O Beto, o verdadeiro príncipe encantado, o namorado que toda mulher gostaria de ter, tem poder aquisitivo, afinal é dono de uma livraria, cuida bem da namorada, gosta de crianças, está sempre presente na família, não é considerado o intruso nesta família. Finalizando a família perfeita, temos o filho perfeito, o Rafa, sem problemas de relacionamento, sem conflitos interiores, todos admiram a sua inteligência e perspicácia e, certamente, deve ser bem sucedido na escola. Temos a família ideal para o imaginário de uma sociedade ideal, virtual. Uma família sem conflitos, harmoniosa e todos bem sucedidos.

Portanto, mudou-se a estrutura familiar apresentada na propaganda da margarina *Qualy* de um ano para o outro, houve a tentativa de acompanhar a evolução dos tempos, os novos conceitos e os novos valores, mas ainda vende a ideia de família feliz, sem conflitos, distante da realidade social das famílias que encontramos cotidianamente, dos novos arranjos familiares, e das famílias marginalizadas.

Requinte, classe, elegância, status, sucesso, alto padrão de vida são ideais apregoados e que são alcançados se consumirmos este produto, sendo que o fato de consumirmos este ou aquele produto dá testemunho de que somos detentores de todas as marcas de distinção. (SANDMAANN, 1997). Isso porque “no imaginário da classe média, o tema do “luxo” e do “requinte” é figurativizado por baixelas de prata, porcelanas, tapetes persas, poltronas, quadros etc.”. (FIORIN, 1988, p. 41).

Ao se preocupar com essas representações, a venda do produto, margarina *Qualy*, que deveria ser o objetivo primeiro deste texto publicitário, parece ficar como pano de fundo na história, o produto quando aparece é de forma velada, mas sempre do lado esquerdo e na parte inferior, local onde o olho se detém com maior facilidade.

Além disso, devido às características de personagens apresentados, podemos afirmar que esta propaganda não tem como interlocutor as famílias

assalariadas, de pouca renda, que não dispõem de muito tempo para a educação dos filhos, pois sabemos que a maioria dos assalariados de hoje trabalham mais que 12 horas por dia, não tendo como ser muito presente na educação dos filhos, o que não é o caso de Ana, mesmo sendo chefe de RH de uma empresa, tem tempo de ser uma mãe presente.

Os textos propagandísticos têm seu interlocutor imaginário, e para vender mais seu produto organizam seu discurso de modo a persuadir esse interlocutor imaginário. No caso das propagandas aqui analisadas, observa-se que todo o discurso desses textos está voltado para o consumidor da classe média, este será o consumidor em potencial deste produto, por isso remeter-se a uma família, cujas características vão agradar a esse público.

Considerações finais

Portanto, analisando os efeitos de sentido da palavra família nas duas propagandas analisadas, podemos afirmar que o conceito de família vem sofrendo deslocamentos, o que está em consonância com o apregoado por Pêcheux (1997, p. 160), pois para este autor, “as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”.

O sujeito, ao produzir um discurso se posiciona social e historicamente e, dessa forma, ele assume uma formação ideológica e fala de dentro desta. Assim, a *Qualy*, ao vender sua margarina, apresentando imagens de família, se posiciona ideologicamente, direciona seu discurso para uma determinada classe social para que não ocorram conflitos e contradições, o que poderia dificultar e impedir a adesão dos interlocutores. Assim, ao produzir um discurso, o sujeito se posiciona social e historicamente, assume uma formação ideológica e direciona seu discurso para que não ocorram conflitos e contradições, por isso os sentidos são frequentemente estabelecidos para manter interesses conservadores nas rearticulações da ordem do discurso.

Referências

- BAKHTIN, Michel. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro, Hucitec, 1992.
- BARZOTO, Valdir Heitor. *Leitura de Propaganda de agrotóxico*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: UNICAMP/IEL, 1992.

- BOLOGNINI, Carmen Zink et al. *Práticas de linguagem na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.
- BOTTOMORE, T.(Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 8. ed. Campinas: UNICAMP, 2001.
- BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2.006.
- CALDAS AULETE. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Academia de Ciências de Lisboa, 1958.
- CAMPAGNE, E. M. *DICIONÁRIO Universal de educação e ensino*. Trad. Camilo castelo Branco, Porto e Braga. Liv. Internacional Ernesto Chardón e Eugénio Cardom. 1886.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1986.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Direito de Família*. São Paulo: RT, 2008.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LACAN, J. Seminário: livro 5. As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999.
- LEMO, Maria Teresa Guimarães de. Desejo de educar? In: *ETD – Educação temática Digital*. Campinas, SP, n. esp. , p. 80-89, jun 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARAFIOTI, R. La publicidade, Significante Del consumo. In: *Caderno de Estudos lingüísticos*. n. 16, IEL/UNICAMP, jan/jun, 1989.
- NORMANHA FILHO, Miguel Arantes. Marketing e propaganda: estudo dos termos. In: *Mimesis: Revista da área de humanas*. Universidade do Sagrado coração. Bauru, SP, vol. 25, 1982.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- PECHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
- SANDMAN, Antônio José. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 1997. <http://www.qualysadia.com.br/acessado> em 07/06/2010.

ATIVIDADES EM LÍNGUA PORTUGUESA/LIBRAS REALIZADAS COM CRIANÇAS SURDAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Andréia Gulielmin Didó

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Cátia de Azevedo Fronza

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

RESUMO: O objetivo deste trabalho é refletir sobre dados concretos de práticas pedagógicas de leitura e escrita de alunos surdos desenvolvidas em 2008. Verifica-se a relevância de práticas pedagógicas apropriadas ao contexto investigado e de profissionais preparados para desempenhar um trabalho significativo de leitura e produção escrita, possibilitando que alunos surdos realizem atividades que lhes permitam atribuir sentido, interpretar, fazer relações, em situações de compreensão e respeito às diferenças e peculiaridades entre as línguas e entre seus usuários.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Surdos. Leitura. Escrita. Língua Portuguesa. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT: *The objective of this paper is to reflect on concrete data reading and writing about teaching practices with deaf students. The research is based on reflections on writing, and activities developed by these students during 2008. There is the relevance of teaching appropriate practices to the context investigated and prepared professionals to play a significant work of reading and writing, enabling deaf students to perform activities that can make sense, interpret, make connections, in situations of comprehension and respect for differences and peculiarities between languages and between its users.*

KEYWORDS: *Deaf Education. Reading. Writing. Portuguese. Pedagogical Practices.*

Introdução

A luta dos surdos pela educação é muito antiga: a maior parte dessa luta nem ao menos é conhecida. Conceitos foram construídos e modificados ao longo da história, conforme os pensamentos sociais, políticos e filosóficos. Ao olharmos para o passado, percebemos que a surdez era vista como um castigo, e o surdo era, na maioria das vezes, considerado louco, enfeitiçado ou anormal. Podemos também verificar que a história mundial da educação dos surdos é composta por árduas passagens com injustiças, imposições, lutas, conquistas e muito estudo e dedicação, no intuito de torná-la sólida e significativa para sua comunidade.

O presente artigo busca refletir sobre as produções textuais de alunos surdos. Tal estudo se justifica pela necessidade de compreender melhor em que contexto ocorrem as produções desses alunos. Os dados analisados foram obtidos durante a realização de um estágio voluntário, junto a um centro de apoio ao aluno surdo na região metropolitana de Porto Alegre, no ano de 2008. As aulas do estágio visavam à aplicação de atividades que proporcionassem o desenvolvimento das habilidades de leitura, além de uma ampliação do vocabulário, tanto na Língua Brasileira de Sinais – doravante LIBRAS – como na língua portuguesa escrita.

1. A língua de sinais como língua materna

A LIBRAS é uma língua natural, que surgiu de forma espontânea, a partir da necessidade da comunicação entre os surdos, assim como as línguas orais. Mesmo com diferentes concepções, de maneira geral, a língua é o instrumento que concretiza a expressão conectada a um determinado grupo coligado por características culturais próprias dentro de um determinado espaço.

Segundo Quadros (2004, p. 30), “as línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem”. A linguagem, para o surdo, também se constitui pela aquisição espontânea da sua língua materna, a Libras, no caso dos surdos brasileiros.

Quadros (1997) e Karnopp (2004) concordam que as línguas de sinais não são sistemas linguísticos universais, utilizam a modalidade espaço-visual que se diferencia da modalidade oral-auditiva utilizada pelas línguas orais, ou seja, as línguas de sinais se utilizam da visão e do espaço, enquanto as línguas orais se valem da fala e da audição. Cabe ressaltar também que, da mesma forma que

as línguas faladas, as línguas de sinais apresentam variação linguística. Como dizem essas autoras, as línguas de sinais são estruturadas semântica, morfológica e sintaticamente, com estrutura própria que independe das línguas orais.

Góes (2000), ao se referir à educação dos surdos, ressalta a necessidade de pensarmos sobre os caminhos, as propostas e as metodologias que remetem a uma reflexão sobre o atendimento especial e à integração dos surdos no ensino regular.

Fernandes (1990), fortalecendo a necessidade de uma reformulação nos conceitos alusivos à educação do surdo, alerta para que não haja uma distorção de princípios na educação bilíngue, pois não é suficiente apenas incluir LIBRAS e Língua Portuguesa na sala de aula; é preciso, antes de tudo, uma reformulação na educação de surdos com a contribuição efetiva de educadores surdos.

Skliar (2001, p. 144) reforça essa posição, dizendo: “É importante que os sujeitos surdos e ouvintes possam ampliar sua compreensão de si mesmos e do mundo onde interagem e, a partir destas ações, transformar o próprio presente”. É preciso, portanto, respeitar o aluno surdo e suas peculiaridades, ao educar em LIBRAS: além de respeitar esse aluno, estaremos proporcionando um ensino de melhor qualidade, mas precisamos igualmente compreender que o processo educacional deve ser estruturado com o apoio da família da criança surda.

2. A língua portuguesa e os surdos no contexto escolar

Nosso estudo adota a perspectiva do bilinguismo, que enfatiza o direito dos surdos de serem alfabetizados/letrados em LIBRAS e que considera a Língua Portuguesa como L2, ressaltando a importância da Língua Portuguesa escrita na vida dos surdos que interagem diariamente com um mundo ouvinte e escrito.

Partiremos do princípio de que a LIBRAS servirá de base para o aprendizado da Língua Portuguesa e, como consequência, pode se manifestar na escrita da pessoa surda, no que se refere ao uso de conectores, preposições, na utilização do tempo verbal, na concordância do texto. Conforme Quadros (1997, p. 50), “conhecer e dominar essas relações [sintáticas e semânticas/pragmáticas] e o processo de aquisição das mesmas torna-se imprescindível para se pensar no ensino de uma segunda língua para surdos”.

Quadros (1997) diz ainda que a leitura, contemporaneamente, é vista como um importante meio para o ensino de L2, favorecendo o aprendizado de uma língua de maneira eficiente. Essa autora, retomando Taglieber (1988, p. 94), destaca que “o significado da leitura não reside somente no texto, mas é *resultado de uma interação entre o leitor e o texto* [grifo do autor]”. Quadros (op.

cit.) também ressalta a importância de profissionais preparados, que conheçam os mecanismos da aquisição da L2, para que possam compreender as hipóteses dos alunos: devem ficar atentos para que o processo de aquisição da linguagem ocorra em uma proposta educacional mais ampla, não esquecendo a importância de o professor conhecer a língua de sinais, sob pena de comprometer todo o processo, caso não seja fluente em LIBRAS.

A voz dos surdos são as mãos e os corpos que pensam, sonham e expressam. As línguas de sinais envolvem movimentos que podem parecer sem sentido para muitos, mas que significam a possibilidade de organizar as ideias, estruturar o pensamento e manifestar o significado da vida para os surdos (QUADROS, 1997, p.119).

Seguindo a citação acima, ressaltamos que o aluno e o professor precisam trabalhar juntos, respeitando as características das línguas em questão, a fim de obterem resultados efetivos na aquisição e construção de significados linguísticos.

Alfabetizar estudantes surdos é um desafio para muitas escolas e educadores, visto que as práticas de educação necessitam de condições especiais para serem colocadas em uso, e essas condições nem sempre estão presentes no ambiente de educação dos surdos. Como diz Quadros (1997), a educação de surdos encontra-se em um momento de transição no qual escola e educadores tentam superar os resquícios de metodologias, anteriormente utilizadas sem sucesso ou com inadequações, em busca de estratégias que possibilitem a educação de alunos surdos de modo efetivo e competente.

Como destacado anteriormente, a terceira etapa no processo de educação dos surdos é identificada como bilinguismo, cuja perspectiva compreende basicamente que o surdo precisa adquirir a língua de sinais como língua materna – L1, e, a seguir, a língua escrita oficial de seu país como L2. De acordo com esta visão, LIBRAS e Língua Portuguesa são indispensáveis para a inserção dos alunos surdos brasileiros na sociedade.

Quadros (1997) apresenta o bilinguismo como proposta de ensino utilizada pelas escolas no intuito de permitir às crianças contato com duas línguas no contexto escolar: a Língua Portuguesa e a LIBRAS. Considerando que a língua de sinais é natural e específica dessa comunidade linguística, o caminho mais adequado é alfabetizar primeiro os estudantes surdos em LIBRAS.

A autora em referência destaca dois aspectos importantes a serem respeitados: o primeiro refere-se à cultura em que a criança está inserida, pois a

comunidade surda possui também uma cultura própria. Em segundo lugar, a proposta de ensino precisa ser mais que bilíngue, precisa ser bilíngue e bicultural, pois o surdo está inserido em mais de uma cultura, a surda e a ouvinte. É, portanto, um sujeito bicultural e, como tal, simultaneamente exposto a ambas as culturas. Não podemos desconsiderar a existência da cultura surda, pois, segundo Sanchez (1993 *apud* QUADROS, 1997, p. 36), “os surdos fazem parte de uma comunidade minoritária, com valores, cultura e língua natural próprios”. É necessário que utilizemos a LIBRAS como referência nos processos de ensino e de aprendizagem, visto que é uma importante ferramenta para a comunicação e uma língua completa que o surdo deve aprender desde muito cedo, a fim de facilitar a comunicação e o seu desenvolvimento em muitos aspectos. Quadros (1997, p. 27) nos aponta ainda que,

se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito.

Escolher uma proposta bilíngue é reconhecer uma educação em que o surdo, além de possuir uma língua própria, possui uma língua com cultura própria traduzida visualmente.

Segundo Vygotsky (2000), a criança adquire a linguagem de fora pra dentro, através da interação com o outro e com a cultura que o cerca; e a linguagem não exerce apenas a função comunicativa, pois também permite ao sujeito interagir com e refletir sobre as ideias de sua comunidade. Através do bilinguismo, o surdo conseguirá interpretar o mundo ao seu redor atuando como sujeito responsável pelo seu entendimento. Tais fundamentos permitem compreender que respeitar a individualidade do aluno e suas diferenças é fundamental em qualquer contexto. Para que haja qualidade no aprendizado é mister que o aluno surdo seja alfabetizado na sua língua materna, para, posteriormente, reconhecer a Língua Portuguesa como L2. Esse é, certamente, um processo que requer a presença de profissionais com qualificação adequada e a constante preocupação de preservar as diferenças das línguas envolvidas.

O bilinguismo, como proposta para educação de surdos, será o pressuposto teórico adotado no decorrer deste artigo, fundamentado em obras como as de Quadros (1997), Karnopp (2004), Skliar (1999), Sanchez (1991) e demais autores que a consideram como a mais adequada para o ensino de crianças surdas. Acrescentamos que o respeito ao indivíduo qualifica seu aprendizado;

a LIBRAS, enquanto língua materna permite ao surdo desenvolver e organizar seus pensamentos e construir sua leitura com significado e coerência visto que, por não ouvir, ele busca o significado em um contexto espaço-visual que só é possível através da língua de sinais.

Consideramos anteriormente a importância de o aluno surdo dominar a LIBRAS, a sua língua natural, para que inicie o processo de aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua. Devido à sua condição física, o surdo não tem acesso à modalidade oral da Língua Portuguesa, embora viva em um ambiente onde a maioria das pessoas utiliza esse idioma.

Segundo Quadros (1997), estudos sobre a aquisição de L2 apresentam fatores externos que podem determinar, no caso de surdos, o processo de ensino de línguas. A autora destaca ainda que fatores como tipos de interação – *input* (a recepção), *output* (a produção) e *feedback* (retorno, reação à produção) – idade, estado emocional, condição cultural e estratégias de ensino não podem ser desconsiderados.

Quadros (1997), citando Collier (1989), assegura que a criança está apta para adquirir a L2 após dominar sua língua materna, ou seja, entre os oito e doze anos. A idade maturacional dos alunos é um fator que influencia no aprendizado e requer dos professores habilidades para o uso adequado de diferentes métodos de ensino despertando-lhes o interesse. Em relação às estratégias de aprendizagem, a pesquisadora sugere que o professor tenha formação bilíngue, conhecimento do nível linguístico e das preferências dos alunos, percebendo a melhor forma de trabalhar para que se efetive a aquisição da língua portuguesa.

Quadros (1997, p. 86) destaca que, para que o aluno ative o desenvolvimento da língua, o *input* deve ser oferecido por falantes da língua, favorecendo a formação de hipóteses diante de suas próprias produções. “No caso de o aluno surdo brasileiro adquirindo a língua portuguesa, o *input* visual dessa língua é essencial nesse processo”. Segundo a autora, para a aquisição da língua portuguesa pelo surdo é importante que o *input* seja explorado de maneira adequada, devendo ser avaliada a quantidade, a qualidade e o tempo de exposição do aluno para que o processo de aquisição aconteça de forma efetiva e apropriada. A escola deve oferecer um *input* diferenciado, com textos de diferentes gêneros, simples e desafiadores, que permitam a compreensão, não sendo complicados a ponto de confundir seus alunos, nem simples a ponto de não provocá-los a irem além do que está no texto.

Quadros (1997) explica que o professor deve deixar o aluno escrever, expressar-se (*output*), para que perceba (aluno e professor) seu desenvolvimento e verifique em que medida a LIBRAS se insere na estrutura do português. Essa

interferência do professor é o *feedback* do aluno surdo para pensar sobre suas hipóteses. Entretanto, ao retomar Góes (2000), Quadros (op. cit.) reforça que o ensino da Língua Portuguesa para surdos é baseado em práticas pedagógicas para ouvintes, que também fracassam; o insucesso escolar, portanto, não é consequência da surdez e sim de práticas inadequadas.

Apesar de o processo de ensino de L2 para surdos apresentar características peculiares, observa-se que tais estudos podem colaborar para nortear o caminho a ser trilhado no processo educacional. [...] Salienta-se que é fundamental que haja pessoas surdas participando ativamente nesse processo de tomada de decisões (QUADROS, 1997, p. 94).

As consequências de propostas educacionais anteriores ao bilinguismo refletem-se no comportamento do aluno surdo. Além disso, para Dascal (2006), o homem é um caçador de significados; nos lugares e nos contextos mais impróprios e improváveis busca significados e relações que nem sempre existem. Baseado na comunicação linguística, ele apresenta dois modelos distintos para a procura de significado nos textos: o criptográfico e o hermenêutico. São modelos com características opostas, porque o foco de observação do significado muda de posição.

O modelo criptográfico sustenta que o significado do texto está dentro do próprio texto, de maneira objetiva, como se escondido atrás de uma marca ou sinal e o que cabe ao leitor é tentar descobrir qual é esse significado “escondido”. Podemos dizer que este é o tipo de leitura que os surdos realizam, pois eles não buscam compreender o texto, mas sim decifrar suas palavras. Nesse modelo, o autor afirma que o significado é um conjunto de informações a serem concluídas partindo de outros dados. No entanto, para o modelo hermenêutico, o significado não está no texto, mas no leitor. Enquanto no modelo criptográfico o leitor descobre o significado, no modelo hermenêutico o leitor cria o significado, entendido como uma construção criada através do processo de interpretação. Essa interpretação é desencadeada pelo sinal, mas vai muito além, se comparada com o modelo criptográfico. O modelo hermenêutico parece ser o mais distante dos surdos, pois, normalmente, estes realizam uma leitura fragmentada dos textos e não possuem uma bagagem de leitura que lhes possibilite o desempenho proficiente na língua alvo.

Para o modelo criptográfico não interessa se a busca pelo significado será difícil ou demorada, o fato é que o resultado encontrado será objetivo: ou encontra-se o significado ou não. Novamente podemos relacionar com a ma-

neira com que os surdos lêem, pois é comum ouvir que não compreenderam o sentido de determinado texto, ou então que, em questões relativas ao texto, sem uma resposta que possa ser extraída diretamente do texto, não seja respondida. A base do processo de significação é a semântica, supondo que esta sustente as regras que atribuirão sentido ao texto. Com o modelo hermenêutico, ocorre exatamente o contrário: é o interprete quem dá significado ao código, é o leitor que decodifica. Melhor dizendo: o significado é uma construção de sentidos que vão além dos sinais. Exatamente pela falta de domínio na Língua Portuguesa escrita é complicado para o surdo adotar este modelo. No modelo criptográfico, o centro do processo de interpretação é a semântica, e, no hermenêutico, é a contribuição do intérprete ao processo. Nesse modelo o que oportuniza o significado é a bagagem do leitor, a sua opinião, sua visão, suas expectativas.

No presente trabalho, assumimos “ler” como “compreender o que está escrito, entender o significado”, ou construir uma frase com sentido. O aluno surdo tem dificuldade em estruturar frases em Português, evidentemente por não possuir um conhecimento natural e correspondente de língua portuguesa.

Ler e escrever precisam de um significado, e, obviamente, exigem mais do que simplesmente decodificar símbolos. Kleiman (2001) caracteriza algumas práticas de leitura como desmotivadoras, por serem baseadas em um entendimento equivocado do ensino de português, um ensino fragmentado sobre a gramática, validado dentro e fora da escola, ou seja, um método de ensino sem significado, como se houvesse apenas uma forma de abordar e interpretar o texto. Infelizmente, a prática com alunos surdos não é muito diferente: normalmente é trabalhado o vocabulário, os alunos decodificam palavras sem encontrar um sentido para estas no texto. Góes (2000) apresenta uma pesquisa em que a maioria dos alunos surdos participantes da pesquisa diziam que ler era fácil, que o difícil era ler e entender. Segundo a autora, os alunos também acreditavam ser mais fácil aprender a escrever de forma gramaticalmente correta do que atribuir um sentido para o texto.

Baseando-nos nessa pesquisa, percebemos que, com certa frequência, o aluno surdo lê e não entende uma palavra ou, ainda, pode confundi-la com outra já conhecida, modificando, assim, o sentido da frase. Analisando o fato de os surdos lerem sem buscar significado no que leem, Fernandes (2003) ressalta que o ato de ler uma palavra compreendendo outra não é exclusividade dos surdos, mas o ouvinte procura um termo que possua equivalência conceitual, e, normalmente, descobre o equívoco.

Terzi (2001) observou que crianças ouvintes vindas de meios iletrados mantêm um comportamento semelhante ao dos alunos surdos que não percebem

a troca de significado entre as palavras: as crianças ouvintes cometiam erros de leitura, pulavam linhas sem perceber, mostrando não estarem envolvidas com o texto. Assim, pode-se dizer que a falta de uma bagagem cultural, de uma exposição maior com a comunicação escrita, tanto para crianças surdas como para crianças oriundas de meios iletrados, dificulta o desenvolvimento escolar/leitor adequado destas crianças.

Koch e Elias (2007, p. 12) destacam um trecho extraído dos Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998), concordando com a concepção de leitura como uma atividade de produção de sentidos apresentada:

A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que se sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informação, decodificando palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições feitas (BRASIL, 1998 apud KOCH e ELIAS, 2007, p. 12).

Assim sendo, podemos pensar em leitura como um processo de construção de sentidos. É a busca da melhor maneira de construir significados para os textos, com a participação efetiva do leitor que não simplesmente o decodifica, mas utiliza seu conhecimento prévio para preencher possíveis lacunas deixadas pelo autor, permitindo real entendimento do texto, enfim, é o processo de construção de conhecimento.

No contexto para o qual este trabalho está voltado, Capovilla e Raphael (2008, p. 1509) apontam que “o processamento de leitura e escrita pelo surdo é um tema de profundo interesse, não apenas porque tais atividades envolvem grande dificuldade para o surdo e constituem um sério desafio à eficácia dos métodos de ensino tradicionais, [...]”.

Ao tratarmos de incentivo à leitura para alunos surdos, as dificuldades são muitas, e os professores, diante delas, oferecem aos alunos atividades simplificadas, limitadas ou as evitam. Devemos levar em conta que a criança ouvinte entra na escola para ser alfabetizada, já dominando alguma(s) modalidade(s) da língua de seu país. O mesmo não acontece com a criança ou com o adolescente surdo. Infelizmente, na maioria dos casos, estes chegam à escola apenas com fragmentos dessa língua e, não raro, sequer dominam sua língua materna, LIBRAS, que deveria ser a base para seu aprendizado de L2, Língua Portuguesa.

Nos capítulos que seguem, serão apresentados os dados dos informantes e da instituição que colaborou para esta pesquisa. Além disso, traremos amostras das atividades realizadas com os alunos durante a coleta de material, bem como as respectivas análises e observações, sempre buscando enfatizar as análises de acordo com o objetivo da pesquisa de refletir sobre as produções de leitura e produção textual dos alunos.

3. Metodologia

Neste estudo são trazidas produções de alunos surdos que ocorreram no período de 22 de abril de 2008 a 30 de dezembro de 2008, coletadas durante o estágio voluntário desenvolvido pela 1ª autora deste artigo, em um Centro de Atendimento à Educação Básica (doravante CAEB) da região metropolitana de Porto Alegre.

A instituição, além de atender alunos surdos, atende também alunos portadores de síndrome de Down, paralisia cerebral, deficiência mental entre outros déficits que requerem cuidados especiais. A referida instituição dispõe de salas e equipamentos apropriados às necessidades educacionais de seus alunos. Os alunos formam grupos específicos, que são atendidos separadamente, com dia e horário marcados.

Iniciou-se o trabalho voluntário no CAEB, com o objetivo de verificar o nível de conhecimento de LIBRAS dos alunos, estudantes da sétima série da escola, para serem traçados os objetivos e a metodologia de trabalho do referido ano, juntamente com a professora titular da turma na escola regular e o coordenador do projeto no CAEB, ambos especialistas na área de surdez.

Os informantes desta pesquisa são quatro alunos surdos, três meninos e uma menina, que frequentavam aulas de reforço escolar no turno inverso da escola, no CAEB, já referendado e descrito. Os alunos tinham entre 17 e 23 anos e cursavam a sétima série (EJA) do ensino regular em uma escola municipal da mesma cidade.

Todos eram filhos de pais ouvintes e possuíam deficiência auditiva congênita. Os quatro informantes não tinham qualquer capacidade auditiva, mas dois alunos pronunciavam algumas palavras aprendidas com auxílio da fonoaudióloga.

Os alunos possuíam conhecimento de LIBRAS adquirido basicamente na escola, uma vez que, em casa, se comunicavam por uma linguagem gestual desenvolvida pela própria família. O atendimento no CAEB oportunizava um maior contato com LIBRAS e, através disso, uma ampliação de seu inventário

lexical. Durante as atividades foram trabalhados diversos gêneros textuais. Quando percebemos o interesse dos alunos por histórias em quadrinhos, incentivamos maior contato com esse tipo de leitura e organizamos mais atividades envolvendo esse gênero.

Trabalhar com histórias em quadrinhos foi uma experiência interessante e produtiva. A seguir, na Figura 1, trazemos um exemplo de uma atividade realizada. Nesta atividade os alunos deveriam desenvolver um texto a partir de uma história em quadrinhos da Turma da Mônica, na qual aparecia um leñhador que se arrependia de cortar árvores. Não realizamos atividades em que os alunos criassem quadrinhos, mas que desenvolvessem pequenos textos a partir das histórias, pois escrever frases curtas faz parte do seu cotidiano, mas a produção de textos em toda a sua abrangência é rara. Considerando a forte relação dos alunos com o contexto visual, verificamos que eles descreveram quadro a quadro, praticamente desconsiderando as informações escritas dos últimos quadrinhos, que, na verdade, conduziam a um sentido específico para a história.



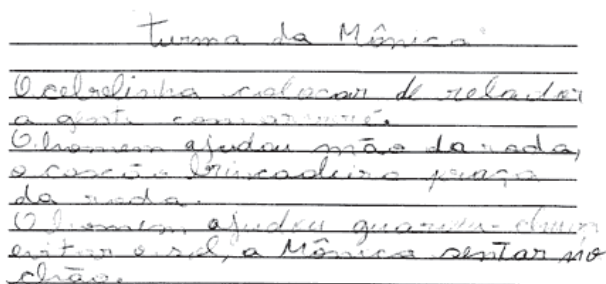


Figura 1 - Tarefa da segunda semana de dezembro de 2008

De acordo com o que revela a Figura 1, podemos extrair as seguintes frases.

- (1) O Cebolinha colocar de relador a gente com árvore.
- (2) O homem ajudou mão da roda, o cascão brincadeira praça da roda.
- (3) O homem ajudou guarda-chuva evitar o sol, a Mônica sentar no chão.

Percebemos em (1) que o aluno descreve a cena que aparece no primeiro quadro da história. A frase possui coerência, no entanto, quanto à coesão, temos alguns pontos que cabem ressaltar, como, por exemplo, o fato de o verbo encontrar-se no infinitivo, típico da estrutura da LIBRAS, e há o emprego do artigo, característico da L2. Notamos também que a palavra árvore teve sua acentuação alterada, havendo elipse da palavra “água” na sentença e que a palavra regador foi escrita como “relador”, possivelmente porque o aluno confundiu o sinal da letra “G” e da letra “L” que se diferem somente pelo distanciamento entre o polegar e o indicador.

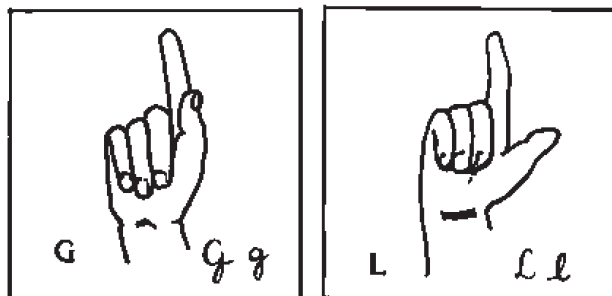


Figura 2: Distinção entre a letra G e L do alfabeto manual de LIBRAS

Conforme a frase 2, o aluno descreve a cena como a observa no segundo quadrinho. Ao interpretar a frase em LIBRAS, é perceptível o domínio estrutural da sua L1. No entanto, a frase por si só não apresenta coerência; é possível compreendê-la através de sua associação com a imagem. O verbo está conjugado adequadamente, e a estrutura da frase está de acordo com a Língua Portuguesa escrita, estando, assim, coesa. No exemplo seguinte, cabe ressaltar que a palavra “Mônica” foi grafada corretamente, assim como a palavra “guarda-chuva”. Percebemos uma aproximação com a Língua Portuguesa ao conjugar o verbo “ajudar” e o uso do artigo; no entanto os verbos “evitar” e “sentar” não foram conjugados.

Nessa atividade, verificamos que a compreensão dos alunos quanto ao sentido das figuras foi semelhante. Nenhum dos alunos interpretou a história da forma esperada. No texto ilustrado, por exemplo, o aluno somente descreveu os três primeiros quadros, e não compreendeu o motivo pelo qual as crianças estavam bravas com o lenhador. Esses registros parecem indicar que os alunos consideram as imagens individualmente, pelo menos considerando o tempo que tiveram, sem, posteriormente, remeterem-se ao todo da história.

Segundo Kleiman (2001), o leitor precisa desenvolver várias técnicas de leituras que permitam que ele chegue à compreensão do texto. O ideal é que o aluno crie estratégias que o levem a uma autonomia para o ato de ler. Este é o papel do professor, o de ser um mediador entre o aluno e o texto. Num primeiro momento, o leitor não compreende o texto simplesmente no ato de ler, mas, por meio das interações com o professor e colegas, com perguntas e comentários, o aluno vai compreendendo efetivamente a material que lê.

Considerações finais

Considerando a importância da leitura e da produção textual para a formação, a informação, a diversão, o conhecimento e o desenvolvimento do aluno surdo, este artigo pretendeu analisar aspectos da leitura e produção textual, tendo como principal suporte o processo de aquisição da linguagem, considerando o papel da língua materna em um contexto de bilinguismo. No CAEB, buscamos realizar atividades que contribuíssem para o desenvolvimento da sua língua materna e da Língua Portuguesa, segunda língua para os surdos. Durante a execução deste trabalho, uma série de outras reflexões surgiram. O nível de fluência dos alunos em LIBRAS, a eficácia das tarefas propostas e o fato de alguns alunos não estarem alfabetizados foram alguns dos fatores que nos fizeram repensar algumas de nossas práticas.

Ainda que um dos objetivos das aulas complementares fosse realizar atividades diferenciadas das habitualmente utilizadas em sala de aula, ao analisar as propostas aplicadas, percebemos que muitas de nossas atividades repetiram abordagens descontextualizadas, sem sentido, como normalmente ocorrem em sala de aula.

Diante dos resultados obtidos, foi possível perceber que trabalhar com alunos surdos envolve circunstâncias que vão além da surdez. Existem questões sociais e culturais que interferem diretamente na formação do aluno surdo, pois este traz consigo as consequências de estar inserido em uma sociedade que ainda não está preparada para recebê-lo.

As atividades desenvolvidas durante o estágio voluntário ilustram, de certa forma, não somente as dificuldades encontradas para desenvolver uma metodologia eficiente, mas também a falta de profissionais preparados para atuar na área. O projeto do qual resultaram as observações estava estagnado há um ano e somente voltou a ser realizado pelo interesse de uma professora de Língua Portuguesa, especialista em alunos com deficiência mental, sem conhecimento algum em LIBRAS, e por esta pesquisadora, que possui relativa fluência em LIBRAS. Este artigo traz apenas um recorte das atividades desenvolvidas ao longo dos nove meses de estágio. O trabalho com história em quadrinhos foi destacado aqui porque tivemos a intenção de refletir sobre o fato de que, embora a história apresentasse características fortemente visuais, estas não foram suficientes para o alcance da compreensão do todo da história. O texto se desenvolve pela sequência das imagens, havendo falas apenas nos dois últimos quadrinhos. Existe uma forte relação dos alunos com o contexto visual, mas, nessa proposta, eles descreveram quadro a quadro, praticamente desconsiderando as informações escritas dos últimos quadrinhos, que, na verdade, conduziam a um sentido específico para a história. Tais evidências merecem atenção e devem ser foco de novas pesquisas, a fim de melhor compreender as relações estabelecidas pelos alunos surdos em sua aprendizagem da língua portuguesa.

Referências

- CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- FERNANDES, Eulália. *Problemas linguísticos e cognitivos do surdo*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

- FERNANDES, Eulália. *Linguagem e surdez*. Porto Alegre: ARTMED, 2003.
- DASCAL, Marcelo. *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2006.
- GÓES, Maria Cecília Rafael de. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- KARNOPP, Lodenir Becker. *Aquisição da linguagem por crianças surdas: investigações sobre o léxico*. *Calidoscópico*, São Leopoldo, RS, v. 2, n. 1, p. 75-88, 2004.
- KLEIMAN, Angela. *Oficina de leitura: teoria e prática*. 8 ed. São Paulo: Pontes, 2001.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria da Silva. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2007.
- QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de surdos: A aquisição da linguagem*. Porto Alegre: ARTMED, 1997.
- QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
- SANCHEZ, C.M. *La educación de los sordos en un modelo bilingüe*. Mérida: Ickonia, 1991.
- SKLIAR, Carlos. *Atualidade da educação bilingüe para surdos* 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- SKLIAR, Carlos. *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- TERZI, Sylvia Bueno. *A construção da leitura*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- VYGOTSKY, Liev Semiónovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

A LINGUÍSTICA E A FILOGIA EM EVANILDO BECHARA¹

Ricardo Cavaliere

Universidade Federal Fluminense

Liceu Literário Português

RESUMO: O texto traça um comentário genérico sobre a bibliografia de Evanildo Bechara com ênfase em duas obras expressivas no plano historiográfico: seu primeiro trabalho publicado e a última edição de sua prestigiada gramática portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Evanildo Bechara, bibliografia, duas obras.

ABSTRACT: *This paper outlines a general comment on the bibliography of Evanildo Bechara with emphasis on two expressive works in the historiographical point of view: his first published paper and the latest edition of his prestigious Portuguese grammar.*

KEYWORDS: *Evanildo Bechara, bibliography, two works.*

Senhores acadêmicos, prezados colegas e amigos presentes, senhoras e senhores.

Agradeço inicialmente ao convite deveras honroso que me fez o Presidente da ABL, Acadêmico Cícero Sandroni, para compor esta qualificada mesa em que se homenageia o Acadêmico Evanildo Bechara em face dos 80 de vida completados neste ano de 2008. O convite é honroso por vários motivos: primeiro, por ter a oportunidade de participar de um encontro nesta Casa que aprendi a admirar e a cultuar como um reduto dos estudos humanísticos desde meus primeiros passos como aluno do Curso de Letras na UFRJ. Segundo porque tenho a meu lado dois amigos diletos e mestres de toda hora, com quem com-

¹ Texto apresentado em 12 de junho de 2008 na Academia Brasileira de Letras.

partilho um cotidiano fazer docente que nos consegue mais aproximar a cada momento vivido². Terceiro porque me é dada a oportunidade de dizer um texto sobre Evanildo Bechara, nosso mais prestigiado filólogo, cuja amizade tenho o privilégio de usufruir e de cujo saber científico venho-me servindo inescrupulosamente ao longo destes 16 anos de afetuoso convívio, já que, quando com ele estamos, até a mais despresticiosa conversa de variedades pode, subitamente, transformar-se em preciosa aula.

Meu texto explora a face bibliográfica da carreira brilhante trilhada por Evanildo Bechara nos campos da Linguística e da Filologia. Nesse intuito, decidi tocar particularmente dois livros que representam momentos bem distintos de sua extensíssima produção acadêmica: o primeiro, uma coletânea de ensaios escritos entre os 19 e 26 anos de idade intitulada *Primeiros ensaios sobre língua portuguesa*, que veio a lume em 1954 pela Livraria São José; o segundo, a *Moderna gramática portuguesa*, obra que desfruta o privilegiado posto de compêndio gramatical mais citado em trabalhos acadêmicos brasileiros e portugueses, cuja edição refundida data de 1999, oferecida ao público pela Editora Lucerna.

Cuidemos, antes, de breve viagem ao limiar da segunda metade do século passado, época em que floresce a geração de Evanildo Bechara no cenário acadêmico brasileiro. A publicação da obra *Princípios de linguística geral*, de Joaquim Mattoso Câmara Júnior, em 1941, constitui hoje um marco historiográfico no percurso dos estudos sobre a linguagem no Brasil. Com Mattoso inaugura-se a aplicação entre nós do modelo estruturalista, cujos ecos vinham de fontes europeias, como o Círculo Linguístico de Praga, e norte-americanas, como na obra de Edward Sapir e Leonard Bloomfield. Instalada em um cenário antes dominado pela escola histórico-comparativista e pela análise filológica do texto literário, a novel proposta estruturalista cria um embate de idéias sobre teorização e metodologia cujas consequências resultaram na bifurcação que endereçou para caminhos distintos a Filologia e a Linguística, fato que, no decurso das décadas seguintes, pelo menos até o final dos anos 80, freou significativamente a pesquisa filológica brasileira, os estudos diacrônicos e, sobretudo, a formação de filólogos no seio da Universidade.

Os caminhos distintos trilhados por essas duas áreas do saber sobre a língua, em particular, e sobre a linguagem humana *lato sensu* levou a que algumas vozes mais estimuladas pelo deslumbramento do que pela sensatez cuidassem de criar um pseudo-antagonismo entre Linguística e Filologia no Brasil, sobretudo nos anos 60 e 70, em que se conferiam à primeira os louros

² Trata-se de Rosalvo do Valle e Carlos Eduardo Falcão Uchôa

da genuína investigação sobre o sistema linguístico e se imputava à segunda o peso do anacronismo e da obsolescência.

Curiosamente, o nome que terá gerado essa partição de interesses no seio da Universidade brasileira, Joaquim Mattoso Câmara Jr., era pesquisador de fácil trânsito em ambas as áreas de investigação, a filológica e a linguística, sendo que, em face da segunda, é hoje considerado com justeza o pioneiro dos estudos em Linguística Estruturalista no Brasil. Quem lê a obra desse grande expoente da ciência brasileira percebe com facilidade que seu interesse ia muito além dos estudos sistêmicos e sincrônicos, o que nos autoriza a asseverar que, não houvesse a morte arrebatado-lhe a palavra tão precocemente, ter-se-ia manifestado como veemente opositor do cisma intelectual de que se vitimaram as ideias linguísticas no Brasil.

Uma questão inerente a esse momento especial do percurso dos estudos sobre a linguagem diz respeito à formação dos novos pesquisadores: seriam eles linguistas ou filólogos? A história nos informa que a juventude letrada na metade do século XX, não obstante já se abeberasse das novas tendências estruturalistas, mantinha as bases de uma tradição filológica fortemente influenciada pelos estudos históricos, consolidada entre nós desde a segunda metade do século XIX com o advento da denominada Gramática Científica. Talvez se deva semelhante constatação ao fato de que os mestres, então, iniciavam carreira sob a tutela de um professor sênior, a cujas idéias naturalmente se subordinavam, de que decorria um relacionamento que frequentemente ia além das fronteiras acadêmicas para invadir o trato pessoal, quando não o terreno mais íntimo da amizade. Como o perecimento da geração legatária dos estudos histórico-comparativistas, cria-se uma nova ordem de pesquisadores, cujo perfil reúne harmonicamente as novas propostas do descritivismo estruturalista e as antigas bases acadêmicas do modelo filológico.

Evanildo Bechara é um dos exponenciais representantes dessa geração brasileira em que a Linguística e a Filologia se irmanam em prol do labor científico. E, curiosamente, ao analisarmos, hoje, sua qualificada e extensíssima bibliografia, percebemos que enquanto seus textos inaugurais estavam mais inclinados para as fontes da Filologia, à luz dos cânones tradicionais, seus textos mais recentes cuidam com maior ênfase das teses linguísticas contemporâneas, mormente as herdadas do modelo funcional residente em Eugenio Coseriu. Por aí se vê que, até na configuração bibliográfica, Evanildo Bechara revela-se esse precioso amálgama da Linguística com a Filologia. Tratemos, pois, ainda que perfunctoriamente, dessa feição dual na obra bechariana, mediante referência aos dois volumes escolhidos.

Primeiros ensaios sobre língua portuguesa compõe-se de 13 estudos, nove dedicados à lexicologia diacrônica – *O sentido psicológico de cristal e cristalino*; *Nação: seu histórico*; *Buscar*; *Ir por, vir por, tornar por, mandar por, enviar por*; *Notícia e nova*; *Boato, fama, voz, rumor e soar*; *Sob e debaixo de*; *Bacharel*; *História e estória*; –, um afeito ao campo da antropologia linguística – *Fórmulas de gestos e cumprimentos entre vários povos* –, dois insertos na área da sintaxe histórica – *Pertencer para e pertencer a*; *As locuções esquecidas* dar de vara e dar de couces – e um atinente à história da língua literária – *As fases linguísticas do português na Sintaxe histórica de A.E. da Silva Dias*. Desses breves textos, seis – *Buscar*; *Ir por, vir por, tornar por, mandar por, enviar por*; *Notícia e nova*; *Boato, fama, voz, rumor e soar*; *Sob*; *Fórmulas de gestos e cumprimentos entre vários povos*; *Sob e debaixo de* – estão reunidos como partes de um só ensaio intitulado *Notas soltas de linguagem*. Encerra o volume uma referência emotiva à memória de Manuel Said Ali, escrita no dia 21 de outubro de 1953, primeira data natalícia do velho mestre após sua morte.

De modo geral, a tessitura desses ensaios, conforme já aqui ressaltado, revela um Bechara integrado ao projeto de estudo filológico então em prestígio, não só na escolha dos temas de estudo, como também na organização do texto. Predominam as investigações de semântica histórica, que se faz presente inclusive no texto *Pertencer para e pertencer a*, dedicado ao tratamento de um espinhoso caso de regência na fase clássica do idioma. Por outro lado, a estrutura textual segue o padrão de farta exemplificação das teses expostas mediante referência aos textos clássicos, uma explícita influência não só do já aqui reiteradamente citado Said Ali, como aparentemente também de Mário Barreto, cuja extremada preocupação com a abonação literária dos fatos gramaticais tomava-lhe várias horas de exaustivo trabalho perquiridor.

Nesses textos inaugurais da carreira de Evanildo Bechara, semelhante compromisso com a exação transborda as páginas dos *Primeiros ensaios*, bastando, para constatá-lo, verificar que, no estudo *Notícia e nova*, uma menção ao sentido histórico da palavra *notícia* como “conhecimento que se tinha sobre uma pessoa ou coisa” conta com o abono de seis extratos da obra de João de Barros e Frei Luís de Sousa. Já quanto à investigação do sentido histórico do verbo *buscar*, em um dos segmentos do ensaio *Notas soltas de Linguagem*, Bechara reitera essa marca de suas formação filológica quando indica ao leitor que há cerca de quarenta ocorrências de *buscar* nos *Lusíadas* em face de apenas duas de *procurar*.

Uma outra vertente de investigação que parece ter sido cara ao espírito empreendedor de Evanildo Bechara nesses primeiros passos diz respeito ao

sentido psicológico de certas palavras que o Autor então preferia denominar “palavras de situação”, ou seja, “vocábulo antigos ou modernos, que se afastam de sua significação usual e assumem um sentido profundamente psicológico e necessário para a situação espiritual em que se encontra a pessoa que os emprega” (BECHARA, 1954:13).

Bechara dedica o estudo inaugural do volume *Primeiros ensaios* exatamente ao valor dito psicológico de que se revestem o substantivo *cristal* e seu correspondente adjetivo *cristalino* na língua literária. A leitura atenta dos textos em que aparecem esses vocábulos demonstra haver, com efeito, um valor semântico que vai além do sentido de “transparência” ou “clareza” para atingir o sentido de “pureza”. A rigor, trata-se de uma similitude implícita, de um torneio metafórico que vincula a transparência do cristal à ideia de pureza em estado superlativo, fato que, a rigor, como demonstra o próprio Bechara, vai além das fronteiras da língua literária, para residir no seio da língua popular: água cristalina, olhar cristalino, ideia cristalina.

Em inúmeras outras sendas haveríamos de percorrer esses textos inaugurais da carreira exitosa de Evanildo Bechara. Os limites a que nos sujeitamos, entretanto, impõem que desviemos as atenções para o outro polo desse confronto bibliográfico, em que se expressam com maior flagrância as bases da Linguística contemporânea. Cuidemos, pois, em rápida menção, da *Moderna gramática portuguesa*, em especial sua 37.^a edição, em que nosso homenageado oferece-nos uma renovada concepção dos mecanismos que atuam no sistema linguístico sem descuidar de certos princípios que permanecem vivos, já que essenciais para o ensino do português em sua plenitude, não só como meio de comunicação social, mas também como exemplo de língua histórica que encerra e transmite às gerações o inventário cultural de um povo.

Essa edição da *Moderna gramática* esteia-se na teoria gramatical de três grandes linguistas contemporâneos: Eugenio Coseriu, José Herculano de Carvalho e Mattoso Câmara Jr. Dir-se-ia, com segurança, que a ordem desses nomes, da maneira como aqui se dispôs, bem espelha a preponderância proporcional de seus conceitos teóricos, de tal sorte que a Eugenio Coseriu, sem dúvida, se há de conferir maior relevo e força inspiradora nas linhas gerais da obra, com exceção da parte dedicada à Fonética e à Fonologia.

A questão da norma escrita, por exemplo, já aqui referida, passa por temas subliminares, como o do levantamento de um *corpus* fidedigno, que dê amparo às regras ou preceitos declinados na obra, bem como indique as bases de uma norma atualizada que não se afaste dos paradigmas da língua histórica, entendida por Bechara como “produto cultural histórico, constituída

como unidade ideal, reconhecida por todas as comunidades integrantes desse domínio linguístico”.

É este aspecto da questão em que tanto se empenha o autor da *Moderna gramática*: não se há de confundir a exemplaridade linguística com a correção gramatical, já que a forma ou construção exemplar advém do percurso histórico da língua e se estabiliza pela escolha de gerações sucessivas de falantes como a que cumpre o papel de comunicação mais eficientemente. Nesse sentido, há de conferir-se igual relevo às variáveis linguísticas, que também são fruto dessa tradição histórico-evolutiva como expressões válidas da língua exemplar.

Um outro detalhe de grande significado, sobretudo do ponto de vista historiográfico, que reside nas páginas da novel *Moderna Gramática Portuguesa* está na própria sinopse gramatical. Abandonando de vez o modelo estrutural tripartite *Fonética, Morfologia e Sintaxe*, consagrado pela Nomenclatura Gramatical de 1959 e que serviu de fundamento para a criação de tantas obras a partir da década de 1960, a nova edição da *Moderna gramática* impõe severas modificações à estrutura orgânica da descrição do fato linguístico. Destarte, a sinopse gramatical opta por dois níveis descritivos basilares – *fonética e fonologia* e *gramática descritiva e normativa* –, subdividindo-se o segundo em três segmentos: *formas e funções, estrutura das unidades: análise mórfica e estrutura do enunciado ou período: a oração e a frase*.

Saliente-se, por relevante, que Bechara opta por conduzir para as páginas de um compêndio gramatical a atualizada concepção orgânica da língua que exclui a Fonologia dos domínios da gramática, fato que revela o alinhamento de nosso linguista homenageado à concepção de língua como sistema de estruturas abstratas, em que o som apenas funciona como revestimento material, de tal sorte que se possibilite a comunicação. Nesse sentido, a Fonética e a Fonologia não integram a gramática da língua, decerto, mas sua presença na estrutura geral de um texto descritivo justifica-se pela constatação de que ao vernaculista cabe descrever todos os fatos da língua, não apenas os atinentes a sua gramática. Nesse sentido, mormente por exigência pedagógica, não se pode descurar da referência aos fenômenos da Fonologia.

Enfim, a Linguística e a Filologia brasileiras muito devem a Evanildo Bechara e essa dívida não será honrada apenas em futuro distante, como infelizmente aconteceu com tantos outros expoentes dos estudos sobre a linguagem em nossa terra. No caso de Bechara, o preito de gratidão se expressa em voz presente de seus discípulos e admiradores, sobretudo dos alunos que anonimamente conferem ao mestre a mais preciosa das homenagens: a consulta diária a sua obra e a perpetuação de seu nome nas classes de Língua Portuguesa.

Talvez poucos prazeres superem, na vida de um professor, o de ser eternizado nas páginas de um livro que vem a tornar-se referência em dada área do conhecimento, aquela leitura a que todos se dirigem como que atraídos por um irresistível tropismo intelectual. O prazer de circular por mãos plurais, em toda parte, disseminando idéias, formando cidadãos, participando da construção de uma nação. O prazer de tornar-se tão intimamente vinculado a seu mister que chega a com ele confundir-se. Quantos educandos neste exato momento, na imensidão territorial de nosso país, não estarão dirigindo-se a uma estante de livros, dizendo a si mesmos: “Estou em dúvida. Vou consultar o Bechara”.

A História é testemunha de que os grandes sábios não têm idéia da dimensão de sua grandeza, porque é a sabedoria que os impede de desviar os olhos para si próprios. Em Evanildo Bechara essa regra se expressa numa personalidade cordata, numa prestimosidade atenta, numa cordialidade carismática que o faz elevar-se naturalmente entre seus pares. Se admitirmos, com Ortega y Gasset, que na vida só chegamos a ser uma parte mínima do que poderíamos ser, haveremos de constatar que o mínimo em Evanildo Bechara ultrapassa os limites imagináveis do máximo virtual dos comuns.

Referência

BECHARA, Evanildo. *Primeiros ensaios sobre língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1954.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ANDRÉIA GULIELMIN DIDÓ é graduada em Letras pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. É mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da mesma universidade. Seu interesse de pesquisa é aquisição e aprendizagem de língua materna e língua portuguesa por alunos surdos.

CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA é professor emérito e titular de Linguística da Universidade Federal Fluminense, onde criou a linha de pesquisa *Linguística e Ensino de Português*, na qual orientou inúmeras dissertações e teses. Autor de numerosas obras publicadas na área de sua especialidade, trouxe a lume recentemente *O ensino da gramática: caminhos e descaminhos*. É membro da Academia Brasileira de Filologia e docente do Liceu Literário Português.

CÁTIA DE AZEVEDO FRONZA possui doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É docente do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em aquisição da Linguagem.

EDILA VIANNA DA SILVA possui doutorado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente detém o cargo de professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. Sua atividade de pesquisa inscreve-se na área da Sociolinguística, com ênfase nos aspectos da variação linguística ligados ao ensino de língua materna.

EVANILDO CAVALCANTE BECHARA é professor emérito e titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Detém o título de doutor *honoris causa* conferido

pela Universidade de Coimbra e é membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Brasileira de Filologia e docente do Liceu Literário Português

JACIARA ORNÉLIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA é doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia. Fez estágio de pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense. Atualmente exerce o cargo de professor adjunto na Universidade do Estado da Bahia e na Universidade Católica do Salvador. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Histórica.

LETÍCIA CAO PONSO é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense, com bolsa CAPES. Seus centros de interesse estão direcionados para a área de Sociolinguística e Dialektologia, abrangendo bilinguismo e contato linguístico, multilinguismo, política e identidade linguística.

MARIAJOÃO MARÇALO é doutora em Linguística e docente da Universidade de Évora. Atua na área da Linguística Geral, Teoria da Linguagem, Linguística Funcional e Tradução. Integra uma linha de pesquisa sobre PLE/PL2 e outra sobre o Discurso Religioso Popular. É membro da direção da Unidade de Investigação Centro de Estudos em Letras (CEL-UE).

MARIANGELA RIOS DE OLIVEIRA detém o cargo de professor associado da Universidade Federal Fluminense. É coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, editora da Revista *Gragoatá*, secretária executiva da Anpoll e coordenadora do Grupo de Estudos *Discurso & Gramática*. Tem várias publicações na área dos estudos morfossintáticos e mudança linguística na vertente funcionalista.

RICARDO CAVALIERE é doutor em Língua Portuguesa e professor associado da Universidade Federal Fluminense. Desenvolve pesquisa com ênfase em descrição do português e na historiografia dos estudos gramaticais. É membro da Academia Brasileira de Filologia, conselheiro do Real Gabinete Português de Leitura e conselheiro do Liceu Literário Português.

ROLF KEMMLER possui mestrado em Filologia Românica pela Eberhard-Karls Universität Tübingen e doutorado em Filologia Românica pela Universidade Bremen. Atualmente é investigador da Universidade de Trás-os-Montes e

Alto Douro, Departamento de Letras. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Historiografia Linguística.

SILVANE APARECIDA DE FREITAS possui doutorado em Letras pela Universidade Estadual Paulista e estágio de pós-doutoramento no IEL/UNICAMP e na Universidade do Porto. Exerce o cargo de professor adjunto na Universidade de Mato Grosso do Sul. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada e Análise do Discurso.

TEREZINHA DA CONCEIÇÃO COSTA-HÜBES é doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. Atualmente é professora efetiva da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, com pesquisas envolvendo a formação continuada de professores de Língua Portuguesa, o ensino da gramática e dos gêneros textuais.

CONFLUÊNCIA

Normas para apresentação de originais

1. As páginas devem ser configuradas em papel A4, parágrafo justificado com recuo de 1 cm na primeira linha, espaço simples entre linhas e entre parágrafos, margens de 3 cm, sem numeração de páginas. Deve ser utilizado o programa *Word for Windows*.
2. Os trabalhos deverão ser enviados unicamente por e-mail para o seguinte endereço: confluencia@liceuliterario.org.br. A submissão deverá ser realizada impreterivelmente dentro dos prazos estipulados.
3. Os seguintes arquivos deverão ser enviados, separadamente, no mesmo e-mail:
 - 3.1 Arquivo 1: dados do autor (nome, titulação, vinculação acadêmica, e-mail, telefone).
 - 3.2 Arquivo 2: texto sem identificação.
4. A comissão editorial emitirá parecer sobre a aceitação do trabalho proposto, do qual será cientificado o autor por e-mail. É do(s) autor(es) a inteira responsabilidade pelo conteúdo do material enviado, inclusive a revisão gramatical e adequação às normas de publicação.
5. Os direitos autorais sobre os trabalhos aceitos são automaticamente cedidos para a Revista Confluência.
6. São aceitos artigos e resenhas inéditos. Os artigos deverão ter a seguinte estrutura:
 - 6.1 Elementos pré-textuais.
 - 6.1.1 Título e subtítulo na primeira linha, centralizados, em letras maiúsculas, fonte Times New Roman, corpo 12
 - 6.1.2 Nome do autor na segunda linha abaixo do título, alinhado à direita, com letras iniciais maiúsculas.
 - 6.1.3 Resumo na terceira linha abaixo do nome do autor. Deve-se escrever a palavra RESUMO com letras maiúsculas seguida de dois pontos.

O texto do resumo deve situar-se na linha abaixo em parágrafo único, espaço simples, justificado, de no máximo sete linhas, em fonte Times New Roman corpo 10.

6.1.4 Palavras-chave em número de três a cinco, duas linhas abaixo do resumo. Deve-se escrever PALAVRAS-CHAVE com letras maiúsculas seguida de dois pontos, fonte Times New Roman, corpo 10.

6.1.5 ABSTRACT e KEYWORDS escritos de acordo com as mesmas normas do resumo e das palavras-chave.

6.2 Elementos textuais.

6.2.1 Fonte Times New Roman, corpo 12, alinhamento justificado ao longo de todo o texto.

6.2.2 Espaçamento simples entre linhas e parágrafos, duplo entre partes do texto (tabelas, ilustrações, citações em destaque, seções etc.)

6.2.3 Parágrafos com recuo de 1cm na primeira linha.

6.2.4 As citações até três linhas ficam entre aspas duplas. As citações com mais de três linhas seguem em destaque na seguinte formatação: fonte Times New Roman, corpo 10, espaço simples, com recuo de 2,5cm. As referências deverão ser indicadas entre parênteses, como no exemplo (BECHARA, 1999, p. 45).

6.2.5 As notas de rodapé devem ser escritas em fonte Times New Roman, corpo 10, com alinhamento justificado e espaço simples.

6.2.6 Os títulos e subtítulos dos itens ou seções devem seguir numeração em algarismos arábicos, sem recuo de parágrafo, e são escritos com letra inicial maiúscula somente na primeira palavra. Espaçamento duplo entre seções. Deve-se usar o sistema sequencial em níveis (1.1, 1.1.1, 1.2, 1.2.1 etc.). Não se devem numerar a introdução, a conclusão, Referências e os elementos pós-textuais.

6.3 Elementos ilustrativos.

6.3.1 Tabelas, figuras, fotos etc. devem ser numeradas sequencialmente. Somente serão publicadas ilustrações de propriedade do autor ou expressamente autorizadas pelo detentor dos direitos autorais.

6.4 Elementos pós-textuais.

6.4.1 Referências bibliográficas segundo as normas da ABNT em espaçamento simples, alinhamento justificado (veja exemplos a seguir).

6.4.2 Data de remessa do artigo para publicação.

7. As resenhas devem seguir, no que couber, as normas dos artigos.

8. Exemplos de referências.

8.1 Livro.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

8.2 Artigo de periódico.

KEHDI, Valter. Considerações em torno da Moderna Gramática Portuguesa, do Prof. Evanildo Bechara. *Confluência*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna/Liceu Literário Português, n. 21, 2001, p. 45-58.

8.3 Capítulo de livro.

KUITERS, A.T.; VAN BECKHOVEN, K.; ERNST, W. H. O. Chemical influences of tree litters on herbaceous vegetation. In.: FANTA, A. (ed.). *Forest dynamics research in Western and Central Europe*. Washington: Pudoc, 1986, p. 140-170.

8.4 Monografias, dissertações e teses.

MIYAMOTO, S. *O Pensamento geopolítico brasileiro: 1920-1980*. 1981. 287f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

8.5 Documentos eletrônicos.

FOULKES, H.; CARTWRIGHT, R. Sleep. In: _____ Encyclopedia Britânica On-line. Disponível em: <<http://www.britanica.com/bcom/eb/article>>. Acesso em 5 de fev. 2000.

KOOGAN, A.; HOUASSIS, A. (Ed.) *Enciclopédia e dicionário digital 98*. Direção geral de André Koogan Breikman. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM. Produzida por Videolar Multimídia.

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Confluência

ASSINATURA

Os nossos leitores poderão receber em suas residências a revista, ao preço de R\$ 25,00, correspondente ao número 32 do 2.º semestre de 2006, ou de R\$ 30,00, para a assinatura anual do número 33-34 do 2.º semestre de 2007/1.º semestre de 2008, mais a despesa de porte, caso utilizem os serviços dos correios.

Estes preços são válidos para os números anteriores, com exceção do 1 ao 5, que estão esgotados.

Para os pedidos do exterior o preço de cada número será de US\$ 10.00 (dez dólares americanos) e de US\$ 20.00 (vinte dólares americanos) para a anuidade, mais as despesas de remessa.

Os interessados deverão enviar o seu pedido, com os dados solicitados na ficha abaixo, e acompanhado do comprovante de depósito, para:

Confluência – Instituto de Língua Portuguesa
Rua Senador Dantas, 118 – 2.º andar – Centro
CEP 20031-201 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (21) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (21) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – www.liceuliterario.org.br

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
REVISTA CONFLUÊNCIA

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome: _____

Endereço completo: _____

Desejo receber: *Confluência* 32



Confluência 33-34



Data ____ / ____ / ____ Assinatura _____

Os depósitos deverão ser feitos em qualquer agência do Banco Itaú em favor de: Liceu Literário Português – Banco Itaú – Agência São José – 0310, conta corrente nº 42171-4 – Rio de Janeiro – RJ.